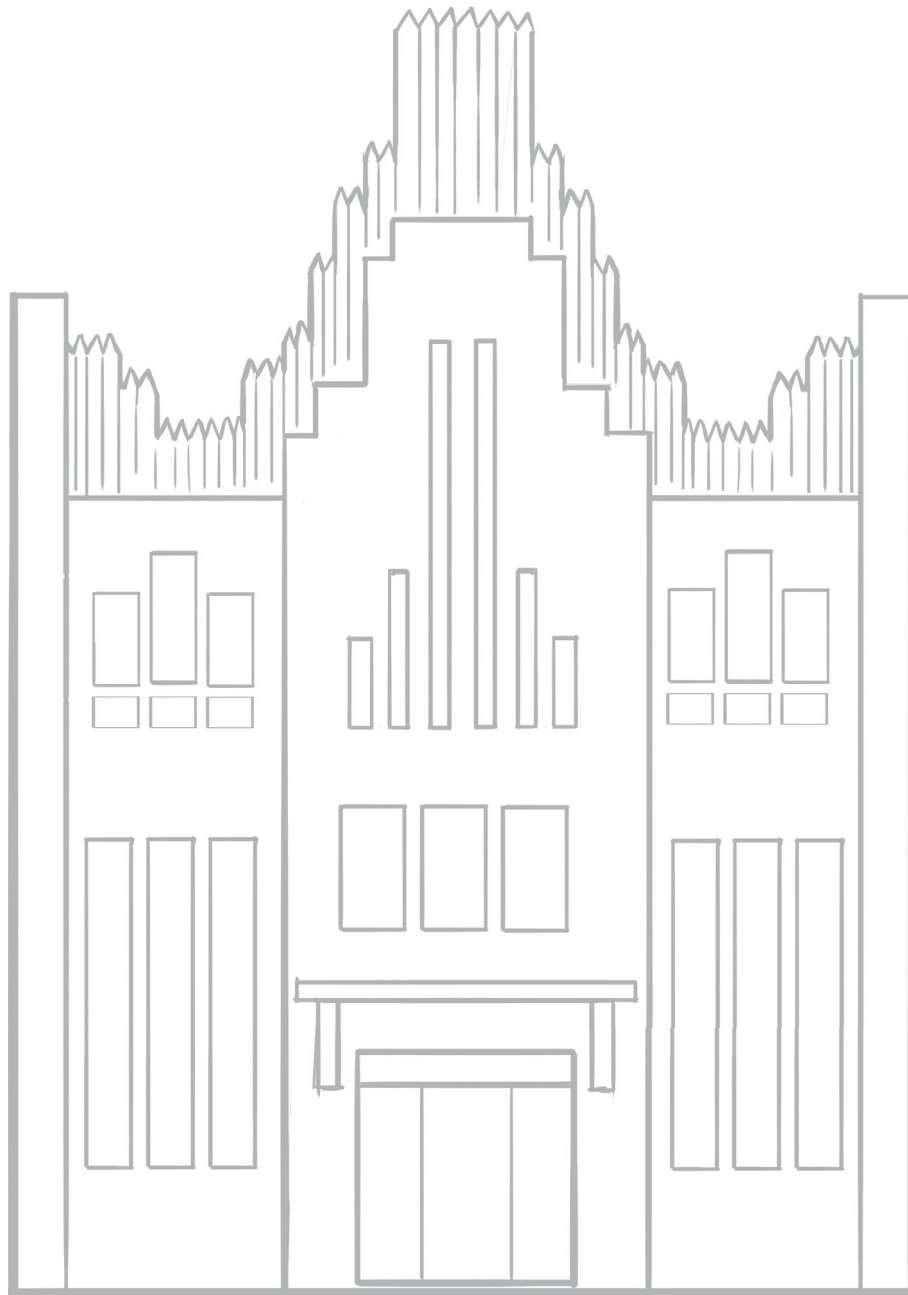




Volume 2

Dossiê Dinâmicas Coloniais na Capitania de Sergipe d'El Rey







Dinâmica Colonial na Capitania de Sergipe d'El Rey: Apresentação

Magno Francisco de Jesus Santos

171



Nos últimos decênios, a historiografia brasileira tem apresentado uma guinada, com um estimulante processo de renovação no uso das fontes, da abordagem e da metodologia. Partindo dessa acepção, as grandes interpretações clássicas acerca do passado nacional foram revisitados e problematizados, com pertinentes questionamentos sobre questões como o sistema colonial, o pacto colonial e a dualidade entre colônias de exploração e de povoamento.

Resultante desse processo de renovação, ocorreu a emergência de novos estudos, que deram relevo às particularidades regionais e suas dinâmicas próprias diante das questões internas.¹ Nesse ínterim, a América Portuguesa passou a ser discutida em diferentes perspectivas e ângulos, com o reconhecimento da relevância dos conflitos e negociações traçados no âmbito interno, bem como as relações econômicas e sociais tecidas entre a América Portuguesa, a África, a Europa e a América Hispânica. Diante disso, a realidade histórica anteriormente vista como um mero apêndice da história construída em Portugal, passa a ser discutida como uma realidade complexa, plural e permeada de questões gestadas na própria dinâmica interna da colônia.²

É nesse momento de reflexão acerca das contribuições da renovação da historiografia brasileira no pensar a colonização, que a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe apresenta o dossiê “Dinâmicas coloniais na Capitania de Sergipe Del Rey”, no qual, reúne sete textos produzidos por pesquisadores que nos últimos anos vem promovendo a renovação da historiografia sergipana no tocante ao período colonial, momento no qual Sergipe se constituía como capitania subalterna à Bahia.

- 1 SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo, Cia das Letras, 2006.
- 2 PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*. São Paulo: Hucitec e Edusp, 2000; SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*. São Paulo: Perspectiva: 1979; SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988



Essas contribuições publicadas no número 45 da Revista do IHGSE elucidam sobre questões relevantes do passado colonial sergipano, inclusive com revisitações à temáticas clássicas da historiografia local. O conjunto de artigos fomentam a possibilidade do entendimento de variados aspectos da sociedade sergipana entre o final do século XVI e o final do XVIII, com o uso de fontes de uso recorrente e outras inéditas. Desse modo, a Revista do IHGSE mantém seu papel de manter-se como principal veículo da propagação de estudos acerca do passado sergipano, ou seja, como um período que reconhece e valoriza os historiadores renomados, mas que também apresenta as novas gerações de vasculhadores das coisas passadas.

O passado colonial sergipano já foi alvo do olhar de inúmeros pesquisadores em diferentes tempos. Certamente, a primeira obra que tentou compreender a Capitania de Sergipe Del Rey como uma grande síntese histórica foi a monumental obra de Felisbello Freire, *História de Sergipe*, que centraliza a maior parte da discussão acerca das questões do período colonial.³

Na primeira metade do século XX, os tempos de capitania foram recuperados por historiadores sergipanos com uma perspectiva de engajamento do tempo presente, com os inúmeros trabalhos que debateram a questão dos limites entre Sergipe e Bahia.⁴ Nesses casos, compreender o passado colonial consistia no enfrentamento para recuperar o território perdido para a “Província Maior”.

Na segunda metade do século XX, o passado colonial foi debatido em duas perspectivas. A primeira, em parte herdeira do olhar da geração anterior, buscou compreender a capitania de Sergipe por meio de obras sínteses. Contudo, esse grupo não apresentou uma perspectiva historiográfica homogênea. Pelo contrário, foi marcada por conflitos epistemológicos e querelas na imprensa local.⁵ Enquanto historiadores como Acrísio Torres de Araújo⁶ e Pires Wynne⁷ preocuparam-se em organizar compêndios nos quais as fontes falariam por si, muitas vezes permeadas por interpretações pouco originais, Maria Thetis Nunes tentou retomar o caminho tri-

3 FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. *História de Sergipe*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1891

4 Destacaram-se os textos produzidos por Elias Montalvão, “Limites de Sergipe”; Francisco Antônio Carvalho Lima Júnior, “História dos Limites entre Sergipe e Bahia” (1918); Ivo do Prado, “A Capitania de Sergipe e suas ouvidorias: memórias sobre as questões de limites” (1919) e “Limites de Sergipe: discussão entre os louvados” (1932); João Pereira Barreto, “Limites de Sergipe e Bahia: synthese crítica da história desses limites” (1920) e Rafael Montalvão, com “Bahia e Sergipe: a questão de limites”.

5 ARAÚJO, Acrísio Tôrres. Thetis versus Thetis. In: *Gazeta de Sergipe*, Aracaju, 22 de maio de 1973, p. 2.

6 ARAÚJO, Acrísio Tôrres. *História de Sergipe*. Aracaju: Livraria Regina, 1967.

7 WYNNE, J. Pires. *História de Sergipe: 1575-1930*. Aracaju: Pongeti, 1972. WYNNE, J. Pires. *História de Sergipe: 1930-1972*. Aracaju: Pongeti, 1973.

lhado por Felisbello Freire, com uma análise sistemática acerca do passado colonial sergipano.⁸ A historiadora sergipana contribuiu por apresentar novas fontes e, de certo modo, tornou-se uma referência na apresentação de novas temáticas para as novas gerações de pesquisadores.

Na segunda perspectiva analítica, destacam-se os trabalhos que enfocam a história temática, com recortes temporais voltados para o período colonial. Um autor que apresentou grande repercussão com seus estudos sobre a Capitania de Sergipe foi Luiz Mott. Primeiramente, com sua tese sobre a feira de Brejo Grande,⁹ trabalho de pouca circulação no meio acadêmico sergipano. Contudo, suas obras de maior ressonância na historiografia sergipana são as que tratam de questões ligadas ao período colonial,¹⁰ nas quais ele aborda temáticas até então inéditas, como os dados populacionais e a inquisição.

Outra obra de destaque sob esse enfoque é “Textos para a História de Sergipe”, organizado por Diana Maria de Faro Leal Diniz.¹¹ Essa coletânea, com participação exclusiva de consagradas historiadoras sergipanas, buscou discutir de forma didática a história de Sergipe por eixos temáticos, enfatizando as questões indígenas, econômicas, políticas, agrárias e culturais. Todos esses eixos temáticos foram debatidos em perspectiva da longa duração, com análises acerca do período colonial.

Nesse sentido, o dossiê “Dinâmicas Coloniais na Capitania de Sergipe Del Rey” apresenta-se em momento oportuno, no qual os clássicos são revisitados e os novos pesquisadores buscam interpretações inovadoras acerca do passado local.

Aracaju, 03 de julho de 2015

Magno Francisco de Jesus Santos

Editor

- 8 NUNES, Maria Thetis. *História da educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 1984. NUNES, Maria Thetis. A educação na colônia: os jesuítas. *Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, a. 156, n. 389, 1997. NUNES, Maria Thetis. *Sergipe colonial I*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda., 1989. NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- 9 MOTT, Luiz. *A Feira do Brejo Grande, Sergipe*. 1975. Campinas-SP. Tese (Doutorado em Ciências Sociais).
- 10 MOTT, Luiz. *Sergipe Colonial e Imperial*. Aracaju: EDUFS, 2008. MOTT, Luiz. *A Inquisição em Sergipe*. Aracaju: Fundação Cultural, 1989. MOTT, Luiz. *Sergipe Colonial: população, economia e sociedade*. Aracaju: Fundação Cultural, 1986.
- 11 DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (coord.). *Textos para a História de Sergipe*. Aracaju UFS e BANESE, 1991.





DOSSIÊ







Três Marcos de Sergipe Colonial: 1575, 1590 e 1637

Francisco José Alves¹

Resumo:

O artigo focaliza três episódios da História de Sergipe Colonial: a “Conquista Espiritual” de Sergipe (1575); a “Guerra de Sergipe” (1590); e a invasão de São Cristóvão-SE pelos flamengos (1637). Com base, sobretudo, em testemunhos coevos, reconstitui estes eventos significativos da Colonização de Sergipe.

Palavras-chave: Colonização; Sergipe; Jesuítas.

Abstract:

This paper focus on three episodes of Sergipe Colonial History: “The Spiritual Conquest” of Sergipe (1575); “Sergipe War” (1590); and the invasion of São Cristóvão-SE by the Flemings (1637). Based mainly on coeval witnesses, it recomposes those remarkable events of Sergipe Colonization.

Keywords: Colonization; Sergipe; Jesuit.

177



1 Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília. Graduado em História pela UFS. Professor Associado do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Email: fjalves@infonet.com.br



No passado colonial de Sergipe, destacam-se três episódios. Reportemos cada um deles.

•1575: a “Conquista Espiritual” de Sergipe

O início da catequese católica em Sergipe ocasionou um testemunho precioso. Falo da “Carta de Tolosa” – espécie de certidão de nascimento da cristianização dos índios sergipenses no ano de 1575. A missiva foi encontrada por João Capistrano de Abreu (1853-1927) e esta passou para Felisbello Freire (1858-1916). O historiador sergipano a incluiu em sua *História de Sergipe*, vinda à luz em 1891.² Nos inícios dos novecentos (1907), Guilherme Studart (1856-1938) publicou parte do texto quinhentista.³ Entre nós, a carta do jesuíta foi também editada por Luiz Antônio Barreto, insigne investigador das coisas sergipenses e a quem a nossa cultura muito deve.

Não se tem notícia, até onde sei, do original do documento. Todavia, cópia do século 16 consta no acervo dos manuscritos da Biblioteca Nacional, em Lisboa, Portugal, sob o “endereço” arquivístico “FG 4532, folhas 161-167”. A parte dedicada a Sergipe está nas folhas 162 a 167. A cópia quinhentista até hoje não teve a merecida edição pautada pelos rigores da Paleografia e da Diplomática, ciências capitais na publicação das fontes históricas. Assim sendo, circula entre nós a transcrição traduzida do já citado Felisbello Freire, de fins do século antepassado (1891).

O autor da carta é o Padre Inácio de Tolosa (1533-1611). O jesuíta de origem espanhola, veio para o Brasil em 1572 e aqui permaneceu até a sua morte. Na Bahia, foi provincial da Companhia de Jesus, mestre dos noviços, professor de filosofia, reitor do colégio. Na quadra de 1583 a 1591 foi também reitor do Colégio do Rio de Janeiro, veio a falecer em 22 de setembro de 1611, aos 78 anos de idade.⁴ O destinatário da missiva é o “General da Companhia Jesus”, na época o Pe. Everaldo Marcuriano (1514-1580), ocupante do cargo entre 1573 e 1580.

A carta do Pe. Inácio de Tolosa relata, com minudências, os feitos catequéticos dos padres Gaspar Lourenço, Luiz da Grã e Francisco Pinto nas terras situadas entre o Rio Real e o São Francisco, setenta e cinco anos após o “descobrimento” do Brasil.

A parte do nosso interesse tem início com o autor anunciando claramente o seu intento: “Agora vou contar a Vossa Paternidade o quê até aqui há sucedido na missão de Gaspar Lourenço”. O documento de Tolosa aborda os seguintes tópicos: convite dos indígenas do Rio Real aos padres jesuítas, a viagem da Bahia (diga-se, Salvador) até o rio Real, a fundação da

2 FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 71-76

3 STUDART, Guilherme. *Documentos interessantes para História do Brasil especialmente do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Studart. 1904-1921.

4 VIOTTI, Hélio. A Introdução Geral. In: ANCHIETA, José de. *Cartas*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1984. p. 9-52, citação, p. 36-37



“aldeia de São Tomé”, a criação das aldeias de Santo Inácio e de São Paulo, o envio a Sergipe do Pe. Francisco Pinto e Luiz da Grã.

Consideremos alguns aspectos do episódio marcante...

O inaciano inicia a sua carta tratando dos antecedentes da missão jesuíta nas terras além Rio Real. O envio dos padres deveu-se – conforme ele – a um convite dos índios solicitando que os jesuítas enviassem padres para catequizá-los. O convite indígena ocorreu no governo de Luiz de Brito de Almeida, ou seja, entre 1573 e 1574. O então governador junto com os padre Gaspar Lourenço e o irmão (não sacerdote) João Salônio enviou também “um capitão com alguns homens brancos”, com o fito de fundar uma “povoação” nas terras pacificadas pela cruz. Quer dizer, junto ao braço religioso da colonização, a força militar. Assinala o missivista que até então os índios do Rio Real viviam em guerra contra os portugueses. É de se perguntar: o quê esconde o convite dos índios sergipanos?

Dando continuidade ao seu relato, o Pe. Inácio de Tolosa fala da viagem à aldeia de Santo Antônio, da Bahia até o Rio Real. Além do Pe. Gaspar Lourenço e do irmão João Salônio, do séqüito missionário faziam parte “mais de vinte índios”. Já catequizados oriundos da aldeia baiana. A viagem – sempre conforme Tolosa – ocorreu sem maiores incidentes. Jornada regada com muita ladainha com “grande paz e alegria”. O de comer era colhido pelos devotados índios. Ao chegar ao rio Real, em 28 de fevereiro, os religiosos após “aposentar” o capitão em “lugar apto” rumam para uma aldeia indígena a seis léguas dali. Tolosa não informa se a viagem fez-se pela beira mar ou pelo sertão. Todavia muito provavelmente, foi pela marinha. Se assim foi, o séqüito missionário chegou em fins de fevereiro em terras do município sergipano de Indiaroba onde está a foz do rio Real...

Tópico a ocupar muito a atenção do missivista é a fundação da aldeia de São Tomé no contexto da primeira expedição missionária às terras de Sergipe. Tolosa dedica ao tema alguns parágrafos da sua carta relatório. Fica difícil, em primeiro lugar, precisar a localização, na geografia atual, da missão matrerial do movimento catequético em Sergipe. Os especialistas têm dado tratos à bola no sentido de esclarecer o local da “aldeia de São Tomé”. Nos municípios de hoje, onde ficava a citada aldeia? O documento quinhentista é muito lacônico quanto a isto. Diz somente que tal sítio estava “seis léguas” após o Rio Real. Não esclarece se tal ponto ficava após a foz do já citado rio ou se ele estava a seis léguas da foz em direção ao sertão. Na primeira hipótese, a aldeia ficaria no atual município de Santa Luzia. Na segunda alternativa, em Indiaroba. É uma questão em aberto a aguardar solução pela arqueologia histórica.

Com o fito de difundir entre os indígenas a “lei de Deus”, os dois jesuítas levantam em terras de Sergipe a “aldeia de São Tomé”. Na verdade, - conforme Tolosa – a aldeia já preexistia à chegada dos religiosos. A vinda dos missionários veio somente trazer a ela algumas transformações: uma



igreja devotada ao discípulo incrédulo, uma casa para morada dos padres e uma cruz de “alguns oitenta palmos, mui formosa”. Temos aí os sinais visíveis da cristianização dos silvícolas, as marcas da catequese católica no meio indígena, até então, pagão. A estes aparelhos da civilização acrescenta-se uma “escola dos moços” criada e conduzida pelo diligente João Salônio, primeiro professor de Sergipe colonial. A “aldeia de São Tomé” passa a ser uma espécie de ponta de lança da catequese ou um quartel general do movimento da cristianização dos silvícolas sergipenses.

A fundação da “aldeia de São Tomé” desencadeia, na opinião de Tolosa, um verdadeiro surto religioso entre os índios tupinambá. É com extremo fervor que os nativos recebem as novas do evangelho católico. Os religiosos não tinham sossego. Estavam sempre a pregar, confessar e dizer missas. Ereta a igreja, o cacique da aldeia, exaltado, faz longa arenga dizendo da sua felicidade em ter em seus domínios uma igreja de Deus. É ainda na aldeia de São Tomé que o Pe. Gaspar Lourenço recebe a visita do famoso Surubim – chefia indígena sergipano e outros caciques “do Rio de São Francisco e de outras partes”. Surubim, conforme o missivista, vem solicitar que o Pe. vá morar em sua aldeia. O chefe volta a sua aldeia impressionado com a boa fala do inaciano.

Depois de haver convertido a aldeia de São Tomé, o Pe. Gaspar Lourenço se encaminha para a “aldeia de Surubim” que será batizada como “aldeia de Santo Inácio”. A cena do encontro entre o missionário e o chefe índio é descrita com minúcia na carta de Tolosa. Ao que parece, Surubim quis testar a paciência dos brancos. O padre e sua comitiva ficaram em pé, diante dele, confortavelmente instalado em sua rede, silencioso, durante horas “sem falar-lhes uma só palavra”. Após a inusitada recepção, o líder indígena deu de comer aos religiosos. Estes fazem longa pregação e os índios acodem dizendo que “folgavam [quer dizer, alegravam-se] muito com a sua vinda e que queriam igreja”. A “aldeia de Santo Inácio”, como a de São Tomé, é de imprecisa localização pela carta. Tolosa revela apenas que ela estava situada “a dez ou doze léguas da [aldeia] de São Tomé”.

Outro evento descrito pelo Pe. Inácio de Tolosa é a fundação da “aldeia de São Paulo” pelos seus companheiros da Companhia de Jesus. Como as outras, a localização de tal pólo da catequese jesuíta em solo sergipano é vaga. O missivista diz somente que a “aldeia de São Paulo” é “póstera” a todas, ou seja, ficava depois das aldeias de São Tomé e Santo Inácio. Onde exatamente não é possível discernir com base no texto ora examinado. O missivista assinala, todavia, que tal aldeia estava “junto do mar” e que, como as demais, teve igreja e cruzeiro. Os índios aldeados em São Paulo foram arrebanhados de duas ou três aldeias das cercanias da “aldeia de Santo Inácio”. Agregar índios de aldeias ou mesmo etnias distintas foi prática comum na atuação missionária da época. Na visão do catequista, era vital cortar pela raiz o nomadismo indígena e fixá-los numa comunidade sob a autoridade vigilante de um missionário cuidadoso.



Por fim, Tolosa narra o envio do Pe. Luiz da Grã e de Francisco Pinto para auxiliar, na missão de Sergipe, os seus companheiros Gaspar Lourenço e João Salônio, há meses plantando a Cruz entre silvícolas sergipenses. O Pe. Luiz da Grã é retratado pelo autor como possuidor de “muita experiência na conversão destes índios”. Já o Pe. Francisco Pinto - no dizer de Tolosa - é “Pe. velho, de mais de cinqüenta anos”, mas dotado de uma habilidade de muito préstimo na tarefa da catequese dos tupinambá: era “língua”. Isto é, intérprete da língua dos índios. Sobre a atuação missionária de Francisco Pinto e Luiz da Grã em Sergipe a “carta de Tolosa” nada revela. Fala, todavia, da alegria dos índios e dos outros religiosos com a chegada de mais reforço humano para os trabalhos da cristianização dos nativos sergipanos.

Tema freqüente na “carta de Tolosa” são as adversidades enfrentadas pelos primeiros jesuítas na empresa da catequização dos silvícolas sergipanos. Aqui comparece o “demônio” como o grande antagonista da tarefa salvadora dos padres. O Pe. diz claramente: “vendo o demônio tão bons princípios na conversão daqueles gentios (...) começou a levantar as tempestades acostumadas”. Para tal o “inimigo” se vale de muitos artificios. O mais grave deles foi um “escravo” [índio] fugitivo dos brancos da Bahia que disseminou entre os gentios de Sergipe a cizânia da desconfiança. Dizia ele que não confiassem nos brancos e que, após os jesuítas, viriam os soldados para levá-los presos e cativos para a Bahia. Estes índios quase põe a perder toda a pregação dos missionários... . Outro estorvo à ação missionária foi os “brancos” que os acompanharam na missão. Estes só queriam escravizar os índios e tomar suas mulheres e filhas como “mancebas”, isto é, amantes.

Vê-se assim, que antes da conquista militar os indígenas de Sergipe foram vencidos pela cruz.

•1590: a “Guerra de Sergipe”.

Outro episódio significativo para a História de Sergipe Colonial é a Conquista militar de Sergipe. Noticiemos o fato tomando como base o que nos informa Frei Vicente do Salvador.

Somente em fins do século 16 (1590) foi Sergipe efetivamente incorporado ao império colonial português. É a “guerra de Cerezipe” de que fala os documentos da época e que marcou, por longo tempo, o imaginário dos baianos realizadores de tal empreita. Da “guerra de Cerezipe”, traz relato circunstanciado frei Vicente do Salvador, nome religioso de Vicente Rodrigues Palha (1564-1697), em sua *História do Brasil*, finalizada, conforme os peritos, no ano da graça de 1627. A história do frei franciscano traz um capítulo específico sobre a conquista militar de Sergipe: “Da guerra que Cristóvão de Barros foi dar ao gentio de Cerezipe”. Na anarquia ortográfica da época era esta uma das formas de escrever o topônimo pátrio.

Frei Vicente do Salvador, até onde se sabe, não foi uma testemunha ocular da “guerra de Sergipe”. Todavia, o seu relato, conforme a opinião dos especialistas, é merecedor de crédito pois parece calcado na tradição oral



corrente no seu tempo e ainda no testemunho daqueles que participaram dos sucessos narrados. Quanto à “guerra de Sergipe”, a narrativa do cronista é tão viva e detalhada que parece haurida dos protagonistas da aludida façanha.⁵ Além disto, o relato do frei Vicente do Salvador é um dos únicos testemunhos da época que chegaram até nós. Infelizmente não se tem notícia de carta ou narrativa redigida no calor da hora, digo da guerra.

Consideremos o que revela o cronista sobre o sangrento batismo civilizatório de Sergipe.

Iniciando o relato, o frei Vicente do Salvador apresenta os motivos para a conquista militar do território sergipense. No entender do religioso, o fato tem uma tríplice motivação. Estando à frente do governo da Bahia, Cristóvão de Barros queria vingar-se dos índios de “Ceregipe” pela traição à confiança do governo baiano. Anos atrás, os índios de Sergipe haviam solicitado aos jesuítas de Salvador o envio de padres para catequizá-los. Confiantes na boa intenção dos silvícolas os baianos atenderam ao pedido e enviaram a Sergipe missionários acompanhados de “trinta soldados brancos e mamelucos”. Ardilosamente, tais emissários “foram todos mortos como ovelhas ou cordeiros” no dizer apiedado do frei baiano. Tal fato ocorreu quando do governo de Manuel Teles de Barreto, ou seja, entre 1583 e 1587.

Assim sendo, os silvícolas de Sergipe haviam ferido a honra baiana. Agora, com licença do rei, era o tempo da desforra. Além do mais, Cristóvão de Barros também queria vingar-se dos nativos sergipanos uma ofensa muitíssimo pessoal: a morte e devoração do seu pai, Antônio Cardoso de Barros, junto com comitiva do bispo Dom Pero Fernandes Sardinha, nos baixios de Coruripe, Alagoas, no ano de 1556. Os índios de toda região eram, na visão do filho, responsáveis pelo fim desonroso do seu pai.

Por fim, o cronista revela uma outra motivação dos baianos para empreender a conquista militar de Sergipe: “Os homens desta terra [da Bahia] e alguns de Pernambuco” almejavam, com a conquista, “trazer muitos escravos”. Vê-se que a empresa tinha poderosas razões: aplacar a sede de vingança e, ao mesmo tempo, gadanhar farta mão-de-obra.⁶

Continuando o relato, o religioso aborda a composição militar da expedição. A “guerra de Sergipe” teve, para época, proporções consideráveis. Chefiava a vanguarda o capitão Antônio Fernandes e retaguarda o capitão Sebastião Faria. Os dois chefiavam os homens que se dirigiam a Sergipe pela beira mar. Já os irmãos Rodrigo Martins e Álvaro Rodrigues rumaram para cá “pelo sertão”, acompanhados de “cento e cinquenta ho

5 RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1979. p. 489-494.

6 SALVADOR, Frei Vicente do. “Da Guerra que Cristóvão de Barros foi dar ao gentio de Cerezipe”. *História do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 1982. Livro IV, capítulo 20, p. 253-255.



mens brancos e mamelucos”, acrescidos de “mil índios”. Ao final, a tropa contava com “perto de três mil flecheiros”, na contagem do frei Vicente.⁷

Não estranhe o leitor a presença de índios numa guerra contra outros índios. Ao longo da fase colonial, índios aldeados pelos religiosos constituíram a principal força militar das guerras dos brancos. Os silvícolas foram usados contra outros índios ou contra negros aquilombados, de forma constante.

Prosseguindo a sua narrativa, o frei Vicente do Salvador descreve os feitos da guerra. Em cores vivas, pinta-nos um retrato sangrento dos acontecimentos. As batalhas decisivas, segundo o cronista, ocorrem entre 23 de dezembro de 1589. (“Véspera da véspera do Natal”) e a noite do “ano bom”, ou seja, primeiro de janeiro de 1590. Numa refrega inicial os homens de Cristóvão de Barros matam seiscentos (600) índios, em seguida, trezentos (300). No conflito final, na noite de “ano novo”, os expedicionários liquidam mil e seiscentos índios (1600) e, obtém como ansiado troféu, quatro mil índios (4000) escravizados. Era o fim trágico da conquista do território sergipense. A inserção compulsória de Sergipe nos quadros da civilização branca e cristã...



O cronista, embora identificado com os de sua “raça” e “credo”, não deixa de registrar a bravura de **Baepéba**, chefe tupinambá sergipano e seus comandados. Fala das “nuvens de flechas” com que os nossos índios atacaram os invasores, ávidos por terra e força de trabalho.⁸

Descritas as batalhas, o cronista franciscano volta-se para o destino de Sergipe após o feito belicoso. “Alcançada a vitória e curados os feridos - diz frei Vicente - Cristóvão de Barros dá início ao processo de colonização”. Conforme os termos do autor, o chefe militar “fez repartição dos cativos e das terras”. Coube a ele, em primeiro lugar, como despojo da conquista, “uma grande fazenda de currais de gado”. Tem início a fase pecuarista da economia sergipana. A novel capitania torna-se fornecedora de gado vacum para os engenhos da Bahia e Pernambuco bem como abastecedora de carne.⁹ Configura-se assim a função das terras de Sergipe: economia auxiliar da Bahia e de Pernambuco. Curral de baianos e pernambucanos.

No mesmo capítulo; o cronista franciscano assinala as vantagens advindas com o domínio de Sergipe. Conforme o autor, a dominação das terras de Baepéba veio por fim à presença dos franceses por nossas paragens. Terminou a fase na qual os navegadores franceses vinham para cá “carregar as suas naus de pau Brasil, algodão e pimenta da terra”. Um outro ganho da conquista foi franquear o caminho entre Pernambuco e a Bahia. Antes disto - assegura frei Vicente do Salvador – “Ninguém ca-

7 SALVADOR, Frei Vicente do. “Da Guerra que Cristóvão de Barros foi dar ao gentio de Cerecipe”. *História do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 1982. Livro 4, capítulo 20. p.253-5.

8 SALVADOR, Frei Vicente do. “Da Guerra que Cristóvão de Barros foi dar ao gentio de Cerecipe”. *História do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 1982. Livro 4, capítulo 20. p.253-5.

9 SALVADOR, Frei Vicente do. “Da Guerra que Cristóvão de Barros foi dar ao gentio de Cerecipe”. *História do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 1982. Livro IV, capítulo 20, p. 255.



minhava por terra que o não o matasse e comessem os gentios”. Desta forma, a conquista de Sergipe significou a expansão dos tentáculos da colonização portuguesa em terras do Nordeste. A “guerra de Sergipe” deu cabo ao enclave indígena e francês entre o rio Real e o São Francisco.¹⁰

•1637- A invasão de São Cristóvão-SE pelos Flamengos

O terceiro episódio marcante de Sergipe Colonial é a chamada Invasão Holandesa.

A presença holandesa no Nordeste brasileiro (1624-1654) é fato amplamente conhecido e estudado. Sobre o assunto temos alguns trabalhos clássicos. Dentre eles, vale destacar, limitando-se ao século passado, em ordem de antiguidade: *Civilização Holandesa no Brasil* (1940), de José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro; *Tempo dos Flamengos* (1947), de José Antônio de Gonsalves de Melo; *Formulas Políticas do Brasil Holandês* (1971), de Mário Neme e, por fim, os trabalhos de Evaldo Cabral de Mello: *Rubro Veio* (1987); *Olinda Restaurada* (1998) e *Negócio do Brasil* (1998).

A situação não é similar quanto a Sergipe. A pesquisa sobre a presença flamenga nas terras de DEL REY tem sido marcada pela repetição e pelo infimo apoio em fontes da época. Felisbello Freire, em sua *História de Sergipe* (1891), dedicou ao tempo flamengo três substanciosos capítulos, baseados nas crônicas de Gaspar Barlleus, Francisco de Brito Freire, Manuel Calado do Salvador, e no estudo de historiadores do século 19 como Francisco Adolfo Vanhagen e Robert Southey.

Depois de Felisbello Freire, a “invasão” holandesa tem sido revisitada pelos historiadores, mas, quase sempre, o texto do pesquisador oitocentista é glosado sem nada acrescentar de novo quanto ao episódio e sua interpretação. Uma exceção notável é o estudo de Luís da Câmara Cascudo, “Geografia de Sergipe no Domínio Holandês”, publicado na revista do Instituto Histórico de Sergipe, em 1942. O trabalho é uma exegese minuciosa de um mapa de Sergipe á época dos Flamengos .

Assim, a presença neerlandesa em Sergipe Del Rey, no século 17, está a reclamar uma nova síntese, baseada em testemunhos até agora inexplorados ou na revisita da documentação já compulsada pelos estudiosos deste tópico canônico, nos nossos estudos de história. Tarefa incontornável é reunir as crônicas da época bem como os documentos administrativos relativos a Sergipe no tempo dos Flamengos. É uma lacuna historiográfica que precisa ser preenchida. Caso contrário, a reconstituição desta fase da história sergipense continuará presa ao quadro pintado pelo fundador da historiografia científica de Sergipe, Felisbello Freire.

Sobre a tomada de São Cristóvão pelos holandeses em 1637, temos um precioso relato. Trata-se do *Diário de uma Estada no Brasil (1629-1640)*,

10 SALVADOR, Frei Vicente do. “Da Guerra que Cristóvão de Barros foi dar ao gentio de Cerezipe”. *História do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 1982. Livro IV, Capítulo 20, p. 254.

do inglês Cuthbert Pudsey. Sobre o autor, sabe-se muito pouco. Conforme os editores do documento seiscentista, Pudsey foi um “indivíduo de certa ilustração”, e como muitos outros, foi um mercenário a soldo da Companhia das Índias Ocidentais, engajado nas guerras da conquista. O manuscrito do *Diário* foi comprado pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em 1947. Faz parte do acervo da divisão de Manuscritos, sob o tombo “L. 12. 3. 17.” É constituído de 36 fólhos, escritos em inglês no verso e reverso, tendo ao fim a assinatura do autor.¹¹

A “invasão” militar de Sergipe pelos holandeses é relatada por Cuthbert Pudsey, em seu *Diário*, no reverso do fólho 28. O mercenário inglês dedica ao episódio quase toda a face do fólho, ao todo, 29 linhas manuscritas. Vale ressaltar, que se trata de uma evidência pessoal. O autor participou da façanha militar narrada. Foi testemunho visual e auditivo do evento aludido. A invasão de Sergipe é também relatada por outros documentos da época. Todavia, o relato de Pudsey sobressai entre eles, dado a sua condição de testemunho pessoal. Como advoga a Crítica Histórica, tais fontes, dentre as demais, merecem maior crédito.

Consideramos com vagar, as informações dadas por Pudsey sobre a tomada e semi destruição da capitania de Sergipe Del Rey no distante ano de 1637, ou seja, quarenta e sete anos após a sua fundação por Cristóvão de Barros e seus comandados. Inicialmente, o autor situa no tempo o fato relatado. Conforme ele, o episódio militar ocorreu no início do “mês seco”. Ou seja, no começo do verão de 1637. A escolha da época é decorrente, muito provavelmente, da impossibilidade de locomoção a pé pelo território cheio de alagados e pântanos. Conforme um estudioso do tema, a invasão holandesa em Sergipe ocorreu em 4 de dezembro de 1637.

Em seguida o mercenário informa-nos quanto ao efetivo terrestre que participou da “invasão”. Foram, segundo ele, “32 companhias”. “Companhia”, na linguagem militar, nomeia “tropa de infantaria sob o comando de um capitão”¹².

Fonte da época informa que o Príncipe João Maurício de Nassau, do lado Holandês, dispunha de cinco mil homens. Já o Conde Felício de Bagnuoli, líder das forças portuguesas, tinha somente mil e quinhentos homens de guerra. A superioridade holandesa é evidente, pois sua força militar era três vezes maior que a luso-brasileira¹³.

Prosseguindo, Pudsey fala da fuga do Conde de Bagnuoli e seu exército para a Casa da Torre, ou seja, o castelo de Garcia D'Avila, situado no

11 PAPAVERO, Nelson e TEIXEIRA, Dante Martins. Introdução. IN: PUDSEY, Cuthbert. *Diário de uma Estada no Brasil (1629-1640)*. Introdução e notas de Nelson Papavero e Dante Martins Teixeira. Rio de Janeiro: Petrobrás, 2000. p. 5-9.

12 WEIS FROG, Walter. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. SP. Melhoramentos, 1998, p.544.

13 COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*. (1630-1638). Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. p. 138

atual município baiano de Mata de São João, na hoje chamada “Praia do Forte”. Vincenzo de San Filipe, o conde de Bagnuoli, foi um militar italiano a serviço dos portugueses na guerra contra os neerlandeses. Ele e seus comandados tentaram reaver as terras nordestinas sob o domínio dos holandeses. Em 1637 tenta chegar até Recife mas, frente à reação do inimigo foge para Alagoas, de lá para Sergipe e por fim para a Bahia.

O autor relata, sem delongas ou minúcias, o incêndio da cidade de São Cristóvão e do interior da então capitania de Sergipe. Escreve ele: “queimamos a cidade e o interior de Sergipe Del Rey.”. O incêndio proposital da cidade foi sobre modo facilitado dado a uma característica da nossa urbe primitiva. São Cristóvão era então uma “cidade de palha”. Documentos da época atestam a precariedade da nossa velha capital. Havia algumas edificações de “pedra e cal”, como se dizia à época. Todavia, o grosso das construções eram de taipa e palha. Excetuavam-se as igrejas, a casa da cadeia e câmara (Câmara Municipal, no dizer atual). Constituída, sobretudo, de palha seca, São Cristóvão ardeu com facilidade no cenário da guerra.

A infantaria de Pudsey prossegue a sua obra de destruição do território de Sergipe. O autor assegura que “diariamente” matava gado e incentivava plantações. Após quase destruir São Cristóvão, ruma em direção ao Rio Real e lá se ocupa em matar o gado e devastar a agricultura. Conforme outras evidências da época, os holandeses abateram três mil animais dos criadores sergipanos. Tal fato veio, na verdade, praticamente liquidar o plantel sergipense. Antes dos holandeses, Bagnuoli havia abatido cinco mil rezes e lavado à Casa da Torre oito mil cabeças de gado.

O autor revela o conjunto dos feitos de guerra praticados pelos holandeses em terras sergipenses. Sobre a destruição de São Cristóvão ele assinala: “Pusemos fogo na cidade com a finalidade de limpar a região dos seus habitantes.”¹⁴ Além disto, o mercenário revela a principal tarefa da sua companhia quando em Sergipe: “Queimar engenhos de açúcar e casas de moradia.” Pudsey também informa sobre o destino do gado bovino que havia sobrado: foi reunido “para ser enviado a Porto Calvo e Recife”. Era o despojo sergipano do feito militar.

O *Diário* de Cuthbert Pudsey é - como vimos - uma fonte preciosa sobre o feito dos holandeses em terras da capitania de Sergipe Del Rey. Ele nos permite ouvir a voz de um soldado de infantaria, agente da invasão, protagonista da História. Por meio dele, podemos sentir o palpitar da guerra. Pena que o mercenário inglês tenha dedicado ao fato somente uma página do seu manuscrito. Seja como for, Pudsey nos revela, um retrato vivenciado da “invasão” de Sergipe pelos flamengos.

14 PUDSEY, Cuthbert. *Diário de uma Estada no Brasil 1629-1640*. Tradução, Introdução e notas de Néelson Papavero e Dante Martins Teixeira. Rio de Janeiro: Petrobrás, 2000. p.123.



A experiência Jesuítica na Conquista de Sergipe

Ane Luíse Silva Mecenias Santos¹

The Jesuit experience in Sergipe Conquest

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo analisar, a partir das cartas, produzidas pelos jesuítas na Capitania de Sergipe, as práticas de conversão e os métodos de ensino apresentados para educação indígena. A ação catequética jesuítica nas terras situadas ao norte da capitania da Bahia resultou na produção de textos a respeito da língua e dos costumes dos povos que viviam às margens norte do Rio Real. Partindo da relevância de tais registros para a História da Educação no período colonial, este trabalho tem o propósito de apontar alguns sinais da catequese e do método utilizado pelos jesuítas.

Palavras-chave: educação, jesuítas, cartas.

Abstract:

This study aims to analyze, from the charts produced by the Jesuits in the Sergipe captaincy, conversion practices and teaching methods presented for indigenous education. Catechetical Jesuit action in the lands located north of Bahia captaincy resulted in the production of texts about the language and customs of the people who lived on the north banks of the Rio Real. Starting from the importance of such records for the History of Education in the colonial period, this paper aims to point out some signs of catechesis and the method used by the Jesuits.

Keywords: education, Jesuits, cards.

187



1 Doutoranda em História naUNISINOS. Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba. Licenciada e bacharel em História pela Universidade Federal de Sergipe. Pesquisadora dos grupos de pesquisa do CNPq, "Jesuítas nas Américas", "Culturas, Identidades e Religiosidades" e "Arte, Cultura e Sociedade no Mundo Ibérico (séculos XVI a XIX)". Endereço eletrônico: ane-mecenas@yahoo.com.br

Os estudos acerca da História da Educação, que tratam do período do domínio português na América, destacam o significativo papel das diversas ordens religiosas na formação educacional da colônia. Esses sujeitos históricos ao lançar-se no Atlântico carregam consigo os hábitos do Velho Continente e, por isso, impregnaram em seus discursos o mundo do qual foram formados. O Atlântico não é o rio *Leter* da mitologia grega, no qual o indivíduo se depara com o total esquecimento. Os europeus cruzam o oceano e “molham-se” de conhecimento, não são os mesmos, por carregarem os dois mundos: o de ontem e o de hoje. Conforme aponta Paul Ricoeur, o mundo do autor constitui a trama da escrita e dessa forma, torna-se o fio condutor de *mnemosine*.

A historiografia por muito tempo foi construída pelo esquecimento do contato, a interpretação buscava identificar apenas os sinais de dominação portuguesa na América era restrita pelo olhar e pelos discursos da subjugação e do esfacelamento da cultura indígena.² Nas últimas décadas outros conceitos passaram a filtrar as pesquisas e proporcionar novos rumos. Essas contribuições podem ser constatadas ao analisar o significativo número de publicações produzidas, cujo objetivo é reinterpretar seja pelo conceito de mediação cultural ou da tradução cultural, as fontes produzidas pelos padres são analisadas para além da relação maniqueísta. Dentre essas fontes revistas, destacam-se as cartas, os catecismos e as gramáticas, instrumentos das normativas pela qual o mundo oral do índio passou pelo crivo e foi instituído pela escrita.

Na escrita desse momento da conquista, contamos com o testemunho dos jesuítas. Com isso para poder também apreender os métodos de conversão empregados nesse primeiro momento e observar os silêncios a alguns interesses. Dentre os quais podemos destacar o que nos aponta Castelnau-L'Estoile quanto aos índios de Sergipe. Para a autora esses gentios realizarão o “sonho jesuítico de aldeia”, pois foram eles que propuseram aos inácianos viver em comunidade sob “a lei de Deus”:

A missão de Sergipe dirigida pelo Pe. Gaspar Lourenço é emblemática dessa evangelização perturbada por inimigos exteriores; o relato dessa missão (...) resume toda a história da missão brasileira.³

Os primeiros registros que comprovam a ocupação jesuítica nos limites além do Rio Real são datados de 1575, com a fundação das aldeias de São Tomé, Santo Inácio e São Paulo pelo padre Gaspar Lourenço e pelo irmão Salônio, sendo o primeiro o superior e o segundo, subordinado. O

2 ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial – 1500-1800*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000 [1907].

3 CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril*. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 2006 [2000], p. 120.

documento que atesta essa presença é a carta⁴, datada de 7 de setembro de 1575, de autoria do padre Inácio de Toloza⁵. As correspondências entre os membros da Ordem são vistas como a chave para a compreensão do sistema jesuítico, principalmente, por haver uma norma que regia a sua escrita:

Em 1547, o secretário de Inácio, Polanco, envia a toda a Companhia uma instrução que desenvolve com minúcia 'as regras' da correspondência, especificando o tipo de cartas que se deveriam escrever, os temas que deveriam ser abordados, o estilo a ser utilizado, a frequência de observação no envio das cartas. Não há liberdade e escrita na Companhia; a correspondência era muito representativa para o bom funcionamento da ordem para ser deixada à livre iniciativa dos padres dispersos.⁶

Apesar das especificidades nas normas que regiam a escrita das correspondências, devemos levar em consideração que a tarefa também era conduzida pela subjetividade do autor.⁷ A dosagem nas palavras, a escolha do que devia ou não ser comunicado se encontrava permeada pelas lentes do observador que fez tal seleção, podendo nem tudo se encontrar presente no que foi materializado no documento, conforme defende Hanser.⁸ Não obstante a importância de tais escritos, eles eram também fundamentais para a organização da própria ordem, mantendo a unidade e certo controle.

As práticas diárias dos índios passam a ter uma nova rotina, como rezar pela manhã, ir à missa e estudar. Os jesuítas deveriam ter total controle do espaço sagrado da aldeia e isso era proporcionado pela normatização de atividades para todo o dia. Não se moldava apenas a fé do gentio,⁹ moldavam-se os corpos e os costumes, para alcançar o êxito e poder propagar a fé cristã pela repetição das atividades, uma forma de facilitar o aprendizado. E esse é um ponto presente nas cartas, a preocupação com a repetição das palavras e das ações, tanto pelo padre como pelo gentio.¹⁰ O ensino pautava-se na disciplina e, a repetição era uma forma

- 4 Carta de Padre de Toloza ao Padre Geral da Companhia de Jesus de sete de setembro de 1575. Biblioteca Nacional de Lisboa, cod. 41.532, fls 161-167.
- 5 O padre Inácio Toloza foi reitor do Colégio da Bahia, no período compreendido entre os anos de 1592 e 1598. (Carta de Pero Rodrigues de 07 de agosto de 1592, Bras, 15, 393)
- 6 CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril*. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 2006 [2000], p. 72.
- 7 Mecenias-Santos, Ane Luíse Silva. "*Conquistas da fé na gentilidade brasileira*": a catequese jesuítica na aldeia do Geru (1683-1758), Dissertação de Mestrado: UFPB, 2011.
- 8 HANSEN, J. A. A Escrita da Conversão: Anchieta e a Poesia em Tupi. *Revista Estudos*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 11-41, 2003.
- 9 ANCHIETA, José de. *Primeiros aldeamentos na Bahia*. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, 1946.
- 10 ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Salvador: Livraria Progresso, 1955.

de alcançar esse objetivo. Essa preocupação já se encontrava sistematizada no *Ratio Studiorum* “(...) aplicar-se-ão aos estudos com seriedade e com constância. Serão pontuais e assíduos às aulas, e diligentes a ouvir e a repetir as prelecções, bem como a realizar todos os outros exercícios”.¹¹

E diante da necessidade de instruir os padres iniciaram uma cruzada para conversão. Na aldeia de São Tomé¹² o padre Gaspar de Lourenço, junto com o Irmão Salônio, fundaram uma escola para criança chamada de São Sebastião.¹³ A carta do padre Inácio de Toloza relata que ensinavam na escola pela manhã, à tarde e à noite.

Um índio de nossas aldeias ia tangendo a campainha por toda a aldeia e assim acudiam muitos diante da casa, donde o padre os ensinava as causas de nossa santa fé e o irmão tomou cargo da escola dos moços, que foram a princípio cinqüenta e depois chegaram até cem e em breve tempo sabiam as orações e a um que principalmente residiu com os índios, por que para eles principalmente eram enviados, acudia também com alguns brancos que estavam de ali a algumas seis léguas, consolando-os com dizer-lhes missa e confessando-os e um dia chovendo para esta aldeia de S. Tomé os consolou Deus Nosso, porque estando em roda dela, ouviram grandes vozes diante da casa, onde moravam e era um moço da escola de S. Sebastião que o padre havia deixado, para que vigiasse pelas casas e que estava ensinando a doutrina aos meninos das aldeias e depois os fazia persignar e santificar por si a cada um, e isto fez todo o tempo que esteve ausente, que foram nove dias.¹⁴

Observa-se que, pela quantidade de alunos relatada, pode-se imaginar as dimensões da propagação da cultura cristã na referida aldeia, chegando a contribuir também com a catequese de brancos que viviam nas imediações.¹⁵ Convém destacar, conforme o texto, que a aprendizagem das orações era rápida.¹⁶ No entanto, fica a dúvida quanto às práticas pedagógicas

- 11 *Código Pedagógico dos Jesuítas*. *Ratio Studiorum* da Companhia de Jesus [1599] Regime escolar e curriculum de Estudos. Lisboa: Esfera do Caos, 2009, p. 248.
- 12 Não conseguimos indicar a localização exata da aldeia. De acordo com Freire (1977, p. 5) se encontrava nas imediações do Rio Piahy, afluente do Rio Real. Já Nunes (2000) destaca que possivelmente essa aldeia ficava no atual município de Santa Luzia.
- 13 ALMEIDA, Aurélio Vasconcelos de. Vida do Primeiro Apóstolo de Sergipe, Pe Gaspar de Lourenço. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, nº 21, 195, p. 175.
- 14 Carta de Padre de Toloza ao Padre Geral da Companhia de Jesus de sete de setembro de 1575. Biblioteca Nacional de Lisboa, cod. 41.532, fls 161-167.
- 15 Mecenias-Santos, Ane Luíse Silva. “O remédio das almas dos gentios”: a catequese jesuítica em Sergipe na epístola de Toloza. Soares, Azemar dos Santos. *Retalhos de história: culturas políticas e educação no nordeste do Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011, p. 11-38.
- 16 DOCUMENTOS Históricos da Biblioteca Nacional. Vol. LXIV. Rio de Janeiro: Typografia Baptista de Souza, 1944.



utilizadas durante as aulas, que não são relatadas nesse texto, embora seja possível identificar que a repetição dos hábitos ensinados era a forma mais utilizada para que o gentio¹⁷ pudesse apreender os costumes cristãos e, assim, modificar seu comportamento.

As crianças eram os alunos prediletos dos inacianos, conforme aponta Neves.¹⁸ De acordo com o autor, o demônio tinha maior atuação com os adultos. Dessa forma as crianças estavam menos vulneráveis a interferência do “mal” e aprenderiam as coisas da fé facilmente.

À medida que os meninos aprendiam as orações, participava das missas e da confissão havia a verificação da eficácia dos conhecimentos ensinados, que pode ser apontada pela repetição das práticas sem a presença dos jesuítas na localidade.¹⁹

A sacralidade foi difundida não apenas pela palavra, pois o espaço da aldeia de São Tomé também sofreu alterações. Por exemplo: levantaram uma cruz na aldeia, que possuía a dimensão de oitenta palmos e uma igreja de pindoba denominada Nossa Senhora da Esperança. Eram modificados, assim, o espaço, as práticas diárias e a mentalidade.

A segunda aldeia a ser visitada situava-se na “perigosa” região dominada pelo índio Surubi, temido por ser responsável pela morte de alguns colonos. De acordo com a carta, os padres foram convidados a conhecer a referida aldeia. Ela ficava mais perto do rio Vaza-Barris, provavelmente nas proximidades do atual município de Itaporanga,²⁰ “a dez ou doze léguas de S. Thomé, por mui ruim caminho”.²¹ O convite não foi atendido de prontidão, pois os padres ficaram receosos e dificultaram a visita. Mas, de acordo com o relato, foram muito bem recebidos. Para comer foram oferecidas quatro espigas de milho. Durante a sua estada fundaram a segunda Igreja nas terras de Sergipe, denominada de Santo Inácio, cortaram madeira e fizeram a cobertura de palha. A Igreja atenderia às “mil almas” que ali se encontravam.

Muitas outras aldeias foram também visitadas pelo padre Gaspar Lourenço. Entretanto, em apenas três foram erguidas igrejas. A terceira ficava próxima ao mar, era a aldeia do índio Serigi. Como chegaram à localida-



- 17 CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. São Paulo: Hedra, 2009.
- 18 NEVES, Luiz Felipe Baêta. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978, p. 95.
- 19 Mecenias-Santos, Ane Luíse Silva. Palavras para conhecer e converter: os escritos do padre Mamiani utilizados na catequese dos índios kiriri no século XVII, Díaz, José María Hernández., *Formación de élites y Educación Superior en Iberoamérica* (SS. XVI-XXI). Salamanca: Hergar Ediciones Antema, 2012, p. 135-146.
- 20 FREIRE, Felisbela. *História de Sergipe*. 2. ed. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 5.
- 21 Carta de Padre de Toloza ao Padre Geral da Companhia de Jesus de sete de setembro de 1575. Biblioteca Nacional de Lisboa, cod. 41.532, fls 161-167.



de na véspera de São Pedro e São Paulo, 28 de junho de 1575, levantaram a cruz e fizeram a igreja cuja invocação foi dedicada a São Paulo.

Nessas visitas, além da doutrinação pelas orações, pelas missas e pela confissão, também eram realizados batismos. Percebe-se que o sacramento do batismo era ministrado, conforme o documento, preferencialmente às pessoas que se encontravam próximas da morte:

Na aldeia de S. Thomé baptisaram outra índia, estando já a morrer, e assim que quando o Padre lhe fallava, mostrava pouca vontade disso, parecendo-lhe que só se batisasse logo havia de morrer que lhe ensinava o demônio, porque como os padres agora não batisavam senão as que estavam à morte, pareceu-lhe que em baptisando-se logo havia de morrer. Mas outro dia visitando-a elle padre e dizinho-lhe que se não queria o inferno era necessário batisar-se, Ella disse que o desejava muito, que o dia e antes quando soltou algumas palavras foi porque não estava em seu entendimento e assim depois de bem instruída, a baptisou o Padre e assim dahi a três dias foi gosar de seu creador, e enterraram-na na porta da igreja com a solenidade que se costuma em nestas aldeias e ficaram todos admirados de vel-o.²²

Essa falta de vontade ao batismo e ao sacramento se aplicado quando, percebe que há perigo de morte, são vestígios da resistência e do confronto no projeto de catequese. Observa-se que nesse discurso carregado de impressões positivas, como aponta Boxer,²³ o processo não foi tão simples assim. A partir desse relato é possível destacar outro aspecto importante no processo de conversão, o cuidado com os mortos e com os doentes. Na morte, a figura do demônio e o medo dela ocorrer sem o sacramento, pairam sobre a atividade dos jesuítas.²⁴ Era necessário velar o doente e evitar que o mesmo partisse sem o sacramento necessário, o que seria um perigo tanto para a alma do índio como para a do próprio jesuíta.

O missionário deve então se deslocar para visitar os doentes. A agonia dos índios é um momento chave, onde estão em jogo ao mesmo tempo a salvação do índio e a do missionário. Se um índio morre sem o sacramento, o missionário se achará responsável por isso aos olhos de Deus. Nessa

22 Carta de Padre de Toloza ao Padre Geral da Companhia de Jesus de sete de setembro de 1575. Biblioteca Nacional de Lisboa, cod. 41.532, fls 161-167.

23 BOXER, Charles. *A Igreja Militante e a Exapansão Ibérica: 1440-1770*. São Paulo: Compahia das Letras, 2007, p. 118.

24 Mecenias-Santos, Ane Luíse Silva. *Para maior glória de Deus e da ordem: a catequese jesuítica a partir do método do Padre Mamiani*. Barreto, Raylane Andreza Dias Navarro; Santos, Claudefranklin, *Temas de história e educação católica em Sergipe*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013, p. 47-75.



economia da salvação, a salvação do missionário está estreitamente ligada à de suas ovelha.²⁵

Para auxiliar na doutrinação cristã foram enviados para as aldeias de Sergipe o padre João Pereira e o irmão Pero Leitão. Dessa forma, os membros da Companhia foram redistribuídos entre as aldeias, facilitando o contato e mantendo a permanência nas localidades. O Padre Pereira, junto com o irmão Salônio, se tornou o responsável pela igreja de São Tomé. Já o padre Gaspar de Lourenço e o irmão Pero Leitão ficaram nos limites do índio Surubi, na Igreja de Santo Inácio.²⁶

Contudo, esses aparentes momentos de calma seriam suplantados pelos conflitos entre os colonos e gentios. Apesar dos relatos dos padres da Companhia informando os êxitos no projeto de catequese, um clima tenso pairava no ar: os colonos instigavam o governo relatando problemas, bem como animosidades na região que se intensificaram após o governador Luiz de Brito ter delegado a colonização da mesma a Garcia D'Ávila. Para Capistrano de Abreu,

Luis de Brito de Almeida pretendeu passar além do rio Real e incorporar Sergipe. Já os jesuítas tinham preparado o terreno para a penetração pacífica por meio das missões, mas a cobiça dos colonos e as manhas de alguns mamelucos tudo arruinaram.²⁷

Os campos além do Rio Real passam a se tornar, cada vez mais importantes para a expansão dos rebanhos de gado, aguçando os interesses dos senhores de terra do Recôncavo pela região, que exigiam do governador a retirada dos índios da localidade. De acordo com Nunes,²⁸ os jesuítas, em muitos momentos, elogiavam a atuação de Garcia D'Ávila, contudo, ao passo que ambos passaram a disputar a posse da mesma região, começaram a combatê-lo.

A mentalidade jesuítica emerge nas linhas da carta, vislumbrando a doutrina cristã. A pesquisa desenvolveu-se a partir da análise da carta produzidas durante a primeira tentativa de conquista das terras acima do rio Real que pode ser visto como exemplo da ação catequética jesuítica. Elementos como o medo passam a ser então o elo necessário para promover a aproximação do índio com os jesuítas. Os padres defendiam a ideia de que deviam preparar a alma dos nativos para que esses pudessem re-

25 CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril*. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 2006 [2000], p. 147-148.

26 LEITE, Serafim (org.). *Cartas dos primeiros Jesuítas no Brasil (1538-1553)*. São Paulo: Comissão do IV centenário da Cidade de São Paulo, 3 vols, 1954-57.

27 ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial – 1500-1800*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000 [1907], p. 96-97.

28 NUNES, Maria Thetis. A integração do território sergipano à colonização portuguesa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n 408, 2000, p.193.





ceber a fé cristã. A preparação era feita inculcando a necessidade do índio consentir a catequese como forma de manter sua segurança. Na escrita dos jesuítas, a Europa cristã defronta-se com a América portuguesa indígena. Dois mundos aparentemente distantes se entrecruzam nas prédicas dos padres. A conquista da América lusitana não se fez somente com armas de fogo, mas também por meio das palavras e do ensino.





Do gado à cana: a cultura açucareira na capitania de Sergipe d'El Rei (século XVIII)

Wanderlei de Oliveira Menezes¹

Cattle to cane: the sugar production in the captaincy of Sergipe d' El Rei (eighteenth century)

Resumo:

Este artigo trata da atividade açucareira na capitania de Sergipe d'El Rei durante o século XVIII. O objetivo é situar historicamente o momento de transição do principal produto de exportação da capitania da pecuária para a produção canavieira. O gado era desde os primórdios da capitania o principal produto de exportação, contudo, na segunda metade do século XVIII, a produção canavieira passou a ser impulsionada pela política pombalina de estímulo à produção de gêneros agrícolas e encontrou em Sergipe um terreno fértil para sua expansão. O número de engenhos aumentou significativamente, impulsionando o crescimento da produção e a formação de uma elite de senhores de engenhos e lavradores de cana bem como a aquisição de mão-de-obra escrava.

PALAVRAS-CHAVE: Gado, Açúcar, Sergipe d'El Rei.

Abstract:

This article deals with the sugar industry in the captaincy of Sergipe d' El Rei during the eighteenth century. The goal is historically situate the moment of transition from the main export of the captaincy of livestock for sugarcane production. Cattle were from the beginning of the captaincy main export, however, in the second half of the eighteenth century, sugarcane production has become driven by Pombal statecraft of fostering the production of farm products and found in Sergipe fertile ground for its expansion. The number of mills increased significantly, driving the growth of production and the formation of an elite of gentlemen mills and cane farmers and the acquisition of labor, slave labor.

KEYWORDS: Cattle, sugar, Sergipe d' El Rei

195



1 Mestrando em História pela UFS. Endereço eletrônico: wanderlei.sergipecolonial@gmail.com



Os estudos acerca da economia de Sergipe durante o período colonial são diminutos. A historiografia clássica, sobretudo Felisbello Freire e Carvalho Lima Júnior, deram especial ênfase a história político-administrativa e factual da capitania de Sergipe.² Um importante marco para a compreensão do passado colonial sergipano foi realizado pela professora Maria Thétis Nunes com a publicação dos dois volumes de Sergipe colonial. O primeiro volume era destinado a estudar a História de Sergipe nos séculos XVI e XVII. A segunda obra tinha foco na história da capitania no século XVIII.³

Num capítulo de *Sergipe Colonial I*, Thétis analisou a importância comercial das culturas de exportação (fumo, cana e algodão) para a capitania de Sergipe⁴. Em breves palavras, a historiadora atestou o crescimento da produção açucareira sergipana no século XVIII e suas consequências. Excepcionalmente esse texto, muito pouco se escreveu sobre a cultura açucareira em Sergipe durante o período colonial. Mesmo assim, a cultura açucareira local recebeu a atenção de importantes pesquisadores, em especial Josué Modesto dos Passos Sobrinho, Maria da Glória Santana de Almeida, Orlando Dantas e Sharise Piroupo.⁵ Contudo, essas pesquisas tem por marco temporal o século XIX, período do ápice da produção açucareira em Sergipe.

Este artigo aborda a atividade açucareira na capitania de Sergipe d'El Rei durante o século XVIII. O objetivo é situar historicamente o momento de transição do principal produto de exportação da capitania da pecuária para a produção canavieira. Desde os primórdios da capitania o gado era o principal produto de exportação, contudo, na segunda metade do século XVIII, a produção canavieira passou a ser impulsionada pela política pombalina de estímulo à produção de gêneros agrícolas e encontrou em Sergipe um terreno fértil para sua expansão.

- 2 FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe, 1575-1855*. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1891; _____. *História Territorial do Brasil*. V. 1. (Bahia, Sergipe e Espírito Santo). Rio de Janeiro: Typ. "Jornal do Commercio", 1906; LIMA JUNIOR, Francisco A. de Carvalho. *Os capitães-mores de Sergipe (1590-1820)*. Aracaju: Segrase, 1985.
- 3 NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989; _____. *Sergipe colonial II*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- 4 NUNES, 1996, Op. Cit. P. 129-153.
- 5 ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe, fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis RJ: Vozes, 1984; _____. *Nordeste açucareiro (1840-1875): desafios num processo do vir-a-ser capitalista*. Aracaju, SE: Universidade Federal de Sergipe, SEPLAN, 1993; PASSOS SOBRINHO, Josué Modesto dos. *História econômica de Sergipe: (1850 - 1930)*. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987; _____. *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro: Sergipe 1850-1930*. Aracaju: FUNCAJU, 2000; DANTAS, Orlando. *A vida patriarcal de Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Um pé calçado, outro no chão - liberdade e escravidão em Sergipe - Cotiguiba, 1860-1900*. Salvador: EDUFBA, 2012.



Capitania de Sergipe de “infinito gado”⁶

A fundação da capitania de Sergipe d'El Rei, situada na faixa litorânea entre os rios Real e de São Francisco, entre as capitanias da Bahia e de Pernambuco, se processou por meio de “guerra justa” contra as populações indígenas, através de empreendimento militar liderado por Cristóvão de Barros. Esse governador-interino partiu de Salvador, em 1589, comandando uma numerosa tropa. No ano seguinte, já havia debelado a resistência nativa e fundado um arraial, a qual deu o nome de São Cristóvão.⁷ A conquista se justificava pelo interesse dos moradores da Bahia de Todos os Santos pelos pastos dos rios Real, Piauí, Vaza-barris, Sergipe, Japarutuba e, principalmente, Rio de São Francisco, fundamentais à expansão da pecuária nos sertões de baixo.⁸ Em 1621, a capitania se destacava como espaço destinado à criação de gado, pois “pela abundância de gado que produz e dos muitos povoadores que a este respeito ali se juntaram, foi Vossa Majestade servido de a nomear Capitania a parte, confirmando os juizes e vereadores, vigários e coadjutor”.⁹



A capitania da Bahia era o centro administrativo da América Portuguesa entre 1549 e 1763. Tinha seu núcleo central na baía de Todos os Santos, área estratégica e comercialmente privilegiada da costa norte do Estado do Brasil. Em 1549 foi transformada em capital do vasto território conquistado pela coroa portuguesa na América. A existência de terras férteis apropriadas à cultura açucareira no entorno da citada baía e recôncavo estimulou o povoamento e a colonização dos territórios vizinhos. Ao sul do recôncavo, surgiram as capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, destinadas basicamente à produção de gêneros de subsistência (mandioca, principalmente) e ao fornecimento de madeira e lenha para engenhos, e ao norte estava a capitania de Sergipe. A presença do governo da Bahia interferindo nos rumos da capitania de Sergipe d'El Rei foi uma constante em todo período colonial. Como assinala Stuart Schwartz:

- 6 Expressão extraída a partir da frase “na Tabanha [Itabaiana] de infinito gado” em: MORENO, Diogo de Campos. Capitania de Sergipe del Rei. In: *Livro que dá razão do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1968. P. 49. [edição fac-similar].
- 7 Sobre a conquista de Sergipe, vide: PRADO, J. F. de Almeida. *A Bahia e as capitanias do centro do Brasil (1530-1626)*. Tomo 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948. P. 207-228; NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I*. Aracaju: UFS; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. pp. 17-37; FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe, 1575-1855*. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1891. pp. 01-23; SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. Rio de Janeiro; São Paulo: Weiszflog irmãos, 1918. pp. 334-342.
- 8 SCHWARTZ, Stuart B. O Brasil Colonial, c.1580-1750: as grandes lavouras e as periferias. In: BETHEL, Leslie (org). *História da América Latina: A América Latina Colonial*. V. II. São Paulo: EDUSP, 1999. P. 379.
- 9 MORENO, Diogo de Campos. Capitania de Sergipe del Rei. In: *Livro que dá razão do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1968. P. 49. [edição fac-similar].



a região ao sul do delta do São Francisco, próxima da costa, constituía a capitania independente de Sergipe do Rei, que, como Ilhéus, era, no entanto, econômica e administrativa-mente ligada à Bahia. Havia alguns engenhos de açúcar ao longo dos rios, especialmente junto à vila de São Cristóvão. A região, tal qual a área localizada ao norte de Salvador, era mais importante, contudo, por sua situação de núcleo de expansão da criação de gados. As boiadas eram levadas às margens do São Francisco, do rio Real e de outros rios e, em meados do século XVII, já havia ocorrido uma considerável penetração do interior.¹⁰

Para Evaldo Cabral de Mello, a fundação da Capitania de Sergipe assegurou as comunicações marítimas e terrestres entre Pernambuco e a Bahia em viagens que despendia menos de três dias, e com a possibilidade de parada na cidade de São Cristóvão, principal núcleo populacional da Capitania.¹¹ A preocupação com o acesso entre a Bahia e as demais Capitâ-nias da parte setentrional da América Portuguesa, especialmente Pernam-buco, motivou, em 1601, o governo a debelar os quilombos que estavam se formando com as fugas de muitos escravos dos engenhos do recôncavo, na área próxima ao rio Itapicuru, fronteira entre as Capitâ-nias de Sergipe e a da Bahia, sob a incumbência de Felipe Camarão.¹²

A capitania de Sergipe era o caminho mais recomendado para aqueles que faziam a travessia Bahia-Pernambuco. Os caminhos dos sertões da Ja-cobina eram extremamente longos, perigosos e desconhecidos. Como dei-xou bem claro Frei Vicente do Salvador, a partir da conquista de Sergipe (1590) o acesso entre Pernambuco e Bahia melhorou consideravelmente:

dantes ninguém caminhava por terra que não o matassem e comessem os gentios. E o mesmo faziam aos navegantes, porque ali começa a enseada de Vasa-barris, onde se perdem muitos navios por causa dos recifes que lança muito ao mar e os que escapavam do naufrágio não escapavam de suas mãos e dentes. Donde hoje [1627] se caminha por terra com muita facilidade e segurança¹³

A mesma opinião sustentava Diogo de Campos Moreno. A cidade fun-dada por Cristóvão de Barros apesar de ser “uma povoação de casas de

10 SCHWARTZ, Stuart; PÉCORA, Alcir (org.). *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado de Juan Lopes Sierra* (Bahia, 1676). Trad. Alcir Pécora e Cristina Antunes. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. P. 20.

11 MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo: Topbooks, 2005. P. 189.

12 GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: UNESP, 2005. P. 396.

13 SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. Rio de Janeiro; São Paulo: Weiszflog irmãos, 1918. P. 337



taipa cobertas de palha pequena”¹⁴ com um fortes em ruínas para guardar a barra, indubitavelmente era “sítio melhor para a passagem dos que caminhão a Pernambuco e dos que vem do mar”¹⁵

Muito mais que um local de passagem, Sergipe d'El Rei serviu, principalmente, de fornecedor de mantimentos básicos para a população do recôncavo baiano e zona da mata pernambucana. Em *Diálogos das Grandezas do Brasil* (1618), texto atribuído a Ambrósio Fernandes Brandão, a capitania de Sergipe era definida como “coisa pequena, e só abundante em gado, que naquela parte se cria em grande cópia”.¹⁶ Em 1612, o citado Diogo Campo Moreno era enfático em afirmar que a capitania de Sergipe era “muito proveitosa aos engenhos e fazendas de Pernambuco e da Bahia, para os quais todos os anos vai muito gado dai para comer, como para serviço cria-se nestes pastos muitas boas éguas e bons cavalos que dos do Brasil são os melhores”.¹⁷

Durante a presença flamenga na América Portuguesa, percebeu-se claramente o papel desempenhado pela capitania de Sergipe dentro do Império Ultramarino Português. Em 1637, a capitania foi tomada pelas tropas holandesas que avançavam em direção ao Rio de São Francisco. O Conselho de Estado Português é contundente ao enfatizar a importância da Capitania expondo ao Rei D. João IV que “Também de Sergipe iam os principais mantimentos para a Baía, os quais passariam a faltar se lá ficassem os holandeses”.¹⁸ No parecer do Conde de Odemira essa situação ficou mais explícita, pois na primeira observação da proposta de paz com os holandeses era mencionado que “as terras de Sergipe eram os pastos do gado da Baía e o sustento de seus habitantes”.¹⁹ Em outras tentativas de acordo de paz entre as duas potências europeias, o território entre os rios Real e de São Francisco recebeu a devida atenção dos embaixadores lusos em Amsterdam, pois “eram dos gados e mantimentos com que se sustentavam a Bahia, que ficaria oprimida”.²⁰ Somente o padre Antônio Vieira, em 1648, teve postura diferente em relação a Sergipe:

14 MORENO, Diogo de Campos. Capitania de Sergipe del Rei. In: *Livro que dá razão do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1968. P. 50. [edição fac-similar].

15 Idem.

16 BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. São Paulo: Melhoramento, 1977. P. 53.

17 MORENO, Diogo Campos. *Livro que dá Razão ao Estado do Brasil*. Brasília: INL, 1968. P. 49.

18 Consulta do Conselho de Estado ao rei de Portugal em 05 de dezembro de 1648 sobre as condições de paz com a Holanda. In: RAU, Virginia; SILVA, Maria Fernanda G. da. *Os manuscritos do arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*. V. 1. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1956. P. 71.

19 Parecer do Conde de Odemira sobre as propostas de paz oferecidas aos holandeses pelo embaixador português Francisco de Sousa Coutinho em 10 de dezembro de 1648. In: RAU, Virginia; SILVA, Maria Fernanda G. da. *Os manuscritos do arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*. V. 1. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1956. P. 79.

20 Ibid, p. 368.



Por que damos Sergipe, que é o mesmo que entregarmos a Bahia, por que sendo os holandeses senhores de Sergipe, o ficam sendo dos gados e mantimentos de que a Bahia se sustenta. Responde-se, que Sergipe tão célebre neste tratado, hoje não é nada, e nunca foi tão grande coisa como se imagina. [...] não sendo verdadeiramente Sergipe senão uma capitania que está distante da Bahia cinquenta léguas, e o rio do mesmo nome [...] A cidade de Sergipe tinha antigamente cinquenta casas de palhoças; hoje é como outro campo.²¹

A posição de Antônio Vieira pode ser entendida como resultado dos estragos causados pela presença holandesa na capitania (1637-1645) e da estratégia de retirada do gado e destruição sistemática de todos os mantimentos por parte do conde Bagnoulo, durante a retirada das tropas brasileiras. Além do mais, esse religioso acreditava que os elementos necessários para o sustento da Bahia poderiam vir também de Cairu, Boipeba e Camamu.²²

De qualquer forma, a conquista militar da Bahia e a manutenção dos engenhos do recôncavo estavam relacionados com a situação de Sergipe. O que os Holandeses buscaram fazer foi canalizar o potencial de “apêndice” da pequena capitania para dar suporte à atividade açucareira em Pernambuco, porém as tropas luso-brasilicas lançaram por terra as intenções da Companhia das Índias Ocidentais ao empreender a tática de destruir tudo que servisse aos invasores. O gado foi levado para o Recôncavo e os canaviais queimados. Mesmo assim Maurício de Nassau ordenou a ocupação de Sergipe “pois que até hoje dela vínhamos tirando todo gado necessário”.²³ O plano dele era “mandar fortificar essa praça para que no caso de um tratado de paz, possamos incluir essa capitania na jurisdição desta região [de Pernambuco]”.²⁴

A pecuária impulsionou a ocupação do território que futuramente seria denominado Sergipe. Paulatinamente, os moradores foram se estabelecendo pelo território. Em 1621, havia “mais de duzentos moradores brancos separados uns dos outros a respeito das criações para as quais são tão ambiciosos de ocupar terra, que há morador que tem trinta léguas de sesmaria em diferentes partes”.²⁵ O historiador Stuart Schwartz associou o surgimento de Sergipe d’El Rei à neces-

21 VIEIRA, Antonio. Papel que fez o Pe. Antonio Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos holandeses [1648]. *Escritos Políticos e Históricos*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. P. 337.

22 Ibid. p. 339.

23 Gouvêa, Fernando da Cruz. *Maurício de Nassau e o Brasil Holandês: correspondência com os Estados Gerais*. Recife: UFPE, 1998. P. 110.

24 Idem.

25 MORENO, Diogo de Campos. Capitania de Sergipe del Rei. In: *Livro que dá razão do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1968. P. 50. [edição fac-similar].



cidade de expansão da criação de gado para novas áreas em direção ao Rio São Francisco. Sergipe era assim “um apêndice econômico dos engenhos de açúcar do Recôncavo”.²⁶ Para Maria Thétis Nunes, a economia local era estruturada em decorrência da demanda da política econômica metropolitana e do mercado europeu.²⁷

Os setecentos: o século doce em Sergipe d'El Rei

No século XVIII, a capitania de Sergipe vivenciou um período de reordenamento econômico. A produção dos principais gêneros de exportação da América Portuguesa (cana-de-açúcar, fumo e algodão) é incrementada.

O cronista Sebastião da Rocha Pita (1730) nos oferece informações sobre esse momento histórico.²⁸ Ele deu especial destaque a região do Cotinguiba onde, “no seu recôncavo, e no de suas vilas se contam vinte e cinco Engenhos, de donde se sai todos os anos bom número de caixas para a Bahia, de perfeito açúcar em qualidade, e benefício”.²⁹ O relato de Rocha Pitta remetia a uma situação financeiramente promissora não apenas do Cotinguiba, mas de toda a capitania de Sergipe, pois havia:

mais de oito mil vizinhos, que possuem cabedais, e tem muitas lavouras, sendo para todos o terreno tão dilatado, e fecundo, que faz férteis as suas Povoações, e a seus habitantes ricos, e abundantes. São pródigos os seus campos de criação de gado, na produção das sementeiras, e do tabaco. Deste gênero, da courama, e do açúcar, lhe resulta muito comércio, e ainda fora mais franco, a não serem as duas barras tão estreitas, que não dão transito, mais que a pequenas sumacas³⁰

Contudo, como alerta José Honório Rodrigues, Rocha Pitta era uma autoridade colonial que valorizou demasiadamente a terra. Sua escrita é ufanista e ele adota uma defesa dos interesses de Portugal, pois “Muitas



26 SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o tribunal superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751*. São Paulo: Companhia das letras, 2011. P. 105.

27 NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I*. Aracaju: UFS; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

28 PITTA, Sebastião da Rocha. *Historia da America Portuguesa: desde o ano de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva. 1730. P. 110.

29 Idem.

30 Ibidem. P. 111.



vezes a História de Portugal substitui a da América Portuguesa, já em si tão sumariada e tão submetida”.³¹

Gonçalo Soares de França, cronista contemporâneo ao anteriormente citado, também descreveu a região do Cotinguiba como uma área promissora economicamente: “a engrandece muito a amena fertilidade do seu contorno, em que se contam trinta e dois engenhos, algumas fazendas de gado, muitas roçarias, muitos legumes, e na Marinha superabundante cópia de pescados, mariscos, frutas e hortaliças”.³²

No século XVIII, teremos em Sergipe d’El Rei a transição de uma economia baseada na criação de gado e aproveitamento de seus derivados pela instalação de forma mais intensa de novos engenhos de açúcar e áreas destinadas ao cultivo da cana de açúcar. O gado continuou como elemento importante de riqueza nesse período de transição, sendo comum encontrarmos criadores que se tornaram lavradores de cana ou mesmo senhores de engenho. De acordo com Anderson Pereira, para o século XVIII, a estimativa do rebanho sergipano era de aproximadamente 15.000 reses.³³ Esse mesmo autor sugere que a criação de gado gerou capitais para a expansão da economia açucareira. Assim, possivelmente, a renda gerada pela pecuária com a venda dos sítios, fazendas, e currais ou mesmo pelo comércio da carne e exportação de couros foi aplicada na expansão da economia açucareira.

O cronista e naturalista de Antônio Muniz de Souza, nascido no final do século XVIII, na povoação de campos (Atual Tobias Barreto, na época termo da vila de Lagarto), registrou esse momento histórico de decadência da pecuária em Sergipe e capitanias vizinhas:

antigamente criavam-se muitos gados nas grandes campinas, que tem pela beira-costa, e com tanta abundância, que se exportava algum para o Rio de Janeiro; porém não só se não exporta mais, compram muitas boiadas, e cavahadas aos Mineiros que anualmente descem, porque aquelas campinas

31 RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil: historiografia colonial*. 2. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. P. 496-497; KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia acadêmica luso-brasileira (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004, p.16; OLIVEIRA, Maria da Glória. Fazer história, escrever história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V.30. n59.p.37-52. 2010. p .39.

32 FRANÇA, Gonçalo Soares da. Dissertações da História Eclesiástica do Brasil em 1724. In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22)*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969. P. 192.

33 PEREIRA, Anderson. O gado em Sergipe no século XVIII. *Anais do V Encontro Internacional de História Colonial: cultura, escravidão e poder na expansão ultramarina (século XVI ao XIX)*. Maceió: UFAL, 2014. pp. 160-165. Os dados extraídos de: PITTA, Sebastião da Rocha. *Historia da America Portuguesa desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro*. Lisboa: Academia Real, 1730 e ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Lisboa: Oficina Real, 1711.



provando antigamente bem para a criação de gados, tanto vacum , como cavalar , hoje tem desmerecido por muitos motivos: 1º pela pequena qualidade dos gados; 2º pela escassez do leite nas vacas, e pouca manteiga, ou nata no mesmo leite; e pelo pouco sebo nos animais; 3º por darem as vacas por muito tempo de mamar aos bezerros, e falharem muitas parições; antigamente se contavam maravilhas não só dos pastos, corno dos animais, e suas produções.³⁴

Esse quadro de mudança na estrutura econômica local seria potencializado com a aplicação de diretrizes políticas e econômicas de um reformismo ilustrado que marcou profundamente a América Portuguesa a partir de 1750, sob a administração de Sebastião José de Carvalho e Mello (1699-1782), o Marquês de Pombal. Suas ações visavam à modernização do Estado Português, embasado nos pressupostos de um mercantilismo revitalizado para fortalecer a vida econômica do Reino através do estímulo à produção agrícola e ao comércio. Essas medidas tomadas pelo governo metropolitano eram consideradas urgentes e vitais para se restaurar a saúde econômica de Portugal e retirá-lo do atraso.³⁵ Com Pombal, a burguesia comercial conseguiu romper com a submissão à nobreza portuguesa. De acordo com o visconde de Carnaxide: “Até então o comércio tinha sido apenas uma forma de se alcançar a fortuna. Daí por diante o triunfo comercial, ou seja, a fortuna, mesmo que adquirida por uma profissão chamada ‘madrasta’, passou a constituir um bilhete de ingresso na aristocracia”.³⁶

Havia um projeto político protagonizado por Pombal marcado por propostas de rupturas e reformas, mesmo limitado por uma série de circunstâncias, paralelas ao advento das concepções e práticas políticas iluministas, de caráter centralizador, que, em Portugal, se manifestaram no reinado de D. José I, e continuou no reinado posterior. Para Hespanha, “[...] sobretudo nos domínios fiscal e da organização da alta administração, [Pombal] institui modelos novos de pensar a sociedade e o poder e de organizar, correspondentemente, a malha institucional”.³⁷

Por outro lado, sabemos que algumas das reformas levadas a cabo durante o período pombalino consistiram na extensão à colônia das ramificações de operações em andamento no Reino. Entretanto, como pontuou Francisco Falcon, “Entre os discursos metropolitanos, que anunciam e justificam as reformas, e as práticas reais, na colônia, há com frequência uma

34 Ibid. p. 124-125

35 MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal*. Paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 10.

36 CARNAXIDE, Visconde de. *O Brasil na Administração Pombalina*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1979, p. 25

37 HESAPANHA, A. M. (Coord.). *História de Portugal – O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, v. 4, 1993. P. 7



considerável distância”.³⁸ Joaquim Romero Magalhães relativiza importantes pontos da atuação da política pombalina no Brasil. Inicialmente, defende a hipótese que a política pombalina não nasceu pronta, foi se construindo, e muito do que é considerado inovação nos planos político, econômico, fiscal e militar já existia antes de Pombal ascender à condição de primeiro-ministro. Segundo esse historiador, muito da atuação de Pombal é obra do casuísmo, pois faltava homogeneidade e um programa definido de ações. Não havia um programa econômico no período pombalino voltado para o Brasil e a intenção maior de Pombal era privilegiar a produção agrícola:

Para o marquês de Pombal a utilidade maior estava na agricultura, que não nas minas. Autorizar mais áreas mineiras trazia como resultado diminuir a população e a produção agrícola e aumentar as dificuldades de fiscalização às jazidas [...] Simplesmente porque para o comércio do Reino relevava dispor dos produtos agrícolas coloniais com curso nos mercados internacionais – caso do açúcar, do tabaco, do algodão ou do cacau.³⁹

204

A América Portuguesa e as outras possessões ultramarinas do império passariam a vivenciar um período fecundo caracterizado por importantes reformas administrativas e reorganização das atividades produtivas. Como afirmou Teixeira Soares, a partir de 1750, o Brasil entrava numa fase de diversificação econômica bastante curiosa, indicadora de crescimento e enriquecimento. Pombal estimulou o afluxo de produtos brasileiros para os mercados do Reino. A intensificação do comércio entre as duas margens do Atlântico serviria para minimizar os prejuízos com o desvantajoso comércio com a Inglaterra.⁴⁰

Essa fase próspera para a produção agrícola foi incrementada pela conjuntura econômica internacional favorável, marcada pela crise da produção açucareira nas Antilhas e aumento da utilização do açúcar provocado pela ampliação mundial do consumo do chá, cacau e café. Os dados sugerem que houve aumento do volume das exportações do açúcar. O volume das exportações portuguesas do açúcar brasileiro cresceu 3,6% entre 1776 e mais de 14,3% até 1789.⁴¹

O aprimoramento das estratégias de exploração colonial continuava a ser “um ponto essencial das ideias mercantilistas e fator de constituição

38 FALCON, F. C. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, J. (Org.). *História de Portugal*. São Paulo: Editoras Unesp, Edusc e Instituto Camões, 2000, p. 159

39 MAGALHÃES, Joaquim Romero. Sebastião José de Carvalho e Melo e a economia do Brasil. In: *Labirintos Brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2011. P. 188-189.

40 SOARES, Álvaro Teixeira. *O Marquês de Pombal*. Brasília: UNB, 1983. P. 171-172.

41 MALERBA, Jurandir. *Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.55.

das riquezas metropolitanas".⁴² Os gêneros agrícolas que tradicionalmente compunham a pauta de exportação da colônia foram revitalizados e estimulados. O crescimento do número de engenhos e a quantidade de caixas de açúcar exportados pela capitania de Sergipe, durante a segunda metade do século XVIII são sintomas da expansão da economia canavieira.

Desde os primeiros anos de instalação da capitania que havia engenhos de açúcar, porém em pequeno número. Segundo dados coletados por Luiz Mott, em 1724 havia 25 engenhos em Sergipe. Esse número foi ampliado para 140 no final do século (1798).⁴³

O relato mais pormenorizado da situação econômica promissora da capitania de Sergipe pode ser extraído dos dados apresentados pelo sargento-mor José Antônio Caldas. Esse engenheiro documentou diversos aspectos da administração da Capitania da Bahia em 1759. Acerca da produção de açúcar, temos o seguinte quadro nesse ano:

Tabela 01: Produção açucareira da Capitania da Bahia em 1759.

Porto de Partida	Açúcar branco (em arrobas)	Açúcar mascavo (em arrobas)
Santo Amaro (Bahia)	60.514	24.700
Matoim (Bahia)	37.755	21.817
Beira mar (Bahia)	40.025	25.033
Mato do Seytas (Bahia)	29.233	18.576
Iguapé (Bahia)	28.377	8.686
Garajau (Sergipe)	2.871	5.052
Cotinguiba (Sergipe)	22.074	24.473
Sergipe D'El Rei (Sergipe)	4.385	2.373
TOTAL	185.209	130.710

Fonte: CALDAS, José Antônio. *Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1951 (Edição fac-similar). p. 222-227.

Com base nos dados acima, é possível afirmar que de 315.919 mil arrobas de açúcar, produzido em 172 engenhos de açúcar e exportado nos oito portos de toda Capitania Geral da Bahia, Sergipe d'El Rei enviava, através de seus três portos, 61.228 arrobas, o que equivale a 19,38% da produção total da Bahia.

Sergipe era destaque na produção de açúcar mascavo. A produção enviada pelo porto do Cotinguiba era a terceira maior da Capitania da Bahia.

42 FALCON, Francisco. *A Época Pombalina*. Política Econômica e Monarquia Ilustrada. São Paulo: Ática, 1986, p.195.

43 MOTT, Luiz R. B. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986. P. 135-138.

Se juntarmos o açúcar mascavo enviado pelos portos de Sergipe D'El Rei supera o que era enviado pelo porto de Santo Amaro, no recôncavo baiano. O açúcar mascavo era de qualidade inferior se comparado ao branco, mais valorizado no mercado europeu.

De acordo com José Ribeiro Júnior, no começo do século XVIII, a Capitania de Pernambuco possuía 246 engenhos, 100 a mais que a Bahia e 110 a mais que o Rio de Janeiro. A produção média de Pernambuco era de 400 mil arrobas de açúcar anuais. Contudo, esse estudioso da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba demonstra que com a criação de uma companhia monopolizadora do comércio, em 1759, por iniciativa do Marquês de Pombal, a produção oscilou de tal forma que a hegemonia pernambucana da exportação açucareira foi abalada, principalmente pela Bahia, que durante a segunda metade do século XVIII expandiu sua produção. Sergipe foi, nesse contexto, um espaço onde a atividade açucareira ganhou força, especialmente na região entre os rios Sergipe e Cotinguiba.⁴⁴

Uma característica importante dos engenhos de Sergipe do final do período colonial e no século XIX era as dimensões reduzidas. A esmagadora maioria era de pequeno e médio porte quando comparados aos da Bahia e de Pernambuco. Assim,

Em sua quase totalidade, foram pequenos e médios engenhos de Sergipe colonial, como comprova o baixo número de escravos que possuíam, e o que dizem os testamentos da época [...]. Não existiam na capitania de Sergipe grandes potentados, donos de imensos canaviais como em outras capitanias do Nordeste.⁴⁵

O porto de Salvador era o canal de exportação do açúcar produzido nos engenhos de Sergipe e uma pequena parcela da produção ia para Pernambuco, através do Rio São Francisco. O porto soteropolitano conferiu à cidade um destacado caráter comercial. Foi importante veículo de integração da região ao comércio externo e também a principal ligação entre o mundo rural do recôncavo e o centro consumidor urbano. A importância estratégica do porto baiano fez com que este fosse por muito tempo conhecido como o porto do Brasil. A Baía de Todos os Santos oferecia um abrigo seguro e grande facilidade de atracar os veleiros de longo curso. Sabendo disso, o Marquês de Pombal ordenou a criação da Mesa de Inspeção, conhecidas também como casas de inspeção, em 1751. A ideia de Pombal era voltar a ter o domínio do comércio e gerar fundos para a Fazenda Real pela fiscalização e estabelecimento de preços.

44 RIBEIRO JÚNIOR, José. *Colonização e monopólio no Nordeste Brasileiro: a companhia geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)*. São Paulo: Hucitec, 2004. P. 134-145;

45 SOBRINHO, Josué Modesto Passos. *Reordenamento do trabalho escravo. Trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro*. Sergipe. 1850-1930. Aracaju: Funcaju, 2000. P. 26



Em 1753, os colonos de Sergipe, através de petições e representações, protestaram contra a fixação desses preços que já vinha determinado pela Coroa, através de seus agentes fiscalizadores. Na representação dos donos de engenho da Bahia e Sergipe, queixavam-se da carestia dos escravos e dos baixos preços fixados para o açúcar.⁴⁶ Os produtores de Sergipe alegaram ainda que “o custo de registro de caixas os deixava ainda mais pobres”.⁴⁷ As reclamações não surtiram efeito. Segundo Kenneth Maxwell, as Mesas de Inspeção eram simples paliativo que não atingiam as raízes, pois as dificuldades enfrentadas pelos grupos mercantis e agrícolas provinham do domínio dos comerciantes estrangeiros.⁴⁸ Algumas caixas de açúcar proveniente de Sergipe foram devolvidas pela Junta do Comércio nesse mesmo ano, outro importante órgão fiscalizador criado por Pombal, que exigiu providências da Mesa de Inspeção. Era comum a mistura de diferentes qualidades de açúcar, contudo, produtores da capitania de Sergipe misturaram terra ao açúcar e:



[pela] primeira vez que se viu praticada em caixas de açúcar, sendo além disto para notar que ambas as referidas caixas de açúcar, tão nova e escandalosamente falsificadas, viessem não de algum engenho do Recôncavo desta cidade, mas de dois engenhos da Ribeira de Cotinguiba, distrito da comarca de Sergipe d'El Rei, cujos donos talvez confiados na grande distância dos engenhos de que se faz a remessa das referidas caixas se animaram a cometer a dita falsidade, persuadidos de que não poderiam ser descobertos os autores dela.⁴⁹

Em resposta, a Mesa de Inspeção afirmou ter tomado às providências necessárias. Ao expedir ordem ao ouvidor da comarca de Sergipe para prender e remeter preso à cadeia da cidade da Bahia para ser processados os infratores.

Robert Southey entendeu que a capitania de Sergipe, no final do século XVIII, não possuía “vantagens naturais para o comércio, como as capitanias vizinhas [Bahia e Pernambuco], tendo ficado muito atrás delas seus progressos, sem contudo conservar-se estacionária”.⁵⁰ A razão

46 CARTA do vice-rei e governador-geral do Estado do Brasil, conde de Atouguia, Luís Pedro Peregrino de Carvalho de Meneses e Ataíde ao rei D. José, em resposta à provisão real, dando seu parecer acerca das representações dos donos de engenho da Bahia e Sergipe, que apresentam queixas da carestia dos escravos e da produção do açúcar em 29 de maio de 1753. Arquivo Histórico Ultramarino. CU. BR/BA. Cx. 115, D. 8985.

47 Representação da câmara de Sergipe à Coroa em 30 de abril de 1753. APEB. Maço 132. Documento avulso.

48 MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa: Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p. 33.

49 Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Junta do Comércio, Maço 10, Cx. 38.

50 SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Trad. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro. V. 6. São Paulo: Obelisco, 1965. p. 301.



apresentada pelo historiador britânico para o atraso econômico é que “Nenhum dos rios é navegável por embarcações maiores que sumacas, excessivamente perigosa a entrada de todos por causa dos baixios, penedos e tremendas ressacas. Esses óbices postos ao comércio retardaram os progressos do povo”.⁵¹

Em *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasilicas*, Luiz dos Santos Vilhena nos informa que, nos últimos anos do século XVIII, a capitania de Sergipe d’El Rei era o “sertão de baixo” da Capitania da Bahia. Esse autor expõe de forma simples como era a organização do espaço produtivo da Capitania e a destinação de seus produtos. Em Sergipe d’El Rei “os que habitam o interior do continente ocupam-se na criação de gado e os próximos à Marinha [litoral] e margens dos rios se empregam na cultura das mandiocas e de todos os legumes com que fornecem a Cidade [Salvador] e muitos engenhos”⁵².

Uma carta dos vereadores da vila de Santa Luzia ao governador da Bahia de 1782 atestou a expansão da cultura canavieira no Cotinguiba em detrimento do cultivo da mandioca. Os edis do maior centro produtor de farinha da capitania de Sergipe queixavam-se das:

Continuas e grandes extrações [de farinha], que do mesmo gênero tem havido para a Cidade de Sergipe d’El Rei, seu contorno e em especial para a Cotinguiba, cujos moradores esquecidos de todo da observância que devemos prestar cegamente as ordens de nossos superiores, só se empregam na cultura da cana de sorte que até se tem perdido naquele país a semente de mandioca.⁵³

As plantações de cana de açúcar da Cotinguiba continuam a ocupar os espaços das lavouras de subsistência nos dias atuais. Muitos dos engenhos montados na segunda metade do século XVIII ainda são visíveis nas paisagens bucólicas de dezena de municípios sergipanos.

51 Ibid. p. 302.

52 Ibid. p. 480.

53 Carta dos oficiais da câmara da Vila Real de Santa Luzia sobre a plantação de mandioca em 13 de fevereiro de 1782. Seção de Arquivo Colonial. Correspondência recebida pelo Governo da Bahia da Câmara da Vila de Santa Luzia do Rio Real (1781-1802). Arquivo Público do Estado da Bahia. Maço 201, Vol. 08. Doc. 01A



A escravaria da Vila de São Cristóvão/SE no Século XVIII: um perfil demográfico

Anderson Pereira dos Santos¹

The slaves of the Village of St. Kitts/SE in the eighteenth Century: a demographic profile

Resumo:

Este trabalho tem como objeto a escravaria da Vila de São Cristóvão/SE no século XVIII. O objetivo é traçar a demografia deste segmento social determinando o sexo, origem, antropônimo, faixa etária, ocupações, condição jurídica, doenças mais frequentes, e o valor monetário. O corpus documental utilizado é formado por 23 inventários de senhores de escravos complementados por outras fontes de época. A pesquisa tem feição quantitativa e se valeu do programa SPSS 19.0 ao tratamento dos dados. Os resultados obtidos mostraram como a escravaria dos pecuaristas e senhores de engenho teve o predomínio dos criolos, do sexo masculino, com pouco parentesco, maciça presença de nomes católicos, de adultos em idade produtiva, de ocupação ligada ao campo, em bom estado de saúde, e preço médio de 69\$3494 réis.

PALAVRAS-CHAVE: Escravo. Demografia. São Cristóvão.

Abstract

This work has as its object the slaves of the Village of St. Kitts / SE in the eighteenth century. The goal is to draw the demographics of this social segment determining sex, origin, antropônimo, age, occupation, legal status, more frequent diseases, and the monetary value. The documentary corpus used consists of 23 inventories of slaveholders supplemented by other sources of time. Research has quantitative character and drew the SPSS 19.0 program for processing of data. The results showed as the slaves of ranchers and plantation owners had the predominance of criolos, male, with little kinship, massive presence of Catholics names, adults of working age, occupation related to the field, in good health and average price of 69\$3494 reis.

KEYWORDS : Slave. Demography. St. Kitts.

209



1 Doutorando em História pela UFBA. Mestre em Sociologia e graduado em História pela UFS. Professor da Escola SESC/SC. Bolsista FAPESB com o projeto Os afortunados da Colônia: riqueza, acumulação e distinção em São Cristóvão/SE (1760-1820), orientado pela professora Dr.^a Maria José Rapassi Mascarenhas. E-mail: revolumania@ig.com.br

Introdução

Os estudos sobre a demografia escrava de Sergipe Colonial são incipientes. No período de 1760 a 1800, a pecuária manteve-se como a atividade econômica fundamental da Vila de São Cristóvão/SE. Esta região pecuarista voltava-se para o abastecimento dos mercados da Bahia, Pernambuco e Minas. Era um polo de baixa demanda escrava comparativamente às áreas mais importantes do Brasil, mesmo assim concentrava-se em São Cristóvão uma população escrava considerável.

Este trabalho tem como objeto a demografia escrava a partir dos inventários *post mortem* de São Cristóvão, de 1760 a 1800. O ano de 1760 foi escolhido como marco pelo reajustamento do tráfico, queda do preço do escravo, e começo da expansão da economia açucareira em Sergipe. E 1800, foi o momento em que aumentou a demanda por escravos na Capitania alavancada pelo complexo açucareiro. Portanto, estas balizas temporais sinalizam mudanças na demografia escrava.

O objetivo geral deste trabalho é traçar um perfil demográfico da escravaria da Vila de São Cristóvão. Objetiva-se compreender a composição demográfica dos escravos mediante a análise de variáveis como origem étnica, gênero, identificação nominal, etnia, parentesco, idade, condição jurídica, ocupação, doenças mais frequentes, e preço. Os principais modelos de análise adotados no estudo foram: Gilberto Freyre², Luiz Mott³, Stuart Schwartz⁴ e Katia Mattoso⁵. A contribuição da obra de Gilberto Freyre para o trabalho foi de entender as fronteiras, as identidades étnicas e identitárias do escravo no Brasil Colonial. De Luiz Mott tomamos as constatações de: numeroso contingente de pequenos proprietários de cativos, existência da escravidão na área dominada pela pecuária; e grande heterogeneidade da população escrava em Sergipe nos setecentos. De Stuart Schwartz utilizamos as características demográficas para a população ativa baiana, sugerida por ele, para o século XVIII. Por fim, de Katia Mattoso tomamos o trato metodológico com os inventários, e as relações entre aspectos demográficos com o preço dos escravos.

- 2 Cf. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.
- 3 Cf. MOTT, Luiz R. B. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986.
- 4 Cf. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- 5 Cf. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

A metodologia utilizada é a quantitativa. Os dados foram quantificados com a ajuda do SPSS 19.0⁶, que gerou tabelas de frequência, gráficos e histogramas. Feita a transcrição dos inventários, identificamos 12 variáveis a partir das informações contidas nos documentos. Após este processo, formulamos 12 perguntas fechadas sobre tais variáveis; e alimentamos o banco de dados criado no SPSS. A análise estatística dos dados ocorreu obedecendo as seguintes etapas e comandos: 1º no SPSS clicamos em Análise, Estatística Descritiva, Frequência, na janela que apareceu marcamos Média, Moda, Desvio Padrão, Porcentagem, e Tabela, em seguida Enter; 2º em Análise, Estatística Descritiva, Frequência, e Gráfico; 3º Análise, Estatística Descritiva, Frequência, e Histograma; por fim, clicamos em Análise, Estatística Descritiva, Descritiva e Enter.

O trabalho divide-se em duas partes. A primeira “A Vila de São Cristóvão no século XVIII” trata sobre os aspectos geográficos, político, econômico e social da vila. A segunda parte “A escravaria dos pecuaristas e senhores de engenho da Vila de São Cristóvão” examina a composição demográfica da escravaria mediante a análise de algumas variáveis.

A Vila de São Cristóvão no século XVIII

a) A Vila

Em meados de 1750, São Cristóvão de Sergipe d'El Rey situava-se no alto do Monte Una⁷ e às margens do Regato Paramopama⁸. Sua altitude era de 47 metros acima do nível do mar, e pouco mais de 11 graus ao sul da linha Equinocial. Limitava-se ao Norte com Itabaiana, ao Sul e leste com o mar e barra, ao Oeste com Lagarto. Estendia-se para a parte do sertão oito, ou nove léguas de extensão pelo Rio Vaza Barris de Cima e cinco para seis pelos rios Poxim grande e Merim, confinada com a Freguesia do Socorro da Cotinguiba pelo Nordeste, e com Santa Luzia de Pigothy,

6 O software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences, lançado em 1968) é um programa de análise estatística que permite fazer codificação de variáveis; exploração e cruzamento de variáveis: histograma, gráficos caule e folhas, caixa de bigodes; comparação de grupos de casos; correlação bivariadas; análise fatorial; regressão linear; séries de dados temporais; testes paramétricos: testes t, Anova; testes não paramétricos: sinais, McNemar, Wilcoxon, Mann-Whitney, Kruskal-Wallis, aleatoriedade, binomial, Qui-quadrado; análise de clusters; análise discriminante; complementos de análise de dados; e inquéritos, entre outras funções. Ver o site www.ibm.com/software/analytics/spss/.

7 Grande elevação de terreno localizado na margem esquerda do Rio Paramopama.

8 Palavra de origem indígena. Hoje o Rio é denominado de Paramopama. O termo paramopama é uma derivação corrompida do tupi “pará-mo-pama, o mar feito bravo”.

por sudoeste.⁹ A paisagem geográfica de São Cristóvão era composta por praias, dunas, colinas, matas e vales. O solo de média e baixa fertilidade natural era utilizado para a pastagem e plantio da cana de açúcar. Os principais rios que cortavam a vila eram o Vaza Barris, Paramopama, e o Poxim Grande, todos navegáveis e importantes rotas de transporte de pessoas e mercadorias.

A vila seguia o modelo urbano português. Em dois planos: parte alta, com sede do poder civil e religioso, e parte baixa, com o porto e comércio. Nos setecentos, havia a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Abadia, dois Conventos de Religiosos: um de Carmelitas e outro de Franciscanos reformados, uma Casa de Misericórdia, um Hospício, uma Capela do Rosário dos pretos, a Casa da Câmara, a Cadeia, e o Cemitério. A área rural da Vila correspondia à parte dos territórios da freguesia do Socorro, Itaporanga, dos distritos do Rio Poxim e Ibúra, da Aldeia indígena Agua Azeda, além de terras que hoje fazem parte de Aracaju. No espaço da Vila de São Cristóvão havia seis Capelas filiais, e três de Religiosos: uma dos padres da Companhia de Jesus, e duas do Carmo; e onze Engenhos de fazer açúcar, a saber: quatro nas margens dos dois Poxins, e sete nas do Vaza Barris.¹⁰

Na metade do século XVIII, São Cristóvão possuía aproximadamente trezentas e noventa casas, e um mil quinhentos e noventa e cinco habitantes. A freguesia abrangia novecentas e oitenta e três casas, e quatro mil seiscentas quarenta e quatro almas. Em janeiro de 1775, a freguesia de N. S. da Victoria da Cidade de S. Christovão de Sergipe d'El rei, possuía 312 fogos e 2.247 almas.¹¹

No início daquele século, Sergipe Del Rey gozava na condição de Capitania da Coroa.¹² Sob esta condição, se encontrava em São Cristóvão os principais cargos da administração colonial: o Capitão-mor, o Ouvidor-mor Geral, o Provedor-mor, o mamposteiro-mor, os oficiais da Fazenda, os vereadores e oficiais da Câmara, os almotacés, os alcaides; entres outros. Na teoria, isto significava uma presença mais efetiva do poder do rei

9 AMU, Lisboa. RELAÇÃO da Freguezia de Nossa Senhora da Victoria do cidade de S. Christovão de Sergipe d'Elrei, pelo Vigário Manoel Coelho de Carvalho. S. d. Documento: 2698. [Anexa ao nº. 2666]

10 AMU, Lisboa. RELAÇÃO da Freguezia de Nossa Senhora da Victoria do cidade de S. Christovão de Sergipe d'Elrei, pelo Vigário Manoel Coelho de Carvalho. S. d. Documento: 2698. [Anexa ao nº. 2666]

11 AMU, Brasil. MAPPA de todas as Freguezias ,que pertencem ao Arcebispado da Bahia e sujeitos os seus habitantes no temporal ao governo da mesma Bahia, com a distincção das comarcas e villas a que pertencem, com o numero de fogos e almas, para se saber a gente que se pôde tirar de cada uma dellas para o serviço de S. M., sem oppressão dos povos. Bahia, 9 de janeiro de 1775. (Anexo ao nº. 8745). Documento: 8750.

12 SALDANHA, António Vasconcelos de. *As capitánias do Brasil*. Antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno atlântico. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.p. 194.



na Capitania e um controle total sobre a administração, economia, política e sociedade local. Do período de 1760 a 1800, passaram pela Vila de São Cristóvão nove capitães-mores. Todos eles residiram nesta Vila.

Em 1763, a Capitania de Sergipe Del Rey foi anexada a Capitania-Geral da Bahia. Como consequência da anexação, o capitão-mor de Sergipe passava a ser subordinado ao capitão-general da Bahia, e o território passou a ser circunscrição jurisdicional subordinada ao Tribunal da Relação da Bahia. Na prática o alcance do controle da Bahia sob Sergipe era militar e jurídico. Apesar dos fortes vínculos políticos, econômicos e religiosos a “subordinação”¹³ de Sergipe à Bahia não existiu nos negócios e na política local.

A economia da Vila era baseada na pecuária, na agricultura, e na mineração (sal) para o abastecimento dos mercados da Bahia, Pernambuco e Minas, além do comércio. À época o termo de São Cristóvão possuía oito grandes engenhos: Escurial, São José da Cachoeira, Camassari, Buraco, Mandacorabo, Paty, Taperagua, e do Dira. Com base em Fernando Novais¹⁴, a Capitania de Sergipe desempenhou um papel importante para a Metrópole: na proteção militar de Salvador quando o território de Sergipe passou a ser militarizado, e no suporte à economia açucareira exportadora da Bahia e Pernambuco como complemento da produção, o que garantiria a lógica do Sistema Colonial. A sociedade sancristovense da época era hierarquizada. No topo da pirâmide estavam os membros da administração colonial, membros do clero e militares de alta patente. Em seguida vinham os agentes econômicos, profissionais liberais, por fim, libertos e cativos (africanos e indígenas)¹⁵.

A escravaria dos pecuaristas e senhores de engenho da Vila de São Cristóvão

O plantel escravo da Vila de São Cristóvão contida nos inventários de 1760 a 1800 provinha da reprodução natural dos escravos. Outra parcela derivava do tráfico inter e intracapitanias dos portos da Bahia e de Pernambuco. Caracterizamos a demografia escrava começando pela etnia.

13 Baseado em uma leitura errônea da administração colonial na América Portuguesa “o modelo da subordinação” foi uma construção historiográfica baseada em uma vertente teórico-ideológica dos anos 60 e 70 para legitimar e justificar o atraso econômico de Sergipe em comparação a Bahia, a rivalidade da produção intelectual entre os autores dos dois Estados, e destacar a forte influência cultural da Bahia em Sergipe.

14 Cf. NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

15 Nos inventários de São Cristóvão não houve registros de escravos indígenas, apesar da Capitania de Sergipe ter muitas missões. Os indígenas não eram utilizados devido a sua maior proibição, proteção das ordens católicas, e maior controle das tropas de resgates e apresamentos de indígenas.



Assim, os cativos africanos tinham as seguintes origens étnicas¹⁶: angola, gege e congo.

Dos 293 escravos alistados, entre 1760 a 1800; 79,5% não traziam identificação de origem. Este percentual permite-se propor duas hipóteses: a primeira que pela grande quantidade de escravos nativos a sua identificação seria uma tarefa desnecessária, pois seria mais viável destacar aqueles que eram de origem africana; e a segunda que devido o alto nível de miscigenação dos escravos na vila tornava-se quase impossível determinar a sua procedência. Entre os escravos africanos com origem identificada nos inventários um aspecto importante é desvelado: 13,3% deles eram angola e congo de procedência da África Central Atlântica. O que prevalecia era o escravo angola.¹⁷ Isto se explica pelo crescimento das atracções de naus vindas desta região da África para Salvador e Recife.¹⁸ Além de Sergipe ter sido um importante mercado consumidor dos escravos angola. Apenas 7,2% dos escravos tinham origem gege¹⁹. Apesar do apogeu do tráfico de escravos oriundos do Ciclo da Costa da Mina ter sido durante o século XVIII, Sergipe e por consequência São Cristóvão, pouco recebeu escravos da Costa da Mina.

No que diz respeito à distribuição dos escravos por gênero, na vila de São Cristóvão, nota-se que do total de 293 escravos, 170 era do gênero masculino o que equivaleria a 58%, e 123 eram do gênero feminino o que corresponderia a 42% da amostra. A pequena superioridade do percentual de escravos masculinos em relação às mulheres pode ser explicada, porque os homens suportariam grandes jornadas de trabalho, esforços físicos e serem uma força de trabalho mais produtiva. As escravas eram valorizadas pela sua capacidade reprodutiva e pelo trabalho doméstico.

Desta forma, a demanda por escravos masculinos estava associada a sua utilização na produção agrícola, determinada por estímulos econômicos com objetivo de maximizar os lucros. O preço do escravo masculino era mais elevado do que o feminino, mesmo assim ainda compensava o seu investimento e riscos.

16 As designações presentes nos inventários post mortem não correspondem exatamente às etnias africanas ou identidade culturais de origem, mas sim aos portos de embarque na África, conforme nos informa Douglas Libby. Cf. LIBBY, Douglas Cole. "As populações escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar". In RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica/ Cia. do Tempo, 2007, p. 407-438.

17 O termo angola pode designar africanos de outras etnias da África Central Atlântica, e se referiria a um espaço geográfico bem mais extenso na África.

18 FLORENTINO, Manolo. RIBEIRO, Alexandre Vieira. e SILVA, Daniel Domingues da. "Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)". Nº 31. *Afro-Ásia: Salvador*, 2004, p. 95.

19 Os gejes, jejes ou daomeanos eram aqueles que habitavam o leste da África e regiões vizinhas, representado por povos que falavam a língua fon, éwé, mina, fanti e ashanti.



Em relação a antropônomia temos as seguintes cifras: 86,7% dos escravos possuíam nomes; 8,9% possuíam nome e sobrenome; e apenas 1,4% dos escravos não possuíam nomes. Os africanos importados de Angola eram batizados em massa antes de saírem da África. Então, já traziam no peito a marca da Coroa Real como indicação de que foram batizados e por eles pagos os direitos.²⁰ Já os escravos trazidos de outras regiões da África geralmente só eram batizados ao chegar ao Brasil. O batismo era obrigatório. Ao batizar dava-se um novo nome, e muitas vezes nomes cristãos. Por fim, os negros batizados e constituídos em família tomavam, frequentemente, o nome de família dos senhores brancos.

Em São Cristóvão, os nomes escravos remetiam a sagrada família (Jesus, Maria, José), aos santos da Igreja Católica, e a nomes de origem Ibérica. Portanto, temos com mais frequência: Antonio, João, Joze, Matheos, Ignacio, Francisco, Catarina, Maria, Manoel, Miguel, Luis, Pedro, Lucas, Anna, Lucia, Tereza, Rita, Simam, Barbara entre outros. No entanto, alguns nomes eram típicos de negros, como: Benedito, Bento, Damião, Luzia, Felicidade, Esperança e Romão.²¹ Além de: Vicente, Felis, Gonçalo, Josefa, Domingos, Luclecia, Benta, Prazeres, Bendito, Efegenia, Casula, Manoela, Clemencia, Donato, Anastacio, Genuino, Calisto, Furgenia, Angelica, Bernardino, etc. Como exemplo de escravos com nome e sobrenome, podemos citar: Maria Castaña, Manoel de Souza, Luis Carlos, Norato Carreyro, João de Deus, Maria Joliana, Maria dos Prazeres, Gonçallo Borges, João Liro, entre tantos.

De acordo com a classificação demográfica dos escravos pelos avaliadores segundo a cor, dos 293 escravos arrolados nos inventários de São Cristóvão: os criolos corresponderam a 35,4%; mulatos 24,6%; negros 23,5%; mestiços 7,2%; escravos 3,8%; pretos 1,7%; e pardos 1,0%. Para o contexto da Vila de São Cristóvão prevaleceu os criolos e mulatos. No entanto, em Sergipe predominavam criolos e mestiços.²² Esta característica demográfica marcou a população escrava da vila como sendo bastante heterogênea.

A descrição e a classificação do escravo no momento da avaliação variavam de acordo com o contexto, época, e avaliador. Não havia um padrão. Na vila apenas 2% dos escravos não foram classificados segundo a cor.

O escravo nativo era indicado pelo termo *criolo* ou por categorias que denotavam a miscigenação (mulato, mestiço, negro mestiçinho, pardo). Em quanto que o escravo de origem africana era indicado pelos termos negro ou preto, ou muitas vezes genericamente denominado escravo. Os

20 Cf. FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

21 FREYRE, Gilberto. op.cit.

22 MOTT, Luiz R. B. "Os escravos nos anúncios de jornal de Sergipe". Anais do V Encontro nacional de estudos populacionais. São Paulo: 1986.p.4.



escravos nascidos na Colônia - criolos, mulatos, e mestiços – compunham a imensa maioria dos escravos da amostra em São Cristóvão. O termo escravo que apareceu em 3,8% da amostra poderia significar aquele que é de fora, o desconhecido. Os pardos eram genericamente indivíduos identificados como descendentes de brancos portugueses e negros africanos.²³

A não participação direta no tráfico negreiro externo pela Capitania de Sergipe exigiu uma reposição frequente de escravos africanos vindos da Bahia o que possibilitou os primeiros escravos da capitania realizarem uma mestiçagem mais acentuada. Assim, a população de escravos criolos, mulatos, e mestiços representaram mais da metade do plantel inventariado.

Do ponto de vista do estabelecimento de laços entre os escravos, os inventários revelam índices baixíssimos de parentesco. Assim, temos: 84,6% dos escravos sem parentesco entre eles; 10,6% eram filhos de outros escravos; 3,4% eram casados; 1,0% eram irmãos de outros escravos; e apenas 0,3% era afilhado de outro gentio.

A alta proporção de escravos sem vínculo parental foi ocasionada pela grande necessidade dos senhores de engenhos e pecuaristas em manter o escravo exclusivo para a força de trabalho nas lavouras e currais, pelo grande número de pequenos plantéis e pela necessidade de preservar o sistema escravista. Não havia estímulo à formação das famílias escravas. É importante lembrar que nos inventários apenas as uniões legítimas, consagradas pela Igreja Católica eram citadas pelos avaliadores. Podemos observar às uniões ilegítimas pela presença significativa de crianças arroladas em cada plantel inventariado. Se apenas 3,4% dos escravos eram casados, isto quer dizer que uma grande parcela da escravaria era de solteiros, levando em consideração todos os escravos. Todas as vezes que se tinha registro da condição conjugal sempre a mulher escrava apareceu como dependente do homem.

Não foi verdade que criolos, mestiços e mulatos tenderiam a ter maiores oportunidades de encontrar parceiros na condição de escravos. O fortalecimento dos laços comunitários poderia trazer insegurança ao sistema escravista.²⁴ O estabelecimento de laços parentais influenciou os preços dos escravos. A desvalorização do escravo também variava de acordo com o nível de parentesco. O escravo com laços parentais valia menos em relação aos outros, porque a dependência familiar influenciava na força de trabalho e por consequência na produtividade. Uma última particularidade foi a baixa importância das relações de apadrinhamento. Apesar de o apadrinhamento representar: proteção, cuidado, afeto, convívio, preo

23 KARASCH, Mary C.. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pp. 38-39.

24 Cf. SLENES, Robert. W. *Na senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.



cupação com o afilhados, e apoio em processo de libertação e momentos de doenças esta prática parece que pouco era utilizada em São Cristóvão.

A análise do perfil etário dos escravos, por sua vez, está prejudicada pelo sub-registro desta informação nas fontes que utilizamos. Muitos escravos foram avaliados sem mencionar sua idade. A faixa etária aproximada em alguns casos só foi possível identificar através do diminutivo da classificação. Nos inventários que constam a faixa etária dos escravos, além da idade em anos, são também apresentadas as “idades descritivas” dos cativos (de peito, de maior, moço, pequeno, velho, etc.), mesmo nestes casos não houve um padrão definido entre idade numérica e descritiva.

Mesmo assim, em relação a idade descritiva dos escravos inventariados, entende-se que: 90,1% dos escravos não tinham qualquer informação sobre sua idade; 3,4% eram velhos; 2,7% era de maior; 1,0% eram pequenos; 0,7% eram de peito; 0,7% era muito velho; 0,3% era de idade crescida; 0,3% era moço; 0,3 era menino; e 0,3 era nova.

Como se observa, os termos “peito”, “menino”, “nova”, “pequeno” e “crescido” corresponderiam aos primeiros meses até os sete anos de idade. O termo “moleca” se referia aos escravos entre os oito e quinze anos de idade. O termo “moço” se referia aos escravos na faixa etária entre os dezesseis e vinte cinco anos. O termo “de maior” eram aqueles entre os vinte seis e quarenta e cinco anos de idade. Os termos “velho” e “muito velho” eram os escravos situados acima dos quarenta e cinco.

Para fim metodológico, consideramos como *crianças*²⁵ os escravos entre 0-15 anos; *adultos*²⁶ os pertencentes à faixa entre 16-45 anos; e *velhos*²⁷ os que tinham 45 anos ou mais. Considerando a idade numérica, temos as seguintes às cifras: 95,6% da escravaria estavam descrita sem idade; 0,3% dos escravos tinham dois meses; um ano; dois anos; quatro anos; cinco anos; dez anos; doze anos; treze anos; quatorze anos; quinze anos; dezesseis anos; dezessete anos; e trinta anos respectivamente.

Mesmo com o sub-registro das idades dos escravos nos inventários, e considerando que todos os cativos que não tiveram sua idade informada fossem adultos, concluímos que o elevado índice de adultos mostra a necessidade de escravos em plena idade produtiva de trabalho. A atribuição das idades numéricas, era na melhor das hipóteses uma suposição ou esti-

25 É a menina, ou menino, o novo, o pequenino. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. v.2. p. 348.

26 Crescido, e chegado ao ponto de força, e vigor que tem os animais já feitos. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. v.1. p. 31.

27 Aquele cuja idade já declina da varonilidade, ancião. BLUTEAU, Raphael. op. cit., v.2. p. 514.



mativa do senhor de engenho ou pecuarista, com base na aparência.²⁸ Em geral, a população escrava prevalecente era adulta, seguida por crianças e velhos.

Outra questão seria a situação jurídica do escravo no momento da avaliação: 95,2% dos cativos estavam na condição de escravos; 3,8% deles eram forros; 0,7% eram corridos; e apenas 0,3% era deportado. Isto significa dizer que os escravos eram um bem de herança importante para os herdeiros do falecido, pois a transmissão desta força de trabalho conseguiria manter as atividades econômicas familiares vivas por um bom período. Os escravos alforriados arrolados nos inventários tinham conseguido tal situação através da geração anterior do inventariado. Os dois escravos corridos citados nos inventários não se saberia sua procedência. Por fim, o escravo deportado teria vindo da África.

No tocante a ocupação do escravo, em São Cristóvão, se compararmos o número do plantel com as atividades econômicas da vila percebe-se a baixa diversidade de ocupações. Os escravos dedicavam-se a poucos ofícios. Do total: 97,3% deles não tiveram ocupação informada; 0,3% era sapateiro; 0,3% era barbeiro²⁹ arumbeleiro; 0,3% era banqueiro³⁰; 0,3% era caldareiro; 0,3% era fiandeira³¹; 0,3% era lacineira; 0,3% era lavadeira; e 0,3% era purgadeira. De tal modo, os escravos que não tiveram sua ocupação declarada nos inventários exerciam serviço do campo ou doméstico. Aqueles que se distinguiam dos demais no tocante à especialização ocupacional, tiveram seus ofícios registrados.

Os escravos sem ocupação descrita seriam plantadores, colhedores, e carregadores desenvolvendo estas atividades nas lavouras de cana de açúcar, mandioca, tabaco. Além dos escravos de enxada e foice que existiam nas fazendas e na moenda, e os barqueiros, canoieiros, vaqueiros, pastores e pescadores. Cada senhor tinha um mestre de açúcar, um banqueiro, um contrabanqueiro, um purgador, um caixeiro no engenho e outro na cidade.³² Havia também os escravos que trabalhavam na residência dos senhores, e desempenhavam a ocupação de: cozinheiras, mucamas, amas, lavadeiras, engomadeiras, cocheiros, serralheiros, vendedores e ferreiros. Outros carregavam cadeira de arruar ou liteira, e outros exerciam o serviço de rua de mando ou recado. Assim, constatamos o caráter secundário

28 SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 288

29 Homem que faz as barbas, e as rapa , corta, ou apara. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. v.1. p. 167.

30 O que tem banco de comércio, que dá letras de cambio, desconta letras, e faz semelhantes operações de comércio. BLUTEAU, Raphael. op. cit., v.1. p. 164.

31 Mulher que fia e talvez vive de fiar. BLUTEAU, Raphael. op. cit., v.1. p. 613.

32 ANTONIL, André J. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Itatiaia, 1982. p. 24.



da escravidão em São Cristóvão, na medida em que temos poucos escravos qualificados, uma imensa maioria sem ocupação declarada, e com seus preços inferiores em relação a outras capitanias.

Outra característica foi a condição de saúde física e mental do escravo. Os inventários mostram que 92,8% dos escravos não tinham informação sobre sua condição, certamente eram sadios; 2,0% eram doentes, mas não tinha nenhuma especificação de enfermidade; 0,7% eram aleijados; 0,7% eram incapaz; e 0,3% era doente da barriga; 0,3% da cabeça; 0,3% da costa; 0,3% do fígado; 0,3% dos olhos; 0,3% lascado de machado; 0,3% lançava sangue pela boca; 0,3% quebrado de uma virilha³³; 0,3% das duas virilhas; 0,3% de um virilha e com uma sutura na barriga; e 0,3% era quebrado de virilha.

As doenças mais frequentes denotavam ser resultado de esforços físicos exagerados ou maus-tratos tais como: aleijões, fraturas, mutilações, hérnia, quebrados da virilha. Outras oriundas de má alimentação e falta de higiene como cegueira, bicho nas costas, feridas, calor de fígado. Além das doenças respiratórias, e problemas ósseos, intestinais, ginecológicos, e mentais.

A análise da condição de saúde do escravo, a partir dos inventários nos permitiu dizer que: a escravaria tinha boa saúde; o tratamento dispensado ao cativo poderia variar de acordo com sua situação nos sítios, engenhos, currais, ou lavouras; muitas soluções de baixo custo adotadas pelos senhores de engenho e pecuaristas, no fornecimento de moradia, alimentos, roupas ou remédios, fizeram proliferar doenças entre os cativos. A relação entre a condição de saúde física e mental do escravo com o seu valor atribuído, seria que o escravo saudável teria maior valor que o escravo doente.

Se compararmos o perfil demográfico dos escravos de São Cristóvão com outras regiões, conforme os estudos de Flávio Gomes³⁴ e Manolo Florentino³⁵ para o Rio de Janeiro no século XVIII, Ana Paula dos Santos



33 *Segundo Flexor, provavelmente trata-se hoje da síndrome do impacto do quadril, ou seja, a falta de articulação da cabeça do fêmur com o acetábulo, ou concavidade do quadril em que se encaixa aquele osso, comum em pessoas que exercem atividades impactantes e com esforço. FLEXOR, Maria Helena Ochi. Os ofícios mecânicos e o negro no espaço urbano de Salvador. Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Ibero Americano. Salvador: s/e, s/a. p. 818.*

34 Cf. GOMES, Flávio. "A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiais". *Hist. cienc. saude-Manguinhos* vol.19 supl.1 Rio de Janeiro Dec. 2012.

35 Cf. FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e Rio de Janeiro – 1790-1830*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.



Rangel³⁶ para Vila Rica/MG; Francisco Luna Vidal³⁷ para São Paulo; Gabriel Santos Berute para o Rio Grande de São Pedro/RS³⁸; em geral o plantel segue as principais características predominantes: escravos nativos, pequenas escravarias, pequena superioridade da razão masculina, baixo índice de parentesco, faixa etária adulta e produtiva.

Por fim, analisamos a questão do preço dos escravos nos inventários *post mortem*³⁹ da Vila de São Cristóvão, 1760 a 1800. Os inventários não são as melhores fontes para tratar dos preços dos escravos. Via de regra, os valores apresentados eram inferiores àqueles aferidos nas escrituras de compra e venda, alforrias, hipotecas dos cativos; e inferiores ao preço de compra na África. Talvez o motivo do baixo preço tenha relação com os desgastes sofridos pelo cativo ao longo dos anos, o que concorreria para a diminuição do seu valor, mesmo que o bem inventariado não apresentasse maiores agravos corporais ou mentais.⁴⁰ Também, poderia haver o interesse em desvalorizar os escravos por parte de algum membro da família com intuito de adquiri-los ou pagar menos as custas do processo.

A estatística descritiva a baixo nos ajuda no comparativo, e mostra o valor mínimo e máximo de um escravo no momento de sua avaliação, e a média de um escravo levando em consideração a amostra de 293 escravos. Assim, temos o valor de 69\$34948 réis como preço médio do escravo inventariado em São Cristóvão. Por exemplo, este valor daria para comprar 10 bois mansos e capados (gado *vacum* de maior valor), ou um engravamento de ouro e corais azuis (objeto de ouro mais valioso inventariado).⁴¹

- 36 Cf. RANGEL, Ana Paula dos Santos. "Aspectos da demografia escrava em Vila Rica – 1755-1815". Anais do I Colóquio do LAHES. Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005.
- 37 Cf. LUNA, Francisco Vidal. Características Demográficas dos Escravos de São Paulo (1777-1829), *Estudos Econômicos*, São Paulo, 22(3): 443-483, set/dez. 1992.
- 38 Cf. BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os Portos do Sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790- c.1825*. Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, 2006 [dissertação de mestrado].
- 39 Os inventários a princípio servem como indicativos relativamente confiáveis das tendências mais gerais do movimento do preço dos escravos. Além disso, é importante considerar as correlações existentes entre as condições do mercado local e a demanda/oferta de escravos.
- 40 MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. O preço dos escravos no termo de Vila do Carmo, 1711-1756. Comunicação apresentada no XVI Encontro Regional de História da ANPUH-MG. Belo Horizonte, 20 a 25 de julho de 2008.p.1.
- 41 Para estudos mais aprofundados sobre o preço do gado e dos objetos de metais preciosos em São Cristóvão no século XVIII ver dois artigos ainda sem publicação: SANTOS, Anderson Pereira dos. "O Gado em Sergipe". Aracaju: s/e, 2013a.; e SANTOS, Anderson Pereira dos. "Botões de Ouro, Colheres de prata: os metais preciosos como elemento da riqueza em São Cristóvão setecentista". Aracaju: s/e, 2013.

Tabela 1: Preço mínimo, máximo, média dos escravos na Vila de São Cristóvão

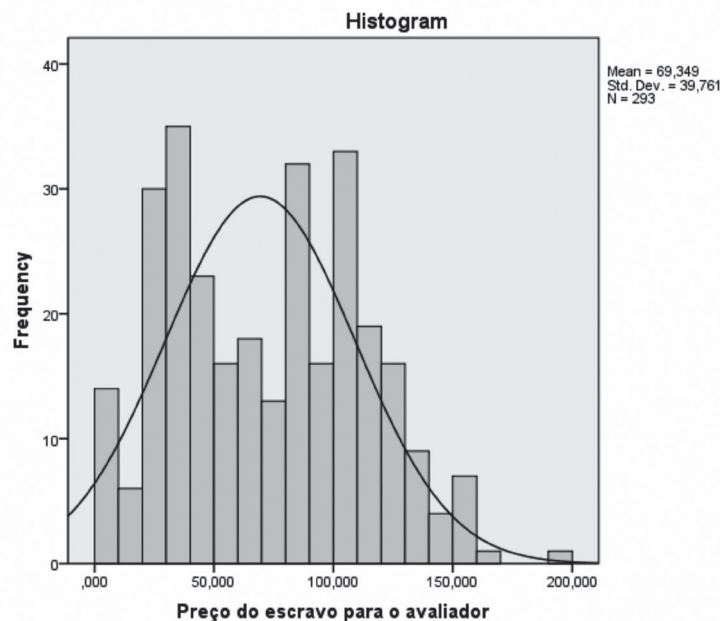
	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Preço do escravo para o avaliador	295	0,000	190,000	69,34948	39,760643
Número (N) de validade da amostra	295				

Fonte: Inventários *post mortem* de São Cristóvão, 1760-1800. Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe.

A maior parte dos escravos avaliados: 10,6% valiam 100 mil réis; 0,3% valia 6 mil réis que era o menor valor; e 0,3% valia 190 mil réis, que era o maior valor. Os preços dos escravos variavam também segundo o gênero, idade, condições de saúde, parentesco, e ofícios que exerciam.⁴² O preço do escravo é um jogo de variáveis, algumas das quais totalmente alheias ao próprio escravo e outras, ao contrário, intimamente ligadas à sua pessoa.⁴³

O **Histograma 1** a seguir, mostra a curva de variação do preço do escravo no momento da avaliação. Pode-se dizer que grande parte do plantel se concentrava nas faixas médias de preço. Poucos eram os escravos de menor e maior valor. Em suma, apesar do número de escravos baixo senhores de engenho e pecuaristas possuíam peças valiosas para os mercados.

221

Histograma 1: Preço do escravo no momento da avaliação

Fonte: Inventários *post mortem* de São Cristóvão, 1760-1800. Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe.

42 MATTOSO, Kátia M. de Queirós. "Os escravos na Bahia no alvorecer do século XIX. Estudo de um grupo social", São Paulo: *Revista de História*, n° 97, 1974. p. 130.

43 MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 77.

Os registros dos valores dos escravos nos inventários foram realizados sempre em réis. A série de preços que apresentamos está associada aos preços dos escravos em idade mais produtiva (padrão) no momento da avaliação em São Cristóvão/SE. Com isso, os escravos mais valiosos eram aqueles com melhores condições físicas, de idade produtiva, homens, solteiros, e com ofício. Além disso, o valor de uso, os fatores mercantis, a oferta e a demanda influenciavam o preço do escravo⁴⁴ Portanto, o preço de um escravo crioulo era sempre superior ao preço do escravo africano.⁴⁵

Conclusão

O perfil demográfico da escravaria da Vila de São Cristóvão entre 1760 a 1800 apresentou várias das características encontradas em outras áreas escravistas do Brasil, onde prevaleceu a monocultura exportadora. O plantel apresentou como principais características: a heterogeneidade étnica, a predominância dos criolos e do sexo masculino, o tamanho médio dos plantéis, com pouco parentesco e maciça presença de nomes católicos, de adultos em idade produtiva, de ocupação ligada ao campo, em bom estado de saúde, e preço médio de 69\$3494 réis.

Grande parcela dos escravos tinha nome. Muitos destes nomes eram de origem católica. Uma pequena parcela de cativos possuía sobrenome. Do ponto de vista do estabelecimento de laços parentais entre os escravos, os inventários revelaram índices baixíssimos de parentesco, isto foi explicado pela grande necessidade dos senhores de engenho e pecuaristas em manterem o escravo exclusivo para a força de trabalho nos sítios, engenhos, currais e lavouras; pelo grande número de pequenos plantéis, e pela manutenção do sistema escravista. Não havia estímulo à formação das famílias escravas.

Os cativos que não tiveram sua idade informada eram adultos, e este elevado índice de adultos mostrou a necessidade de escravos em plena idade produtiva de trabalho. A atribuição das idades numéricas, era na melhor das hipóteses uma suposição ou estimativa do senhor, com base na aparência. Era costume designar a idade descritiva em vez de numérica. Foi frequente o uso de diminutivos para descrever os escravos.

Os escravos foram um bem de herança importante para a família do falecido, pois a sua transmissão conseguiria a manutenção da atividade econômica familiar viva por um bom período. Poucos foram os escravos forros. Aqueles que estiveram registrados nos inventários com tal condição jurídica tinham sido alforriados pela geração anterior do inventariado.

44 GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. 4.ed. rev. e ampliada. São Paulo: Ática, 1985, pp.186-187.

45 FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas: família escrava e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997a, pp. 48-9.



Os escravos que não tinham ocupação declarada nos inventários exerciam serviço do campo ou doméstico. Os cativos que se distinguiam dos demais no tocante à especialização ocupacional, tiveram seus ofícios registrados.

As doenças mais frequentes denotavam ser resultado de esforços físicos exagerados ou maus-tratos as principais foram: aleijões, quebrados da virilha, cegueira, bicho nas costas, feridas, calor de fígado, problemas ósseos, intestinais, e mentais. Os valores de avaliação dos escravos foram inferiores àqueles aferidos no mercado interno e externo. A maior parte dos escravos avaliados valiam 100 mil réis. Os preços dos escravos variavam também segundo o gênero, idade, condições de saúde, parentesco, e ofícios. O valor médio de um escravo era de 69\$34948 réis.

Concluimos que havia um número grande de médios proprietários de cativos. Além da grande heterogeneidade da população escrava, podemos dizer que na área dominada pela agropecuária concentrava-se um considerável plantel. Por fim, os escravos eram um bem valioso perdendo apenas para os bens de raiz, além de fonte importante de capital de giro de que os agentes econômicos dispunham, e respeitável forma de acumulação. Estas características marcam alguns aspectos demográficos da escravaria da vila de São Cristóvão nos setecentos.







Entre lavradores e criadores de animais: um perfil das Atividades Econômicas dos Moradores das Vilas Setecentistas da Capitania de Sergipe D'El Rey¹

Joceneide Cunha²

Resumo:

Os setecentos foi um período de grandes mudanças econômicas nas terras da Capitania de Sergipe D'el Rey, dentre as mudanças alguns autores apontam a chegada da lavoura da Cana de açúcar na Capitania de Sergipe D'el Rey e com isso de inúmeros africanos. Pretendo neste artigo traçar um perfil das atividades econômicas desenvolvidas em três vilas, a saber: Santa Luzia e Itabaiana e na Cidade de Sergipe Del Rey na Capitania citada. Para isso, utilizei como fontes históricas principalmente inventários *post-mortem* e testamentos. Após a análise dos dados percebi que as Vilas possuíam perfis econômicos distintos.

Palavras Chave: Economia, Vilas, escravos

Abstract:

The hundred was a period of great economic changes in the lands of the captaincy of Sergipe D'el Rey, among the changes some authors point to the arrival of the sugarcane crop in the captaincy of Sergipe D'el Rey in this article to draw a profile of economic activities in three villages and a town in the Captaincy quoted. For this, I used as historical sources mainly inventories and wills. After analyzing the data realized that the village had different economic profiles

Keywords: Economy; Town; slave.

225



- 1 Parte dos dados deste artigo foram retirados do Projeto: "Nas duas margens do Rio Real: um estudo sobre as relações econômicas existentes entre as Capitanias da Baía de Todos os Santos e a de Sergipe Del Rey nos Setecentos" financiado pela FAPESB e que tiveram como bolsistas Elielma Barbosa e Rafael Ribeiro.
- 2 Professora da Universidade do Estado da Bahia, Doutora em História Social pela UFBA.



Na primeira metade dos Setecentos, Portugal enfrentou uma crise econômica em decorrência do comércio do açúcar e do fumo terem decaído, bem como ao decréscimo na produção das minas. Após 1750, com o intuito de resolver essa crise, Marquês de Pombal tomou algumas medidas para recuperar a economia da Metrópole e da Colônia, mas não se sabe se essas medidas foram as responsáveis por um crescimento do comércio que ocorreu pós 1780. Possivelmente, os aspectos responsáveis pela recuperação da economia açucareira foram diversos: a revolução na Colônia de São Domingos que resultou depois na sua independência em 1791, a Revolução Industrial que demandou uma maior quantidade de produtos tropicais, além de outras guerras e revoluções. Por isso, o número de engenhos cresceu no decorrer no final dos Setecentos, principalmente após a década de 80.

226

Entre 1724 e 1730, existiam cerca de 25 engenhos nas terras sergipanas. Em 1756 o número cresceu para 46, em 1798, 140 unidades, em 1802, havia 146 propriedades. Acompanhando o crescimento no número de engenhos, a população da Capitania também aumentou no decorrer do XVIII, sobretudo na segunda metade dessa centúria e no início do XIX cresceu em uma velocidade ainda maior. Em 1707 havia 17169 pessoas e em 1780 54.005³. Ressalto que esses números são estimativos, pois esses “censos” não eram muitos confiáveis, e permitem apenas uma noção geral da população. Analisando os números dos anos de 1775 e 1780 percebe-se uma diferença acentuada, e possivelmente o censo de 1780 seja o mais confiável.

Neste artigo traçarei um perfil das atividades econômicas dos moradores de duas Vilas a saber: Itabaiana e Santa Luzia e da Cidade de São Cristóvão situadas na Capitania de Sergipe D'el Rey. Enfocarei as atividades econômicas dos seus moradores no século XVIII. Também pontuarei alguns elementos sobre a posse escrava e as fortunas desses moradores. Para isso utilizamos como fontes primárias os inventários *post-mortem* e os testamentos. Esses foram fichados e seus dados analisados e quantificados. Também utilizei as listas de plantadores de mandioca, os dados desses documentos foram cruzados. Analisarei apenas três Vilas e uma Cidade, que correspondem as que mais se aproximaram da lavoura açucareira nos Setecentos. A Cidade é São Cristóvão, seguida pela Vila de Itabaiana por fim Santa Luzia. Ressalto que no decorrer do período citado ou logo após, surgiram muitas povoações como Laranjeiras e Estância. Essas localidades foram escolhidas em decorrência de serem as que mais estavam envolvidas no plantio da cana de açúcar. E enfatizo que não recortei o período para elaborar uma análise em virtude de um pequeno número de documentos referente a primeira metade do século XVIII.

3 MOTT, Luis. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: Fundesc, 1986. P.86



São Cristóvão: a Cidade de Templos *Suntuosos e Magníficos*⁴

São Cristóvão também designada de Sergipe Del Rei, tinha a sua sede localizada nas margens do Rio Vaza Barris e do Poxim, locais que no século XVIII ocorreram a expansão açucareira. Ressalto que São Cristóvão aglutinava duas freguesias, a de Nossa Senhora da Vitória e a de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba e algumas povoações como a de Laranjeiras, de Aracaju e Itaporanga e a Missão de Água Azeda.

Até o século XVIII, Sergipe Del Rey era uma cidade com poucas casas e habitantes. A maior parte da população residia em engenhos, sítios e fazendas e não na sede da Cidade e desenvolviam atividades econômicas agrícolas. No mesmo período, em decorrência do crescimento da lavoura canavieira no Vale do Vaza-Barris e do Poxim, uma quantidade maior de dinheiro começou a circular na Cidade e com isso, sobrados e um número maior de igrejas foram construídos, modificando a paisagem urbana. Em 1757, segundo Thétis Nunes, havia 390 fogos e 1557 habitantes⁵. Outro autor que nos dá notícias sobre a São Cristóvão dos setecentos é o Frei Antônio Jaboatão, que menciona a existência de 400 vizinhos na sede da Cidade e que a maior parte da população vivia nas redondezas da sede. O Frei também afirma que os artigos produzidos eram o couro, o tabaco e o açúcar⁶. A população citada pelo Frei é próxima a informada pela Câmara em 1757.

Para traçar um perfil das atividades econômicas dos moradores de São Cristóvão pesquisei os inventários *post-mortem* e os testamentos. Ressalto que esses documentos possibilitam apenas uma amostra das atividades econômicas. Cataloguei 27 inventários *post-mortem* e 9 testamentos que tinham dados referentes a atividades econômicas que compreendiam os anos de 1765 a 1800. Ou seja, um período que já tinha iniciado a alguma expansão canavieira. E esse dado é percebido nas fontes. Conforme pode ser observado no quadro 1:



4 Adjetivos usados pelo Vigário Marcos Souza para se referir aos templos da Cidade no início dos Oitocentos. Vê em: SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808*. Sergipe, Aracaju, Secretaria de Cultura, 2005.p.24.

5 NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. pp. 172-173.

6 JABOATAM, Antonio de Santa Maria (Frei). "Novo Orbe Seráfico Brasileiro". *Revista do IHGS*, Aracaju, v. 2, fasc. 1, 1914. p.53.



Quadro 1: Cidade de São Cristóvão
Occupação econômica dos inventários e testadores (1765-1800)

Ocupação	Nº inventariados ou testadores	%	Nº de escravizados	%	Média de escravizados
Lavrador	8	22,22	70	17,31	8,75
Lavrador e criador de animais	7	19,45	71	17,58	10,14
Lavrador de cana de açúcar	5	13,89	25	6,2	5
Lavrador de mandioca	4	11,11	37	9,15	9,25
Lavrador de mandioca e cana de açúcar	1	2,78	18	4,45	18
Salineiro	1	2,78	14	3,46	14
Lavrador de mandioca, cana de açúcar, alambiqueiro e criador de animais	1	2,78	15	3,71	15
Outras funções	2	5,55	1	0,25	0,5
Sem dados	3	8,33	5	1,25	1,6
Senhor de engenho	3	8,33	52	12,88	17,33
Senhor de engenho e alambiqueiro	1	2,78	96	23,76	96
	36	100	404		15,29

Fonte: Inventários *post-mortem* e testamentos século XVIII

Primeiro ponto a ser destacado é que as atividades agrícolas eram majoritárias, mais de 50 % das pessoas pesquisadas estavam envolvidas apenas com o plantio. E dentre essas, dois produtos se destacavam: a mandioca e a cana de açúcar. A primeira tinha quatro pessoas envolvidas apenas com essa lavoura, a segunda, cinco pessoas, e duas plantavam os dois produtos. Além disso, quatro das pessoas que criavam animais e lavravam a terra, também plantavam mandioca. Assim, a mandioca era o principal produto, seguido pela cana de açúcar. Por fim, também encontrei vestígios de feijão sendo cultivado na Cidade em pauta.

Havia um razoável número de senhores de engenhos em São Cristóvão no período. Cruzando os dados dos inventários *post-mortem*, testamentos e lista de plantadores de mandioca foram encontrados 32 engenhos na Cidade em 1785. Compilando esse dado com as informações obtidas na documentação das Vilas e com os da historiografia, conclui-se que a cidade de São Cristóvão era a segunda localidade que mais tinha engenhos nas terras sergipanas. Essas unidades ficavam localizadas, sobretudo nas margens do Rio Vaza Barris e na Freguesia de Socorro incluindo a sua povoação Laranjeiras.

Sete pessoas, (19,45% do total) criavam animais e lavravam a terra, mas alguns deles tinham mais de uma propriedade, dessa forma, possivelmente os animais eram criados em propriedade distinta da que eles plantavam. Antônio Gonsalves Dias, por exemplo, residia na povoação de Laranjeiras e era lavrador e criador, possuía uma fazenda em Itapicuru onde seus animais



possivelmente eram criados⁷. Itapicuru era uma Vila que ficava na Capitania da Bahia e fazia fronteira com a Freguesia de Nossa Senhora dos Campos, Vila de Lagarto, região mais árida da Capitania de Sergipe D'El Rey.

Dentre as outras funções, há um comerciante e um sapateiro. Dentre esses o último possuía um escravizado africano o que permite especular que a atividade permitia certo acúmulo. Em 1757, a povoação de Laranjeiras já era um centro comercial que se destacava e possuía inúmeros comerciantes. Diferentemente da sede de Sergipe Del Rey, que segundo Jaboatão tinha um comércio reduzido⁸.

Outra atividade econômica encontrada foi o trabalho nos *alqueires* de salinas. Elas foram encontradas apenas na Cidade de São Cristóvão, pois seus recursos naturais permitiam que algumas pessoas pudessem exercer essa atividade. Segundo o já citado Jaboatão, as salinas ficavam localizadas em Aracaju, nas margens do Poxim e o sal retirado dessa localidade abastecia toda a Capitania e algumas vizinhas⁹.

Em 1785, foram realizadas as listas com o intuito de identificar se os lavradores estavam cumprindo a legislação, do plantio de 500 covas de mandioca por escravizado, em algumas situações podiam ser as roças dos escravizados. Para São Cristóvão temos seis listas, a da sede e das povoações da Ribeira do Vaza Barris, Freguesia de Nossa Senhora do Socorro contendo as povoações de Laranjeiras e de Aracaju. Essa fonte reflete uma mostra das pessoas que moravam no meio rural e que eram lavradores de cana de açúcar e de mandioca, ou que as que viviam em engenhos, perfazendo um total de 747 pessoas. Através delas percebe-se que boa parte dos lavradores de cana de açúcar da Vila de São Cristóvão também plantavam a mandioca, mais de 75% da mostra, ou seja, 560 pessoas arroladas nas listas cultivavam a mandioca e boa parte dessas utilizava mão de obra escrava.

Das pessoas arroladas que cultivavam a cana de açúcar e principalmente a mandioca 39% da mostra, 291 moradores não possuíam escravizados. Ressalto que dentre os lavradores de mandioca tem algumas pessoas forras, como João Francisco que residia no sítio Calumby¹⁰. Ou seja, a lavoura de mandioca era uma possibilidade de trabalho para os egressos da escravidão e para as pessoas livres e pobres.

7 Inventário *post-mortem* de Antônio Gonsalves Dias, cartório de São Cristóvão, AGJSE, 22/10/1800, cx. 03.16.

8 Inventário *post-mortem* de Joaquim da Silva Roque, Cartório de São Cristóvão, AGJSE, 19/05/1798, cx. 159.; NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.p.207; JABOATÃO, Antonio de Santa Maria (Frei). "Novo Orbe Seráfico Brasileiro....p.53.

9 JABOATÃO, Antonio de Santa Maria (Frei). "Novo Orbe Seráfico Brasileiro....p.52

10 Lista de Plantadores de mandioca do No sertão de baixo em uma das partes da freguesia de N.Sra do Socorro, Primavera e verão de 1785, p. 43\46.; Lista de Plantadores de mandioca do Vaza Barris, 1785.



Os grandes proprietários de escravizados não cumpriram a legislação de 500 covasde mandioca por escravizado, eles preferiam dedicar-se a lavoura de cana de açúcar ou aos engenhos e comprar a farinha de mandioca que consumiam;possivelmente era mais lucrativo para eles. Apenas seis senhores de engenho cultivavam a mandioca. Diferentemente dos pequenos e médios lavradores de cana de açúcar que também cultivavam o tubérculo.

A mão de obra escrava era muitodifundida. Muitas pessoas tiveram acesso ao escravizado, em pequenas posses. Todavia, a maior parte da população escrava estava em propriedadesde mais de quatro escravizados. As maiores posses estavam com as pessoas que cultivavam cana de açúcar. Juntas as pessoas envolvidas com o plantio e fabricação do açúcar possuíam 62,92% dos escravizados, enquanto que os que possivelmente viviam de cultivar mandioca detinham 35,01%.

Havia 51 proprietários com 10 ou mais escravizados e eles juntos possuíam 45,58% dos escravizados enquanto que os 301 senhores que detinham de 1 a 4 escravizados possuíam 28,26% dos escravizados que foram apontados nas Listas. Ou seja, a população escravaera difundida, mas concentrada, pois a maior parte da população escrava estava em médias e grandes posses. Dos 32 engenhos encontrados, apenas nove tinham posses com 30 ou mais escravizados. Mott e Schwartz afirmaram que os engenhos sergipanos eram menores que os do Recôncavo Baiano, utilizando a mão de obra como referência. Schwartz também utilizando as listas de plantadores de mandioca afirma que a média de escravizados nos engenhos de Sergipe era de 24 escravizados¹¹. Ressalto que a mão de obra dos engenhos foi adquirida aos poucos, pois pesquisando um mesmo engenho em dois momentos, percebe-se um aumento no número de escravizados.

Uma das maneiras encontradas pelos senhores de engenho para compensar o número reduzido de escravizados nas suas propriedadesfoia existência dos plantadores de cana de açúcar. Schwartz cita que em Pernambuco e Paraíba o número de lavradores de cana de açúcar por engenho era entre seis e dezessete, no Recôncavo baiano era uma média de 3 e em algumas freguesias era de 4 como a de Rio Fundo. E os lavradores de cana de açúcar possuíam em média 10 escravizados. Na Cidade em análise a média de lavradores de cana de açúcar que cultivavam no interior dos engenhos era de 4 por propriedade. Boa parte dos engenhos, 23 deles, tinham lavradores de cana de açúcar nas suas terras. O engenho que possuía mais lavradores era o Camaçari que possuía 17 desses lavradores.

11 Segundo Mott, 2 engenhos com menos de 10 escravizados, 10 engenhos de 11 a 10 escravizados, 8 engenhos de 20 a 29, sete com 30 a 39 e somente 4 engenhos que tinha entre 40 e 45 escravizados. Vê em: MOTT, Luiz R.B. *Sergipe Del Rey...*p144-.148; Inventário *post-mortem* de Angélica Perpetua de Jesus, cartório de São Cristóvão, AGJSE, 24/09/1799, 01.14; SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos:engenhos e escravizados na sociedade colonial*. SP: Companhia das Letras, 1988.91.



Alguns engenhos tinham fornecedores de cana que as plantavam em terrenos próprios dos lavradores. Assim, o número médio de lavradores de cana por engenho podia ser maior que quatro por propriedade, talvez por isso os engenhos sergipanos conseguissem funcionar com um número restrito de escravizados. Por fim, a produção de açúcar e de outros produtos da Cidade de São Cristóvão era escoada pelos rios Poxim, Vaza-Barris e Cotinguiba. E em seguida ia para Salvador.

A Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana

A Freguesia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana foi criada em 1675. Em 1696, logo após a criação da Comarca de Sergipe, foi criada a Vila de Itabaiana. Em 1757, a povoação tinha poucos moradores e um dos motivos era devido a pouca água existente. E Thétis Nunes caracterizou a população de Itabaiana como pobre¹².

231



Em 1779, a câmara de São Cristóvão anunciou que o governo da Bahia recomendava o plantio de algodão¹³, devido a demanda internacional e essa recomendação possivelmente foi acatada pelos agricultores de Itabaiana. Ressalto que esse conselho possivelmente acompanhou a necessidade criada pós Revolução Industrial, bem como uma medida dos sucessores de Pombal para diversificar a produção de artigos a serem exportados. Barickman afirma que o algodão passou de uma produção de cem arrobas em 1770 para 40 mil arrobas em 1790 na Bahia, e que a produção de algodão se expandiu em algumas capitanias do atual Nordeste, como Paraíba e Pernambuco. Em Itabaiana, em 1779, já havia agricultores que cultivava o algodão, dentre eles o Alferes Luiz Carlos Pereira que além do algodão, cultivava outros produtos e também produzia tecidos¹⁴.

Alguns senhores que tinham propriedades em São Cristóvão incluindo na Povoação de Laranjeiras e em Santo Amaro também adquiram propriedades na região serrana e alguns desses senhores fizeram seus inventários em Itabaiana. Além do cultivo do algodão, na Vila também eram criados animais, cultivada a mandioca e feita a farinha. Os engenhos também se instalaram na região no século XVIII, ou seja, no citado momento da expansão da zona açucareira. Em decorrência disso no final do XVIII e início de XIX ocorreram conflitos entre lavradores e criadores de animais. A primeira determinação, ainda no século XVIII era que o gado deveria ser

12 NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II...* 1996. pp.176-178

13 NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I...* . pp.165-166

14 NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I...* . Pp.165-166; NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I...* . Pp.165-166; Alferes Luiz Carlos Pereira, *apelação*, AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 16/09/1779.



criado em cima da serra e em propriedades cercadas, no início do XIX, o gado seria criado somente em terras mais afastadas, na caatinga¹⁵.

Encontrei 20 documentos que incluíam inventários *post-mortem* e testamentos da Vila de Itabaiana, entre o período de 1725 a 1798. Observando o quadro 1.4, têm-se mais informações sobre as atividades econômicas dos residentes na Vila e sobre as pessoas que lá fizeram seus inventários e testamentos, por terem alguma propriedade em Itabaiana. Um motivo que talvez tenha levado homens e mulheres que não residiam em Itabaiana a fazerem seus inventários na Vila citada foi o fato do deslocamento de algumas localidades de São Cristóvão ou Santo Amaro ser mais fácil para a Vila em pauta, pois de algumas povoações pertencentes a São Cristóvão para a sede da Cidade precisava cruzar rios e/ou riachos, em alguns períodos do ano essas travessias deveriam ser perigosas.

Quadro 2: Vila de Itabaiana
Atividades econômicas dos moradores (1725-1798)

Atividade econômica	Nº de In ^{dos} ou test ^{res}	%	Nº de esc ^{dos}	%
Lavrador	6	30	23	7,37
Lavrador e criador de animais	5	25	158	50,64
Senhor de engenho	3	15	99	31,73
Lavrador de mandioca	2	10	22	7,05
Lavrador de mandioca e cana de açúcar	1	5	3	0,96
Criador de animais	2	10	5	1,60
Sem dados	1	5	2	0,65
	20	100	312	100

Fonte: Testamentos e Inventários *post-mortem* século (1725-1798)

O maior grupo encontrado na mostra era composto pelos lavradores que correspondiam a 45% dos inventariados e testadores pesquisados. A mandioca, o milho, a cana de açúcar, e o algodão eram alguns dos produtos cultivados na Vila. Alguns deles se dedicavam ao cultivo de mais de um produto, como Luís Barroso Pantojá, um português, que plantava mandioca e cana de açúcar¹⁶.

O segundo grupo, composto pelos lavradores e criadores, correspondia a 25% da amostra. Nesse grupo também tinha algumas pessoas que cultivavam mandioca. Dentre os lavradores e criadores, está Bernarda de Jesus Maria José que possuía inúmeras propriedades, incluindo em Itabaiana e na povoação de Itaporanga pertencente a São Cristóvão. Ela era lavradora de cana de açúcar, de milho e possuía vários animais incluindo

15 NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 90

16 Inventário *post-mortem* de Luís Barroso Pantojá, APES, doc. 1 Cx32a coleção Sebrão Sobrinho, 1750.



bois, vacas e ovelhas. Para trabalhar nas suas diversas propriedades que incluía terras em Porto da Folha, sítios dentre outros possuía 119 escravizados, uma grande posse¹⁷.

Foram encontrados três senhores de engenho em Itabaiana. Dois não moravam na Vila de Itabaiana, estavam radicados na Povoação de Laranjeiras que pertencia a Cidade de São Cristóvão. Todavia conforme foi mencionado anteriormente esses senhores estavam entre os que possuíam diversas propriedades incluindo em Itabaiana e esse motivo pode ter contribuído para eles fazerem seus testamentos na Vila citada, ou ainda devido aos deslocamentos. Um aspecto importante é que Francisco José de Santa Rita era senhor de engenho e homem de negócio, possivelmente acumulou dinheiro em decorrência do comércio que possibilitou a construção ou compra de um engenho¹⁸. Outro senhor encontrado foi Albano do Prado Pimentel que em 1759, além de senhor de engenho também tinha sítios que produziam farinha de mandioca para alimentar a sua família e seus escravizados, e quiçá comercializar o excedente¹⁹. Sheyla de Castro Faria também encontrou homens que acumularam dinheiro com o comércio e em seguida compraram propriedades rurais, incluindo engenhos²⁰.

Os senhores de engenhos tinham grandes posses de escravizados, ressaltando que nesta Vila utilizei os mesmos padrões de posse escrava de São Cristóvão²¹. A média de escravizados por propriedade foi de 31,73. Os inventariados que tinham propriedades em São Cristóvão ou em Santo Amaro, foram as que tinham um maior número de escravizados e mais acesso a compra de africanos. Evidenciando que essas localidades tinham uma economia mais dinâmica, o que possibilitou um maior acúmulo de bens.

Os criadores de animais e lavradores possuíam mais da metade da população escrava catalogada, no entanto, esse dado em virtude da Bernarda de Jesus Maria José que possuía praticamente 2/3 dos escravizados desse grupo. Os demais desse grupo tinham médias medianas, 9,7 escravizado por propriedade. Foram encontradas apenas duas pessoas que se dedicavam apenas a criação de animais e também possuíam escravizados. Porém, as suas posses de escravizados eram diminutas, em média menos de 2 escravizados. Os criadores de animais possuíam pequenas e médias

17 Inventário *post-mortem* de Bernarda de Jesus Maria José, APES, Cx32a coleção Sebrão Sobrinho, 21/06/1757.

18 Testamento de Francisco Joze de Santa Rita, AGJSE, SCR/C. 1º OF Livros de Testamentos – Cx. 62 – Lv. 01 – pp.49-58, 17/06/1794.

19 Inventário *post-mortem* de Albano do Prado Pimentel, APES, doc. 3 Cx32a coleção Sebrão Sobrinho, 1759.

20 FARIA, Sheyla de Castro. *A colônia em movimento: Fortuna e família no Cotidiano Colonial*. 2ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. pp.189-190.

21 1 a 5 escravizados era uma pequena posse, de 5 a 9 escravizados era uma média posse, e maiores que 10 grandes posses.



fortunas, entre 800\$00 e 2:400\$000 réis, ou seja, possuíam capital limitado para a compra de escravizados. Outro aspecto é que na lida dos animais não era necessário uma grande quantidade de escravizados.

Os lavradores de mandioca e outros produtos detinham menos de 16% dos escravizados pesquisados e suas posses de escravizados eram em média de três escravizados, ou seja, uma posse pequena. Gonçalo de Moura Rezende era um desses lavradores, em 1784 possuía apenas um escravizado que o auxiliava no trabalho no sítio, Antônio angola²².

Esta era uma Vila agropastoril, diferentemente da Cidade anteriormente analisada; com grande produção, sobretudo de farinha de mandioca, algodão e na criação de animais, possivelmente fornecendo carne e couro para outras regiões. No século XVIII teve início um movimento de criação de animais em terras mais afastadas e no século XIX se intensificou, os moradores de Itabaiana também criavam seus animais em Canindé ou Porto da Folha, pois a lavoura precisava das terras da Vila. Essas são características econômicas distintas da Vila de Santa Luzia que será a próxima Vila a ser analisada.

*A Vila de Santa Luzia do Piauí e a Povoação de Estância: terra de doces [...] costumes de seus moradores*²³

A Vila de Santa Luzia do Piauí, situada ao sul da Capitania de Sergipe, fazia divisas com a Vila de Lagarto em direção a oeste, pelo sul com a Vila da Abadia da Capitania da Bahia. A Freguesia de Santa Luzia foi criada em 1680, e a Vila de mesmo nome em 1699. Na Vila de Santa Luzia surgiu a Povoação de Estância, distante duas léguas da Vila, aos arredores da Capela de Nossa Senhora de Guadalupe. A Povoação aos poucos cresceu, e no decorrer dos Setecentos passou a ter uma população maior que a da Vila. Com o crescimento de Estância, os moradores dessa Povoação começaram a reivindicar que ela se tornasse a sede da Vila. Para Thétis Nunes, as disputas refletiam os interesses de dois grupos, um grupo o dos primeiros moradores da região que tinham suas atividades econômicas ligadas a terra e lutavam pela permanência da sede na Vila de Santa Luzia e o segundo grupo ligado ao comércio, cujos membros eram mais recentes em Sergipe e desejavam que a sede da Vila fosse em Estância. Os últimos alegavam uma falta de estrutura na Vila e que Estância tinha um bom por-

22 Inventário *post-mortem* de Gonçalo de Moura Rezende, APES, cx. 32 da coleção Sebrão Sobrinho, 11/05/1784.

23 SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808*. Sergipe, Aracaju, Secretaria de Cultura, 2005, p.40

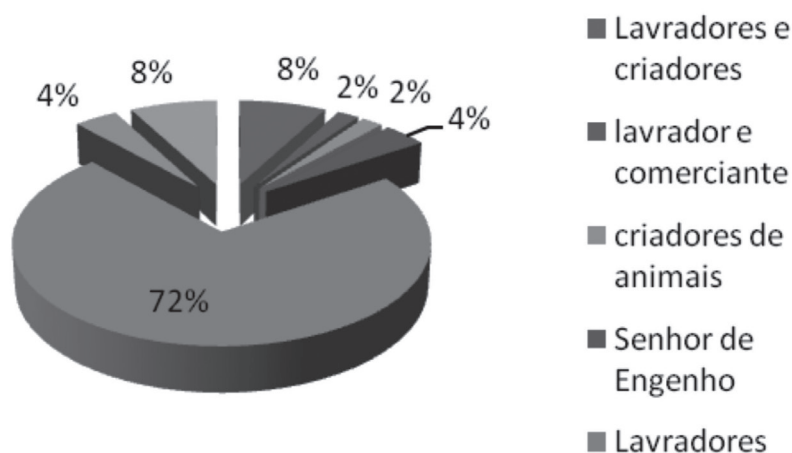
to, o que facilitaria o comércio²⁴. A povoação tinha rios navegáveis, como o Piauí, por isso, havia um grande fluxo de embarcações nos seus rios, que transportavam escravizados, farinha de mandioca, açúcar além dos produtos importados

A população da Vila em 1707 era de 1.045 pessoas em comunhão e 156 domicílios. Em 1795, 6.672 almas e dessas, 2.215 eram escravizados²⁵, ou seja, no decorrer do século XVIII a população cresceu. Dentre os testadores tinham nove portugueses, como também pessoas de outras Capitânicas como a de Pernambuco que também migraram para Sergipe. Esses indícios evidenciam que a economia estava em crescimento e por isso atraía pessoas de diversas localidades.

Um olhar sobre os inventários e testamentos Setecentistas permite ter uma amostra das atividades econômicas dos moradores da Vila. Pesquisei 20 inventários *post-mortem* e 33 testamentos, perfazendo um total de 53 documentos, com os dados desses construí o gráfico 1.1 que permite visualizar as principais atividades econômicas:

235

Gráfico 1: Vila de Santa Luzia
Atividades econômicas dos moradores 1720-1800



Fonte: Inventários post-mortem e testamentos (1720-1800)

Observando o gráfico 1.1 percebe-se que os lavradores eram destacadamente majoritários, 38 pessoas, que correspondia a 72%, tinham como atividade econômica a lavoura. Nos Setecentos, o número de engenhos era incipiente, foram encontrados apenas dois engenhos de fazer açú-

24 Algumas capelas rurais surgiam com a doação da terra para a Capela, quando além do terreno para a construção do templo também era doado terreno para gerar receitas para a manutenção da capela. Os doadores indicavam os padroeiros da Capela. Se em torno da Capela tivesse uma população, o Bispo transformava-a em Capela curada, ou seja, uma capela assistida pelos vigários coadjutores. Vê em: FONSECA, Claudia Damasceno. *Espaço e poder nas Minas Setecentistas...*; NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II...* 1996. pp.184-185

25 SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808*. Sergipe, Aracaju, Secretaria de Cultura, 2005.p.45

car, e o tamanho deles não era diferente dos de São Cristóvão do mesmo período, pois cada um possuíam menos de 32 escravizados. Em 1780, um desses engenhos era o Campinhos, localizado em Santa Luzia, cujo proprietário em seu testamento menciona ser um *Engenho novo de fazer assucar e seus acessórios*. Ou seja, esse engenho já é fruto do ressurgimento e expansão da lavoura canavieira.

Além dos dois engenhos, identifiquei um plantador de cana de açúcar. Após a produção do açúcar, o produto era vendido a caixeiros, por fim exportada pelos portos. Em 1769, Eleuteria Ramos de Jesus, plantadora de cana de açúcar, residia no sítio Ingá, vendeu algumas caixas de açúcar para um caixeiro da Bahia²⁶. Conforme já foi citado, o destino desse açúcar era na maioria das vezes a Praça da Bahia. Por fim, também identifiquei um alambique com todos os seus acessórios²⁷. Além dos engenhos que produziam o açúcar também existia os alambiques e engenhocas que também produziam rapaduras para o consumo local e que serviam para complementar a dieta alimentar.

De acordo com a amostra outro grupo pequeno no período era os que viviam do comércio: um era comerciante e lavrador e dois eram apenas comerciantes. Desses dois eram portugueses, um deles era Domingos Lopes Coelho que na década de 80 dos Setecentos mantinha negócios na Bahia e no Rio de Janeiro, evidenciando as relações econômicas entre Sergipe e as outras Capitanias, e possuía sete escravizados. No entanto, possivelmente o número de comerciantes no decorrer dos Setecentos cresceu e não deveria ser tão pequeno. O Ouvidor afirmou que Estância tinha um bom porto e nele transitava diversos barcos que traziam e levavam produtos para a Cidade da Bahia. Tirando os excessos devido ao fato do documento ter sido dirigido para o El-Rei, com o intuito de convencê-lo a transferência da sede da Vila, tem ainda sim nesse ofício, alguns indícios de um comércio intenso com a Praça citada, comércio esse que foi avolumado na centúria seguinte. Moniz de Souza menciona que os comerciantes da Povoação de Estância vendiam farinha de mandioca, milho, amendoim dentre outros, ele também afirmou que boa parte da população era envolvida nessa atividade que era muito lucrativa e que os lavradores eram reféns desses comerciantes²⁸. Nos inventários e testamentos, esses indícios se tornam mais evidentes, pois encontrei seis pessoas com divi-

26 Testamento de Eleuteria Ramos de Jesus, São Cristóvão, 1º Ofício, Livros de Testamentos – Cx. 62 – Livro 04 – pp. 34-42. 19/05/1769.

27 Testamento de Antônio Martins Ferreira (Padre), São Cristóvão, 1º Ofício, Livros de Testamentos – Cx. 62 – Livro 04 – pp.161-176, 02/03/1786.

28 Testamento de Domingos Lopes Coelho, São Cristóvão, 1º Ofício, Livros de Testamentos - Cx. 62 - Lv. 04 - pp. 42-52. 7/08/1788; Ofício enviado pelo Ouvidor-mor da Comarca de Sergipe sobre a importância da povoação de Estância, 1755, AHU-Sergipe, doc. s/n.; SOUZA, Antônio Moniz de. *Viagens e Observações de um brasileiro*. Org. Ubiratan Castro de Araújo. 3ªed. Salvador: IHGB, 2000.p.72.



das ou negócios na Bahia, um deles pagando com alqueires de farinha a dívida. Também encontrei dois proprietários de sumacas, embarcações que possivelmente eram utilizadas nesse comércio.

Poucos foram os inventários que foi possível identificar a fortuna, dentre os que foram possíveis percebe-se que Joaquim José Braque, um possível lavrador e comerciante, detinha a maior fortuna, tinha mais de 15 contos de réis. Tinha entre os bens: grandes quantidades como tecidos, bem como dívidas ativas²⁹. Os dois últimos vestígios indiciam que ele também era um comerciante. Quatro pessoas possuíam fortunas menores que quatro contos, faixa que estava maior parte de pessoas. As fortunas dessa vila eram menores que as de Itabaiana, no entanto, não havia diferenças tão acentuadas entre elas. Ou seja, não havia pessoas tão ricas como na Vila Citada, nem tão empobrecidas.

Outra atividade econômica existente era a criação de animais e aqueles que além dessa atividade, também cultivavam produtos; somando os dois grupos, encontrei seis casos. Alguns desses senhores e senhoras tinham propriedades em Estância e na Vila vizinha, a de Lagarto. Possivelmente nas propriedades em Estância agricultavam e em Lagarto criavam seus gados *vaccum*, *lonígeno* e *cavalar*, pois a citada vila ficava mais distante do litoral e em uma região mais árida.

O gráfico 1.1 mostra que os agricultores eram majoritários, mas ainda resta apontar quais eram os produtos cultivados por essas pessoas. Thétis Nunes aponta a importância da feitura da farinha de mandioca dentre as atividades econômicas da Vila em pauta. E menciona que o produto era exportado pelos portos de Santa Luzia e no de Estância para as capitanias da Bahia e de Pernambuco. Para a mesma autora, a Praça da Bahia determinava o valor do alqueire da farinha de mandioca e a quantidade que deveria ser exportada. O que gerava indignação e provocava protestos das Câmaras principalmente as de Santa Luzia e Santo Amaro³⁰.

Após uma análise dos inventários e testamentos, percebi que lavoura de mandioca foi majoritária, alguns lavradores produziam apenas a mandioca, como pode ser notado no quadro 1.6, e outros além da mandioca, produziam outros artigos, como cana de açúcar, algodão e arroz. Esse dado mostra que algumas pessoas resolveram diversificar a produção.

Para Thétis Nunes, os plantadores de mandioca e de cana de açúcar formavam uma camada intermediária da sociedade, por ser a mandioca uma cultura menos exigente de solo e que não requer muitos braços e os plantadores de cana de açúcar por não possuírem o engenho também precisam de um número menor de escravizados ou prestadores de jornada.

29 Inventário *post-mortem* de Joaquim Jose Braque, AGJSE, Cartório de Estância, 01/481, 02/01/1795.

30 NUNES, Maria Thétis. Sergipe Colonial II... 1996. p.86



Acredito que os plantadores de mandioca era uma camada intermediária e heterogênea, com pessoas com níveis distintos de riqueza³¹.

Ainda sobre os lavradores de farinha, alguns deles não se dedicavam somente a lavoura, pois também criavam animais em grandes quantidades, alguns desses tinham mais de uma propriedade. Ou ainda por pessoas que cultivavam a farinha de mandioca e outros produtos como a cana de açúcar. Barickman, ao se referir ao Recôncavo, afirma que pequenos lavradores souberam diversificar seus produtos, não abandonaram a produção de artigos voltados para o consumo interno, mas aumentaram a produção da lavoura exportadora. Para esse autor, os lavradores souberam harmonizar a utilização da terra às exigências das lavouras, bem como as pressões de um mercado internacional e as condições do mercado interno. Assim lavradores de mandioca incrementaram com a lavoura da cana as suas propriedades, quando foi possível e lucrativo³². Possivelmente o mesmo episódio ocorreu nas terras sergipanas. Observando o quadro 1.6, percebe-se as principais artigos produzidos e as quantidades de escravizados envolvidos no cultivo e fabricação desses artigos:

Os lavradores de mandioca correspondiam a 50% da amostra, 21 pessoas estavam envolvidas com essa atividade. Dessa forma, de fato a farinha de mandioca era o principal produto dessa Vila. E mesmo com os protestos em virtude das taxas, os preços do produto permitiram que alguns senhores acumulassem capital, pois boa parte deles tinham médias posses, entre 5 e 9 escravizados. Thétis cita a lista de plantadores de mandioca de 1785, que identificou 315 plantadores de mandioca e desses 94 não possuíam escravizados, e 54 apenas um e 59 apenas dois. Na lista de plantadores de 1786, encontrei 286 plantadores, desses 87 não possuíam escravizados e 57 apenas um escravizado. Ou seja, o bem escravizado foi acessível a maioria das pessoas que cultivam o mandioca. Havia 733 escravizados envolvidos com a lavoura, uma média de 2,5 escravizados por plantador³³. Ou seja, corroborando com as ideias de Thétis Nunes, a lavoura da mandioca era uma cultura que não exigia muitos braços. Lembrando que essa lista de plantadores não é de pessoas que são envolvidas apenas com a feitura da farinha, mas sim de pessoas que cultivam o produto, seja para o próprio consumo, fosse para o comércio interno. Grande parte dessa produção era exportada para Salvador.

31 NUNES, Maria Thétis. Sergipe Colonial II... 1996.

32 Testamento de Thomaz Domingues da Silva, São Cristóvão, 1º Ofício, Livros de Testamentos – Cx. 62 – Lv. 02, 24/12/1800.; BARICKMAN, B.J. Um Contraponto baiano... pp.30-31

33 Estou adotando o mesmo padrão já citado anteriormente de São Cristóvão, também usado para Itabaiana. NUNES, Maria Thétis. Sergipe Colonial II... 1996. p.156

Lista das pessoas que plantão mandiocas para fabricarem farinhas, nesta Villa Real de Santa Luzia de Sergipe de El Rey, 20 de setembro de 1786.



Salvador possuía a maior população da Colônia, mesmo após perder a condição de Vice-Reinado em 1763. Ela perdeu essa primazia apenas em 1808 com a chegada da Família Real. Além da população fixa, havia ainda uma população flutuante, marinheiros e escravizados recém-chegados que também utilizavam a farinha de mandioca na sua dieta. Segundo Barickman, os baianos consumiam farinha de mandioca em grandes quantidades, era o principal produto da dieta alimentar baiana, chamado de gênero de primeira necessidade. E, em torno de Salvador estava o Recôncavo Baiano que também produzia farinha de mandioca em algumas freguesias, todavia, essa era a região mais povoada da Bahia e por isso a que mais necessitava do produto. Assim, a farinha de mandioca produzida na região citada não era capaz de abastecer toda a sua população, e por isso, as legislações para o plantio da mandioca, e a produção da farinha de mandioca em outras regiões, Dentre elas as Vilas da Capitania de Sergipe d'El Rey³⁴.



Conforme já foi citado, alguns senhores se envolveram na produção de mais de um artigo, e esses tiveram maiores possibilidades de acumular capital, e assim possuir mais escravizados. Dezoito senhores, cerca de 37,5% , tinham posses com dez ou mais escravizados. Desses cinco produziam somente a farinha de mandioca. De acordo com a citada lista de 1786, apenas onze plantadores dispunham de dez ou mais escravizados plantando mandioca. Com o crescimento da lavoura da cana de açúcar na Bahia, começaram a faltar alimentos, sobretudo a farinha de mandioca, pois a lavoura canavieira invadiu os já citados terrenos que anteriormente eram utilizados pelo cultivo de mandioca e de outros gêneros alimentícios na Bahia e em Sergipe. Além da farinha citada, também faltou carne, pois era necessário o gado na produção do açúcar, seja como força motriz, seja como meio de transporte. Devido a isso, a falta de comida, o governador da Bahia, em 1782, Conde de Valença ordenou que plantasse 500 covas de mandioca para que cada escravizado tivesse sua roça. Por isso, a lista de plantadores foi realizada, com o intuito de perceber se a ordem estava sendo cumprida. Na Vila de Santa Luzia, os plantadores tinham entre 1.000 a 20.000 covas de mandioca, e de acordo com a Lista, grande parte dos senhores desta Vila cumpriram essa legislação, diferentemente dos senhores da Cidade de São Cristóvão³⁵.

Por fim, a Vila de Santa Luzia juntamente com a sua povoação era uma Vila agrícola, diferentemente da anterior, Vila de Itabaiana. O principal produto era a farinha de mandioca, mas no XIX percebe-se um crescimento no cultivo da cana de açúcar, bem como no número de engenhos. O comércio também era uma atividade que possuía destaque. Os

34 BARICKMAN, B.J. Um Contraponto baiano... pp.96-106

35 Lista das pessoas que plantão mandiocas para fabricarem farinhas, nesta Villa Real de Santa Luzia de Sergipe de El Rey, 20 de setembro de 1786.



moradores dessa Vila conseguiram ter acesso a mão de obra escravizada, incluindo africanos.

Em suma, a Capitania de Sergipe apesar do seu tamanho restrito suas Vilas tinham diferenças nas suas atividades econômicas, o que possibilitou uma maior ou menor aquisição da população escrava, sobretudo da africana bem como tamanhos de posse escrava diferenciados. A Vila de Santa Luzia e a cidade de São Cristóvão eram mais agrícolas, enquanto que a de Itabaiana era agropastoril. Dentre as Vilas agrícolas apontadas as queos moradores se dedicaram mais a lavoura da cana de açúcar foi São Cristóvão, em virtude sobretudo do solo massapê. Em virtude da produção de açúcar essas Vilas foram as que possuíam um maior número de escravizados. Mesmo os envolvidos em atividades voltadas para o consumo ou mercado interno conseguiram acumular e possuir escravizados, o que evidencia que a economia colonial era muito mais complexa que apontava Caio Prado Junior³⁶.

A existência de lavradores fora e dentro dos engenhos possibilitou que diversos engenhos produzissem açúcar, pois o número de escravizados era pequeno, para executar todas as atividades necessárias no engenho. A principal praça de comércio era a Bahia, dessa forma açúcar e farinha de mandioca escoavam periodicamente para a citada localidade. E no retorno traziam produtos importados e escravizados.

36 PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23ªed. SP: Brasiliense/Pallotti, 1997.



Requerimento de um morador da Vila Real de Santa Luzia como fonte para o estudo da história social e linguística do Brasil Colonial

Renata Ferreira Costa¹

Application of a resident of Vila Real de Santa Luzia as source for the study of social and linguistic history of Colonial Brazil

Resumo:

Há muita documentação colonial brasileira em bibliotecas e arquivos espalhados pelo mundo que não foi explorada, de modo que se revela de extrema importância o labor filológico de edição de manuscritos desse período, que contribuirá não só com o trabalho do historiador, mas também de pesquisadores de outras áreas do saber, como a Linguística, a Crítica Textual, o Direito, a Sociologia, a Antropologia, etc. Desta forma, a partir da leitura e análise de um requerimento de 1778 do padre Manuel Francisco da Cruz, morador na Vila Real de Santa Luzia, na então Comarca de Sergipe Del Rei, são apontados alguns aspectos históricos e linguísticos pertinentes ao texto, de relevância para a discussão em torno daquela sociedade, da circulação de textos no quadro administrativo colonial, das características da língua portuguesa do período e da cultura escrita.

Palavras-chave: Manuscritos. Século XVIII. Sergipe d' El Rei.

Abstract:

There is plenty of documentation Brazilian colonial in libraries and archives around the world which has not been exploited, so that is of the utmost importance the handwork of philological edition of manuscripts of the period, which will help not only with the work of the historian, but also to researchers from other areas of knowledge, such as the Linguistic, Textual Criticism, Law, Sociology, Anthropology, and so on. In this way, from the reading and analysis of the application of 1778 Father Manuel Francisco Cruz, a dweller in Vila Real de Santa Luzia, in the then County of Sergipe Del Rei, are pointed out some historical and linguistics aspects relevant to the text, of relevance to the discussion of that society, the circulation of texts under colonial administration, the characteristics of the Portuguese language of the period and of written culture.

Keywords: Manuscripts. 18th Century. Sergipe d'El Rei.

241



1 Doutora em Filologia Portuguesa pela Universidade de São Paulo – USP. Professora Adjunta do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Sergipe – DLEV/ UFS, Campus de São Cristóvão. E-mail: renataferreiracosta@yahoo.com.br



Introdução

Em um trabalho de investigação histórica, todos os registros disponíveis são peças importantes para a elucidação dos fatos, no entanto, o historiador da língua de tempos pretéritos só pode contar com o apoio de fontes escritas como registros de traços linguísticos, uma vez que, como afirma Havelock², “a linguagem oral não produz fósseis” e, por isso mesmo, até que a tecnologia avançasse e a língua falada pudesse ser gravada, a única forma de se testemunhar um fato linguístico era através da escrita.

Nesse contexto, há que se considerar que o pesquisador da história colonial brasileira esbarra, na maioria das vezes, em dificuldades de acesso às fontes manuscritas, os melhores testemunhos do passado, fontes diretas para o estudo da História, de acordo com Acioli,³ que, ora se encontram em péssimo estado de conservação, entregues aos insetos e à ação do tempo, ora são protegidas a sete chaves pelas instituições depositárias, que, quando permitem que o documento seja consultado, cobram preços exorbitantes para a sua reprodução, além dos problemas pertinentes a cada texto, como, por exemplo, sua inteira legibilidade, o que torna ainda maior a importância da recuperação, preservação e difusão desses documentos através de edições confiáveis que só a Filologia pode fornecer.

A importância do estudo filológico reside no fato de contribuir para a construção ou o esclarecimento de aspectos de uma identidade nacional, seja através de sua história social ou linguística. Especificamente em relação ao Brasil, tem-se observado, nos últimos anos, um avanço considerável de investigações cujo foco é a reconstrução da história da língua portuguesa em sua variante brasileira, como, por exemplo, o *Projeto Filologia Bandeirante* (FiloBand), de responsabilidade do professor Heitor Megale (USP), o *Programa para a História da Língua Portuguesa* (PROHPOR), coordenado pela professora Rosa Virginia Mattos e Silva (UFBA), e o *Projeto para a História do Português Brasileiro* (PHPB), sob coordenação do professor Ataliba Teixeira de Castilho (USP), mas, apesar do esforço empreendido a esse favor, ainda há muito a ser estudado.

Desta forma, buscando contribuir para a história de Sergipe e a história linguística do português brasileiro, este trabalho, de natureza filológica, apresenta o fac-símile e a lição semidiplomática de um manuscrito produzido em Sergipe Del Rei, em 1778, a partir do qual se pretende analisar o contexto histórico-social que emana do texto, estudar suas características formais, sua circulação no quadro administrativo colonial e seu estado de língua e pensar a cultura escrita de fins do século XVIII no Brasil.

2 HAVELOCK, Eric A. *A Revolução da Escrita na Grécia e suas Consequências Culturais*. Trad. Ordep José Serra. São Paulo: Editora da Universidade Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p.14.

3 ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A Escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. Recife: Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1994, p. 1.



Descrição do Manuscrito

O manuscrito datado de 1778, na então Comarca de Sergipe Del Rei, encontra-se depositado no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, com a cota de número 23, do inventário 439, caixa 8. A imagem digitalizada do manuscrito está disponível no microfilme e no CD número 2 do “Projeto Resgate Barão do Rio Branco – Capitania de Sergipe”.

Trata-se de um bifólio escrito nos dois lados da folha, prática que se denomina, segundo Acioli,⁴ “opistografia”, em letra cursiva humanística do século XVIII, de ótima legibilidade e bom estado de conservação. Apresenta diversas abreviaturas, como era comum à época, as quais, para um leitor acostumado a textos desse período, não trazem grandes dificuldades de interpretação.

Além da letra do texto principal, reconhecem-se mais cinco inscrições de punhos diferentes e datações posteriores. Na margem superior do primeiro fólio, à esquerda do vocativo, há um parecer com seis rubricas, datado de 18 de novembro de 1778; na margem direita, há duas inscrições de punhos diferentes - “Sergipe (1778)” e “18 novembro 1778”; abaixo dessas inscrições, à direita do texto principal, há um despacho do Conselho Ultramarino, escrito em letra de difícil legibilidade e com uma rubrica; logo abaixo ao despacho, há mais um parecer, de punho também diverso dos anteriores, com cinco rubricas. Esse era o aspecto formal comum a esse tipo de documentação administrativa colonial, em que, recuado à direita da folha, está o texto que apresenta a solicitação do requerente, enquanto as margens superior e esquerda são destinadas aos “pareceres dos procuradores da coroa ou despachos régios”⁵.

Além disso, há, no fólio recto, dois carimbos que atestam o arquivamento do manuscrito: um oval, do Arquivo Histórico Ultramarino, e um redondo, da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina.

Geralmente, o local e a data dos documentos vêm explícitos no fim do texto, o que não se aplica ao documento analisado, por isso consideramos que ele é anterior a 18 novembro de 1778, datação que aparece nos pareceres, inscrições e despacho.

Classificado como um requerimento do padre Manuel Francisco da Cruz, sacerdote do hábito de São Pedro, morador na Vila Real de Santa Luzia (a povoação mais antiga de Sergipe, conhecida atualmente como Santa Luzia do Itanhy), o documento dirige-se à rainha de Portugal, D. Maria I, solicitando-lhe que possa fazer uma doação de seus bens, adquiridos durante o estado sacerdotal, a seus dois filhos menores de idade.

4 Ibidem, p. 55.

5 Idem.



De acordo com Belloto⁶, o requerimento é um tipo de documento oficial que serve para solicitar algo a uma autoridade pública, baseando-se em atos legais ou em jurisprudência. No caso dos requerimentos da administração colonial, há três partes que os constituem:

- **Protocolo inicial** – nome do requerente antecedido pela palavra “Diz”:

Diz o *Padre* Manoel Francisco da Cruz Sacerdote do Habito de São Pedro, morador no termo da Villa Real de Santa Luzia Comarca de Sergipe de El Rey, Capitania da Bahia (f. 1r.)

- **Texto** – exposição da solicitação e de seus motivos:

elle *Suplicante* se acha avanzado em idade de cinquenta, edoiz anos, etendo dos bens da fortuna, *que* ao presente orssaõ o valor de trinta mil cruzados, sevê onerado de dous filhos havidos no estado Sacerdotal, hum por nome loaõ, e outra por nome Anna, ambos de idade pupillar, dependentes de criação, educação, e alimonia pessoal: Teme o *Suplicante* a morte, assas proxima asua avançada idade, e conciderando muito vivamente o total de zamparo d’aqueles miseraveis pupillos na sua falta, instigado do amor paterno, e por descargo de sua conciencia, os deseja portodos os possiveiz modos providenciar de alimentos provizionais futuros, eperpetuos, afim deque nem pereção á necessidade, nem perigem a salvação delle *Suplicante* na ômissão, ou preterição dos mesmos: [...] (f. 1r.)

- **Protocolo final** – a sigla ERM (*Espera Receber Mercê* ou *E Receberá Mercê*) e a assinatura do requerente (não obrigatória). A data cronológica não é indicada. O documento do padre Manuel termina com uma reafirmação do seu pedido e a sigla ERM:

Pede a Vossa Magestade se digne pelo seu Real Beneplacito, e Alta Benificencia, facultar ao *Suplicante* agraça que impetra decretando-se lhe passe della Provizam em forma por este Regio Tribunal, com as clauzulas *que* parecerem justas ao Real Arbitrio, abem da indemnidade dos ditos pupillos, para o futuro einperpetuum.

Espera Receber Mercê (f. 1v.)

6 BELLOTO, Heloisa Liberali. *Como Fazer Análise Diplomática e Análise Tipológica de Documento de Arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2002, p. 87. (Coleção Como Fazer, vol. 8).



Edição Fac-Similar e Semidiplomática do Manuscrito

Com o intuito editar um texto manuscrito de fins do século XVIII, mantendo-se o mais fiel possível ao original, adotaram-se neste trabalho algumas normas de edição semidiplomática inseridas nas “Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do Português do Brasil”, propostas por Cambraia et al.⁷, extraídas do livro *A Carta de Pero Vaz de Caminha*.

A edição semidiplomática, também conhecida como diplomático-interpretativa ou paleográfica, é um tipo de edição filológica que, segundo Costa⁸, apresenta

um texto muito pouco afastado do que se acha no manuscrito e facilmente legível a um leitor não especialista em questões filológicas ou linguísticas, ou a um linguista interessado em aspectos linguísticos como o léxico e a sintaxe, para os quais o acesso à aparência gráfica original não é fundamental.

245



Outro tipo de edição também apresentada neste trabalho é a fac-similar, uma fotocópia do original, para que o leitor possa acompanhar a lição do manuscrito e verificar as escolhas ou possíveis intervenções do editor.

Abaixo seguem as normas de transcrição adotadas:

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas na abreviatura, obedecendo aos seguintes critérios:
 - a) respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiosincrasias ortográficas do escriba.
 - b) no caso de variação no próprio manuscrito ou em coetâneos, a opção será para a forma atual ou mais próxima da atual.
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver.
4. A pontuação original será rigorosamente mantida.
5. A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração.
6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais

7 CAMBRAIA, César Nardelli et al. Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil. In: *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. 2. ed. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP, 2001, p. 23-26. (Série Diachronica 1).

8 COSTA, Renata Ferreira. *Edição Semidiplomática de Memória para a História da Capitania de São Paulo, Códice E11571 do Arquivo do Estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007, 558 f., p. 133.



gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.

7. Inserções do escriba ou do copista na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior, entram na edição entre os sinais < >, na localização indicada.

8. Intervenções de terceiros no documento original devem aparecer no final do documento informando-se a localização.

9. Intervenções do editor hão de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem a dúvida. Quando ocorrerem, devem vir entre colchetes.

10. Letra ou palavra não legível por deterioração justificam intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [ilegível].

11. A divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, na edição, pela marca de uma barra vertical: | entre as linhas. A mudança de fólio receberá a marcação com o respectivo número na sequência de duas barras verticais: ||1v.|| ||2r.|| ||2v.|| ||3r.||.

12. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento.

MIL CRUZADOS ADQUERIDOS

do seu Ordem, e custodida, q' equivalet a uma p' q' se os
 perpetua alimentaria, e o título do mesmo, nao concederem
 mente, nao ofende, nem prejudica aos hois q' tem dentro
 na q' graza, p' a thesauraria de m. de l. e o de Vallar de
 v. mil cruzados. Recorre o sup' a Alta grandessa, e
 Benigna Tercade de M. Mag. p' q' em attenção da dilação
 expensas, e aos impreteriveis votos paternos, e dignos, p' Bem
 do campo de aquelles p'pellas, como tam evitentes de b'ca
 ao do Trezido da Regia Protecção, conceder-lhe toda a am
 pla facultade, de q' precisa, p' a thesauraria de m. de l. e o de
 aboção alimentaria em b'ca, p' o p'pelleo de m. de l. e o de
 não obstante a dilação de l. e o de b'ca, e q' quer do Reino, di
 rito comum, ou opinião de Doutores em contrario, ha
 sendo p' tam attenção de p'pelleo neste caso especial, sem
 a dilação, para q' l. e o de, e a dilação, para o sup' p'ullo ex
 parte modo prover de alimentos a dilação de m. de l. e o de
 tanto aq' p'pelleo. E de q' se notado, q' nem a p'pelleo de m. de l. e o de
 p'pelleo de sustentação da vida, nem a dilação de m. de l. e o de
 gação do sangue de o alimentaria.

Tortanto
 de M. Mag. se digne pelo
 sua Benignidade, e Alta Benignancia, fa
 cultar a dilação de m. de l. e o de, q' impetua decretando
 thesauraria de m. de l. e o de, em forma p' este Regio In
 b'ncal, com a clausula q' parecerem justas a dilação
 dilação, e l. e o de da dilação de m. de l. e o de p'pelleo de m. de l. e o de
 e impetuarium.

E. M. B.

Fonte: Acervo da autora



Senhora.

Diz o *Padre* Manoel Francisco da Cruz Sacerdote do Habito de São Pedro, morador no termo da Villa Real de Santa Luzia Comarca de Sergipe de El Rey, Capitania da Bahia, que elle *Suplicante* se acha avancado em idade de cincoenta, edoiz anos, etendo dos bens da fortuna, que ao presente orssaõ o valor de trinta mil cruzados, sevê onerado de dous filhos havidos no estado Sacerdotal, hum por nome João, e outra por nome Anna, ambos de idade pupillar, depen dentes de criação, educação, e alimonia pessoal: Teme o *Suplicante* a morte, assas proxima asua avancada idade, e con siderando muito vivamente o total de amparo d'aquelles mizeraveis pupillos na sua falta, instigado do amor paterno, e por descargo de sua conciencia, os deseja portodos os possiveis modos providenciar de alimentos provisionais fulturos, eperpetuos, afim de que nem pereçaõ á necessidade, nem perigem a salvaçaõ delle *Suplicante* na õmissaõ, ou preteritaõ dos mesmos: Máz como supposto podece o *Suplicante* na observancia da antiga jurisprudencia pella equidade canonica fundada no direito natural, doar ou deixar aos ditos seos filhos, ainda que espurios, á titulo dos muitos alimentos os suficientes bens vendozos para a sua processaõ, parece obstarlhe a Ley testamentaria de 9 de Setembro de 1769, eade 18 de Agosto do mesmo anno no paragrafo 12, emquanto aos Tribunais, eMagistraturas temporáiz prohibe o julgarem pello direito canonico, de que com o fundamento da razãõ natural descende aquella equidade, que fazia licita toda a disposiçaõ ao dito respeito: E dezejando o *Suplicante*, sem obstaculo das mesmas Leis, e evitadas todas as duvidas de futuro, providenciar aos ditos pupillos comhua doaçaõ intervivos de bens de valor dedez mil mil cruzados adqueridos pela suas Ordens, e industria, que equivalem asuaterça para seos perpetuos alimentos, e á titulo dos mesmos; no que concideravelmente, não ofende, nem prejudica aos herdeiros que tem dentro no quarto grãõ, por lheficarem alem desses, outros de valor de vinte mil cruzados: Recorre o *Suplicante* a Alta grandeza, e Benigna Piedade de Vossa Magestade, para que em attençaõ ás Razoens expostas, e aos impreteriveiz votos paternos, se digne, porbem do amparo d'aquelles pupillos, como taiz existentes debaixo do Presidio da Regia Proteçaõ, concederlhe toda a ampla facultade, de que perciza, para lhes fazer validamente aditaõ de doaçaõ alimentaria em bens proporcionados ao dito valor não obstante as ditas Leis, ou outras quaes quer do Reino, do direito comum, ou opinioes de Doutores, em contrario, ha vendo porbem em tudo dispensar neste cazo especial, sem exemplo, para que licita, e validamente possa o *Suplicante* pello exposto modo prover de alimentos aos ditos seos filhos não obstante a espuridade de que são notados, que nem os priva do natural preceito da sustentacaõ da vida, nem a *Suplicante* da natural obrigaçaõ do Sangue de os alimentar.



Portanto

Pede aVossa Magestade se digne pelo | seuReaL Beneplacito, eAlta Beneficencia, fa| cultar ao Suplicante agraca que impe- tra decretando-se | lhepasse della Provizam em forma por esteRegio Tri| bunal, com as clauzulas que parecerem justas ao ReaL | Arbitrio, abem da indemnidade dos ditos pupillos, para o futuro | einperpetuum.

EsperaReceberMerce

Haja Vista o *Dezembargador Provedor da Fazenda. Lisboa | 18. de Novembro de 1778.*⁹

*Sergipe | (1778)*¹⁰

*18 Novembro 1778*¹¹

Depois do [ilegível] de 12 de julho | deste anno não necessita [ilegível] | de dispensa para | dispor dos Seus | bens empapeis | e dos [ilegível] | E por penhor [ilegível] | aos filhos [ilegível] | contra a proibição | deLei pelo [ilegível] | a Estimacão delles | [ilegível] . ____¹²

*Registada em 2vias. Lisboa | 26 deNovembro | de1778.*¹³

250

- 9 Texto localizado na margem superior do fôlio, acima do texto principal, escrito por punho diferente e em data posterior. Seguem-se a esse texto seis rubricas e dois carimbos: um oval do Arquivo Histórico Ultramarino e outro redondo da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina.
- 10 Inscrição inclinada, localizada na margem direita do fôlio. Escrita por punho diferente dos demais textos e em data posterior.
- 11 Inscrição inclinada, localizada na margem direita do fôlio e escrita por punho diferente dos demais textos e em data posterior.
- 12 Texto abaixo das inscrições mencionadas nas notas anteriores, à margem direita do fôlio, de punho diferente da escrita do requerimento. Segue-se ao texto uma rubrica.
- 13 Texto abaixo do texto anterior, à margem direita do fôlio, de punho diferente do requerimento. Seguem-se ao texto cinco rubricas.



Aspectos Relacionados ao Manuscrito

O texto apresenta características ortográficas, linguísticas e estilísticas próprias do período em que foi produzido e do gênero a que pertence. Assim, é constante o uso de abreviaturas, que tinham a função, desde tempos mais recuados, de permitir que a escrita ocupasse menos espaço, devido à falta ou conseqüente custo elevado do suporte de escrita, e economizar tempo escrevendo mais depressa. São encontradas no manuscrito abreviaturas de diversos tipos, como: *Padre, São Pedro, Comarca, que, Suplicante, anos, anno, prezente, por, muito, muitos, vivamente, mesmos, Setembro, paragrafo, fundamento, dito, peLa, terceira, para, herdeiros, quarto, Vossa Magestade, faculdade, validamente, quaes quer, espuridade, Pede, Real, Provizam, indemnidade, Espera Receber Merce.*

Outra característica que chama a atenção de leitores atuais é a falta de separação de algumas palavras, que são escritas juntas, como é o caso, por exemplo, de “daBahia” (linha 3), elleSuplicante (linha 4), emidade (linha 4) e asuaterceira (linha 22). Essa prática poderia ser categórica ou motivada pelo próprio caráter cursivo da escrita.

Quanto aos aspectos ortográficos, há que se considerar que não havia à época uma uniformidade ortográfica, de modo que os escribas e copistas escreviam motivados pela pronúncia ou pela influência etimológica das palavras. É por isso que se encontram, no manuscrito, muitas consoantes duplicadas (*Villa, elle, Anna, pupillar, delle, supposto, pella, aquella, Vallor, atenção*), diferenças vocálicas em relação à ortografia atual (*cincoenta, dous, adqueridos*), uso de “y” por “i” (*Rey, Ley*), uso de “h” (*hum, hua, prohibe*), terminações nasais representadas como *-aõ* (com til na vogal “o”) ou *-am* (*loaõ, Õmissaõ, preteriçaõ, processaõ, razaõ, doaçaõ, naõ, Proteçaõ, dispoziçaõ, saõ, sustentaçaõ, Provizam*), mudança de lugar de uma letra (*percisa, proporcionados*) e, entre outras coisas, falta de unidade no uso das sibilantes (*prezente, orssão, assas, conciderando, possiveiz, vendozos, dezejando, Leiz, duvidaz*).

Pode-se destacar como um aspecto linguístico interessante para observação o uso do verbo “haver” por “ter”, não com sentido de existência, como ocorre atualmente no português do Brasil, mas como posse (...dous filhos havidos no estado Sacerdotal..., ...havendo por bem em tudo dispensar...).

Com relação ao léxico, verifica-se o emprego de palavras específicas do âmbito jurídico, algumas delas de difícil compreensão para um leitor não acostumado a esse tipo de documento ou que caíram em desuso:

- Suplicante – requerente; aquele que solicita algo no requerimento;
- Fortuna (etendo dos bens da fortuna) – acúmulo de bens;
- Onerado (se vê onerado de dous filhos) – sobrecarregado ou sujeito a pagar impostos por ter filhos;



- Idade pupillar – menor de idade;
- Pupillos – menores;
- Alimonia – alimentação, sustento;
- Preterição – esquecimento;
- Equidade – direitos iguais, igualdade;
- [filhos] espúrios – ilegítimos, bastardos;
- Espuridade – ilegitimidade;
- Bens vendozos – possíveis de serem vendidos;
- Processão – procedência, geração;
- Obstar – opor-se, impedir;
- Intervivos – aquilo que se realiza entre pessoas vivas;
- Industria – aptidão, habilidade, destreza;
- Terça – terça parte de uma herança, de que o testador podia dispor como quisesse (Dicionário Digital Aulete¹⁴);
- Sustentação – sustento, alimento;
- Beneplacito – aprovação de algo por autoridade superior;
- Facultar – conceder, proporcionar;
- Impetra – suplica, requer;
- Indemnidade – compensação, despesa;
- In perpetuum – para sempre, perpetuamente.

O conteúdo do documento revela um caso, não isolado, de constituição familiar formada por um padre, que, por receio de que seus dois filhos menores ficassem sem amparo financeiro depois de sua morte, solicita à rainha que possa doar a eles parte de seus proventos. Assim, esse manuscrito também constitui uma fonte de estudo sobre a constituição da família brasileira.

O padre Manuel Francisco da Cruz, ao fazer um requerimento dirigido à Coroa, acaba por expor sua transgressão, já que desrespeitou o celibato e ainda teve filhos, considerados por isso mesmo ilegítimos (espúrios), e expor uma parte da realidade do clero na Colônia, com abundantes casos de concubinatos, relações ilícitas e constituição de famílias.

Vale a pena comentar ainda duas passagens em que se justifica a solicitação do padre: “*elleSuplicante seacha avancado emidade de cinquenta, edoiz anos,*” (linha 4) e “*Teme o Suplicante amorte, assas proxima asua avançada idade, e conciderando muito vivamente o total dezamparo d’aqueles miseraveis pupillos naSuafalta,*” (linhas 7 e 8). É interessante notar que, ao considerar-se avançado em idade e muito próximo à morte, o

14 DICIONÁRIO DIGITAL AULETE. Disponível em: < <http://www.aulete.com.br>>. Acesso em 19 ago. 2014.



padre Manuel acaba por revelar que a expectativa de vida no século XVIII é muito menor do que a do século XXI, uma vez que um homem adulto já teme a morte por volta dos 50 anos de idade.

Considerações Finais

Os documentos escritos, como o apresentado neste trabalho, constituem material empírico para a reconstrução do passado de uma sociedade, considerando que, muitas vezes, são as únicas fontes de acesso para a compreensão de épocas pretéritas. Desta forma, a Filologia, cujo principal objetivo é a edição de textos manuscritos, auxilia efetivamente o labor de pesquisadores interessados em sincronias passadas.

A investigação da história colonial brasileira tem revelado uma série de questões instigantes para os estudiosos de diversos campos do saber, como a História, a Sociologia, a Antropologia, a Linguística, etc., e também para a sociedade em geral, que se depara, algumas vezes, com fatos totalmente desconhecidos.

No estudo do requerimento do padre Manuel Francisco da Cruz, escrito em 1778, verificou-se que muitas das suas características ortográficas e linguísticas são diferentes das que encontramos atualmente na língua portuguesa, porque revelam um contexto diferenciado de cultura escrita, caracterizado pela utilização de papel de trapo, pena e tintas corrosivas, pela economia dos materiais de escrita, pela falta de uniformidade ortográfica e forte influência da oralidade e da etimologia.

Além disso, é interessante notar que o manuscrito informa o primeiro nome do povoado de Santa Luzia do Itanhy, o mais antigo de Sergipe, e constitui-se como uma fonte preciosa de estudo do clero e da família no Brasil e também da expectativa de vida dos homens daquela sociedade de fins do século XVIII.







**Dissertação instrutiva sobre a
escolha dos governadores das
conquistas; a sua existência nos
governos; e o seu regresso para
a corte de Francisco de Almeida
Silva (1780)**

Augusto da Silva¹

**Instructive dissertation on the
choice of the governors of the
achievements; their existence
in governments; and their
return to the court
of Francisco de Almeida Silva
(1780)**

Resumo:

Apresento aqui um documento custodiado pela Academia de Ciências de Lisboa, que é uma instrução crítica dirigida ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar sobre a escolha, permanência e regresso dos governadores nomeados para os estabelecimentos coloniais portugueses. Assinado por Francisco de Almeida Silva, em 1780, o documento, além de oferecer dados importantes sobre o cargo de governador e de secretário de governo, possibilita leituras sobre problemáticas específicas do império português, daquele tempo histórico, no que diz respeito ao campo das ideias políticas e administrativas. Percebe-se no texto a tentativa de conjugar, ou de equacionar, os valores e instituições do Antigo Regime com expectativas futuras de mudanças.

Palavras-chave: governo colonial, secretaria de governo, Francisco de Almeida Silva

Abstract:

Here present a document custody by the Academia de Ciências de Lisboa, which is a critical statement to the Secretário de Estado da Marinha e Ultramar on the choice, stay and return of governors named to the Portuguese colonial settlements. Signed by Francisco de Almeida Silva, in 1780, the document, in addition to providing important data on the position of governor and secretary of government, enables readings on specific issues of the Portuguese empire, from that historical time, with regard to the realm of political and administrative ideas. It is noticed in the attempt to combine text, or equating the values and institutions of the Ancien Régime with expectations of future changes.

Keywords: colonial government, secretary of government, Francisco de Almeida Silva

255



1 Professor do Departamento de História da UFS.



Apresentação: Francisco de Almeida Silva e a variedade dos tempos

Instruções de governo, dissertações e memórias dirigidas à corte, com o intuito de sugerir, apontar problemas, modificar ou, enfim, interferir de alguma maneira nas políticas do império foram comuns no Antigo Regime português, assim como em outras nações europeias. Mas nem todos os indivíduos conseguiam fazer subir seus textos propositivos às mãos dos monarcas, ou mesmo dos seus conselheiros e secretários mais próximos. Tinham de ser, em geral, pessoas da corte, com elevado *status* nobiliárquico. Nesta condição estavam, para citar apenas dois casos, o famoso diplomata português Dom Luís da Cunha (1662-1749), que ofereceu suas *Instruções Políticas* (1738) ao Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marco Antônio de Azevedo Coutinho e, também, o Secretário da Marinha, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, que dirigiu uma série de textos políticos e econômicos aos monarcas como, por exemplo, a *Memória sobre o melhoramento dos Domínios na América* (1797).

256

Contudo, embora as pessoas externas a esse círculo cortesão não pudessem, ou não devessem, se colocar nesse papel de instruir os monarcas sobre as artes de bem governar, atributo exclusivo dos indivíduos de reconhecida nobreza, houve pelos menos três situações em que isso foi possível. Primeiro, os estudos encomendados pela própria monarquia. No final do Antigo Regime, os estadistas portugueses, cientes da crise pela qual passava o império, solicitaram dos agentes coloniais, militares e administradores dos mais variados níveis, informações e estudos circunstanciados, de maneira que apresentassem não apenas levantamentos econômicos, políticos, sociais e corográficos do lugar em que atuavam, mas, também, possíveis soluções para os problemas identificados. Assim foram feitas as séries de *memórias de capitânicas* de praticamente todas as partes do império. Uma segunda forma, ainda que não se possa garantir que os autores tenham conseguido fazer chegar seus apontamentos ao destino final, eram os textos anônimos. Por medo ou receio de suas posições políticas, ou ainda, pela própria posição social dos indivíduos, não foi incomum a produção de textos instrutivos anônimos a exemplo da *Dissertação sobre a agricultura e o comércio* oferecida à Real Academia das Ciências de Lisboa, em 1780. Por fim, havia também como alternativa ter alguém influente na corte que pudesse fazer o encaminhamento do texto propositivo. Este parece ter sido o caso de Francisco de Almeida Silva, autor da *Dissertação Instrutiva Sobre a Escolha dos Governadores das Conquistas; a sua existência nos Governos; e o seu regresso para a Corte*,² que passo a analisar agora.

2 Academia de Ciências de Lisboa (ACL), Série Vermelha, Cód. 29.



Como se pode depreender na carta em que remete o documento, Almeida Silva destinava sua *Dissertação* a Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado da Marinha e Ultramar (1770-1796), e desejaria entregar ele próprio ao secretário.³ Contudo, preferiu pedir para que o Frei Jozé Maine fizesse o papel de intermediário nessa comunicação. Tratavam-se de ações delicadas, e que poderiam colocar em risco o cargo do signatário e até mesmo sua posição social. Almeida Silva chega a fazer referência nessa carta a um tal de João Gomes de Araújo, Oficial da Secretaria de Estado, que o teria censurado por querer instruir formalmente o Ministério, “ao qual se não deve ensinar nunca”. Mas, como me referi a pouco, no final do Antigo Regime, documentos como esses se tornaram frequentes, e Almeida Silva não teve receio de encaminhá-lo. Tomou, todavia, os devidos cuidados. Seu intermediário com a corte, o Frei Jozé Maine (1723-1792), era homem importante. Ocupava o cargo de Primeiro Geral da Congregação Terceira de Portugal; era o confessor do rei D. Pedro 3º; e ainda, Capelão-Mor das Reais Armadas e Deputado da Real Meza da Comissão e da Junta da Bula da Cruzada.⁴ Ao final de sua carta pede ao Frei que convença Martinho de Melo e Castro de que o documento foi elaborado por ordem dele e não por iniciativa sua e, ainda, que mostrasse àquela autoridade que “o seu Afilhado não é destituído de merecimento; e que está nas circunstâncias da sua proteção, pela qual o espera ver atendido”.⁵



Não podemos afirmar que o documento chegou às mãos de Martinho de Melo e Castro. Mas é muito provável que tenha chegado, visto ter sido ele preservado nos arquivos da ACL. Seja como for, tendo em vista o cargo que ocupou e as ideias expostas por Almeida Silva, faz desse documento um importante meio para compreensão desse tempo histórico no que diz respeito a aspectos da política e da administração do império português no final do Antigo Regime.

- 3 Carta de Francisco de Almeida Silva ao Frei Jozé Maine, em 14 de fevereiro de 1780. ACL, Série Vermelha, Cód. 29, fl. 01.
- 4 Elogio do senhor frei Jozé Maine.17 Janeiro 1793.IAN/TT (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa), Arquivos Particulares, Abade Correia da Serra, Caixa 2B, A 43.5 f. Disponível em: <http://chcul.fc.ul.pt/correia_da_serra/transcricoes/IAN-TT_Arq_Part_Correia_da_Serra.Cx_2B-A43.1793.pdf> Acesso em 12 de julho de 2010. Agradeço a Pedro Puntoni pela indicação desse documento.
- 5 Carta de Francisco de Almeida Silva... op. cit., fl. 02.



Sobre Francisco de Almeida Silva

Quem era Francisco de Almeida Silva? Que cargo ocupava na administração do império? Na Biblioteca da Ajuda (BA) encontramos uma cópia incompleta e sem assinatura da *Dissertação* (da 6ª máxima em diante), e com algumas pequenas diferenças em relação a versão da ACL. Na última folha da versão da BA há uma anotação de outro punho – e, suponho, escrita muito tempo depois – sugerindo ser o documento de autoria de Dom Rodrigo Jozé de Menezes, Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais entre 1780 e 1783. Seria esse um provável equívoco de quem não conhecia a cópia custodiada pela ACL, assinada por Francisco de Almeida Silva, no lugar de Junqueira, em 14 de fevereiro de 1780? A terceira máxima da *Dissertação*, onde o autor propõe que os governadores deixassem em Portugal sua família feminina, nos faz pensar que sim, pois, entraria em contradição com a prática do governador Rodrigo Jozé de Menezes, que levou sua mulher para a América.⁶ De qualquer modo, o fato é que Francisco de Almeida Silva estava mesmo muito próximo do governo de Minas Gerais. Ele ocupou o cargo de Oficial da Secretaria desse governo, quando seu governador foi Gomes Freire de Andrade⁷; ocupou também a função de Escrivão dos Ausentes no Sertão da comarca de Serro Frio e, ainda, o importante cargo de Secretário particular do primeiro vice-rei do Brasil no Rio de Janeiro, Dom Antônio Álvarez da Cunha, o Conde da Cunha (1763-1767). Em 10 de julho de 1778, há uma cópia transladada de um requerimento seu, no ano anterior, solicitando “o lugar de escrivão da Intendência geral do ouro e diamantes do Rio de Janeiro e o da Inspeção, reunidos num só ordenado, em virtude dos vários serviços prestados” na mesma Capitania.⁸ Ainda que pudéssemos considerar a possibilidade de ser um homônimo, ao confrontarmos as assinaturas da *Dissertação* com as que constam nas certidões anexas à cópia do requerimento acima referido, identifica-se que é a mesma pessoa. Além disso, a quinta máxima trata justamente do cargo de secretário de governo, suas funções e tempo do seu provimento, o que reforça a ideia de que seu autor tinha conhecimento daquele ofício. Como ele próprio diz no prólogo da *Dissertação* suas experiências o “deixaram bastantemente instruído”.

6 Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo (Coord). Banco de Dados *Optima Pars*. Lisboa: ICS, 2004.

7 Gomes Freire de Andrade, como governador e capitão general do Rio de Janeiro, teve também sob o seu comando o governo de Minas Gerais de 1735 até o ano de sua morte, em 1763, com exceção de dois períodos, de maio de 1736 a dezembro de 1737 e, de fevereiro de 1752 a abril de 1758, quando foi substituído por governadores interinos. Não se conseguiu saber qual o período, se em todo ou se em parte dele, Francisco de Almeida Silva exerceu o cargo de Oficial da Secretaria desse governador.

8 AHU-MG, Cx. 113, Doc. 3 [cd. n. 32/54, 0101/001/0101]. Requerimento de Francisco de Almeida Silva (1777). Anexos à cópia do requerimento estão as certidões dos cargos e ofícios que desempenhou no Brasil.

Ao lermos o documento constata-se que Francisco de Almeida Silva era um homem não só bem esclarecido dos problemas políticos e administrativos do Império português, de maneira geral, e do cargo de governador no Brasil, em particular, como também ilustrado na forma de apresentá-los, qualidades compatíveis com alguém que, como ele, ocupou cargos importantes na administração do império e esteve tão próximo de governantes notáveis como Gomes Freire de Andrade e o conde da Cunha.

Não podemos descartar a hipótese de que Francisco de Almeida Silva foi um mero testa-de-ferro para que outro(s) indivíduo(s) – quem sabe do próprio governador Dom Rodrigo Jozé de Menezes – expusesse(m) suas proposições na política imperial portuguesa. Que interesses poderia ter um oficial de secretaria em questões tão relevantes sobre a escolha, ofícios e poderes dos governadores no ultramar? É algo a se questionar. Contudo, talvez mais importante do que saber a autoria é compreender o conteúdo político do documento e ver nele demandas que ultrapassavam interesses individuais.

O momento histórico era propício à crítica tanto ao Antigo Regime quanto ao sistema colonial, como já bem fundamentado em estudos históricos.⁹ No caso específico de Portugal, em 1780, data de assinatura da Dissertação, a reconfiguração dos quadros políticos da monarquia após a morte de dom José e da saída do Marquês de Pombal – a “viradeira” como foi chamada – se não significou grandes rupturas nas estruturas políticas e econômicas lusitanas no longo prazo, permitiu, naquele momento, que grupos antes alijados do poder pudessem apresentar críticas mais radicais às políticas então vigentes. Vale lembrar que, em 26 de setembro de 1779, a rainha D. Maria I, pressionada por grupos opositores de Pombal, decretou a abertura de devassa contra o ex-plenipotenciário ministro, com acusações gravíssimas de uso despótico do poder, de crueldade para com seus inimigos e de outros crimes de lesa-majestade.¹⁰

Sobre o manuscrito

Tudo indica que o documento seja ainda inédito nos estudos historiográficos, muito embora, não totalmente desconhecido, visto que já foi procurado, sem sucesso, por eminentes historiadores. Dauril Alden vasculhou em vão o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro atrás da *Dissertação*

9 Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999; HAZARD, Paul. *A Crise da Consciência Européia*. Lisboa: Cosmos, 1971; NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

10 CARNAXIDE, Antonio de Sousa Pedroso. *O Brasil na Administração Pombalina* (economia e política externa). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 54 e 55.

de Francisco de Almeida Silva¹¹; Heloísa L. Bellotto também lamentou ter-se extraviado o manuscrito.¹² A historiografia lusa recente, profícua em estudos sobre os governadores do império português não fez uso dele.

A *Dissertação* compõe-se de 15 folhas escritas frente e verso e está dividida em oito “Máximas”, mais uma parte final, a título de conclusão, denominada “Declaração Apologética”. O texto tem um caráter eminentemente político e administrativo. Seu objetivo central é de instruir o Secretário de Estado sobre a melhor forma de seleção dos governadores para os domínios ultramarinos e propor alteração ou, melhor dizendo, ampliação dos poderes desses governadores no exercício do cargo. Proposições um tanto audaciosas para um Oficial da Secretaria de governo, que tocava em pontos centrais da hierarquia de poder da monarquia portuguesa.

No século XVIII e princípios do XIX, observa-se a coexistência de pelo menos duas percepções, em certo sentido conflitantes, acerca da composição dos cargos políticos e administrativos do império português. Por um lado, havia a pressão tradicional de reservá-los aos indivíduos de acordo com a sua posição social. No caso dos governadores, aos nobres e fidalgos, mantendo dessa forma a estrutura da sociedade de ordens do Antigo Regime; uma prática fundamentada no princípio da hereditariedade e do direito divino. Por outro, colocava-se, cada vez com maior vigor, em sintonia com os princípios de racionalidade iluministas, a necessidade de adequá-los às imposições técnicas, profissionais e conjunturais específicas que os cargos exigiam, no reino e no ultramar. A *Dissertação* de Francisco de Almeida Silva evidencia essa confluência de pensamentos, unindo passado e futuro naquele tempo histórico.

Sobre a escolha dos governadores afirma ele, logo no início da *Dissertação*, que o negócio é de tanta importância que até se deveria invocar a

Graça do Espírito Santo (...); porque neles delega o Rei o Supremo poder de governar os Vassallos como Filhos, da mesma forma com que o Soberano Autor da Natureza lhe transferiu, e confiou a Autoridade Legislativa sobre os mesmos Vassallos, para os conservar em justiça e sociedade racional, como princípios, que fazem o seguro fundamento de uma brilhante Monarquia.

E pondera, na sétima Máxima:

A Lei da Graça, Mestra da Religião, que professamos é a única Lei, que senão pode alterar acrescentando, nem diminuindo; porque o Onipotente Legislador a fez acomodada aos Séculos passados, presente, e aos futuros: Mistérios a que não chega a

11 ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil*. With Special Reference to the Administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779. Berkeley, 1968, nota 2, p. 4.

12 BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o Governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: SEC, 1979, p. 66, nota 137.

Humana compreensão! Todas as mais Leis com que se governam os Impérios, e os Estados do Mundo, estão sujeitos à variedade dos Tempos, e à diversidade dos Sucessos; e por esta razão muitas vezes se reformam, ou totalmente se aniquilam.

Sem negar, portanto, os princípios político-jurídicos que regulavam a sociedade e, sobretudo, as estruturas de poder do Estado Monárquico – a graça divina e real, o poder supremo do rei, a submissão vassálica dos súditos –, suas proposições sugeriam flexibilização ou mesmo rompimento de certas regras políticas, algumas das quais vinham já sendo gradativamente preparadas pela própria monarquia, adequando-a a uma sociedade não só mais racional, mas que também levasse em conta “a variedade dos Tempos” e as situações peculiares do lugar para o qual os governadores eram nomeados.

Em princípio, todos os cargos de governadores – assim como também dos chefes militares e dos oficiais da administração – do império português deviam ser confiados a pessoas nobres, ou, mais restritamente, como afirmam Nuno Monteiro e Mafalda Cunha, detentoras do estatuto de fidalguia.¹³ Na prática, essa regra mostrou-se flexível, fosse por causa da própria fluidez – ou mesmo diluição – da noção de nobreza¹⁴, tanto maior quanto mais se aproximava do final do Antigo Regime, fosse porque os diferentes espaços do ultramar incorporados ao império (a vasta extensão das conquistas a demandar um número crescente de oficiais e fatores ligados às circunstâncias específicas do lugar que iam governar) exigiam outras qualidades aos governadores nomeados.

Almeida Silva estava convicto de que não seria somente nas “duas classes da Nobreza Cortesã” que se achariam as pessoas adequadas e próprias para governar as conquistas, até porque isso seria “coartar a Liberalidade com que a Destra Onipotente do Rei dos Reis, espalhou igualmente na Corte, como nas Províncias desta Monarquia, o grande número de pessoas nobres aptas, próprias, e dignas de diferentes Empregos”.

E ia mais longe ainda Almeida Silva em sua instrução. Deviam ser “dignos da benigna reflexão do Soberano nesta importante matéria” os próprios “Nacionais daqueles dilatados continentes”, visto que eles tinham a “felicidade de serem Vassallos desta Monarquia, pela Piedade, Religião, Providência, Liberalidade, e Justiça dos Soberanos”. Mas alertava que não bastava colocar os nomes em uma urna e escolher aleatoriamente os governadores para os diferentes lugares, pois podia incorrer-se no grave

13 CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-moresdo império atlântico português nos séculos XVII e XVIII, in MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares. da (Orgs). *Optima Pars – Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, p. 216.

14 MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Notas sobre Nobreza, Fidalguia e Titulares nos Finais do Antigo Regime. *Ler História*. Lisboa, n. 10, 1987, p. 21 e 23 e *passim*.

erro de constituir um governador para a Índia sendo-o próprio para governar o Pará ou o Mato Grosso, ou de reverso modo, querendo sortear um governador para Goiás sair outro perfeito para vice-rei do Brasil. Era preciso fazer as “combinações dos Países com os Sujeitos, e com a Conjuntura”, pois, assim como os temperamentos dos corpos não são os mesmos em um e outro, igualmente, “dentro de um mesmo Estado, e de um Reino, há nas suas Províncias diferentes costumes, opostos diametralmente do Sistema político, urbano, e civil da Capital do Estado, ou da Corte do Reino”.

Outra questão abordada por Almeida Silva, certamente muito mais delicada e difícil de ser aceita pela monarquia, dizia respeito à concessão de maiores poderes aos governadores (6ª e 7ª Máxima). Entendia o autor que esses deveriam ter amplos poderes sobre a absolvição da pena de morte. Como “a Regia Mão, que lhe transferiu o poder para castigar” os delituosos, deveria também lhe franquear “a graça de perdoá-los para os reconciliar esperando a sua emenda”; que aos vice-reis do Brasil, capitães gerais da Índia e governadores da Bahia, Minas Gerais e de São Paulo deveriam se conceder o privilégio e a regalia de dar em nome do rei um certo número de hábitos das três ordens militares em cada ano e alguns alvarás de foros de fidalgos; e ainda, que os governadores, nos casos e circunstâncias urgentíssimas pudessem apartar-se das leis, ordens e regimentos, convocando juntas próprias para se resolver nelas o que fosse mais conveniente ao real serviço, nas ocasiões em que os mesmos casos necessitassem de uma imediata providência.

Numa perspectiva de quem estava posicionado no ultramar – ou em favor dessa posição –, tais propostas buscavam alterar as relações na estrutura de poder da monarquia, sugerindo maior autoridade e autonomia aos governantes coloniais. Tensões políticas que, como sabemos, se acentuariam num futuro próximo.



Manuscrito¹⁵

[fl. I]¹⁶

R.^{mo} S.^r

Remeto a V. S.^{ria} o Papel, que se tem retardado, por que pertendia ser eu mesmo o portador, aparecendo em Salvaterra onde, sem a confusão dos Pertend.^{es} na Corte, pudesse falar ao Ministro de Estado, para ver se por este modo se lhe imprimiam melhor as especies do sugeito; mas a minha desconsolação me tem feito tão flexivel, que chegou a capacitarme, que em Salvaterra, ou em Lisboa sempre farei o mesmo papel de infeliz; e por esta razão mudei de acordo, hindo o P.^e Luiz Ribeiro, que o entregará a V. S.^{ria} em mão propria, pois hé o mais que eu Lá poderia fazer.

O imprudente escrupulo, que teve João Gomes de Ar.^o, de que o mesmo Papel era huma Instrucção formal ao Ministério, ao qual senão deve ensinar nunca, (e do que me tenho rido muitas vezes) me obrigou a mostralo a tres pessoas das mais Doutas desta Corte, e a dous homens instruidos em Governos, affectando ser meu aquelle escrupulo p.^a os ouvir: todos o aprováram com elogios grandes, (do que Louvo a Deos, e me não desvaneço) acrescentando dous daquelles sinco, que até em conciencia o devia eu entregar a El Rey, e ao Ministro de Estado, pelo beneficio que poderia rezultar ás Conquistas das importantes materias, que tratávam as mesmas Maximas; e eu o fizera pessoalm.^{te}, se a razão de Suplicante me não acovardára, temendo [fl. Iv.] parecer Lisonjeiro o discurso da primr.^a Maxima em que, com a mais honrada sinceridade, digo o que entendo a respeito do Ministerio Ultramarino. João Gomes de Ar.^o hé honrado, verdadeiro, bom homem, e o melhor Off.^{al} de Secretaria de Estado, que tem todo o Reino; mas se elle tivera o estudo de Bellas Letras, que lhe falta, havia de saber, que em quaesquer Reinos do Mundo civilizado, todos os dias se estão offerecendo aos Reys expressam.^{te}, Artes, e Instruçoens de governar os Vassallos em diferentes cazos; e o mais hé, que algumas com o desembaraço de falarem aos mesmos Reys por estes termos positivos = Vos, Snr. deveis fazer isto = Vos não podeis, não deveis fazer estoutro = E para provar isto mesmo, não hé precizo sahir do Reino, nem revolver Livros, cançando os Literatos com huma erudição superflua, e fastidioza, nem p.^a persuadir ao mesmo João Gomes, que sabe, como sabem todos, que huma Instrucção, ou hum Arbitrio, são synonymos, que nascêram am-

15 Academia das Ciências de Lisboa (ACL), Série Vermelha, Cód. 29. Manteve-se nesta transcrição ortografia, pontuação e abreviações originais. Foram separadas as palavras agrupadas como “eporconsequencia” para “e por consequencia”; agrupadas as palavras separadas como: “já mais” para “jamais”; e suprimidos alguns sinais diacríticos de final de linha como “=” e o apóstrofo. As palavras ou expressões em que há dúvida quanto a real transcrição são seguidas de um ponto de interrogação.

16 As duas primeiras folhas (carta em que o autor encaminha o documento) não são numeradas no original.



bos de hum só parto; e que todos os dias se estão apresentando ao Rey sobre a Tropa, sobre o Comércio, Fabricas, Economia, Agricultura etc.; do que resultam muitas providencias, ou ficam impraticaveis, sem que por isso se offenda o Rey, nem o seo Ministério: Pelo que esta preocupação de João Gomes hé tão rançosa como superficial; e ainda fazendo justiça á sua sinceridade, não posso deixar de reflectir, que pedindo elle efficazm.^{te} o Papel para sy, (que lho hei de dar amanhã) não queira mostralo da sua mão ao S.^r Martinho de Mello¹⁷.

Por estas razoens, vou pedir a V. S.^{ria}, queira, como que lhe faz alguma [fl. II] recordação do seo Afilhado, introduzirlhe o Papel, pedindo a restituição, sem instancia, de sorte que o mesmo Ministro se persuada, que foi feito por ordem de V.S.^{ria}, sem a idea de que elle o visse; segurando-lhe somente, que estima a ocazião de mostrar a S. Ex.^a, que o seo Afilhado não hé destituido de merecim.^{to}; e que está nas circunstancias da sua protecção, pela qual o espera ver atendido.

Tudo isto digo a V.S.^{ria}, sem pertender ensinar o Padre Nosso ao Vigario, que sabe muito melhor do que eu, quantas são as Pessoas da SS.^{ma} Trindade. E se desta Conferencia rezultar favoravel recepção, hirei a Salvaterra, se V.S.^{ria} entender, que hé necessaria esta diligencia, pois não quero dar hum só passo sem a sua aprovação.

Recomendo-me m.^{to} ao S.^r Fr. Antonio Bap.^{ta}, porque me deve verdadeira amizade pelas suas estimaveis circunstancias: e a V.S.^{ria} seguro a fiel recordação dos seos favores, e o gosto com que dezejo acreditar o meu agradecim.^{to}, servindo-o sempre como

R.^{mo} S.^r Fr. Jozé Mainé

obrig.^{mo} Am.^o, e fidelis.^{mo} Cr.^o de V.S.^{ria}

Junqr.^a 14 de Fevr.^o de 1780

[Ass.] Francisco de Almeida Silva

[fl. 1]

*Dessertação instructiva sobre a escolha dos Governadores das Conquistas; a sua existencia nos Governos; e o seo regresso para a Corte.*¹⁸

A escolha dos Governadores das Conquistas deste Reino, hé hum objecto da primeira ponderação, sobre que escrevo o presente Papel, sendo o importante ponto de vista reflectirse, que os mesmo Govr.^{es}, ainda com o poder precario, e restricto da sua Comissão, representam a Pessoa do

17 Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado da Marinha e Ultramar (1771-1796).

18 Parte desse documento (a partir da 6ª Máxima) encontra-se na Biblioteca da Ajuda (BA) sob a Referência COR 1817, cota 54-XIII-16 (136), apresentando algumas diferenças com o documento da ACL, que se assinalará ao longo da transcrição.

Soberano, seo Legitimo Senhor, como Pai cômum dos Vassallos da Corte, dos Reinos e dos Limites da Capitania, que a cada hum confere; A Elles entrega as chaves dos Dominios, e da inteligencia das Leys, e das Ordens, para aplicar estes remedios aos muitos Cazos, que tem prevenido, e providenciado; rezervando outros para os que a novidade dos Successos, ou a mudança dos Tempos descobre, mostrando as diversas circumstancias, que os transforma, e os fazem aparecer revestidos de diferente figura: por esta razão hé necessario muitas vezes alterar as providencias, ou mudar totalmente os mesmos remedios; não só para reprimir o vicio, e desterrar o abuzo dos Costumes, como para aumentar os Interesses da Coroa, e a felicidade dos Povos, promovendo a Agricultura, o Cômércio, a Industria, e as Artes, e por consequencia a conservação do Imperio, de que o Altissimo o fez chefe independente.

Este Negocio hé de tanta importancia, que até se devera invocar primeiro a Graça do Espirito Santo, para que influisse no acerto da escolha dos mesmos Governr.^{es}; porque nelles delega o Rey o Supremo poder de governar os Vassallos como Filhos, da mesma forma com que o Soberano Autor da Natureza lhe transferio, e confiou a Autoridade Legislativa sobre os mesmos Vassallos, para os conservar em justiça, e sociedade racional, como principios, que fazem o seguro fundamento de huma brilhante Monarquia.

A distante situação em que se acham as Conquistas, e Dominios Ultramarinos descobertos há mais de duzentos annos na America, Africa, e Azia, parece que fazem dependente este Papel das noticias particulares de cada hum dos Paizes, mostrando-se nelle a sua posição geographica, as produçoens [fl. 1v.] do Continente, o Character dos Incolas nascionaes, o seo espirito, genio, disposição, e Cômércio; porem como me propuz somente escrever da eleição, existencia, e regresso dos Governr.^{es} em cômum, e não huma Dessertação historica de Cômércio ou de Geographia, tudo o mais que for necessario p.^a contemplar aquelles objectos no Corpo da Historia das Conquistas, se achará na Secretr.^a de Estado desta Repartição, pois me persuado, que nella se conservam as bem instruidas Cartas dos Terrenos, e as reiteradas Contas dos respectivos Vice Reys, e Governr.^{es}, desde o principio das Colonias, até a presente Epoca.

Para melhor inteligencia destas Proposiçoens, que absórvem, e comprehendem muitas, e diferentes circumstancias, farei huma divizão de Maximas, para que sejam perceptíveis os pontos, que devo tratar na mesma materia, na qual ensopadas as minhas experiencias, me deixáram bastante.^{te} instruido.

1^a. Maxima: A escolha do Gov.^{or} proporcionado, e proprio p.^a o Governo onde for preciso.

Todos sabem que os temperamentos dos Corpos, não são os mesmos em hum como no outro, e que as diversas constituçoens dos Individuos,

pelos seus humores, e pelos seus talentos, fazem a grande diferença de genios, e capacidades, que notamos em cada hum, até entre os Irmãos filhos dos mesmos Pays. Igualm.^{te} sabem todos, que ainda dentro de hum mesmo Estado, e de hum Reino, há nas suas Provincias diferentes costumes, opostos diametralm.^{te} do Systema politico, urbano, e civil da Capital do Estado, ou da Corte do Reino. Estas duas propriedades da natureza racional, e dos Paizes, são incompativeis e parecem dificultozas de unir, e governar por hum homem, que não foi creado em cada hum delles; mas não hé assim: Porque a mesma diferença, que observamos nos temperamentos, e nas capacidades dos Sugeitos, nos abre a porta e nos facilita a escolha de hum, e muitos proporcionados ao Governo, e à Conjuntura que o fez preciso. Esta urgencia da Conjuntura, deve ser o primeiro movel da mesma escolha; pois não basta encontrarse nos Escolhidos as propriedades do Governador, hé igualmente necessario reflectir na ocazião para escolher o mais [fl. 2] virtuozo, se o Continente estiver em paz, e o melhor Soldado, se se achar em guerra: E ainda muito mais em tempo de algumas perturbaçoens domesticas dos mesmos Povos, em cujas circumstancias hé trabalhoza a escolha; porque com dificuldade se descobre hum homem severo sem crueldade; benigno sem froxidão; belicoso sem colera, e prudente com sagacidade; condições proprias para castigar os Sublevados, abater os Orgulhozos, sofrer os Indiferentes, e conservar os Pacificos; e de outra forma vem a ser o mesmo, que escrever, e Lançar os nomes das pessoas da primeira Classe em huma Urna, e quando parece necessario nomear Vice Rey p.^a a India, tirar hum por sorte da mesma Urna, e constituir Vice Rey, sendo proprio p.^a Governador do Pará, ou Mato Gróssos; ou de reverso modo, volver os nomes na Urna querendo sortear hum Gov.^{or} para Goyazes, e sahir outro com qualidades perfeitas p.^a Vice Rey do Brazil; ficando assim Lezada a eleição, por se controverter as propensoens, os prestimos, as experiencias, e a madureza dos Sugeitos; não só trocando o destino das suas capacidades, como atropelando a reflexão da Conjuntura, que estiver pendente; e por consequencia exposta a escolha ao infeliz acazo de sahir da Urna para Governador, algum daquelles, que nem sabem governar a sua Caza. Desta idéa, que se figura, tem alguma semelhança a outra escolha, qual hé a de se promover aos Governos alguns patrocinados, e Parentes das Pessoas da primeira representação no Corpo politico, ou por se enganarem com o merecimento do mesmo a quem abonam, ou porque totalmente ignóram as qualidades do paiz para donde os providos devem hir.

Estas incoerencias, que podem acontecer, tambem se devem prevenir, e emendar com o remedio, que hé facil. Das Pessoas que se acham na Corte empregadas no Gabinete, e que não viram as Conquistas, só ao Ministro de Estado da Repartição Ultramarina deve pertencer privativam.^{te} o conhecimento, e a Proposta dos Govern.^{es} das Conquistas; e não por modo vulgar,

ou como regalia, mas como meyo adequado, proprio, e interessante ao Serviço de Deos, e do Rey, e á utilidade publica dos Vassallos dos Dominios, e do Comércio de toda a Monarquia; por muitas razoens: Primr.^a: Porque, não só naquelle Arquivo se conservam as exactas noticias dos Governos, com as Cartas [fl. 2v.] dos seos Limites, dos Povos domesticos, e civilizados pela policia do trato, e pelas Luzes da Verdadeira Religião, como pelo infinito numero de Barbaros ainda cegos, e enlodados no xárco, e nas trevas do Paganismo. Segunda: Porque o mesmo Ministro todos os dias está observando, vendo, e ouvindo os Requerim.^{tos} dos Suplicantes das diversas Capitancias de que se compõem aquelles dilatados Continentes. Terceira: Porque com esta singular ventajem, só o referido Ministro pode e déve escolher os Governadores para os Territorios da Sua Repartição; pois conhecendo tambem as Pessoas da primr.^a, e da segunda Classe da Corte, Lança os olhos, e toma proporcionadas medidas aos sujeitos de ambas as ordens, de sorte que os vá preparando na sua mente para os Governos quando forem necessarios; e por isto deve prevenir de Longe as suas observaçoens, ainda quando os mesmos Governos estiverem providos, porque então lhe sobeja o tempo para escolher entre os desocupados p.^a a primr.^a entrancia; e dos que estiverem em exercicio nos Governos, para serem promovidos a outros de mayor graduacão: e esta inteligencia hé a outra balança, que só tem, e conserva em sy mesmo o referido Ministro de Estado, para pezar os talentos dos Individuos. Quarta: Porque os primeiros, que elége para entrar de novo, ficam como afiançados pelas informaçoens, ou exames, que houver feito das suas boas qualidades, e circumstancias; e os que se acharem empregados, e forem capazes de promossão, já tem dado outras provas do seo comportamento pelos officios, que ao mesmo Ministro vem dirigidos de cada hum dos Governos. Quinta, e ultima: Porque não hé necessaria huma intimativa sublime para persuadir, que esta hé a Fonte, que o Rey destinou expressamente aos Ultramarinos, para aplacar a sede da sua justiça: e esta a Estrada, que mandou abrir pela qual, os mesmos Ultramarinos somente, sobissem, e descessem dos Pes do Trono, fazendo-se Larga, e espaçoza com hum Tribunal de Ministros, e Adjuntos da primr.^a excepção, e hum Presidente da primer.^a grandeza da Corte.

Ponderadas estas premissas, dá logo nos olhos, que só o referido Ministro deve fazer as combinaçoens dos Paizes com os Sujeitos, e com a Conjuntura, [fl. 3] tirando consequencias bem purificadas p.^a a Proposta electiva, que há de apresentar ao Soberano, na qual declare os nomes, e o numero dos que escolher, para que o Mesmo Snor.^r a confirme, altere, ou repróve a seo arbitrio. Oh' que feliz Época para estabelecer este Systema, se S. Mag.^{de} fosse servida mandalo praticar!

2^a. Maxima, ampliando a 1^a.

Não pertendo persuadir, que som.^{te} nas duas Classes da Nobreza Cortezã, se acham as pessoas adequadas, e proprias para governar as Con-

quistas; porq.º isso seria coarctar a Liberalidade com que a Dextra Omnipotente do Rey dos Reys, espalhou igualm.^{te} na Corte, como nas Provincias desta Monarquia, o grande numero de pessoas nobres, aptas, proprias, e dignas de diferentes Empregos; humas ocupadas nas Tropas pagas destes Reinos, (cujas Aulas politicas se devem numerar pelos Regimentos) e outras nos Domiciliarios das mesmas Provincias e Reinos: Tanto assim, que seria hum absurdo repreensivel da minha imaginação, se pensara, que a escolha fosse restricta, e limitada ao pequeno numero da Nobreza da Corte, sabendo, há mais de vinte annos, que este mesmo numero se reparte em diferentes destinos, proporcionados às suas propensoens, e vocaçoes: Porque os Primogenitos das Cazas, que assentam praça, são mui poucos em parallelo com o numero de seos Irmãos; e entre esses poucos; são mui raros os que tem genio para governar huma Capitania: Há muitos virtuosos, instruidos, e Sabios, capazes do serviço do Paço, e do Corpo Diplomatico, mas nem por isso se segue, que são proprios para Governadores; nem se devem reputar inuteis, se a Natureza os não preparou com estes principios. Os Filhos Segundos seguem a vida das Letras, e se recolhem depois à Basilica Patriarcal, ou às Ordens Religiozas, como abrigo decente à sua Pessoa e estado; e alguns se anéxam tambem aos Corpos Diplomatico, e Juridico, por que os seos genios, e os seos estudos, lhe abriam aquelles caminhos: por este modo qual pode ser o resto, que fique do que hé pouco, se esse pouco por esta forma se reparte?

[fl. 3v.] Não se devem tambem escolher os Validos do Rey, nem os Parentes proximos dos Ministros de Estado, para Governr.^{es} das Conquistas, sem grandes próvas da sua capacidade, e prudencia; porque com esta virtude, fica afiançada, e segura a moderação do Gov.^{or}, que ha de empregar os seos officios em beneficiar o Continente do seu Governo; e do contrario rezultará infalivelmente a sua propria ruina, e a decadencia do mesmo Governo, se elle arrogar ao seo poder os excessos de huma Jurisdição dispotica, por abuzar do favor do Rey, ou do Ministro Parente, que está ao Lado do Mesmo Snor.^o, a cujos ouvidos não podem chegar os clamores dos Povos consternados pela ambição, ou pela crueldade do Gov.^{or}, senão quando as Lagrimas, principiadas a chorar na Conquista, chegam a derramarse desesperadas aos Pes do Trono.

Os Nascionaes daquelles dilatados Continentes, são dignos da benigna reflexão do Soberano nesta importante materia: Elles tem a felicidade de serem Vassallos desta Monarquia, pela Piedade, Religião, Providencia, Liberalidade, e Justiça dos Soberanos; mas tambem os mesmos Soberanos tem a singularidade de possuir os Dominios, onde se acha o amor, a obediencia, a fidelidade, e o respeito vinculados em gráo tão sublime, que parece huma segunda natureza, a qual só por sy mesma, hé digna de reputarse a primr.^a delicia do mayor Imperio do Mundo; sendo bem sabido em qualquer parte d'elle, que a veneração, que aquelles Vassallos professam



ao seo Soberano, às vezes parece idolatria: E como as provas são muitas, e eu sou Patricio, não quero repetilas, porq'. não fique duvidosa a verdade: todos o sabem; e isto basta.

3^a. Maxima: Que os Govr.^{es} não Levem mais Criados p.^a as Conquistas, que os que lhe forem muito necessarios; e que deixem ficar em Portugal a sua Familia Femenina.

O mayor erro de politica dos Govr.^{es} hé, Levarem para as Capitancias do seo destino, [fl. 4] hum illimitado numero de Criados proprios, e dos Agregados favorecidos pelas pessoas da sua amizade, outras de respeito, e muitas de dependencia, o que se facilita; porque apenas se espalha a noticia de hir Gov.^{or} p.^a o Brazil, ou p.^a a India, já todos se propõem a idéa de huma indubitavel felicidade; e sem disputar o preço, que não fazem, (porque as suas esperanças lhes representa os premios futuros) vão offercerse voluntarios ao serviço do Gov.^{or}; mas como sabem de sy mesmos, que sendo destituídos de prestimo, e de circunstancias esta falta fará difficulতোza a recepção: estes desamparados da Natureza, e da Fortuna, são os que descóbrem os empenhos mais fortes, para obrigar ao Gov.^{or}, que os aceite; e estes os que o Gov.^{or} recebe, porque não tem outro remedio, persuadido, que hé obzequio recíproco da Nobreza, serem flexiveis a aquelles rogos, e que devem assentir nos mesmos empenhos: Destes se faz o primeiro, e avultado numero de Criados; ainda quando o Gov.^{or} não tem escolhido os que lhe são necessarios; mas Logo, que os aceita, já huns, e outros (isto hé: os buscados, e os introduzidos) principiam a propôr a necessidade de huma ajuda de custo para se prepararem com decencia, e o Gov.^{or} consternado a exhibe, acrescentando, com este prejuizo, o primeiro erro, que hé a origem dos outros, que se seguem. Os Agregados entram já prontos, por ser esta a primeira cor com que vem revestidos pelos seos Patronos, protestando logo, ou pretextando, que não querem para os seos Afilhados mais, que o transporte na viagem, e que depois, que elle Gov.^{or} chegar á Jurisdição da sua Capital, o patrocine, e acómode com algum meyo de agenciar a sua vida. Não há facilidade mais imprudente!

Juntas estas tres Turmas, fica immediata a consequencia, de ser necessario ao Gov.^{or} entrar nas despezas da passagem, ou ajustala por oito, podendo-a fazer por quatro; e cada hum dos Protectores fica reputando por beneficio de pouca entidade este prejuizo, que fez com a sua violencia; talvez assentando, que na Capitania p.^a donde vai o Gov.^{or}, ou não há homens nascionaes, que sirvam á Republica, ou a esses devem preferir os seos Afilhados: este hé o outro erro, que nascendo do Patrono, o Gov.^{or} tem nelle a mayor parte. Precindamos da confusão, e dos enredos, que produzem estas tres especies de Familiares na viagem; por que até aqui está repetido de historia o que baste p.^a reflexionarse, que as consequencias, [fl. 4v.] que resultam daquelles erros do Gov.^{or}, são os prejuizos



zos, que depois vem a experimentar o Serviço de El Rey, e os Individuos nascionaes: Porque o Governador, não descobrindo Logo que chega, alguns meyo de diminuir aquella numeroza Familia, manda assentar praça a huns para verse livre dos inuteis, havendo escolhido já os melhores para seos Criados; e a alguns dos mesmos escolhidos, faz tambem assentar praça, ficando ocupados em sua Caza, de cujo exercicio, sem hirem nunca aos do Regimento, vão entrando nas Promossoens, até se habilitarem para grandes officiaes; ficando prejudicada a Fazenda Real nos soldos, que pagou, e há de pagar com o excesso proporcionado aos postos a que os promover, sem que aquelles homens tenham de soldados mais, que as Fardas, que trazem, os Soldos que cobram, e as Patentes com que se desvanecem: Deste erro nasce a injustiça de preterição aos Vassallos nascionaes, a quem Legitimam.^{te} pertencem os póstos, como frutos do trabalho, e da honra com que tem servido a S. Mag.^{de} em defeza da mesma Patria; e ainda que as desordens não fossem outras, esta só por sy mesma hé digna de reflexão, e de remedio. O outro erro em prejuizo da Real Fazenda hé, que vagando alguns officios de Justiça, se fazem rematar por donativos aos Criados, e agregados, sem se afrontarem os Lançadores, ou estes senão atrevem, porque tem já inteligencia de que o Rematante hé hum Criado, ou Favorecido do Gov.^{or}. Ainda hé mayor a outra injustiça nos officios das Aduanas, Cazas de Moeda, e das fundiçoens, que não pagam donativos a El Rey, e por serem reputados officios da Fazenda Real, della recebem os respectivos ordenados, que lhe tocam: estas data são Livres dos Govr.^{es}, os quaes se servem dellas somente para remuneração dos serviços particulares dos seos Criados, sendo proprios para manter, e conservar a Viuvez, e a orfandade da molher, e dos filhos daquelles, que serviram na Patria com honra, que por lhes faltarem com estes socorros, se acham cobertos de pobreza, e de indigencia, e assim se arruinam, e morrem de miseria, porque a distancia, que há das Conquistas á Corte, lhe faz perder com o recurso, até a memoria dos mesmos Serviços dos Pays, em que tinham todo o direito para requerer. Por outra parte negociam os Criados publica, ou particularm.^{te} por sy, ou por outrem, conforme a privança, que tem com o Gov.^{or}, seja em negocio do Expediente do Governo, ou seja em generos de Comércio cômum, e também de [fl. 5] contrabandos, applicando toda a industria, que podem para fartar a sua cobiça: Estas famintas Rapi-nas vendem por consequencia a autoridade, e a reputação do Governador, alguns dos quaes muitas vezes ignóram estes procedimentos, e outros os consentem, porque com esta permissão tácita, ou expressa, lhes paga o Povo muito mais caro o serviço, que só recebe o Gov.^{or}; e isto sófrem, porque naquella Caza todos querem ter hum Auxiliante, ou ao menos querem evitar hum inimigo, onde lhes pode ser fatal.

Pelas mesmas razoens, e por outras muitas se deve proibir infalivelmente aos Governadr.^{es}, que levem para os Governos as Familias femeni-



nas, sem embargo de pertenderem esta permissão com o justo motivo do desempenho das suas Cazas; porque esses mesmos Govr.^{es} se enganam, pela falta das verdadeiras noticias, dos Continentes, que vão governar, devendo ser persuadidos, de que o governo não hé o mesmo, que a sua Quinta para donde se retiram, na qual podem coarctar os gastos, escuzando a pompa da Corte, e até o seo decente tratamento: Quem os informa, ou persuade, ou os Lizonjêa, ou não sabe, que em se preparar para hir, e vir de qualquer dos Governos com tão grande Familia, hé precisa a despeza de trinta e sinco até quarenta mil cruzados; e ainda mais: e se o empenho da Caza importar tambem quarenta (porque menos dessa quantia não há Cavalheiro algum, que suponha pezado o empenho da sua Caza) ambas as parcelas montam a oitenta, e já hé grande. Tambem não sabe quem os informa, que em qualquer das Capitánias da America, ou do Oriente, a obstentação do Lúxo chega a ser repreensivel, porque até cobre as pessoas de huma insignificante representação; pelo que a do Gov.^{or}, e da sua nobre Familia, hé preciso que exceda p.^a conservar tambem no tratamento, o equilibrio da distinção, e da autoridade. Os viveres, e os generos que produz o paiz da primeira necessidade, são cómodos; porem os que são logo immediatamente precisos, como as Sêdas, as Lãas, Azeite, Man-teiga, Vinho, Vinagre etc. etc. transportados de Portugal, sóbem alguns a mayor preço, que o de 120, e 130 por 100; e ainda m.^{to} mais conforme for a distancia dos portos do Mar. Os ordenados desta numerosa Familia, se se págam, são dobrados; e emfim, os soldos de Gov.^{or} são á proporção diminutos, e não podem manter, e conservar esta despeza sem grandes empenhos [fl. 5v.] Logo, se esta premissa do desempenho hé cercada, e coberta de todas aquellas contradicoens, onde está o avanço, e o Lucro, que o Gov.^{or} tira, se por mal informado se empenhou mais, ou, ao menos, senão desempenhou? Finalmente hé mais acertado, que a Familia feminina fique em Portugal; e que arbitradas as mezadas correspondentes á sua mediana subsistencia, todo o mais remanescente, que ficar das rendas da Caza se reparta em Consignaçoens para as dividas della; pois me atrevo a segurar, que por este modo, e satisfeitas as Condiçoens, que passo a escrever, pode o mesmo Gov.^{or} remeter p.^a Portugal a tersa parte dos seos soldos, sem que a economia envileça o seo character; Lembrando-se, que o Governo não hé Bispado, e que nem esmollas pode dar quem deve o alhêo, e tem molher, e filhos a quem sustenta: Mas como pode haver algum motivo urgentissimo, o Rey hé Legislador, e poderá dispensalo.

1.^a Condição: Que o Gov.^{or} não Leve p.^a o Governo mais que dous Criados graves, hum dos quaes escreva bem e certo; que não tenha vicios notaveis, nem mais predicados, que o da honra, e segredo; porque sendo instruido, e Sabio, parece que abáfa, e escurece o merecimento do Gov.^{or}, entendendo-se, que hé seo influente, e que as disposiçoens do Governo são partos da capacidade do Secretr.^o particular, quando são acertadas e



se acontecem quaesquer desconcertos, sempre se atribue ao Gov.^{or} a origem expressa delles: de sorte que se se obra bem, o Secrtr.^o hé o móvel, e se succede o mal, o Gov.^{or} tem a culpa: Por esta razão contemplei as qualid.^{es} da escolha do mesmo Gov.^{or}, para se confiar, e supor delle immediatamente.^{te} a prudencia dos acertos; e para que o Ministerio saiba, pelos seus officios, que se lhe vão aumentando as Luzes do proprio discernimento.

2.^a – Que póssa Levar mais hum só Guarda-rôpa: Hum copeiro com seo Ajudante: Hum Cozinhr.^o o melhor, e hum Ajudante, que não seja máo Cozinheiro. E se na Capital do seo Governo rodárem Carruagens, que Leve dous Bolieiros, os quaes sirvam alternativam.^{te} na Bolêa, e na Taboa, ficando sempre suprido o lugar com a falta de hum dos dous, nos cazos de doença, fuga, ou morte [fl. 6]. E para tudo o mais, seja bem entendido, que não há Cidade na America, Africa, ou Azia tão esteril, que deixe de ter todos os officios, e Artes, que forem necessarios ao Gov.^{or}

3.^a – Que o Gov.^{or}, antes de sahir da Corte, ajuste por preço certo todos os Individuos da sua Familia por mez, ou por anno, que lhe pagará infalivelmente; anticipando aos mesmos a advertencia, de não esperarem do seo Governo outro algum beneficio mais, que o que puder fazerlhe da sua propria fazenda.

4.^a – Que o Gov.^{or} na Caza da sua residencia da Capital, não dê meza franca a pessoas de cerimonia, ou de confiança, com as excepçoens seguintes = A hospedagem de algum parente: ao Official de mayor Patente das suas ordens: ao Arcebispo, Bispo, ou pessoa constituida na primr.^a Dignidade Ecclesiastica, Militar, ou Juridica: a alguns Estrangeiros, que aportarem á sua Capital por arribada, tormenta, refugio, ou qualquer outro acazo, sendo pessoas com as quaes póssa tratar toda a civilidade, e generosa franqueza, que lhe parecer; mas nunca diariam.^{te}: E fora da sua Caza, no Campo, ou em jornadas, que se lhe permita toda a Liberdade, que elle quizer, contemplado sempre o seo decóro; ficando-lhe voluntaria a acção de usar destas excepçoens, p.^a poder somente restringilas, mas não para amplialas.

5.^a – Que o Gov.^{or} dê a toda a Tropa o exemplo de trazer vestida a sua Farda annualm.^{te}, para que os Officiaes mayores, e por consequencia os Subalternos, e Soldados, reputem pela sua mais decente galla, e adorne o habito demonstrativo da sua profissão, qual hé o honrado Serviço de El Rey.

Todas estas Condiçoens, e Ordens, se devem reduzir a hum Formulario instructivo assignado por S. Mag.^{de}, para se entregar ao Gov.^{or} no mesmo dia, ou no seguinte da sua nomeação; e não de outro modo; porque sendo por advertencia, insinuação, ou conselho, o tempo as hirá relaxando infalivelmente, e ficarão impraticaveis: propriedade infeliz do vicio tolerado a primeira vez, [fl. 6v.] que se propaga Logo que se consente, e depois fica irremediavel.



4^a. Maxima: Que os Govr.^{es} não sejam succedidos por outros quando findar o tempo da Patente com que foram p.^a o Governo; só nos cazos em que S. Mag.^{de} os queira empregar, ou promover a diferente Capitania, ou exercicio.

São nomeados, e providos os Govr.^{es} por huma Patente Limitada ao prazo de tres annos, que ordinariam.^{te} se excedem, em quanto S. Mag.^{de} não hé servida mandar lhes Successor, ou para que se retirem para suas Cazas, ou para que passem a outro diferente Governo. O primeiro cazo de se retirarem para a Corte, deve ter suas precisas excepçoens, sendo as principaes: o desagrado do Rey por mal servido: a necessidade do seo prestimo para diverso emprego: e os requerimentos do Gov.^{or} com justas cauzas, p.^a se retirar: por outro qualquer modo, hé prejudicialissimo ao Serviço do Rey, e á utilidade publica da Capitania, que estiver governando: Porque se o Gov.^{or} está no Governo da primr.^a entrancia, e tem dado boas provas do seo genio, e capacidade para governar, está claro, que só conservado no Lugar hé que pode aprender; pois bem sabem os que tem estudado muito esta Arte com o exercicio, que não sendo cômum o Systema de hum p.^a outro Continente, ao menos do primeiro Governo, e de todo o triennio, tira humas regras geraes de prudentes combinaçoens, que o habilitam para governar depois do triennio, não só a mesma Capitania em que se acha, como qualquer outra de mayor graduacão: já então os mesmos principios vão roborados com a experiencia, e com os annos; pois sem estes mestres da madureza, os acertos serão prodigios do acazo.

Entra hum Gov.^{or} experimentado na Capital do Governo a que foi promovido, illuminado pela pratica, que adquirio em outro: hé nella bem recebido, e festejado pelos Povos, sempre amantes da novidade. Os Infelices, e descontentes esperam melhorar de fortuna: os Contentes no governo passado, em conservar a sua sorte: e os Indiferentes, (ordinariamente infames) em observar os primeiros [fl. 7] movimentos para segurar depois o seo partido: de sorte que sendo este vicio cômum em todos os Dominios do Mundo, o modo de o praticar hé diferente em cada huma das Partes. Huns Logo querem sobornar os Familiares dos Govenr.^{es} com presentes, e offertas, examinando primeiro qual lhe hé mais agradavel: outros com festas públicas na sua entrada, influídas no Senado, ou feitas á sua custa, ou tambem convocados os Cidadoens por huma derrama voluntaria: outros abrindo os Cofres do que grangeou talvez a sua uzura, e facilitando a exportacão dos dinheiros p.^a as urgencias do Gov.^{or}: muitos outros cavilozos, e Lizongeiros, murmurando dos procedimentos do Antecessor, que acaba, e prognosticando felices progressos das virtudes do Successor, que ainda não conhecem; e emfim, por estes, e por outros muitos modos, enovelados todos em hum Labyrimpto de orgulhoza confuzão, se disvelam em illudir o novo Gov.^{or}, de sorte que o tenham propicio aos seos interesses



particulares: Por esta razão no primeiro anno, o Gov.^{or} prudente, e instruído na Arte de governar, não pode fazer mais, que observar bem a todos, experimentalos, e conhecelos; e não faz pouco: No segundo anno, entrar com as forças da sua delegação a escolher os benemeritos para servirse delles, apartando os mãos por qualquer modo, até com extraminios proporcionados á sua malicia, para que não perturbem o socego cômum da Republica, que há de governar; e então faz muito: No terseiro anno hé que sabe com formalidade, quaes são as Rendas da Faz.^{da} Real, se se cobram, e como se distribuem; o Comércio do paiz; o character dos habitantes; as forças da Tropa, e das Fortalezas, se as tem; a abundancia, ou carestia dos viveres, e o excesso ou cómodidade dos seos preços, para evitar os monopolios dos generos da primeira necessidade: e então hé que sabe o que perguntou, e quis saber desde o dia em que tomou posse e o não pode conseguir senão depois de passado aquelle tempo com muito trabalho. Pois se hum Gov.^{or} já sciente em governar os Povos, se vê obrigado a perder o tempo para reger, e pôr em ordem a outros de diferente paiz, como poderá governar o que entra de novo, e acabado o tempo porque foi provido, volta para sua Caza?

Em consequencia do referido, hé muito necessario, que depois de conhecida a capacidade do Gov.^{or}, se conserve na Capitania, ao menos, seis até nove annos; e que della se promôva para outras, sendo preciso, e conforme a Conjuntura [fl. 7v.] dos Negocios do Real Serviço, que occorrem; porque por este modo, o mesmo Real Serviço será bem regulado, e a tranquillidade dos Dominios será segura, e feliz.

Não hé tambem conveniente ao Real Serviço, que se conserve o Gov.^{or} em hum só governo mais tempo, que o de seis até nove annos; porque como os Domiciliarios da Capital estimam as honras, que recebem dos Govr.^{es}, tem descoberto, que o meyo mais proprio de as conseguir hé, o de convidalos p.^a Padrinhos dos baptizados de seos filhos, e para as suas Festas de Igreja: (que então por isso as fazem pompozias) esta maxima, que não hé repreensivel ao Gov.^{or}, o vai corrompendo, e dominando a inclinação, até o ponto de o reduzir frôxo, e paizano, pela insensivel inadvertencia de se familiarizar muito com os Subtitos, sendo necessario conservarse nos Limites de huma respeitada benevolencia, pois esta hé a baze, que somente conserva a autoridade de Pai, que pelo Rey representa.

Finalm.^{te}, hé tambem preciso o systema desta Maxima, para senão amontoarem na Corte os Crédores á Corôa, os quaes não sendo despachados logo, como querem, clamam descontentes, até reputando injustiça a demora, ainda que os entrettenham com boas esperanças; do que rezulta o séquito dos Parentes, a imulação, e o ódio a outros despachados, que esperáram; por se persuadirem alguns daquelles, que os seos serviços são muito mais relevantes, e que o seo nascimento até os produziu superiores á boa razão.

5^a. Maxima: A escolha dos Secretr.^{os} dos Governos,
o seo exercicio, o tempo dos seus provimentos
trocado com o dos Govr.^{es}: Off.^{al} mayor das Secretarias,
a necessidade de os haver.

A escolha do Secretario de hum Governo, parece identica com a do Gov.^{or}; porque senão hé Colega nas disposições do Lugar, deve ser substituto immediato das suas inteligencias. Este hé o braço direito do Gov.^{or}, para o ajudar a conservar em equilibrio o pezo do Governo, unindo as suas virtudes, as suas forças, e o seo prestimo, ao poder do mesmo Gov.^{or}, de sorte que elle possa manear o acordo das [fl. 8] suas providencias, e o Secretr.^o ajudalas com a expedição, com o segredo, e com a efficacia dellas: em suma: este hé o único Confidente, e a chave-mestra do Arquivo do Governo, cujas portas ninguem pode abrir, se elle mesmo não facilitar a entrada; pelo que, sendo a primeira das suas necessarias circumstancias o segredo infalivel, deve ser tambem admoestado, que o trabalho exercicio desta virtude, não consiste só em callar; hé muito mais preciso revestir o aspecto, e os olhos de hum ar de ignorancia do facto, que esconde, procedendo advertido, que no concurso de muitos homens em huma pratica, e fora della, as observaçoens, e as conjecturas descóbrem muitas vezes a verdade, que se calla: e antes que a penna se remonte em materia tão vasta, e que o episódio me aparte totalmente do Assumpto, repetirei com propriedade no prezente cazo, o que ouvi em Lição particular a hum dos mayores Vassallos desta Monarquia, e até me parece, que por palavras formaes = Quando ouço espalharse a noticia de alguma verdade, que só eu sei, castigo sem cólera a q.^m ma repete, escarnecendo da sua credulidade; e depois passo a fazer pratica de rizo do mesmo que ouvi, para os conservar desvanecidos, ou, ao menos, vacilantes, em quanto se não effectúa, ou pública a verdade = Mas saiba o Secretario, que aquelle grande homem se revestia de sorte das Limitaçoens desta regra geral, que jamais foi descoberto o que por elle foi escondido: Saiba, finalm.^{te}, que humas vezes se deve rir, em outras enfadarse, reputando fatuidade a pratica, e em muitas callarse com gravidade, para que com esta variedade de accidentes, senão chegue a penetrar o segredo, sabendo todos, que o rizo no Secretario hé systema: Muitas vezes lhe será necessario tomar a contraria, transformando o semblante, mas em defendela com argumentos está todo o risco; porq.^o então são precisas muitas razoens fortes para sustentar huma contrariedade em sy mesmo, e chegar com ellas a persuadir, e convencer: Em poucas palavras: esta instrucção será inutil, se o Secretr.^o não tiver capacidade para a entender, e para a praticar.

Depois de reflectirse, que hé infalivelm.^{te} necessaria esta principal circumstancia de segredo no Secretario, hé tambem preciso, que ella tenha instrucção, desembaraço, e capacidade para o expediente do Governo, no

qual diariamente ocorrem successos extraordinarios, sobre que o Gov.^{or} lhe manda escrever [fl. 8v.] Ordens, Portarias, ou Cartas; e sendo nova, ou alterada a materia de que se trata, e por isso sem conexão com as providencias já estabelecidas pelas Leys, ou pelos Costumes do Governo: hé inquestionavel, que o Secretr.^o deve primeiro escrever as Minutas, p.^a que o Gov.^{or} as aprove, ou reforme, diminuindo, ou acrescentando o que lhe parecer melhor; porque desta concordancia se tira já substanciada a inteligencia de ambos, para a perfeição do Serviço de El Rey, e para a utilidade publica dos Vassallos; pois seria doutrina extravagante, entenderse, que o Gov.^{or} estava obrigado a sofrer todo o pezo de ambos os Lugares, embolçando o Secretario os frutos de hum, pelo expediente ordinario da Secretaria.

276

Hé prejudicial ao Serviço do Soberano, que ao mesmo tempo sejam providos os Governr.^{es}, e os Secretarios; porque ambos entram na Capital ás cegas, sendo mui poucas as Luzes, que lhes deixam os dous Antecessores; (sem embargo das Ordens credenciaes) ou porque maliciozam.^{te} as regatêam, com a politica de fazer saudoza a sua falta, ou porque o pouco tempo, que resta desde o dia da pósse, que transfere, ao em que se apartam, faz impraticavel a completa instrucção, que os dous Successores necessitam; pelo que será bem prevenido, que o Gov.^{or}, e o Secretario entrem nos Governos em tempos diferentes, de sorte que sempre se despacha hum quando estiver o outro no Governo. Mas como o Gov.^{or} não está obrigado a instruir o novo Secretario, dando-lhe as primeiras noçoens do despacho ordinario, das Provizoens, Patentes, Cesmarias etc; hé igualmente necessario, que na Secretaria haja sempre Officiaes em numero proporcionado aos Negocios do Governo, ou infalivelmente hum, o qual informe, e ensine ao novo Secretario, e seja tambem capaz de servir nos seos impedimentos; (assim como nos Cartorios publicos os Escreventes ordinarios, e alguns de exercicio mais Laboriozo com Escreventes juramentados) escuzando-se por este modo, que o Gov.^{or} se veja necessitado a servir do seo Secretario particular nas dependencias do Governo, por inhabilidade do Secretario delle. Estes Officiaes, ou Official da Secretaria deve ser pago pela Fazenda Real; porque sendo Official de El Rey, se conserva na Secretaria sempre o Instructor do Secretario, e do Gov.^{or} para a pratica dos Negocios do Expediente cômum; e sendo mercenario do Secretario, ficará duvidoza a subsistencia deste Official, se o Secretario a [fl. 9] seo arbitrio o quizer despedir, pretextando o acordo com algum motivo aparente, p.^a admitir outro, sem a mesma pratica, sem o mesmo merecimento, e sem a reflexão de jacturar [?] o Real Serviço com esta novidade: E sendo Official de El Rey, independ.^o da subordinação familiar ao Secretario, fica pertencendo ao Gov.^{or} somente a suspensão, logo que se lhe prove erro de Officio: E a outra razão de ser pago pela Real Fazenda hé, porque vem a ficar na Secretaria hum homem condecorado com o ordenado de El Rey, e com a denominação de Official mayor, p.^a que



sirva ao lado do Gov.^{or} nos impedimentos do Secretario: Bem entendido, que no mesmo Secretario, ou no Off.^{al} mayor, ou entre ambos, deve haver a intelligencia das Lingoas Ingleza, e Franceza, muito precisas nos portos da America, e Africa, e principalm.^{te} no Rio de Janeiro, pelas arribadas a que os obrigam os motivos com que nelle entram as referidas Nasçoens; e isto para se examinar com delicadeza, se os mesmos motivos das arribadas são verdadeiros, ou cavilozos: E no cazo de faltar nos dous aquellas circumstancias, deve-se nomear hum Lingoa pago por S. Mag.^{de} como há em Gôa; e que este mesmo Lingoa sirva na Secretaria como Official de Registo, ou de Porteiro, sem outro algum ordenado, nem emolumentos mais, que os que receber como Lingoa do Estado.

6^a. Maxima: Que a todos os Govr.^{es} das Conquistas se concedam mais amplos poderes sobre a pena de morte. E que ao Vice Rey do Brazil, Capitaens Generaes da India, da Capitania da Bahia, das Minas Geraes, e de São Paulo se conceda tambem o privilegio, e regalia de darem em nome de S. Mag.^{de} hum certo numero de Habitos das Tres Ordens Militares em cada hum anno; e alguns Alvarás de Foros de Fidalgos, contempladas as Jerarquias, como for do Real Agrado de S. Mag.^{de}



Quando S. Mag.^{de} hé servida nomear, e prover os Vice Reys, e Capitaens Generaes das Capitancias, delega nelles todo o poder da Sua Regia, e Suprema autoridade para castigar os Delinquentes até morte inclusiva; presidindo, e desempatando [fl. 9v.] os vótos de vida, e morte, quando não há pluralidade nos Conferentes, que faça mayor pezo em hum dos braços da balança: hum só Adjunto basta para fazer esta pluralidade, com a qual o Gov.^{or} infalivelmente concorda: só este Adjunto salva, ou tira a vida de hum homem; e o Gov.^{or} não pode beneficiar o Reo com a vida, senão quando desempata os votos: então parece Pai, e Bemfeitor, nos outros cazos, conformando-se com as Leys, deve ser por força Gov.^{or}, e Juiz: ex aqui restricto, e Limitado o poder do Gov.^{or} pela intelligencia da Justiça, que representa o Corpo da Ley. Os Soberanos escrevem as Leys como regras certas da regularidade dos Povos, p.^a os conservar em disciplina, estabelecendo as penas para os transgressores das mesmas Leys; e se lhes fosse possivel prevenir todos os cazos, que pudessem alterar os pontos fixos das mesmas Leys, seriam infinitas as excepçoens das Leys, que determinam a pena de morte. Antes de se fazer conduzir o Reo para o Patibulo, há muitas estradas Largas p.^a salvar a vida de hum homem, castigando o seo delicto, senão hé reincidente. Nos degredos de Benguella, Caconda, e Cabo-verde, de Angola, e da India, se acham innumeraveis homens, que estando em pena ordinaria por culpas puniveis, foram mandados para aquelles extraminios, onde, depois mudando de vida, e de costumes, parece que a Natureza os produzio de novo, emendando o primeiro erro com



que os havia formado. Destes mesmos homens se compõem a Tropa com Officiaes Militares daquelles Prezídios, cheyos de honra, esforço, prudencia, e capacidade: Estes são os que servem os Officios publicos, e os que fazem respeitavel o Corpo, e o decóro da Justiça: Estes os mesmos em cujas mãos gyra o Comércio, e que promovem os interesses do Continente com a mesma verdade, e credito vulgar em qualquer outro paiz: Com estes Conversos, finalmente, se organiza a Republica socegada, temente a Deos, e ao Rey, desejando arrancar da memoria dos Homens o delicto, que os fez repreensiveis. Em consequencia do referido seria justo, que S. Mag.^{de} por hum Alvará de Ley ampliasse a todos os Vice Reys, e governadores a faculdade de perdoar a pena de morte, logo que o Reo tivesse a seo favor a tersa parte dos votos do Congresso, contemplando-se a satisfação das Leys com os referidos extraminios: Com a excepção, porem, de ficarem com toda a sua força, e vigor, as penas estabelecidas para os Profanadores dos Templos, e dos Vazos Sagrados; para os Regulos; para os chefes de qualquer Levantamento; [fl. 10] para Cabeças, e Socios de huma Conjução; para Salteadores, que matam; para a Leivozias circunstanciadas; e em suma, para todos os Crimes de Leza Magestade Divina, e Humana da primeira, e da segunda cabeça.

Nesta ampliação de poder a todos os Govr.^{es}, a Coroa hé a mais interessada, pela conservação das vidas, que lhe podem ser uteis, como tenho ponderado; tambem porque os dilatados Dominios de S. Mag.^{de} nas Conquistas, huns são povoados de Gentios indomitos; outros são dezertos sem cultura, nem estradas; e outros nunca foram habitados, nem vistos, porque as faltas de Gente, e as distancias os conserva ainda incognitos, e impenetraveis.

Da mesma ampliação tambem se segue, que será o Gov.^{or} bem-quisto daquelles Povos, sabendo, que a Regia Mão, que lhe transferio o poder para castigar os seos delictos, igualmente lhe franqueou a graça de perdoalos para os reconciliar esperando a sua emenda.

E porque de todos, e quaesquer crimes há muitos Agressores Escravos, dos quaes seos Senhores perdem o dominio directo desde o instante em que a Justiça os apreende; e sendo pretos de Angola, de Benguella, da Costa da Mina, de Cabo-Verde, e de Moçambique não lhes será consideravel o trabalho do degredo, antes o reputarão feliz: neste cazo, qualquer preto criminozo, e ainda Criôlo do paiz, que escapar da morte no Maranhão, seja condenado a galés por toda a vida, e remetido p.^a as Minas: os da Bahia p.^a Maranhão: e os do Rio p.^a Pernambuco; e por este modo trocados sempre os Continentes da culpa com os da pena, ficará a Justiça satisfeita, e o Reo punido com a mudança do domicilio, e com as galés a que deve ser Sentenciado; Levando Guias em que se declarem os motivos da Sentença.

E como não basta somente aquella ampliação de poder para que os Gov.^{es} uzem da Piedade dos Soberanos com os Criminozos, devendo tambem praticar justiça com os Benemeritos; he igualmente necessario, que



S. Mag.^{de} permita, e conceda ao Vice Rey do Estado do Brazil, Capitaens Generaes da India, e dos Governos da Bahia, das Minas Geraes, e de São Paulo, a faculdade de darem no Seo Real Nome todos os annos, hum certo numero de Habitos das [fl. 10v.] Tres Ordens Militares, e alguns Fóros de Fidalgos das Classes, que S. Mag.^{de} for servida: E somente naquelles Governos; porque a sua população, civilidade, e Cômércio, fazem os primeiros fundos dos Interesses da Monarquia; devendo por consequencia ficar as mesmas Capitancias habilitadas da primeira graduação, p.^a se contemplar a escolha, e a promossão dos Governadr.^{es} quando forem precizos. Declarando-se aos mesmos Vice Rey, e Govr.^{es}, que aquellas graças, honras, e privilegios, são para repartir unicamente com os Nascionaes Paizanos da sua Capitania; aquelles que (álem da sua distinção, ou do seo tratamento, regulado pela Ley da Nobreza) tem servido, ou servirem a S. Mag.^{de}, descobrindo terras de Ouro, ou quaesquer preciozidades: Com os outros, que abrirem caminhos, e estradas seguras aos Viandantes com a utilidade de diminuir as distancias, e Livralos dos frequentes insultos dos Gentios: Com aquelles, que facilitarem o passo de algum dos Rios caudalozos, fazendo-lhe pontes a beneficio dos Passageiros: E emfim com outros muitos, aos quaes os Govr.^{es} occupam em diligencias do Real Serviço, e elles desampáram contentes as suas Cazas, Familias, e Fazendas, sahindo a executar as mesmas ordens em m.^{tas} distancias á sua custa, acompanhados dos seos Escravos, cujos serviços tambem perdem.



Estes somente devem ser os contemplados; proibindo-se aos Govr.^{es}, que repartam com os seos Criados, nem com a Tropa paga as mesmas graças, e honras; só no cazo de algum serviço distinto, e extraordinario, que fizer qualquer Individuo militar; porque, álem do acrescentamento do posto, ou póstos, que lhe forem immediatos, a natureza relevante do mesmo serviço, lhe adquirio júz a mayor premio; e já então senão offende o direito positivo, que tem aos mesmos despachos os referidos Nacionaes Paizanos, por aquella cauza, e nunca por outra qualquer; pela justa reflexão de que a Tropa paga, não só recebe os soldos, que crescem com as promossoens dos póstos, como porque os seos serviços, são mandados contemplar pela Tarifa das Remuneraçoens com a qual argumentam quando requerem: Sendo indubitavelm.^{te} certo, que por outro modo ficará o Gov.^{or} sendo Pai da Tropa, com a qual tem a comissão de repartir, e Liberalizar os beneficios, mas com os Paizanos parecerá somente Juiz para os punir, porque não cabe no seo poder a contemplação dos premios, e do perdão, tendo só autoridade para os castigar.

[fl. 11] Qualquer pessoa de hum mediano raciocinio, que conhece os Povos dos Continentes da America, sabe muito bem, que os frutos desta Maxima serão infalveis; e tambem sabe, que os mesmos Póvos animados por este modo, são capazes de empreender mayores progressos em beneficio cômum da Patria, e do Serviço de S. Mag.^{de}, pelo seo vulgar axiô-



ma, de que os Vassallos contentes hé que fazem o importante objecto da riqueza do Estado, e da opulencia da Monarquia.

7ª. Maxima: Que os Govr.^{es}, nos cazos, e circumstancias urgentissimas, póssam apartarse das Leys, Ordens, e Regimentos, convocando Juntas proprias para se rezolver nellas o que for mais proporcionado, e conven.^{te} ao Real Serviço, nas ocaziões em que os mesmos cazos necessitem de huma immediata provid.^a

Os Dominios de S. Mag.^{de} em qualquer das Partes do Mundo, dilatados, e grandes em sy mesmos, são igualmente distantes da Corte do Seo Regio Domicilio; mas como o Soberano Braço da Sua Real Autoridade chega ao Continente mais remoto dos Seos Limites, pode tambem nelles abrir as Mãos das Suas Maternaes providencias, e espalhar sobre os Filhos, que não vê as mercezes, e os beneficios de que Elles necessitam.

A Ley da Graça, Mestra da Religião, que professamos hé a unica Ley, que senão pode alterar acrescentando, nem diminuindo; porque o Omnipotente Legislador a fez acõmodada aos Seculos passados, presente, e aos futuros: Mysterios a que não chega a Humana compreensão! Todas as mais Leys com que se governam os Imperios, e os Estados do Mundo, estão sujeitas á variedade dos Tempos, e á diversidade dos Suscessos; e por esta razão muitas vezes se refõrmam, ou totalmente se aniquilam.

[fl. 11v.] Com estes principios indubitaveis, temos outro fundamento para nos persuadirmos, que as Leys, os Regimentos, e as Ordens, podendo ser os mesmos na Corte, e nas Provincias do Reino, serão impraticaveis em cada huma das Conquistas; porque se os Govr.^{es} (como fica ponderado na primr.^a Maxima) devem ser proporcionados aos Continentes onde forem precizos, tambem a Legislação deve ser acõmodada ao character dos Povos de cada hum dos Governos. São muitas vezes necessarios o geito, a força, e a docilidade para equilibrar no tempo, e nas circumstancias a Piedade; e a Justiça, e se a Ley não pode prevenir todos os cazos, e as suas circumstancias accidentaes, ainda quando trata dos mesmos cazos, como podem ser constantes, e inviolaveis as Leys nos diferentes Paizes das Conquistas? O remedio que algumas vezes fez beneficio ao Enfermo, por ser proprio ao seo temperamento, lhe pode ser tão nocivo, que o mate, ou porque os humores mudáram de especie, ou porque o diferente tempo em que se lhe applique pode fazer arriscada, e funesta a cura: E se isto hé factivel em hum mesmo Enfermo com o mesmo remedio, quanto mais notavel hé a diferença nos diversos governos em que podem ser victimas de hum erro muitas vidas?

Pelo que, não só hé justo, como infalivelm.^{te} necessario, que S. Mag.^{de} conceda amplos poderes aos Governadr.^{es} para convocar as Juntas, que lhe parecerem precisas, das quaes elle seja sempre o Prezidente; propondo-se, e rezolvendo-se nellas todos os Cazos, que acontecerem; ou sejam daquel-



les com que as Leys pela novidade dos Successos, não tenham conexão; ou sejam dos mesmos, que tendo sido tratados pelas Leys, a Conjuntura, e outros motivos as podem fazer impraticaveis; principalm.^{te} se for concebida a execução dellas na sua substancia expressa, e positiva, quando o exito pode ser arriscado. E como esta providencia pode degenerar em vicio sendo mal entendida pelo Gov.^{or} imprudente, servindo-se della para hum desenfreado despotismo se lhe deve conceder som.^{te} a regalia de convocar, prezidir, votar, e aprovar a pluralid.^e da mesma Junta, respeitando decorosamente o Serviço de Deos, do Rey, e o beneficio dos Povos: E pela Secretaria de Estado se devem passar as Ordens circulares, para que todos os Adjuntos, sem disputar o Lugar do Congresso, apareçam onde o Gov.^{or} determinar.

Esta faculdade não seria estranha; porque aqui mesmo na Corte, e no Senado [fl. 12] da Suplicação se estão Lavrando muitos Assentos sobre as Leys, quando há justos motivos, que as altere nos Cazos do Foro: Com o que se prova, que o Rey quer a Justiça bem ordenada, para que seja distributiva; e por isso permite, conforme os Cazos, as diversas inteligencias dos mesmos Assentos. Todos temos lido, e visto, não só na vida de hum, e muitos Reys, reformadas, e obliteradas algumas Leys, e Rezoluçoens dos Seos Regios Predecessores, como tambem na vida do mesmo Monarca ampliadas, restringidas, e declaradas as suas proprias Leys; porque as diferentes Epocas do Seo Passado, lhe descobriram urgentissimas razoens, que o obrigaram a reformalas. Este Exemplo persuade tambem os motivos, que o Gov.^{or} pode ter para convocar as Juntas nos cazos occorrentes já ponderados: E a Regia Delegação ao referido Senado, faz o Exemplo da necessid.^e, que pode haver nas Conquistas, sendo tão distantes.

A mesma faculdade não pode ser cômua a todas as Capitaes dos Governos; porque som.^{te} no Rio de Janeiro, na Bahia, e na Cidade de Gôa, se acham as Relaçõens, cujos Corpos de Literatura devem ser chamados para os cazos do Foro; não só da mesma Capitania do seo domicilio, como de todas, e quaesquer outras de que as mesmas Relaçõens fazem cabeça de districto p.^a as Apelaçoens, Agravos, Recursos, e Sentenças de Reos com a remessa das suas culpas. Nos Cazos Politicos poderá o Gov.^{or} convocar o chanceler, o Proc.^{or} da Coroa, e quatro Ministros mais da Relação, onde sempre há pessoas instruidas em Bellas Letras, e nos Interesses de Estado; sendo tambem presente o Secretr.^o do Governo com o seo voto, e como Secretario, que deve escrever o acordo da mesma Junta todas as vezes, que for convocada. Nas Dependencias Militares: os Officiaes de Patente de Coronel p.^a cima; os Auditores, o Vedor da Fazenda, o Proc.^{or} della, e o da Coroa; conforme os Cazos em que forem precisos estes Ministros, com a excepção dos pontos declarados, ou não escritos no Regulamento das Tropas. Para os Negocios da Economia do Governo: o Senado da Camara, o Chanceler, o Procurador da Fazenda. Nos Cazos dos Ecleziasticos Seculares, ou Religiosos: o Bispo, o seo Vigario geral, as duas primeiras Dignidades da Sé, o Chanceler e o



Proc.^{or} da Coroa: [fl. 12v.] Ficando sempre ao arbitrio do Gov.^{or} trocar estas duas vocações de Seculares, e Religiosos conforme lhe parecer mais conveniente, porque tambem lhes poderão ser necessarios os Prelados das Religioens: Com a condição, porem, que jamais a concordancia deste Congresso fique superior aos Concilios da Igreja, nem aos Decretos Pontificios, só no cazo de haver Ordem positiva de S. Mag.^{de}: Nem o Gov.^{or} poderá convocar as referidas Juntas, p.^a proceder em conformidade do Assento dellas, senão quando pela demora da Conta, (que depois deve dar a S. Mag.^{de}) se fizer impratical¹⁹ [sic] a providencia, que for precisa immediatamente: E logo que S. Mag.^{de} aprovar as Rezoluçoens tomadas na Junta, ficando na Secretaria do Governo o Original do Seo Regio Beneplacito, deve registarse na Relação, ou no Senado da Camara, ou onde pertencer, conforme foi o procedimento da Junta respectiva; para que seja constante o Exemplo, que roborado com o Real Nome, ficou desde então com natureza de Ley para os mesmos cazos.

8.^a. Maxima: Que os governadores entreguem aos seus Sucessores todas as Ordens de El Rey, que houverem recebido no tempo do seo Governo, pelas suas respectivas Reparticoens.

Por dous modos cômuns se expedem as Ordens aos Governadores das Conquistas; ou pela Secretaria de Estado dos Negocios Ultramarinos, ou pelo Conselho respectivo dos mesmos Negocios: Estas Ordens, depois de vistas pelo Gov.^{or}, devem passar immediatam.^{te} á Secretaria do Governo, para se extrairem dellas os Officios, e as providencias, que o Soberano determina pró, ou contra algum terseiro; e tambem porque sendo consequencia de algumas Contas dos Governr.^{es}, Rezoluçoens, ou Arbitrios Regios cômuns ao Governo, ou a sucessos particulares, se devem [fl. 13] conservar naquelle Arquivo, para servirem humas como Leys positivas do Continente, e outras, não só como Exemplos decididos, mas como memorias interessantes para o futuro.

Algumas Ordens há sobre factos recomendados, que os Govr.^{es} prudentes guardam em seo poder, p.^a as fazer executar com cautella, e para responder ao Soberano em segredo, sem que estes procedimentos cheguem á noticia do Secretario, nem de outra alguma pessoa: Porem esta Liberdade, que deve ser Limitada, e restricta a certos cazos, tem sido adulterada por alguns Govr.^{es} de tal sorte que findo o tempo da Comissão, se retiram para suas Cazas, trazendo com as referidas Ordens, outras muitas, que sempre são necessarias nos Governos, que deixam: Esta resolução não envolve malicia; porque a idéa do Gov.^{or} (pelo que pertence ás recomendaveis) hé conservar o segredo, que lhe foi encarregado pelo Rey, o qual lhe não ordenou expressamente, que depois de entregues as Credenciaes, e transferida a posse do Governo ao Successor, immedia-

19 Na cópia da BA consta "impraticavel".



tamente passassem todos os Officios, que o Gov.^{or} houvesse recebido, e guardasse em sy de mão particular. As outras Ordens do Conselho Ultramarino, e os Officios do Ministerio da mesma Repartição, expedidos por motivo publico, ou particular, devem ficar na Secretaria infalivelmente logo que se fizer a passagem de hum para outro Gov.^{or}; porque a mente do Soberano hé, que no Governo se conservem as Suas Resoluçoens, como regimen, e não como regras accidentaes, que acabam com o Gov.^{or}, pois isto seria o mesmo, que reduzir huma Capital de opulenta População aos preliminares da infancia de qualquer Colonia.

Desta mal entendida resolução do Gov.^{or}, nasce a desordem de faltarem no Governo as Instrucçoens necessarias, quando acontecem cazos semelhantes a outros, que já estavam decididos, e providenciados pelo Rey: e sendo tão sensivel esta falta, a outra consequencia ainda hé mais notavel, e terrivel: Porque recolhido o Gov.^{or} á sua Caza, ou mudado para outro Governo, levando, ou trazendo comsigo os Officios, conserva em sua vida o segredo, que com elles lhe foi recomendado, pois esta vigilancia não pode passar além da morte; e se acazo algum Confidente familiar do seo Cartorio os não Lêo, tendo o trato ordinario de manear²⁰ huns, e outros Papeis, infalivelmente depois da sua morte os Herdeiros, o Amaoense da Caza, e o Procurador della, querendo pôr em ordem os Titulos dos Morgados, os [fl. 13v.] os serviços do falecido; e emfim as contas dos Devedores, e Credores, para se regular a mesma Caza; huns e outros ficam instruidos do segredo, e das maximas com que os mesmos Officios se puzeram em pratica, ainda tendo aquelle exame diferente destino.

As Maximas, e as Resoluçoens do Gabinete de hum Rey, em todo o tempo são de segredo, até depois de executadas; porque tratando-se nelle os Negocios da primeira importancia, que depois de exitados²¹ por força hão de ser publicos; nem por isso se pode revelar a idéa com que se trataram, as diligencias que se fizeram, e os embaraços que se venceram até se conseguirem, antes se devem reputar como mysterios, para os esconder da penetração dos Homens; por tal modo, que a verdade do facto fique sempre em conjecturas vacilantes no conceito dos mesmos Homens. A Guerra, a Paz, a Aliança, a Cessão de Dominios, e as Convensoens de Estado, e do Comércio entre as Potencias, são factos publicos ao nosso conhecimento; mas a polytica com que se trataram, poucos a sabem, pois não hé vulgar a todos.

Em consequencia das referidas ponderaçoens, hé necessario, que o Gov.^{or}, que acaba, entregue a seo Successor todas as Ordens, Officios, Documentos, e mais papeis com as primr.^{as}, e segundas vias, que lhe foram expedidas no tempo do seo Governo, (se ainda não houverem passado para a Secretaria delle) com a obrigação de declarar sinceramente, até por

20 Id., "manejar".

21 Id., "praticados".



escrito, o estado em que se acha cada hum dos Negocios conteudos nos referidos Officios, e o segredo com que S. Mag.^{de} os mandou recomendar, para que o mesmo Successor assim os conserve; e para que faça concluir todos aquelles Negocios, que estiverem pendentes. E parecendo conveniente ao Serviço de S. Mag.^{de}, que dos Negocios já concluidos, e de facto particular, que não tem dependencia com as disposições ordinarias da Capitania, não há necessidade de participarse ao novo Gov.^{or}, neste cazo se deve ordenar ao Antecessor expressamente, que os Officios, que se lhe passáram naquella materia os traga, ou remeta, para serem entregues na Secretaria de Estado dos Negocios Ultramarinos, por seras urgente de donde emanáram, e para donde voltam, como Depozito mais seguro: E para que esta entrega tenha formalidade coerente, deve ser feita ao Official mayor da mesma Secretaria, para que este passe hum Recibo [fl. 14] de defeza ao Gov.^{or}, sem mais individuações, que a de haver entregado aquelle, todos os Officios pertencentes a tal, ou taes Negocios.

Todas estas Maximas, dignas de reflexão, se encaminham a huma completa regularidade do Serviço de Deos, do Rey, ao credito do Gov.^{or}, e a beneficio dos Povos daquelle dilatado Imperio da America Meridional, e dos Dominios da S. Mag.^{de} nos Continentes d’Africa, e Azia; para que também a Chronologia dos Tempos, e dos Successos, dando as mãos huns aos outros, se vão ligando successivamente com as Épocas dos Governos, e se conserve por este modo a memoria da Nasção, tanto mais respeitada ao longe pelos Vassallos proprios, quanto conhecida pelos Estranhos: E emfim para que estes confessem admirados, que Portugal ainda que recintado na Europa parece diminuto p.^a Reino, o Reino todo hé a Corte dos Seos Augustissimos Monarcas, porque os dilatados Dominios da Sua Coroa, fazem o grande Imperio invejado de todo o Mundo.

Declaração Apologetica.

Não pertendo persuadir em alguns Lugares das Oito Maximas acima escritas, que os Gov.^{es} que tem governado as Conquistas de S. Mag.^{de}, foram todos incursos nos mesmos erros; e que estes se relaxáram [fl. 14v.] de sorte, que passáram successivamente de huns a outros, para existirem nos que agora governam as mesmas Conquistas. Não sou ímpio; o meu coração, e a minha inteligencia, sempre flexiveis á honra, e á verdade, me conservam ainda firme no conceito das virtuozas circumstancias, que conheci em alguns; os quaes são dignos de huma distinta excepção das regras geraes: Elles merecem, que os seos nomes tenham huma honrada cômemoração no Catalogo dos mayores Servidores do Rey, e dos Pays da Patria, para que as mesmas virtudes sirvam de Exemplares aos seos Descendentes, e aos Vassallos de qualquer Monarquia:²² E ainda que fallo em alguns abúzos como

22 Id., foi suprimida esta frase, desde “Elles merecem...”.

erros, que necessitam de reforma, os discursos que faço, não tem outro objecto mais, que sustentar a autoridade, e a regalia do Gov.^{or}, o qual deve fazer huma completa representação de Emissario do Rey, que lhe confiou o governo do Seo Dominio para conservar os Vassallos d'elle em paz, e justiça.

Aquelles erros, e abuzos tem sido praticados até o presente por muitos Governadr.^{es}, mas não por todos; e porque fallo dos bons, e dos máos, sem idéa positiva, vem a ser o conteudo das referidas Maximas, como huma officina de manufacturas ricas, onde não há que escolher por medidas diferentes, porque as mesmas vitolas para todos estão certas; Os Bons ficam conhecendo o vicio dos Máos, para se fortificarem no seo systema, fazendo-se melhores: E os Máos, reformando os seos erros, se vão persuadidos, que os que governam os seos passos pela estrada direita da Razão, não mancham a planta no lôdo dos vicios, nem podem chegar ás barreiras do despenho.²³ Pelo que espero, que [fl. 15] huns, e outros façam justiça á sinceridade destes discursos, que escrevi somente para satisfazer a hum Amigo, sem a esperança, nem o desvanecimento de os ver praticados; porque o respeitavel Ministerio desta Repartição, não necessita de influxo estranho, nem a minha presumpção tem a cegueira de reputarse influente:²⁴ Esta verdade, emfim todos os dias a confesso, conhecendo, que o Seo grande merecimento, e as suas relevantes virtudes são muito superiores á minha inteligencia.

[Ass.] Francisco de Almeida Silva

23 Id., foi suprimido o texto desde o início do parágrafo até esse ponto.

24 Id., finaliza nesse ponto, apresenta como local e data: "Lisboa 4 de Janeiro de 1780" e não traz assinatura.





ARTIGOS







Marcelo Déda e o IHGSE¹

Ibarê Dantas²

Marcelo Deda and the IHGSE

Resumo:

Esse artigo analisa a presença do governador Marcelo Déda no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. O objetivo é discutir a relação entre os institutos históricos e o campo político, como também analisar o processo de reforma do sodalício sergipano a partir das intervenções da política cultural do governo Déda.

Palavras-chave: Marcelo Déda, IHGSE, Sergipe.

Abstract:

This article analyzes the presence of Governor Marcelo Deda the Historical and Geographical Institute of Sergipe. The aim is to discuss the relationship between the historical institutes and the political field, but also analyze the process of reform of Sergipe sodality from the interventions of cultural policy Déda government.

Keywords: Marcelo Deda, IHGSE, Sergipe

289



- 1 Palestra proferida no Auditório do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe no dia 6 de agosto de 2014.
- 2 Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal de Sergipe. Professor Emérito da UFS. Mestre em Ciência Política pela UNICA



Os Institutos Históricos, com raras exceções, têm mantido relações de dependência com os poderes públicos.

O de Sergipe ainda não faz parte das exceções. Guardião de acervo dos mais significativos da memória do Estado, celebra datas cívicas, discute problemas culturais, disponibiliza seu acervo aos pesquisadores sem compensações pecuniárias, produz saber com o periódico centenário mais longevo do Estado e tem participado de acontecimentos memoráveis de nossa História.

Apesar dessa importância, tem atravessado períodos de grandes dificuldades para manter suas portas abertas e continuar prestando serviços à comunidade.

Quando, a partir de dezembro de 2003, assumimos a presidência, nos deparamos com grandes desafios para mudar a condição da Casa de Sergipe. Ao tentarmos aglutinar forças, buscar parceiros para reformar o solar, encontramos em Marcelo Déda uma autoridade que acreditava na importância do Instituto e se dispunha a emprestar sua contribuição.

Suas ações podem ser qualificadas em quatro tipos.

Primeiro, aquelas voltadas para ajudar a reformar a estrutura física do prédio.

Quando estávamos no segundo mês de gestão, fomos recebidos em audiência pelo então prefeito, em 26.02.2004, e falamos de necessidades prementes.

Como efeito, o departamento de obras da prefeitura interveio para reparar as partes mais degradadas. Ficaram para depois reformas de maior complexidade.

Enquanto isso, transcorria em ritmo animado uma série de ações internas que indicava o processo de mudança no IHGSE. Enquanto o diretor da Biblioteca e do Arquivo, Itamar Freitas, comandava o inventário e a organização do vasto acervo, Verônica Menezes, como Diretora, cuidava do Museu e da Pinacoteca.

Em 12.01.2005, voltamos à prefeitura para tratar da questão do auditório. Como havia um projeto que orçava a obra em R\$ 164.000,00 (cento e sessenta e quatro mil reais) e o Banco do Brasil e a Petrobras já haviam se recusado a restaurá-lo, o prefeito Marcelo Déda mandou ligar para o então governador João Alves Filho, a quem o prefeito propôs uma parceria. O Estado entraria com 100 mil e a prefeitura com 64 mil. O governador hesitou, mas diante da insistência do prefeito, terminou concordando.

Feito isso, tentamos formalizar as promessas do Executivo estadual, mas não houve receptividade. Jamais fomos atendidos e o processo não teve prosseguimento.

No ano seguinte, na cerimônia da entrega dos CDs resultante da digitalização dos Jornais, Marcelo Déda em discurso veemente, apelou ao



presidente da Petrobras para realizar a obra do auditório, mas também não se concretizou.

A reforma do auditório seria realizada mais tarde com recursos de convênios e de subvenções de deputados estaduais. Ao final, a compra do forro diretamente da fábrica e a cooperação de amigos terminaram viabilizando dentro de um custo reduzido a cerca de um terço do primeiro orçamento.

A segunda forma de participação de Marcelo Déda refere-se à manutenção da Casa de Sergipe, um dos principais problemas da sobrevivência do IHGSE.

Desde pelo menos os anos 1990, quando outras instituições culturais, integradas por pessoas mais influentes junto ao governador, conseguiam ajudas do Estado, o Instituto ficava esquecido.

A partir de 2004, firmamos convênios com a Prefeitura e com a Secretaria de Estado de Combate à Pobreza e, a política seletiva que excluía o IHGSE foi revertida pelas ações do prefeito Marcelo Déda (PT) e da senadora Maria do Carmo Alves (PFL).

O empenho de duas importantes lideranças estaduais de partidos adversários, convergindo no sentido de ajudarem o IHGSE, foi emblemático no momento.

A partir de fins de 2007, já no cargo de governador, Marcelo Déda, dentro de princípios republicanos, estabeleceu parâmetros gerais, via Secretaria de Estado da Cultura, para convênios com três das principais associações culturais sem fins lucrativos, entre as quais a Casa de Sergipe, que passou a viver com mais segurança.

Esses convênios, que resultavam no repasse anual de 40 mil reais, foram renovados nos anos subsequentes.

A terceira forma da cooperação de Marcelo Déda aconteceu na melhoria do acervo da Casa de Sergipe, incluindo seus objetos de arte.

Ainda nos idos de 2003, quando ocupávamos a vice-presidência, elaboramos projeto para digitalização de jornais e, junto com a presidente Maria Thetis Nunes, subscrevemos o pedido à Petrobras. O prefeito Marcelo Déda intermediou o pleito e empenhou-se para sua aprovação junto ao então presidente da empresa José Eduardo Barros Dutra. Soubemos por meio de amigos comuns que não foi um pleito fácil, levando Marcelo Déda a argumentar e insistir até que conseguiu convencer o correligionário da importância do projeto.

O fato é que, poucos dias após assumirmos a direção do IHGSE, recebemos o contrato da Petrobras para ser assinado. Em dezembro de 2004, antes da extinção do prazo contratual, recebemos o último lote de CDs. Era a conclusão do processo de digitalização de 480 volumes de jornais editados nos séculos XIX e XX em Sergipe. No conjunto, foram gravadas



e indexadas 253.399 imagens, que geraram 373 CDs de 30 periódicos das mais diversas tendências.

A entrega solene de uma coleção dos CDs à Petrobras e à UFS, conforme destinação prevista no contrato, ocorreu, em 29.04.2005, com a presença de autoridades numa tarde festiva, documentada pela imprensa. Os jornais digitalizados passaram a ser facultados em CD aos pesquisadores de várias latitudes e a algumas instituições do Estado. Em suma, facilitou-se e consulta, enquanto os originais eram preservados.

O trabalho de “cópia de jornais” foi ampliado posteriormente por meio de convênio do IHGSE com a UFS.

Aproveitando recursos do convênio com a Secretaria de Estado da Cultura, foram restaurados quadros de pintura e digitalizados mais nove volumes de periódicos, assim como certas publicações muito procuradas, cujos originais estavam em situação precária.

Dentro dessa tendência de ajudar a projetar a imagem da Casa de Sergipe, o governador assinou decreto, declarando o prédio do IHGSE de interesse público para fins de tombamento.

Ao lado desses feitos, que indicavam sua elevada consideração com o Instituto, Marcelo Déda prestigiou esta Casa com a presença física de autoridade e de cidadão ilustrado, com seu magnetismo pessoal, sua oratória fértil de ideias e provocadora de reflexões, proporcionando grande realce às solenidades.

Permita-nos então concluir essa singela homenagem a esse homem excepcional, evocando alguns momentos em que ele esteve entre nós cheio de animação, ajudando-nos a superar os obstáculos na direção dessa Casa.

Pelos nossos registros, conseguimos encontrar as imagens de cinco momentos que merecem ser rememorados.

O primeiro foi em 22.03.2004, quando, como prefeito, Marcelo Déda veio assinar um convênio entre a municipalidade e o Instituto. Atravésávamos uma quadra difícil, quando não dispúnhamos de recursos nem mesmo para honrar os compromissos básicos.

A presença do prefeito trouxe alento. Embora os termos do convênio estipulassem o repasse da pequena importância, era um primeiro gesto, enquanto se pensava numa forma de contribuir para a manutenção de maneira mais substancial.

Marcelo Déda compareceu com alguns dos seus auxiliares, assinou o convênio, a ata da sessão.



Figura 1: Assinatura do 1º. Convênio 22.03.2004



Fonte: Acervo do autor

Dando prosseguimento à cerimônia, o prefeito, exercitando sua fluência, falou da importância do IHGSE para a história cultural de Sergipe e reiterou seu propósito de cooperar com a melhoria de suas condições, tanto de suas instalações físicas quanto do seu acervo.

Figura 2: Marcelo Déda discursa 22.03.2004



Fonte: Acervo do autor



Terminada a cerimônia, fez questão de percorrer algumas dependências do prédio, observar a situação se em que se encontravam as instalações e algumas obras de arte. Durante esse périplo, com seu espírito alevantado, de bom humor comentou de forma espirituosa aspectos de algumas peças.

O segundo comparecimento aconteceu em 29.04.2005, com a presença do presidente da Petrobras José Eduardo Dutra e de outras autoridades, como mostram as imagens. Entregamos de forma simbólica um CD ao presidente da grande empresa estatal e ao prefeito, assim como diplomas de sócio Benemérito a ambas autoridades.

Figura 3: Marcelo Déda e seu diploma de Sócio Benemérito



Fonte: Acervo do autor

Nessa ocasião, Marcelo Déda ofereceu ao Instituto, na pessoa do seu presidente, uma medalha relativa às comemorações dos 150 anos da transferência da capital para Aracaju.

Um dos pontos altos da cerimônia foi o discurso de Marcelo Déda, quando ressaltou o significado do momento, elogiou o gesto do seu correligionário em atender o pleito do Instituto e, com a eloquência que lhe era peculiar, aproveitou o ensejo para apelar para o presidente da Petrobras financiar a reforma do auditório que se encontrava em estado lastimável.



Figura 4: Marcelo Déda discursa 09.04.2005



295

Fonte: Acervo do autor

Em seguida, Marcelo Déda fez questão de mostrar ao seu amigo Dutra a situação do acervo e sugerir a continuidade de sua participação no movimento de reforma do IHGSE.

Figura 5: Marcelo Déda, Eduardo Dutra e Edvaldo Nogueira visitam Biblioteca do IHGSE



Fonte: Acervo do autor





O ano de 2006 foi de eleição e Marcelo Déda fez questão de realizar a histórica convenção partidária no já restaurado auditório do Instituto, mas não dispomos de registro de sua presença nas cerimônias da Casa.

Em compensação, em 06.08.2007, quando o Instituto completava 95 anos de existência, Marcelo Déda, já como governador, compareceu, participou da mesa ao lado da deputada Ana Lúcia e do secretário Luiz Alberto.

Figura 6: Marcelo Déda discursa 06.08.2007



296

Fonte: Acervo do autor

Após o engenhoso discurso do chefe do Executivo, reiterando sua elevada consideração com o Sodalício, houve o lançamento revista 36 e do DVD contendo a cópia de todos os números anteriores.

Figura 7: Corte do bolo 06.08.2007



Fonte: Acervo do autor





O governador participou do corte do bolo do aniversário e, muito receptivo, demorou-se por bom tempo em conversas amistosas, indagando sobre a vida e as transformações pelas quais passava o Instituto.

Marcelo Déda veio ao IHGSE pela penúltima vez no lançamento da biografia do político Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel. Embora sua chegada tenha retardado um pouco em face dos compromissos políticos do cargo, sua presença trouxe novo vigor à solenidade. Parecia bem saudável e com ânimo levantado. Pronunciou um discurso com tiradas humorísticas, com gesticulações apropriadas e imagens representadas por variadas expressões faciais. No conjunto esbanjou sua versatilidade de forma associada com as reflexões originais sobre o papel das lideranças tradicionais na política nacional. Foi uma apresentação de mestre.

Figura 8: Marcelo Déda discursa alegre 13.05.2008

297



Fonte: Acervo do autor

A última vez que Marcelo Déda apareceu no Instituto foi na cerimônia da alternância da Diretoria em 19.01.2009. Chegou um pouco antes da formação da mesa. Sentou-se na primeira fila das cadeiras do auditório e ficou apreciando as grandes pinturas de Jordão de Oliveira, retratando personalidades sergipanas.

Marcelo Déda parecia um pouco pálido e preocupado. Vez por outra formulava algum comentário.



Figura 9: Marcelo Déda aprecia obras de Jordão de Oliveira antes da cerimônia



298

Fonte: Acervo do autor

Formada a mesa, durante o hino, o governador manteve a mão na altura do seu coração como era seu hábito. Depois da transmissão do cargo e dos discursos de praxe, como o ex-presidente centrou sua fala na questão da pequena duração e na transitoriedade de nossas experiências, o governador Marcelo Déda retomou o assunto. Com certa sobriedade, mas com leveza e profundidade, revelou seus grandes méritos de orador.

Figura 10: Ouvindo o Hino Nacional 19.01.2009



Fonte: Acervo do autor



Embora não desprezasse o exórdio e nem a peroração, demonstrou mais uma vez que um dos traços marcantes de sua oratória era a criatividade no corpo do discurso. Tinha essa capacidade extraordinária de captar um tema do momento e desenvolvê-lo de forma improvisada com fluência e naturalidade, explicitando ideias com frases plenas de conteúdo e sentido. Era a pujança reafirmada do orador singular naquela tarde derradeira de sua presença.

Figura 11: Governador Marcelo Déda discursa



299



Fonte: Acervo do autor

Concluída a primeira parte da cerimônia, o governador Marcelo Déda desceu as escadas, ajudou a retirar a cortina da placa que registrava o reconhecimento à sua ajuda, viu o retrato caricatural do presidente que deixava o cargo e visitou o Museu.

Apreciou os retratos de D. Pedro II e da Imperatriz Tereza Cristina e, por fim, deteve-se sobre uma lápide com dizeres misteriosos.



Figura 12: Governador observa lápide



Fonte: Acervo do autor

Marcelo Déda parecia ver nas lápides um significado perturbador.

Certa vez, expressou em versos suas perplexidades sobre o destino do homem.

De mim saberás que creio numa única verdade:
 Por mais excitante a vida,
 por mais bela a história,
 tudo caberá com sobras,
 No mármore fatal de uma lápide.³

Depois dessa visita ao Museu, Marcelo Déda despediu-se. Foi embora devagar e aparentemente triste sem saber que jamais retornaria a esta casa que tanto valorizava e muito contribuiu para engrandecê-la.

Restaram as lembranças de seus discursos criativos, o Instituto melhorado e o reconhecimento profundo dos seus confrades enlutados pela perda do amigo, cujo apreço pelo IHGSE não deve ser jamais esquecido.

*Amante dos caminhos da liberdade
 Aveso à opressão das tumbas
 Sob o peso das lápides.
 Transformou-se em cinza
 Para o vento espalhar
 Pela vastidão da terra
 Pela amplidão do mar.*

3 CHAGAS, Marcelo Déda. *Improvável Poética*. Rio de Janeiro: IMAGO, 2014, p. 80.



O Legado do Artista: Arte Brasileira na Coleção de Galdino Guttmann Bicho¹

Paulo Knauss²

The legacy of the artist: Brazilian art in the collection of Galdino Guttman Bicho

Resumo:

Este artigo procura chamar atenção para as possibilidades de se estudar coleções de artistas. No Brasil, ao longo do século XX, constituíram-se várias instituições dedicadas à promoção da obra de pintores destacados, formando coleções de arte valiosas. Entre elas, destaca-se a coleção Galdino Guttmann Bicho, no Museu do IHGSE, em Aracaju, Sergipe, e que se constitui no foco deste trabalho. A singularidade da coleção é não ter obras do próprio artista-colecionador, mas ser composta por peças representativas do círculo de pintores ao qual Guttmann Bicho se integrava. A análise da coleção permite identificar um certo programa artístico que representa uma certa vertente da arte no Brasil do século XX, renegado a um segundo plano pela crítica de arte comprometida com a hegemonia da arte moderna de vanguarda.

Palavras-chave: História de coleções; Coleções de arte; Arte no Brasil

Abstract:

This article seeks to draw attention to the possibilities of studying collections of artists. In Brazil, during the twentieth century, consisted various institutions for promoting the work of outstanding painters, forming valuable collections of art. Among them, there is the collection Galdino Guttmann Bicho, at the Museum IHGSE, in Aracaju, Sergipe, and that constitutes the focus of this work. The uniqueness of the collection is not having works of the artist-collector himself, but consist of pieces that are representative of a circle of painters that Guttmann Bicho was integrated. The analysis of the collection allows to identify a certain artistic program that represents a certain art tendency in Brazil of the twentieth century, renegade to the background by the art critique compromised with the hegemony of modern avant-garde art.

History of collections; Art collections; Art in Brazil.

301



- 1 Uma primeira versão deste texto foi apresentada no Museu Galdino Bicho, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), em Aracaju, no dia 15 de maio de 2014, durante a Semana de Museus. Registro ainda minha gratidão a Samuel Albuquerque, Magno Santos e Ane Mecenias, que me forneceram dados e abriram a reserva técnica do Museu do IHGSE para a realização da pesquisa, incentivando este estudo desde o primeiro momento.
- 2 Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Diretor-Geral do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e Presidente do Instituto Histórico do Rio de Janeiro.



O argumento deste estudo tem como ponto de partida a constatação de que vários artistas visuais, ao longo de sua trajetória, constituíram coleções de arte que se tornaram o centro de referência da memória de sua obra artística. Compreendendo a prática de colecionar como uma operação seletiva, a coleção de arte de um artista abre a possibilidade de se reconhecer por ele mesmo uma certa leitura da sua criação e da arte de seu tempo. Assim, a análise da reunião de obras de arte empreendida por um artista colecionador permite identificar um processo de construção de memórias da arte que se traduz no processo de acumulação que organiza relações entre as obras reunidas, o que autoriza caracterizar o colecionismo como um modo de produção de sentido sobre a arte. Na abordagem de toda coleção, interessa sublinhar mais o conjunto e sua lógica interna, do que valorizar peças isoladamente, fazendo com que uma peça menos consagrada possa alargar a interrogação geral sobre a coleção, tanto quanto uma obra notória possa representar o conjunto.

Noutro plano, este estudo pretende chamar atenção para o legado artístico do pintor brasileiro Galdino Guttmann Bicho (1888-1955), procurando investigar sua coleção de arte que compõe a pinacoteca do Museu que leva o seu nome e faz parte do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), na cidade de Aracaju. A coleção propõe uma análise do universo do artista da geração de pintores formados na Escola Nacional de Belas Artes, na cidade do Rio de Janeiro, no tempo da Primeira República, e que ganharam projeção nas décadas de 1910 e 1920.³ A memória desta geração terminou sendo ofuscada pela hegemonia do projeto artístico das vanguardas modernistas, situando sua criação artística num limbo de esquecimento que é ratificada pelo silêncio da historiografia. Conhecer a arte de Guttmann Bicho pode ser uma contribuição para valorizar a pluralidade e riqueza do mundo da arte no Brasil e renovar sua abordagem.

É preciso anotar, ainda, que este estudo é motivado pelo compromisso de valorizar os museus como centros de produção de conhecimento e tomar suas coleções e seu acervo como fontes de estudo e pesquisa.

O artista na historiografia

Galdino Guttmann Bicho (1888-1955), mais conhecido no mercado de arte e tratado na historiografia apenas como Guttmann Bicho, e cujo primeiro nome de família é escrito, por vezes, somente com um T e um N, é um pintor brasileiro de extensa obra que circula bastante ainda nos nossos dias em leilões e galerias de arte, ainda que nem sempre tão presente nos museus.

3 Sobre o ambiente de formação na ENBA na época de Bicho, consulte-se: DAZZI, Camila. A Reforma de 1890: continuidades e mudanças na Escola Nacional de Belas Artes (1890-1900). In: Atas do III Encontro de História da Arte - História da Arte e instituições culturais: Perspectivas em Debate. Campinas: Unicamp, 2007. Disponível em: <www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2007/DAZZI,%20Camila.pdf>.

Nascido na cidade serrana fluminense de Petrópolis, em 23 de novembro de 1888, Guttmann Bicho passou sua infância em Sergipe, vivendo por mais de dez anos, na época em que seu pai era contra-mestre da fábrica de tecidos local.⁴ Desse modo, o pintor manteve por toda sua vida uma relação afetiva com a terra nordestina. Mas o fato de ter se casado com uma sergipana deve ter sido decisivo para manter esse elo vivo entre Guttmann Bicho e o estado de Sergipe. Não sem razão, depois de sua morte em 1955, por decisão da viúva, sua coleção de arte encontrou destino na cidade de Aracaju, sendo integrada ao acervo do museu do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), que terminou por receber o nome do artista.⁵ Segundo seu cunhado e amigo, Agripino Grieco (1888-1973), a nostalgia da vida de criança nas praias, dos coqueiros e das jangadas do Nordeste, assim como o gosto por barcos e pescarias, acompanhou o artista por toda sua vida.⁶ O destino de sua coleção de arte se encontrou, portanto, com a memória pessoal do artista, mas não necessariamente com a memória corrente de sua obra artística, pouco associada ao mundo nordestino.

A formação de pintor de Guttmann Bicho se relaciona principalmente com o período em que foi assistente do pintor francês Auguste Petit (1844-1927), que chegou no Brasil em 1864, onde teve larga atuação em diferentes gêneros pictóricos e ficando conhecido acima de tudo como retratista.⁷ Falecido em 1927, na cidade do Rio de Janeiro, o pintor francês recebeu menção honrosa e medalhas de distinção em Exposições Gerais de Belas Artes. Exerceu também ativamente a atividade de professor de pintura no seu ateliê, especialmente entre os anos de 1898 e 1901.⁸ De acordo com Agripino Grieco, Bicho se sentia explorado pelo velho pintor francês e lastimava ter que trabalhar para ele no início de sua vida profissional.

De todo modo, além de trabalhar com Auguste Petit, Bicho estudou também no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, onde foi aluno do pintor Henrique Bernardelli (1858-1936), irmão do escultor Rodolpho Bernardelli (1852-1931), diretor da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA). En-

4 Esta informação consta em livro: OLIVEIRA, Jordão. Caminhos perdidos. Rio de Janeiro: G. Ovidor, 1975. p. 81. apud, SANTOS, Ane Luíse Silva Mecenaz. Encontros tecidos pelas memórias de uma coleção: a rede de sociabilidades dos pintores e intelectuais no Museu do IHGSE. IN: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros, SANTOS, Magno Francisco de Jesus, SANTOS < Ane Luíse Silva Mecenaz (org.). História, memória e comemorações na Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE. Aracaju: Casa de Sergipe, 2014. p. 197-224.

5 IHGSE. Ata de 21 de agosto de 1956. p. 154. cf., SANTOS, Ane Luíse Mecenaz. op. cit. p. 217.

6 Agripino Grieco. *Memórias: Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Conquistas, 1972.

7 A produção retratística de Guttmann Bicho é abordada em: PEREIRA, Lucésia. Dilemas pinturescos: notas sobre a passagem do pintor Guttmann Bicho por Florianópolis em 1919. 19&20, Rio de Janeiro, v. VII, n. 1, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/artistas/lp_gb.htm>.

8 Informações gerais sobre a biografia e a obra de Auguste Petit podem ser consultadas em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22571/auguste-petit>.

tre 1906 e 1910, Bicho cursou a ENBA como aluno livre, tendo sido aluno de Rodolfo Amoedo (1857-1941) e Zeferino da Costa (1840-1915), além de Belmiro de Almeida (1858-1935) e Eliseu Visconti (1866-1944) que o influenciaram mais de perto. Conviveu, portanto, com velhos mestres com os quais dialogou por meio de sua criação artística. Participou ainda do certame das Exposições Gerais de Belas Artes, tendo recebido menção honrosa em 1906, pequena medalha de prata em 1912, Prêmio de Viagem ao Estrangeiro em 1921, medalha de ouro em 1925 e, já na época do Salão Nacional de Belas Artes, em 1954 foi agraciado com o Prêmio de Viagem ao Brasil. Graças ao prêmio de viagem ao estrangeiro viveu uma temporada em Paris e Lisboa.⁹

Sua trajetória foi rica e variada, viajando pelo Brasil de diferentes regiões. Em 1917, por exemplo, viajou pelo Norte e Nordeste com o historiador Rocha Pombo (1857-1933) para ilustrar o livro *História do Brasil*, edição comemorativa do centenário da Independência. Com o prêmio de 1954, viajou pelo Maranhão produzindo imagens em óleo sobre tela da paisagem regional. Em 1919, passou uma temporada marcante por Florianópolis, onde tudo indica teria criado várias telas de paisagens locais, ainda que os três retratos que integram a coleção do museu de arte estadual tenham ficado como o legado público mais notório. Nota-se que cultivava suas viagens como princípio de sua criação, e para custear seu trajeto se comprometia com a criação de retratos. Contudo, é a pintura de paisagem a mais consagrada de suas facetas criativas. A arte de Guttman Bicho variou entre os retratos, as naturezas-mortas e a pintura de gênero, estendendo sua criação ainda sobre outros domínios, destacando-se, na década de 1940, como ceramista e professor de cerâmica.

Na historiografia da arte no Brasil, a obra de Guttman Bicho é uma referência no panorama da criação artística de sua época. Isso não significa necessariamente que sua obra receba um tratamento aprofundado por parte da crítica de arte. Como aponta Arthur Valle, os comentários são breves e as referências são repetitivas servindo pouco para realmente esclarecer a obra do artista. De todo modo, é recorrente o destaque da marca impressionista em sua obra, salientando o interesse pelos efeitos de luz e a de intensidade cromática. Assim, na historiografia e na crítica de arte, com frequência, a criação pictórica de Bicho é distinguida pelo uso da técnica do divisionismo ou do pontilhismo que mescla cores ópticamente em vez de misturar pigmentos fisicamente, relacionando sua obra ao movimento artístico do Impressionismo francês, especialmente ao Pós-Impressionismo de Georges Seurat (1857-1891) e Paul Signac (1863-1935). Não foi o úni-

9 Arthur Valle apresenta um balanço da bibliografia crítica sobre a obra de Guttman Bicho: VALLE, Arthur. Questões semânticas na obra de Guttman Bicho: uma análise do Panneau Decorativo. 19&20, Rio de Janeiro, v. I, n. 2, ago. 2006. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/obras/obras_gb.htm>.



co artista brasileiro a fazer estas aproximações com o Impressionismo e o Pós-Impressionismo. De todo modo, essa marca de sua obra conferiu-lhe destaque na exposição *Reflexos do Impressionismo* no Museu Nacional de Belas Artes, realizada em 1974, e mesmo nos dias de hoje a associação com o olhar impressionista é a marca mais lembrada de sua obra. Seu quadro mais exposto no Museu Nacional de Belas Artes certamente é *Panneau Decorativo*, uma obra representativa do início de sua carreira de 1921, com a qual obteve o prêmio de viagem ao estrangeiro. Esta é uma obra em que o sentido pós-impressionista pode ser reconhecido na sua criação - e, diga-se de passagem, trata-se de obra anterior a sua viagem à França e contato direto com as coleções de pintura impressionista.

No entanto, como indica Arthur Valle, “um exame mais atento da produção do pintor serviria para relativizar essa leitura crítica, já que diversas obras de Guttman Bicho não se limitam à afirmação do aspecto puramente visual da imagem.”¹⁰ Tal como anota o historiador, a criação de Bicho variava de acordo com as encomendas, caracterizando um exercício de pintura livre e pessoal de caráter adaptativo, que também pode servir para identificar grande parte dos pintores de sua geração.

O conhecido ciclo de pinturas do Centro de Atendimento Psicossocial de Saúde, da Ilha do Governador, na cidade do Rio de Janeiro exemplifica como Guttman Bicho era capaz de se adaptar ao programa artístico proposto pela encomenda.¹¹ A *Maternidade*, por exemplo, pelo motivo da figura feminina em situação de gênero, poderia facilmente se relacionar com *Panneau Decorativo*, mas terminou recebendo um tratamento pictórico tão distinto que distancia uma obra da outra, evidenciando a variação pictórica da criação de Bicho.

O que a anotação indica é que em termos historiográficos o estudo da obra de Guttman Bicho ainda é pouco aprofundado, o que pode ser estendido à obra dos artistas de sua geração formados na Escola Nacional de Belas Artes e que despontaram na cena artística com projeção social nas décadas de 1910 e 1920. Ao lado de Bicho, nomes como dos irmãos Rodolpho (1879-1967) e Carlos Chambelland (1884-1950) e dos irmãos João (1879-1932) e Arthur Timotheo da Costa (1882-1922), além do casal Lucílio de Albuquerque (1877-1939) e Georgina de Albuquerque (1885-1962), ou ainda Helios Seelinger (1878-1965) e Henrique Cavalleiro (1892-1975) – para ficar no circuito carioca – encontram pouco espaço na memória artística do Brasil e permanecem pouco valorizados na crítica e na historiografia da arte. Certo é que a obra de Guttman Bicho representa uma

10 Ibidem.

11 Sobre as pinturas do CAPS Ernesto Nazareth, consulte-se: VALLE, Arthur. O ciclo de pinturas de Guttman Bicho no CAPS Ernesto Nazareth - Ilha do Governador/RJ. 19&20, Rio de Janeiro, v. II, n. 1, jan. 2007. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/ad_gb_caps.htm>.



geração de artistas brasileiros que teve sucesso na sua carreira, mas que diante da hegemonia do modernismo foram mantidos numa plano sem destaque no universo da crítica de arte, ainda que tenham se mantido valorizados no mercado de bens culturais. Nesse sentido, a coleção de arte de Galdino Guttmann Bicho é singular ao se constituir como um lugar de memória da criação do artista e se oferece como campo para investigação da arte no Brasil do seu tempo.

Coleções de artistas

A coleção Guttmann Bicho não é a única coleção de artista que conhecemos no Brasil. O acervo se integra num conjunto de coleções que deram origem a instituições de promoção da obra de artistas que se constituem igualmente em lugares de memória da arte no Brasil.¹² Genericamente, pode-se apontar dois tipos de instituições dedicadas à memória da obra de artistas: a) as que se formam a partir do espólio do artista e que, em geral, resultam da iniciativa da família e amigos; e b) as que se formam por um ato curatorial de reconstrução do legado do artista. A coleção Bicho se integra no primeiro tipo caracterizado.

No primeiro conjunto de instituições que se formaram a partir do espólio do artista, o exemplo pioneiro no Brasil é o Museu Antonio Parreiras, inaugurado em 1941 e instalado na própria residência do artista, na cidade de Niterói, ainda no antigo estado do Rio de Janeiro. O museu preserva não apenas a casa, o jardim e o ateliê, mas igualmente seu acervo de arte e seu arquivo pessoal, rico em correspondência e fotografia, constituindo um centro de documentação valioso. Como primeira instituição fluminense dedicada ao cultivo e à preservação de obras de arte, o museu se tornou o centro da memória artística no Rio de Janeiro. Por isso, ao longo do tempo incorporou outros conjuntos de obras de arte.

Frequentemente, o acervo do museu é visto como representativo da obra do pintor Antonio Parreiras (1860-1937) consagrada pela crítica de arte. Contudo, o que se encontra em grande medida no acervo pessoal do artista são obras que não ganharam o mercado, destacando-se os estudos e croquis, que documentam o processo de criação de suas obras mais conhecidas que se encontram distribuídas em diversas coleções públicas e privadas do país. Assim, em sendo mais conhecido como pintor paisagista,

12 É importante não confundir este tipo de instituição com museus que ganharam o nome de artistas destacados, mas que não necessariamente são dedicadas à preservação da memória do artista patrono. Assim, por exemplo, na cidade cearense do Crato, o Museu de Arte Vicente Leite foi criado em 1972, idealizado por personalidades artísticas locais, mas realizado por iniciativa da administração municipal. O acervo se constituiu a partir da reunião de diversas doações, formando uma coleção variada que inclui autores do século XIX, como Pedro Américo, José Reis de Carvalho, Henrique Bernardelli, assim como artistas do século XX e contemporâneos como Sérvulo Esmeraldo e Sansão Pereira. Vicente Leite se define antes como um patrono, mas não o objeto da construção do acervo.



o que mais se encontra na coleção do artista não são telas do gênero que tiveram mais sucesso no mercado de arte e que marcam sua reputação. Ao contrário, destacam-se obras preparatórias das obras mais conhecidas, ou peças que eventualmente tiveram sucesso de salão – como seus famosos nus, mas que eram obras de difícil comercialização pelo tema e pela escala. Afinal, poucos ousariam colocar em sua sala de visita um nu como *A dolorida*, datado de 1911, um óleo sobre tela com altura de 1,08m e 2,235m de largura – e certamente não apenas por falta de espaço, mas por inadequação temática. Pode-se dizer que a coleção Parreiras é importante por revelar a diversidade da produção do artista e as bases de sua criação.

O pioneirismo do Museu Antonio Parreiras seguramente se deve à consciência do próprio artista de que a sua criação tinha um lugar na história da arte no Brasil. Essa consciência se expressa igualmente com o sentido da autobiografia publicada em vida pelo próprio Parreiras, e que alcançou algum sucesso. Do mesmo modo, compreende-se porque uma pequena tela intitulada pelo artista *Meu primeiro estudo* integra sua coleção de arte, assim como a última tela que o artista completou pouco antes de falecer. Assim, no caso do pintor Antonio Parreiras, fica evidente o seu compromisso e de sua própria família com a valorização da memória da obra e do artista após a sua morte, sendo a preservação da coleção pessoal a maior de suas expressões. Esta é uma característica que marca a história de outras instituições congêneres.

Outra instituição que pioneiramente também se constituiu a partir do espólio do artista é o Museu Lasar Segall, existente na cidade de São Paulo e igualmente instalado na casa do artista no ano de 1967. A instituição foi originalmente fundada por iniciativa da família do pintor Lasar Segall (1891-1957), dez anos depois do seu falecimento. Tal como Parreiras, Segall também teve uma participação ativa no mercado de arte, projetando sua geração e os padrões do olhar modernista. Ao preservar a obra do artista de origem europeia que imigrou para o Brasil em 1912 e que teve uma contribuição importante para o modernismo nas artes visuais no país, o Museu Lasar Segall se tornou um centro de referência para a história da arte moderna brasileira, tal como aponta Maria Cecília França Lourenço.¹³ O Museu foi criado como instituição cultural privada, mas em 1984 se inicia o processo de sua integração ao sistema federal de museus, tornando-se uma instituição pública desde 1985 e que atualmente faz parte da rede de museus do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Também neste caso, sua importância é ainda mais significativa porque o acervo reúne obras de arte do próprio pintor, assim como farta documentação sobre sua trajetória reunida ao longo de sua vida.

Há, contudo, um fato importante que singulariza a instituição de preservação da memória e da obra de Lasar Segall e que destaca o caráter



13 LORENÇO, Maria Cecília França. *Museus acolhem o moderno*. São Paulo: EDUSP, 1999. Cap. 11.



pioneiro da iniciativa de formação do museu. Em 1967, Jenny Klabin Segall, viúva do artista, inicia o processo de identificação e autenticação de obras não assinadas do pintor de origem lituana, mas que fez sua carreira no Brasil. É esta iniciativa que antecipa a inauguração do museu, caracterizando a instituição como um elemento de controle da presença da obra do artista no mercado. Não sem razão, Lasar Segall possui uma marca autoral qualificada em termos de circuito de arte pelo reconhecimento da procedência de suas obras. A família Segall antecipou iniciativas contemporâneas como a do Projeto Portinari que identifica e autentica a obra de um autor, preservando seu valor no mercado ao oferecer o controle de sua procedência e instalando a obra de arte na era dos direitos autorais.

Simbolicamente, as duas instituições do Rio de Janeiro e São Paulo são centros importantes da memória da arte da virada do século XIX para o XX e a arte moderna no Brasil. Demonstram, assim, que o modelo de instituição de memória da obra do artista a partir do espólio familiar, serviu a artista de diferentes tendências e época da arte no Brasil. Evidencia-se ainda que os exemplos pioneiros de Parreiras e Segall encontram paralelo em outras iniciativas que marcam o cenário artístico do Brasil recente.

No ano de 2001, na cidade de Florianópolis, surgiu a Fundação Hassis, criada no ano da morte do artista catarinense patrono da instituição, mantendo a casa-museu dedicada à preservação e memória de uma obra artística variada. Hiedy Assis Corrêa (1926-2001), conhecido simplesmente como Hassis, tal como assinava, nasceu em Curitiba, Paraná, em 1926, logo aos dois anos se estabeleceu com seus pais na cidade de Florianópolis, para ganhar projeção nos anos de 1940 e 1950, como um dos artistas do Grupo Sul, que marcou a história da arte moderna no Sul do Brasil e especialmente em Santa Catarina. Também neste caso, a diversidade da coleção constitui um acervo rico que documenta a trajetória e o processo criativo do artista.¹⁴

Exemplo próximo da Fundação Hassis é o Instituto Carlos Scliar, responsável pelo espólio e memória da obra do artista moderno gaúcho. Ao longo de sua vida, Carlos Scliar (1920-2001), que nasceu em Porto Alegre, viveu em Paris, manteve ateliês nas cidades do Rio de Janeiro, Ouro Preto e Cabo Frio. Após o falecimento do artista, a família decidiu pela criação do Instituto, abrindo ao público a casa-ateliê de Cabo Frio, no ano de 2004, com programação de oficinas de papel e pintura, cineclube, além de abrigar a coleção de obras de arte de Scliar, incluindo obras próprias e de outros artistas, bem como arquivo pessoal e biblioteca. Nos últimos anos, a instituição tem se dedicado a tratar o acervo para disponibilizá-lo à consulta. De todo modo, a Casa Ateliê de Carlos Scliar se tornou um centro que anima a vida cultural da cidade praieira do interior fluminense.¹⁵

14 <http://www.fundacaohassis.org.br/>.

15 <http://carlosscliar.com/>.



Entre as instituições contemporâneas voltadas à promoção da memória e da obra de um artista, destaca-se a Fundação Iberê Camargo, que se tornou um dos centros de arte de maior projeção no Brasil atual. A fundação se localiza na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, tendo sido criada em 1995, um ano após a morte do artista gaúcho, por iniciativa da viúva, com sede na casa do artista, até se instalar em 2008 num edifício contemporâneo arrojado concebido pelo arquiteto português Álvaro Siza. O núcleo original do acervo da instituição foi doado pela viúva e reúne cerca de 5 mil obras de arte, entre pintura, gravura e desenho, além de documentação escrita e fotográfica. Mais conhecida pela produção de grandes exposições, a fundação se dedica, igualmente, ao controle da obra do artista.¹⁶

No quadro nacional, há uma instituição congênere com característica ímpar que não pode deixar de ser mencionada: a Oficina Francisco Brennand, na cidade do Recife, em Pernambuco. A Oficina Brennand surgiu em 1971 e se estabeleceu numa antiga olaria do início do século XX e além de centro de preservação da memória do artista e sua obra, define-se como espaço expositivo e de criação de Francisco Brennand, caracterizando a instituição artística como um espaço vivo. A instituição se tornou uma referência da cultura da cidade, tornando-se um ponto de atração importante da cidade do Recife.¹⁷



Ato curatorial

No conjunto das instituições que se dedicam a promover a memória e a obra de artistas, distinguem-se as instituições que não se formaram a partir do espólio que caracteriza o artista como colecionador. Neste segundo caso, as instituições se definem pelo ato curatorial que é decisivo para a reunião de obras representativas da memória da obra de um artista. Há um outro processo de formação de acervo em que o espólio do próprio artista faz a diferença.

Entre as mais destacadas instituições originadas do ato curatorial, a mais antiga no Brasil provavelmente é o Museu Victor Meirelles, criado em Florianópolis, em 1952, onze anos depois do Museu Antonio Parreiras, tendo sido instalado na casa em que nasceu o famoso pintor brasileiro do século XIX, que viveu entre 1832 e 1903. O Museu Victor Meirelles surgiu por iniciativa federal do antigo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), a partir da intenção de preservar o imóvel antigo. O resultado foi a desapropriação no ano de 1946, seguido do tombamento em 1950. Portanto, foi o objetivo de preservação de uma das edificações mais antigas da cidade que conduziu à concepção do museu, idealizado

16 www.iberecamargo.org.br/.

17 <http://www.brennand.com.br/>.



originalmente por Rodrigo Mello Franco de Andrade. O núcleo do acervo com obras de Victor Meirelles se constituiu por transferência do Museu Nacional de Belas Artes, sendo a coleção enriquecida por aquisições e doações posteriores, que também contribuem para a diversificação do acervo, especialmente de peças do entresséculos XIX e XX.¹⁸

Em Curitiba, a obra de Alfredo Andersen (1860-1935) possui uma criação artística tão importante regionalmente que levou à constituição de um museu dedicado à memória do artista e de sua obra. O artista de formação europeia, nascido na Noruega, em 1860, chegou ao Paraná em 1892, onde se estabeleceu e constituiu família, fixando-se definitivamente em Curitiba até sua morte em 1935. O processo de criação do Museu Alfredo Andersen se distingue por ter se originado da mobilização de amigos do pintor que se reuniram, em 1940, numa associação da sociedade civil para adquirir a edificação no bairro de São Francisco, na capital paranaense, onde viveu e trabalhou Alfredo Andersen, mas que só encontrou solução com a desapropriação do imóvel em 1959 a partir de uma proposta parlamentar estadual de 1947. Na casa, funcionou o ateliê e a escola de Alfredo Andersen, que seu filho Thorstein Andersen continuou conduzindo até meados da década de 1960. O processo de mobilização coletiva original levou ao estabelecimento de uma instituição pública que, desde a década de 1980, se tornou um centro regional de referência da história da arte no Paraná. O acervo do museu se constituiu de obras do próprio Alfredo Andersen e de seus discípulos, adquiridas por compra ou aquisição, principalmente de seu filho. O acervo conta ainda com um conjunto de obras cedidas por comodato que são de propriedade da Sociedade de Amigos de Alfredo Andersen e da Fundação Assistencial Honorina Valente. O resultado é que o museu apresenta um rico panorama da arte no Paraná do tempo do artista patrono da instituição. Demarca sua singularidade, porém, o fato de que a iniciativa de criação do Museu Alfredo Andersen não foi do Estado, ainda que sua ação tenha sido decisiva para a afirmação da instituição de memória do artista.¹⁹

Mais recentemente, em 1986, na cidade de Santos, do estado de São Paulo, foi criada a Fundação Pinacoteca Benedito Calixto, também chamada simplesmente de Pinacoteca de Santos, que tem como missão o levantamento e a catalogação da obra do artista que viveu na cidade e onde criou obras emblemáticas da sua criação, tendo várias telas que retratam imagens do litoral santista. A pinacoteca foi instalada num antigo casarão luxuoso da avenida litorânea da cidade, preservando assim um elemento da memória arquitetônica do tempo de Benedito Calixto (1853-1927), ainda que ele nunca tenha vivido nesta residência. O acervo reúne 62 obras do artista, sendo 14 estudos de anatomia, 12 históricas, 14 marinhas, 11 re-

18 <http://www.museus.gov.br/tag/museu-victor-meirelles/>.

19 <http://www.maa.pr.gov.br/>.



tratos, 10 obras sacras e um nu, e que constituem o núcleo de exposição permanente na instituição. O trabalho técnico da instituição se dedica a inventariar a obra de Benedito Calixto avaliando sua qualidade.²⁰

Ora, possivelmente, a lista de instituições desse tipo possa ser ampliada. Cabe frisar, entretanto, que caracteriza estas instituições o cultivo de obras de artistas que se constituem em seus patronos e objeto de trabalho, empenhando-se na promoção da memória e no controle autoral da criação do artista. Assim, cumprem um papel específico no sistema de arte, institucionalizando a memória do artista, ao mesmo tempo, que servem de referência para garantir autenticidade e qualidade da obra artística no mercado de arte. O pólo dinâmico do trabalho destas instituições não é o espólio e a coleção do artista, mas o trabalho curatorial.

Nos dois tipos de instituições de memória da criação de um artista se coloca o desafio de lidar com a reunião de obras de arte com outra autoria. A dificuldade de obter originais do artista patrono da instituição pode conduzir a curadoria a abrir o acervo para outros artistas com obra correlata a do patrono. Contudo, no caso das instituições com base no espólio a importância das obras do próprio patrono tendem a ofuscar o olhar sobre as obras de outros artistas que integram a coleção. A rigor esta opção termina por não explorar a dimensão do artista colecionador desprezando as possibilidades de conexão entre a sua obra e a de outros artistas de seu tempo. Assim, mantém-se em segundo plano o destaque dos eventuais conjuntos de obras e documentos de outros artistas que integram o acervo colecionado pelo artista, afastando a sua obra do diálogo com a criação de outros nomes com os quais conviveu e compartilhou o mundo da arte. Quando eventualmente se explora esse conjunto de obras de arte, a tendência é a apresentação de uma história paralela, como se o mundo da arte fosse individual e a criação pessoal impermeável, isso quando não conduz a uma separação do espólio em conjuntos distintos, desconsiderando a procedência.

O Museu Antonio Parreiras é um exemplo da dificuldade que as instituições deste gênero têm para trabalhar o conjunto de seus acervos que não são de autoria do próprio artista patrono, chegando a apartar tecnicamente obras em coleções separadas, renegando sua procedência comum. A opção curatorial por afirmar a marca autoral conduziu a priorizar a aquisição de mais obras do artista que é o objeto central de trabalho da instituição, cuja integração ao acervo pode descaracterizar a coleção como espólio do artista e sua condição de colecionador, confundindo na organização técnica o que é o espólio do artista e o que foi reunido pelo trabalho curatorial póstumo, distorcendo a lógica de reunião original empreendida pelo próprio artista. Ao desprezar a procedência da peça se



20 <http://pinacotecadesantos.org.br/>

desqualifica o próprio processo de elaboração da memória de sua obra empreendido pelo artista. Esta tendência reforça o enfoque que individualiza a criação do artista patrono da coleção, explorando uma singularidade pouco contextualizada, o que certamente está em associação com a afirmação da categoria de gênio para conceituar o seu valor artístico e histórico. Além de deixar de lado a possibilidade de explorar a lógica de acumulação do próprio conjunto de obras reunidas pelo artista, estas instituições encontram dificuldade de colocar no seu horizonte de trabalho a possibilidade de conjugarem à missão de lugar de memória de um artista com a de se afirmar como lugar de memória da arte de seu tempo, pois afinal o artista foi um sujeito histórico, inserido em determinado contexto e com diálogos artísticos por filiação ou independência, mas que são peculiares à sua época.

312

Nesse panorama, a coleção Guttmann Bicho apresenta sua singularidade, pois ao não reunir obras do próprio artista parece não ter o que revelar sobre a obra de Guttmann Bicho. Mas é justamente pelo fato de reunir obras de outros artistas que a coleção revela sua vocação para ser representativa de como o artista se relacionava com a obra de outros artistas de seu tempo e quais aspectos valorizava no mundo da arte em que estava inserido. A coleção se constitui, assim, como uma expressão da visão que Guttmann Bicho tinha da arte de seu tempo, fonte valiosa para o estudo da história da arte no Brasil.²¹

Artista colecionador

Interessa insistir na possibilidade de caracterizar as coleções de artistas como um registro da história do próprio artista que reuniu as obras de sua coleção, bem como da história da arte de seu tempo e do mundo social da arte do qual participava o personagem artista-colecionador e sua obra. As coleções de artistas são assim um universo especial para a pesquisa e conhecimento da arte e da cultura no Brasil. Merecem, portanto, ser apreciadas, mas igualmente investigadas, tornando-se matéria de construção do conhecimento histórico.

No caso da coleção Galdino Gutmann Bicho, existente no museu do Instituto Histórico de Sergipe, cabe ressaltar sua singularidade, pois a coleção não reúne de obras do pintor fluminense e portanto não apresenta um painel de sua criação. Na verdade, a coleção se singulariza justamente por não ser formada por criações do próprio artista, mas sim de obras de

21 Cabe ainda uma lembrança de conjuntos documentais de artistas em arquivos, entre os quais se incluem, por exemplo, o arquivo pessoal Theodoro Braga, reunido no Arquivo Público do Estado de São Paulo; a coleção Lucílio de Albuquerque, no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; e a coleção Eliseu Visconti, de correspondência e desenhos, no arquivo da Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro.



artistas com os quais certamente o colecionador conviveu, como os irmãos Chambelland. Essa característica impõe a interrogação sobre como o conjunto se identifica com seu artista transmutado em colecionador.²²

Figura 1²³



- 22 No acervo do Museu do IHGSE existem retratos assinados por Guttman Bicho, mas que se relacionam com a expedição de 1917 que o pintor acompanhou. Além dos retratos do desembargador Manuel Caldas Barreto, do general Manuel Presciliano de Oliveira Valadão e Pedro Calazans, inclui-se o retrato do líder da expedição o retrato do historiador Rocha Pombo.
- 23 Carlos Chambelland (1884-1950). *Passeio no bosque*. Óleo sobre tela. Sem data. 33,5 x 27,4 cm. Coleção Galdino Guttman Bicho - Museu do IHGSE, Aracaju, SE.



Das 36 peças que compõem a Coleção Guttmann Bicho, 27 são pinturas a óleo, algumas sobre tela, outras sobre cartão ou madeira e outra em tela sobre madeira, que convivem ainda com quatro desenhos, um pastel, duas gravuras em metal, dois relevos e uma têmpera. Observando o conjunto, facilmente se constata a identificação do colecionador com sua coleção de arte, na medida em que a pintura a óleo é a expressão mais valorizada no conjunto de peças. Além disso, a pintura de paisagem, combinada com a de marinha, assim como a pintura de gênero predominam no conjunto e dão sentido à coleção. Secundariamente, os retratos são o outro gênero de pintura que desponta no conjunto com três pinturas e um relevo, destacando-se o auto-retrato de Victor Meirelles e o retrato de Carlos Chambelland pintado por seu irmão Rodolfo, entre outros e ao lado de estudos de rosto de figuras. Nesse sentido, mesmo não havendo obras do artista colecionador na coleção, fica evidente a relação das obras com a própria criação do artista, afinal, o colecionador Guttmann Bicho era ele mesmo um pintor que produziu parte significativa de sua obra em óleo e ainda que tenha experimentado outros gêneros e tendo sido um produtivo pintor de retratos, é muito claro que sua identidade artística se afirmava em torno da pintura de paisagem e de gênero.

Tudo indica que a coleção encontrou seu destino em Sergipe pela lembrança afetiva e os laços pessoais que o pintor cultivava de sua infância vivida naquele estado, assim como em outras temporadas. Contribuiu ainda decisivamente a intermediação do amigo e pintor sergipano Jordão de Oliveira (1900-1980), sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. O amigo se encarregou da criação de um retrato de Bicho que acabou por ser integrado ao acervo do IHGSE, marcando a presença da figura de Guttmann Bicho no museu. Na década de 1920, quando Jordão foi estudar no Rio, e ambos estavam ainda no início de suas carreiras artísticas, Bicho chegou a abrigar Jordão na sua casa no bairro da Ilha do Governador. Consta que Jordão de Oliveira teria se formado na arte de paisagem, trabalhando e percebendo a vista local, mas seguramente o diálogo com Bicho fortaleceu a dedicação de ambos a essa pintura de sensações.²⁴ De todo modo, interessa salientar que foi a partir do laço pessoal entre os dois artistas que a coleção ganhou seu destino. O retrato de Guttmann Bicho, foi realizado por Jordão de Oliveira em 1955, no ano da doação da coleção, e incorporado e seguida ao acervo do museu do IHGSE, acompanhando assim o processo de exibição da coleção em Aracaju.

De outro lado, se os laços de amizade parecem ter determinado o destino da coleção, o sentido pessoal da coleção se afirma nas dedicatórias que constam em algumas obras e que deixam claro que os vínculos pessoais eram a base do processo de acumulação para a constituição da

24 RIBEIRO, Marcelo da Silva. Jordão de Oliveira. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.



coleção do artista. Heléne Sardeau, a escultora de origem belga, que fez carreira nos Estados Unidos e que esteve no Brasil na época da política de boa vizinhança com seu marido, o muralista norte-americano George Biddle, registrou em francês sua amizade por Bicho, em gravura em metal, datada de 1942, e oferecida ao artista. Do mesmo modo, seu marido registrou em português, em desenho a nanquim: “Ao bom amigo Guttmann Bicho, lembrança de George Biddle.” Giuseppe Gargaglione, ao oferecer um desenho a carvão ao pintor brasileiro, também completou a obra com a inscrição: “A meu bom amigo Bicho”, com assinatura e data de 1933.

Também os artista brasileiros contemporâneos de Guttmann Bicho que integram a coleção deixaram a sua marca de cumplicidade pessoal com o colecionador. Em tela de 1925, consta a anotação: “Ao Bicho, lembrança de Álvaro Amorim.” Do mesmo modo, Aluizio Valle registrou sua oferta inscrevendo a nota: “Amigo Bicho, com um abraço.” Também Edgar Parreiras dedicou uma tela a Bicho, com uma nota curta: “Ao Guttmann, Edgar Parreiras.”

As dedicatórias apontam para o fato de que várias peças da coleção são claramente registros dos vínculos pessoais que o colecionador-artista tinha com os artistas-doadores das telas, evidenciando que a amizade era o princípio motivador do ato de acumular, fonte da prática de colecionar. Define-se um tipo particular de colecionismo que se pode dizer caracteriza a prática de colecionar de artistas, reunindo obras de seus contemporâneos amigos e com quem dividiam trajetórias pessoais. Isso confere um tom totalmente pessoal à coleção que se caracteriza igualmente como registro do círculo de sociabilidade do artista-colecionador.

Esse tom pessoal que expressa o laço do colecionador com o autor de cada uma das obras reunidas, pode ser reforçado ainda ao se observar as obras. O tamanho das peças da coleção Galdino Guttmann Bicho também indica que as obras se caracterizam por um tom íntimo. Predomina a proporção entre 30 e 50 cm, seja na largura ou na altura, havendo algumas um pouco menores e outras ou pouco maiores. Ou seja, as peças da coleção se caracterizam por proporções domésticas e, não seria demasiado dizer, íntimas ou pessoais.

Além disso, o fato de na coleção haver obras que são claramente estudos, como cabeças, ou desenhos com sugestão de esboço, assim como pinturas em madeira usualmente típicas de estudos preliminares, e também telas que foram enmadeiradas, pode sugerir igualmente que há no conjunto da coleção obras que são registros da prática artística, do processo de criação de cada artista. Assim, a coleção compartilha a evidência de que não eram apenas laços pessoais que uniam o colecionador ao autor da obra colecionada, mas igualmente um diálogo sobre processos criativos entre artistas que motivava a reunião das obras. Nesse sentido, as obras da coleção Guttmann Bicho podem ser vistas como documentos da criação artística do seu círculo de amigos no campo das artes.



Contudo, analisando as peças que compõem a coleção, observa-se que algumas molduras não são originais. Tudo indica que foram trocadas no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) depois da doação, considerando que outras peças que entraram no museu mais ou menos na mesma época possuem a mesma moldura. Na coleção Galdino Guttmann Bicho, 17 molduras possuem molduras que coincidem com ao menos duas molduras de retratos de autoria de Jordão de Oliveira da mesma época feitas para o IHGSE. O fato é que estas novas molduras, por vezes, cobrem datas, assim como assinaturas e dedicatórias, parcial ou integralmente. Esta intervenção aponta para a vontade de homogeneizar o conjunto no processo de musealização da coleção. Portanto, sabe-se que no seu estado original, a coleção de pinturas e desenhos não tinha molduras de padrão unificado, particularizando as peças, o que fez os novos proprietários optarem por mudá-las. Isso aponta provavelmente para o fato de que o colecionador mantinha a obra num padrão que particularizava cada uma das obras de arte e mantinha um sentido pessoal do processo de acumulação. O fato é que sua incorporação ao museu terminou por descharacterizar este sentido original da coleção.

316

Gosto de colecionador

A coleção Galdino Guttmann Bicho pode ser definida como um campo para o estudo da arte do pintor e a compreensão de sua ação como sujeito do mundo da arte. Nesse caso, interessa valorizar o conjunto acumulado tanto quanto eventualmente as peças que mereçam destaque individual. Nesse sentido, a análise da coleção pode ser caracterizada como o resultado da seleção definida pelas opções artísticas de Guttmann Bicho e que podem ser consideradas representativas das ideias e do gosto de um pintor de sua época. A coleção, portanto, propõe um diálogo direto com a criação artística do colecionador, o que permite considerá-la expressão do seu gosto e pensamento sobre arte.

As peças da coleção revelam uma genealogia de artistas. Alguns nomes da geração anterior à de Bicho se destacam no conjunto. Há um óleo sobre madeira de seu mestre Auguste Petit, com quem trabalhou diretamente, assim como um óleo de Victor Meirelles (1832-1903), que certamente figura no conjunto como referência ancestral da pintura no Brasil, mas indica como a ressonância do pintor acadêmico ainda era viva para a geração de Guttmann Bicho. A tela de Petit é um retrato de um homem e a de Meirelles é o seu auto-retrato. De Henrique Bernardelli (1858-1936), seu professor de pintura, há um pastel e uma tela, sendo que o primeiro é um estudo de figura, e o segundo é um quadro de paisagem, *Riacho na floresta*, que emana mais claramente a escola a que Bicho filia sua obra.



Figura 2²⁵



Dos pintores de obra anterior à geração de Bicho, inclui-se também um desenho a bico de pena, *Paisagem com pedra*, do ítalo-brasileiro Castagneto (1851-1900), cuja obra marcada pela pintura de paisagem de marinha e pela pincelada livre pode facilmente ser relacionada com a criação de Guttman Bicho. Castagneto era muito próximo de Antonio Parreiras, que surpreendentemente não está representado na coleção, mas, em compensação, seu sobrinho e discípulo Edgar Parreiras (1865-1964) contemporâneo de Bicho compõe a coleção com uma marinha. Mas entre os contemporâneos, surge ainda Henrique Cavalleiro com um

25 Henrique Bernardelli (1858-1936). *Riacho na floresta*. Óleo sobre tela. Sem data. 30,5 x 36 cm. Coleção Galdino Guttman Bicho - Museu do IHGSE, Aracaju - SE.



desenho a crayon, *Nu feminino*. Destaca-se ainda o óleo sobre cartão de Rodolpho Chambelland, representando o irmão Carlos. Do próprio Carlos Chambelland consta *Passeio no bosque*, um óleo sobre tela sem data. Assim, observa-se que ao lado do registro documental, fica claro que a obra de destaque também conduz à paisagem.

Há no conjunto ainda obras de artistas da geração seguinte a de Bicho, todos nascidos na primeira década do século XX: Orlando Teruz (1902-1984), Vicente Leite (1900-1941), Aluízio Valle (1906-1988) e o mais jovem entre eles, Edson Mota (1910-1981). Neste caso, com exceção de Teruz, com o estudo *Rosto de Homem*, em todos os outros a paisagem e a pintura de gênero se impõem.

Portanto, a coleção apresenta assim uma certa genealogia de artistas relacionados não apenas na cronologia, mas também na criação correlata, marcada por motivos e tratamento pictórico não necessariamente comuns, mas de algum modo associados pela interrogação artística compartilhada no tempo histórico. Nesse circuito de nomes e gerações, revela-se uma experiência artística com laços comuns, que tem como elo de ligação a Escola Nacional de Belas Artes e as Exposições Gerais de Belas Artes e que situa os artistas da coleção no contexto político da construção republicana no Brasil.

Contudo, do universo de autores presentes na coleção, a grande maioria, praticamente todos, nasceram entre as décadas de 1880 e início dos anos de 1890, tal como o próprio Galdino Bicho. Há personalidades da arte pouco estudadas como Gastão Formenti (1894-1974), que se iniciou na pintura com o pai Cesare Formenti (1874-1944), um dos mais destacados vitralistas no Brasil do seu tempo. Gastão se destacou no campo artístico primeiro como cantor, gravando vários discos, e fortalecendo sua atividade de pintor especialmente a partir dos anos de 1940. No mesmo sentido, na coleção há uma peça de Virgílio Lopes Rodrigues (1864-1944), que além de pintor se tornou um *marchand* de destaque no seu tempo e na sua geração e que certamente deve ter favorecido a inserção no mercado de arte de Bicho e outros de seus companheiros. Inclui-se na coleção ainda peças de artistas estrangeiros, em que cabe destacar a convivência com o casal norte-americano George Biddle (1885-1973) e Hélène Sardeau (1899-1968), que estiveram no Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial, que constituiu um processo de aproximação de artistas dos EUA e do Brasil. Costa ainda um desenho a carvão de Giuseppe Gargaglione, italiano que se radicou no Brasil no período da Segunda Guerra Mundial, com influência sobre José Pancetti. Chama atenção que, além da escultora dos EUA, só há uma mulher na coleção de Guttman Bicho: Angelina Agostini (1888-1973), sua contemporânea, filha de Angelo Agostini, o mestre da ilustração gráfica no Brasil da virada do século XIX para o XX. Assim,



as obras reunidas por Bicho evidenciam dimensões do mundo da arte e relações sociais do seu tempo, revelando meandros da construção do mundo da pintura no Brasil do seu tempo.

Cabe apontar ainda que a coleção é composta também pela obra de nomes de artistas pouco conhecidos e que merecem a atenção dos pesquisadores, pois registra que a projeção social dos artistas do tempo de Guttman Bicho não atingiu a todos do mesmo modo, evidenciando que o campo da arte sempre foi dinâmico. Por outro lado, chama atenção para ausência de obras de artistas contemporâneos de Bicho e que despontam na crítica de arte, como o casal Lucílio de Albuquerque (1877-1939) e Georgina de Albuquerque (1885-1962), ou Helios Seelinger (1878-1965). Certamente, a convivência os aproximou, mas o circuito de arte os distanciou, considerando que estes nomes não tiveram sua criação artística identificada com a pintura de paisagem, o que pode explicar a sua ausência na coleção. Mas a pincelada e/ou a cor luminosa de inspiração impressionista, poderia ter conduzido à sua integração na coleção.

Pode-se observar na coleção Bicho uma certa geografia da pintura no Brasil. Inclui-se na coleção uma obra do pintor Álvaro Amorim, de Belém do Pará, que foi aluno de Telles Junior (1851-1914), de Pernambuco, outro pintor cuja pintura de paisagem de inovação cromática também poderia ser facilmente relacionada à de Bicho. Os temas da pintura, como as jangadas do cearense Vicente Leite ampliam o horizonte da geografia da arte no Brasil representada pela coleção Galdino Bicho. Alfredo Andersen, pintor norueguês radicado no Paraná, em termos de idade antecede a geração de Bicho, mas sua obra chegou no Brasil mais tarde a partir de sua imigração, podendo-se considerar, portanto, sua obra brasileira contemporânea de Bicho. Contudo, entre *Barcos ancorados*, de Álvaro Amorim e *Retrato de homem*, de Alfredo Andersen a coleção revela o alcance nacional das relações artísticas constituídas por Bicho e sua geração, demarcando uma certa geografia integrada da arte no Brasil. Possivelmente, nessa geografia particular reside uma das razões da coleção ter encontrado seu destino em Aracaju, Sergipe.



Figura 3²⁶

320

Estes elementos apontam para o caráter da coleção de arte de Galdino Guttmann Bicho. As peças acumuladas e cultivadas pelo artista constituem um conjunto integrado que representa uma visão da criação de sua geração e que retrata seu circuito social, mas apresenta aos nossos olhos de expectadores um painel da pintura de paisagem no Brasil a partir do olhar do artista. A coleção revela a importância que a paisagem tinha na compreensão do sistema de arte de Guttmann Bicho. Nesse sentido, inverte a posição do padrão tradicional da arte acadêmica que tinha no topo da hierarquia das Belas Artes a pintura histórica. Bicho experimentou vários gêneros da arte, inclusive a pintura histórica, mas acompanhando a marca de sua geração, procurou reinventar o sistema de arte, e no seu caso, destacando o papel da pintura de paisagem.

No conjunto da coleção, chama atenção ainda o fato de não haver obras de autoria de pintores estrangeiros do campo da pintura de paisagem, dando assim um destaque aos artistas brasileiros de seu tempo nesse campo de criação. De um lado, isso pode ser resultado do fato de que Bicho fez uma carreira restrita ao mercado de arte brasileiro. Mas, de outro lado, a evidência revela como a pintura de paisagem expressa a criação de um conjunto de artistas de sua geração, marcando uma época da história da arte no Brasil. Ao não incluir paisagistas estrangeiros, a coleção de Guttmann Bicho afirma a consistência e a autonomia da criação artística no Brasil, não necessariamente rejeitando o diálogo, mas

26 Vicente Leite (1900-1941). Jangada e Jangadeiros. óleo sobre papelão telado. 1927. 24 x 18 cm. Coleção Galdino Guttmann Bicho - Museu do IHGSE, Aracaju - SE.



não colocando a criação local na dependência do diálogo com o mundo da arte europeia e muito menos numa ordem de genealogia que remete a clássicos estrangeiros.

Observando o conjunto da coleção Guttman Bicho, o tema da cor e da luz ressalta aos olhos e justifica a valorização da paisagem pelo círculo de pintores brasileiros representado na coleção, que fizeram da experimentação da paleta a sua marca. Claramente, a coleção caracteriza um programa artístico próprio que caracterizou o mundo da arte no Brasil do século XX. Em Aracaju, capital do estado de Sergipe, este programa artístico fica exposto aos olhos de que quiser ver.







As Fontes Sobre o Encontro Cultural de Laranjeiras: Múltiplas e Dispersas

Beatriz Góis Dantas¹

The sources of the Laranjeira's Cultural Meeting: multiple and dispersed

Resumo:

Versão ampliada do texto apresentado oralmente na mesa redonda de abertura do Simpósio do XL Encontro Cultural de Laranjeiras (2015), importante acontecimento da vida cultural sergipana, cuja longevidade e reconhecimento externo o projetam no plano nacional como um dos mais importantes eventos sobre o estudo da cultura popular em suas interfaces com vários campos do conhecimento. Apresenta uma retrospectiva do referido Encontro em seu contexto de origem e centra-se no Simpósio que o integra, a partir do qual se discute a dispersão dos documentos sobre o evento e tentativas de construção de uma memória e, sobretudo, o desafio de assegurar a sistematização e preservação das fontes.

Palavras-chave: Cultura popular, Folclore, política cultural, Laranjeiras.

Abstract:

Expanded version of the text presented orally at the roundtable opening of the XL Laranjeira's Cultural Meeting of Laranjeiras (2015), an important event in Sergipe's cultural life, which longevity and external recognition projects it at a national level as one of the most important events on the study of popular culture in their interfaces with various fields of knowledge. It presents a retrospective of that meeting in their original context and focuses on the Symposium, a part of it, from which it analyzes and discusses the dispersion of documents about the event, attempting to build a memory and, above all, challenges to ensure systematization and preservation of sources.

Keywords: Popular culture, folklore, cultural policy, Laranjeiras.

323



1 Antropóloga, professora emérita da Universidade Federal de Sergipe, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e da Academia Lagartense de Letras.



Introdução

O Encontro Cultural de Laranjeiras chegou à sua 40ª edição, o que não é de desprezar-se num país marcado pela descontinuidade das políticas públicas e das promoções culturais. Nesse momento de celebração cabe rememorar, olhar para trás, dar balanço, contabilizar e avaliar os feitos, enfim, acionar as formas de entendimento do passado, nesse limiar movimento entre memória e história².

Nesse processo, o papel das fontes que os pesquisadores têm à sua disposição é fundamental. Esse texto discute esse assunto tomando como referência empírica o Encontro Cultural de Laranjeiras, em relação ao qual me coloco na situação de pesquisadora e observadora participante³.

324

O Encontro Cultural de Laranjeiras, contexto da origem

O Encontro Cultural de Laranjeiras (ECL) foi criado em 1976 numa conjuntura em que, no plano nacional, o folclore era prestigiado, junto com o artesanato e o patrimônio arquitetônico das cidades históricas, devido a seu potencial no desenvolvimento do turismo cultural. Era época dos governos militares em que grandes festivais de cultura foram criados em vários estados, a exemplo do Festival de Artes de São Cristóvão (FASC), promovido a partir de 1972 pela Universidade Federal de Sergipe⁴.

Cidade que no século XIX se destacara no cenário da Província pela riqueza material proporcionada pela economia açucareira e pela intensa vida cultural, o que lhe valera o título de *Atenas Sergipana*, Laranjeiras vivia, no início dos anos 70 do século XX, momentos de perplexidade. O velho título já não se ajustava à sua nova realidade. Os sobrados antigos e as centenárias igrejas em abandono eram o atestado mais visível da decadência da cidade na qual reinava um clima de desânimo e ressentimento, alegando-se que as atenções governamentais concentravam-se em São Cristóvão, a antiga capital, a *Cidade Monumento* para onde eram encaminhados os poucos turistas e as autoridades que visitavam Sergipe.

Àquela época, a política cultural dos governos militares incentivava os governantes estaduais a criarem órgãos de cultura e de turismo como forma de implementar os programas de valorização da cultura popular e do patrimônio histórico. Isso fez com que as elites locais percebessem o

2 LE GOFF, Jaques. *Memória. Enciclopédia Einaudi: Memória e História*, v. 1. Porto: Imprensa Nacional. Casa da Moeda. 1984.

3 Participei de discussão sobre o I Encontro Cultural, mas não fiz parte da organização das várias edições do evento, no qual colaborei apresentando trabalhos com certa assiduidade, sobretudo a partir dos meados dos anos 80. Ver Depoimento em Geonordeste, *Revista eletrônica do Núcleo de Pós-graduação em Geografia da UFS*. Aracaju, 2015.

4 Sobre o FASC, ver A fina malha do tempo, *Cadernos de UFS, História*, n.1. Aracaju, Ed. UFS. 1995.



potencial da sua cidade, detentora de belo conjunto arquitetônico e rico folclore. Em 1972, o Ministro da Educação e da Cultura Jarbas Passarinho, em visita à cidade, pronunciou uma frase que se tornou emblemática: “Laranjeiras é um Museu a céu aberto”. Os laranjeirenses se apropriaram dela, lhe atribuíram novos significados e transformaram-na num mote para mudar a feição da cidade e reconstruir sua identidade. O patrimônio de pedra e cal e as expressões populares, materializadas em vários grupos de danças e folguedos, passaram a ser vistos como uma riqueza que precisava ser preservada, estudada e difundida. Com ela se poderia desenvolver o turismo, gerar emprego e riqueza material, e assegurar a continuidade e a proteção da cultura popular, conforme o ideário da época⁵.

O Encontro Cultural nasceu, portanto, de uma conjugação de esforços. Criado na segunda gestão do governador José Rollemberg Leite, assessorado pelo jornalista Luiz Antônio Barreto, e com forte participação do Conselho Estadual de Cultura, então presidido por Antônio Garcia Filho, atendeu aos pleitos do prefeito de Laranjeiras José Monteiro Sobral, que se empenhou na implantação e permanência do evento. A Comissão Sergipana de Folclore, tendo à frente Jackson da Silva Lima, agregava os folcloristas locais e colaborava com as novas iniciativas.

Mas no formato que surgiu, o Encontro Cultural não teria tido continuidade sem o concurso de Bráulio do Nascimento, diretor da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), órgão federal sediado no Rio de Janeiro, que deu suporte institucional e, com sua presença constante, teve papel decisivo na trajetória do Encontro.



5 DANTAS, Beatriz Góis. Laranjeiras entre o passado e o presente. In: NOGUEIRA, Adriana Dantas e SILVA, Eder Donizeti (org.). *O despertar do conhecimento na colina azulada: A Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras*, v. 2. São Cristóvão: UFS. 2009.





Bráulio do Nascimento, diretor da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro; governador José Rollemberg Leite; e Luiz Antônio Barreto, assessor cultural, na inauguração do Museu Afro-brasileiro durante o I Encontro Cultural de Laranjeiras. Maio de 1976.

326



Fonte: Acervo da autora

Da esquerda para a direita: José Monteiro Sobral, prefeito de Laranjeiras; Antônio Garcia Filho, presidente do Conselho Estadual de Cultura; Jackson da Silva Lima, presidente da Comissão Sergipana de Folclore



Fonte: Acervo da autora





Criado com o objetivo de promover o estudo, a divulgação e a valorização da cultura popular, o Encontro Cultural de Laranjeiras, ao longo de sua trajetória, promoveu uma multiplicidade de ações. Entre outras, podem ser citadas apresentações de grupos folclóricos, oficinas, cursos, exposições, feiras de artesanato, peças de teatro e exibições musicais, enfim, uma miríade de atividades culturais que constam da programação oficial, a certa altura ampliada com shows musicais de bandas e trios, incorporando elementos da cultura de massa. O planejamento e execução de cada uma dessas atividades gerou uma grande quantidade de documentos de naturezas diversas.

Ao tratar das fontes sobre o Encontro Cultural de Laranjeiras tomo como referência o Simpósio, pois, foi ao organizar um catálogo sobre as 40 edições do evento⁶, que me deparei com o fato de que muitas são essas fontes, todavia se encontram dispersas e sem organização, sujeitas, portanto, a breve desaparecimento.

O Simpósio, espaço múltiplo e plural

Ao apresentar resumidamente uma visão geral da trajetória do Simpósio, trato de algumas das mudanças que ocorreram, vendo-as como parte do processo social no qual se insere e na relação de forças que marcam a cultura, uma arena onde se defrontam interesses diversos.

De início, essa reunião de intelectuais organizada pelo Conselho Estadual de Cultura tinha a denominação de Colóquio e assim permaneceu por alguns anos até que passou a ser chamado de Simpósio, tendo à frente de sua organização o órgão do governo estadual encarregado do setor de cultura, que teve estrutura e denominações diversas ao longo dos anos⁷.

A primeira edição do Simpósio foi realizada no mês de maio, na contramão do calendário festivo da cidade⁸, no qual historicamente se destaca o Dia de Reis, incorporando as celebrações em honra de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, que se notabilizam pela presença de vários grupos folclóricos em rituais de louvação no templo católico e nas ruas da cidade. A partir de 1977, o Encontro Cultural, e conseqüentemente o Simpósio, passou a acontecer em sintonia com a data em que tradicio-

6 DANTAS, Beatriz Góis. *Encontro Cultural de Laranjeiras: 40 anos do Simpósio*. Aracaju: IHGSE, 2015.

7 Sobre o assunto, ver CARVALHO, Ana Conceição Sobral de. Sergipe e sua memória; atos e ações de preservação realizados pelo Poder Público Estadual. In: CARVALHO, Ana Conceição Sobral e ROCHA, Rosina Fonseca (Org.). *Monumentos sergipanos: bens protegidos por lei e tombados através de Decretos do Governo do Estado*. Secretaria Estadual de Cultura. Aracaju: Gráfica Sercore, 2006.

8 DANTAS, Beatriz Góis. Considerações sobre o tempo e o contexto de autos e danças folclóricas em Laranjeiras. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 27, p. 63-69, 1965-1978.



nalmente a população local se mobiliza para cultuar os santos padroeiros dos negros, celebrados no dia 6 de janeiro ou nas imediações dessa data.

Refletindo a falta de estrutura da cidade, as várias edições do Simpósio se abrigaram em diferentes espaços, como igrejas, câmara de vereadores, clube social, escolas e, afinal, no campus da Universidade Federal de Sergipe (UFS), inaugurado em 2010, três anos após a instalação dos cursos de graduação na cidade.

Ao longo do tempo, o Simpósio teve duração variada. Iniciando-se com duas ou três sessões no sábado e no domingo, foi ampliando seu espaço e duração à medida que o Encontro se firmava. Na última sessão do evento, escolhia-se o tema para o próximo ano. Ainda que ele pudesse ser formulado por um pequeno grupo, havia possibilidades de surgirem novas propostas durante as discussões e o tema era decidido pelo voto dos presentes. Essa prática que foi abandonada durante anos, está agora sendo retomada.

O Simpósio sempre foi temático e, no início, seguiu a classificação do folclore feita pelos especialistas: medicina popular, culinária, lúdica infantil, artesanato, literatura e assim por diante. Cumprida essa lista de categorias do folclore, a pauta de temas foi se ampliando, procurando manter-se em sintonia com as políticas públicas, as novas agendas de discussão acadêmica, enfim, com os interesses da sociedade.

Tabela 1. Temas do simpósio: 1976-2015

ENCONTRO	ANO	TEMÁTICA
I	1976	Folclore
II	1977	Linguagem Popular
III	1978	Medicina Popular
IV	1979	Culinária
V	1980	Lúdica Infantil
VI	1981	Artesanato Brasileiro
VII	1982	Literatura de Cordel
VIII	1983	Música Folclórica
IX	1984	Religiosidade Popular
X	1985	Conto Popular
XI	1986	Poética Popular
XII	1987	Danças e Folguedos
XIII	1988	O Negro e a Contribuição à Cultura Brasileira
XIV	1989	Cultura Afro-Brasileira
XV	1990	Dinâmica do Folclore
XVI	1991	Credices e Supertições
XVII	1992	Folclore Latino-Americano: Convergências
XVIII	1993	Cultura Popular e Comunicação de Massa
XIX	1994	Cultura Popular e Contexto do Trabalho
XX	1995	Projeção Folclórica
XXI	1996	Globalização da Cultura, Folclore e Identidade Regional
XXII	1997	Folclore: Novos Caminhos da Pesquisa
XXIII	1998	Folclore Infantil
XXIV	1999	Folclore: o Sagrado e o Profano

ENCONTRO	ANO	TEMÁTICA
XXV	2000	Mitos, Ritos e Tradições
XXVI	2001	Cultura Popular: Identidade, Tradição e Globalização
XXVII	2002	A Fabricação da Cultura: Apropriação e Expropriação
XXVIII	2003	Folclore: Permanência e Transformação
XXIX	2004	A Poética e a Literatura de Cordel
XXX	2005	O Folclore dos Movimentos Sociais e o Poder Comunicante do Folclore
XXXI	2006	Os Bens Imateriais
XXXII	2007	Folclore, Mídia e Turismo
XXXIII	2008	Quilombolas e Identidade Cultural
XXXIV	2009	Política Cultural: Cidadania e Identidade
XXXV	2010	Patrimônio Cultural: Pilar do Desenvolvimento
XXXVI	2011	Patrimônio Imaterial e a Era Digital
XXXVII	2012	Patrimônio Cultural, Consciência da Preservação
XXXVIII	2013	Lúdica: Poder Comunicante
XXXIX	2014	Cultura Popular: Preservação e Sustentabilidade
XL	2015	O Pulsar da Cultura: 40 anos do Encontro Cultural de Laranjeiras

Fonte: Acervo da autora

Uma característica, desde a primeira edição, foi reunir intelectuais da terra e gente de fora para apresentar e debater um tema previamente selecionado, gerando uma troca de experiência muito enriquecedora. Com o passar dos anos, foi-se constituindo um núcleo de palestrantes e debatedores cuja presença se tornou quase cativa: Bráulio do Nascimento, do Rio de Janeiro; Roberto Benjamim, de Pernambuco; Osvaldo Trigueiros, da Paraíba; ao lado do grupo local. Neste, além de Luiz Antônio Barreto, figura nuclear do evento, era presença constante na fase inicial, sobretudo, Jackson da Silva Lima, Aglaé Fontes, Antônio Garcia Filho na dupla função de presidente do Conselho Estadual de Cultura (CEC) e debatedor. Ao longo do tempo, o Simpósio foi ampliando seu raio de atuação, contando com a participação de pessoas de diferentes regiões do país.

Na década de 90, a relação de palestrantes se ampliou com a presença de estudiosos estrangeiros. Eram, sobretudo, intelectuais que vinham como convidados para as Jornadas Sergipanas de Estudos Medievais, promovidas pelo Governo de Sergipe entre 1996 e 1999. Alguns deles estendiam sua participação nas mesas do Simpósio, como Alberto Antunes Abreu, de Portugal e Manoel da Costa Fontes, dos Estados Unidos.

A presença de convidados externos, uma marca do Simpósio, deixou de acontecer apenas uma vez, exatamente quando o Encontro completava 25 anos. Em 2000, poucas semanas antes do evento, uma crise política culminou com o afastamento do então secretário de Estado Luiz Antônio Barreto, inviabilizando recursos para financiamento dos convidados de outros estados, palestrantes do evento. O Simpósio foi ameaçado de interrupção. Naquele momento, em curtíssimo espaço de tempo, contou-se com a adesão de professores e estudantes da UFS e de pessoas da comunidade, que aceitaram apresentar trabalhos dentro da temática já defini-

da, assegurando, desse modo, a continuidade do Simpósio e evidenciando seu enraizamento na sociedade sergipana.

No ano seguinte, retomou-se a tradição interrompida e voltou-se a contar com a preciosa colaboração dos estudiosos de outros estados, alguns dos quais se tornaram tão identificados com o Simpósio que a eles se dedicaram com afinco, debatendo, divulgando e formando importantes acervos fotográficos.

A relação dos palestrantes e debatedores do Simpósio é imensa. Em 1995, Bráulio do Nascimento, que além de ter sido elemento chave na criação do Encontro, preocupou-se em registrar a memória do Simpósio, num texto de avaliação dos 20 anos do evento, informa que mais de uma centena e meia de especialistas provenientes de 16 estados tiveram presença no Simpósio⁹. Hoje essa lista cresceu e, segundo a programação oficial, mais de 280 diferentes pessoas constam como participantes ativos (expositores, debatedores, mediadores, depoentes) nas muitas edições do evento¹⁰. Provenientes das várias regiões do país e alguns do exterior, nas mesas do Simpósio estiveram intelectuais vinculados a diversas e importantes instituições universitárias, especializados em vários campos do saber, notadamente antropologia, sociologia, psicologia, comunicação social, história, geografia, etnobotânica, literatura, dança, música, teatro, pintura, museologia, patrimônio e não apenas pessoas ligadas aos estudos de folclore.

Essa vastidão reflete a dimensão de como o Simpósio foi um espaço múltiplo e plural e se constituiu em experiência bem-sucedida de abordagem interdisciplinar, que se atualiza e acompanha as demandas da sociedade e amplia as fronteiras do conhecimento.

Em anos recentes, vai escasseando a presença dos intelectuais da primeira geração, a dos fundadores do Simpósio. Este passa a ter uma composição mais ampla e um quadro mais pulverizado de participantes. Amplia-se o número de palestrantes que vêm ao Simpósio apenas uma ou duas vezes. Por outro lado, essa relação de pessoas convidadas também indica a dinâmica do evento e as relações de força política em sua organização.

A leitura dos temas do Simpósio (cf. tabela 1) mostra que, ao lado da lista de categorias folclóricas, abriu-se um leque de temas que incorporava questões mais amplas, como *O negro e sua contribuição à cultura brasileira*, tema trabalhado em 1988, quando o ECL inaugurou as comemorações nacionais do ano do Centenário da Abolição. Vigorou um tom de denúncia sobre a situação do negro na sociedade brasileira, assim como apresentações de artistas e destacados políticos, atores sociais importan-

9 NASCIMENTO, Bráulio do. *Encontro Cultural de Laranjeiras, 20 anos*. (Org.) Aracaju: Secretaria Especial da Cultura, 1995.

10 Ver nomes dos participantes em DANTAS, Beatriz Góis. *Encontro Cultural de Laranjeiras: 40 anos do Simpósio*. Aracaju: IHGSE. 2015.

tes, sobretudo naquele momento em que se votava a nova Constituição, com suas propostas de inclusão social e étnica.

O reflexo dos movimentos da sociedade e seus delineamentos políticos sobre o Simpósio se tornaram mais visíveis vinte anos mais tarde, quando o Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu o Governo do Estado e os movimentos sociais passaram a ter presença marcante na sociedade, através da segmentação étnica, dentre outras.

Em 2008, o deslocamento parcial do evento para a Mussuca, área rural de Laranjeiras reconhecida oficialmente como quilombo em 2009, foi muito expressivo no sentido de vincar a marca da identidade quilombola em construção. Se antes muitos atores populares estiveram presentes nas mesas do Simpósio trazendo suas contribuições e sendo alvo de homenagens, naquele momento eles tiveram presença mais vigorosa, enquanto escasseava a participação de intelectuais identificados como folcloristas. Alguns chegaram até a declarar o fim do Encontro Cultural¹¹.

A partir de então, Luiz Antônio Barreto, que tivera alguns desentendimentos com a Comissão Nacional de Folclore, entidade que sempre prestigiou o evento, não mais apareceu na ribalta dos palanques oficiais ou nas mesas do Simpósio. Morreu em 2012 e no ano seguinte, na abertura da XXXVIII edição do Simpósio, se prestou homenagem à memória do mentor e realizador do Encontro Cultural de Laranjeiras durante muitos anos.

Mudanças ocorreram nas políticas do governo central. No âmbito federal, o termo folclore se tornou invisível no Plano Nacional de Cultura¹² ao menos desde 2007, eclipsado pelo patrimônio imaterial, tema recorrente nas mesas do Simpósio nos últimos anos, bem como globalização, mídia e turismo em anos precedentes, a indicar a abrangência de interesses e a elasticidade do Simpósio diante da incorporação de novas agendas de discussão.

De início, o público do evento era pequeno. As palestras e discussões não despertavam muito interesse dos habitantes da cidade, a não ser de alguns professores, gestores municipais e um ou outro cidadão aficionado pela história e pelas tradições locais, como era o caso de Antônio Gomes, o escrivão do cartório, uma espécie de memória viva da cidade. Às vezes, tinha-se a impressão que aquele evento era em Laranjeiras, mas não se destinava ao público da cidade. Alguns sugeriram que ao lado das discussões mais acadêmicas, se promovessem atividades mais próximas da realidade local, curso ou oficina para professores, habilitando-os a trabalhar adequadamente o folclore com seus alunos. Alguns palestrantes vindos

11 AGUIAR, Luciana. *Celebração e estudos de folclore brasileiro: o Encontro Cultural de Laranjeiras (Sergipe)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

12 MINISTÉRIO DA CULTURA. Plano Nacional de Cultura, Diretrizes Gerais. 2007. Disponível em: <www.cultura.gov.br/pcn>. Acesso em: 13 out. 2008.

de fora chegaram a se prontificar para contribuir com ações que atingissem a população local mais diretamente. Registros dessas inquietações e cobranças, que perpassavam as sessões de encerramento do Simpósio, encontram-se em alguns dos Anais que foram publicados entre 1995-1999.

Com a ampliação dos cursos de nível superior e, sobretudo com as pós-graduações, aumentou o público do Simpósio, que, além dos universitários sergipanos, em alguns anos chegou a atrair caravanas de estudantes de faculdades do sul da Bahia e alunos de universidades do Sudeste, que se debruçaram sobre grupos de Laranjeiras ou sobre o próprio Encontro Cultural, transformando-os em objetos de trabalhos acadêmicos¹³.

Paralelamente, a dinâmica do Simpósio vai cada vez mais se aproximando dos eventos universitários, incluindo, além das palestras e mesas redondas, sessão de comunicações. Com isso, abriu-se espaço às gerações mais jovens, estudantes que se iniciavam na pesquisa e queriam mostrar seus trabalhos. Com a crescente presença da Universidade Federal de Sergipe (UFS) em Laranjeiras, ampliou-se esse aspecto e as comunicações ganharam mais densidade através dos grupos organizados de pesquisa. Em anos recentes, o Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGE) da UFS vem realizando junto com o Simpósio o *Fórum Patrimônio e Festas em Sergipe*, já em terceira edição (2014). Por seu turno, a Superintendência Estadual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) passou a realizar atividades especiais durante o ECL, a exemplo da programação desenvolvida em 2012, intitulada *Laranjeiras: Encontros, Memórias e Vivências*, e muitos dos seus técnicos têm feito conferências no Simpósio. O sucesso do evento, bem aceito internamente, reconhecido e com ampla divulgação do âmbito externo, é um catalisador de atenções, um ponto de referência para novas ações em sintonia com as novas demandas sociais.

Mas, não se pense que se romperam os vínculos com o passado. A cada data redonda do Simpósio, tornou-se habitual uma sessão dedicada a rememorar os feitos, reunindo fundadores e participantes mais antigos que, numa tentativa de manter laços com os tempos primeiros do evento e evocar sua história, costumam apontar a necessidade de armazenamento das fontes necessárias à construção/preservação da memória do próprio Encontro Cultural.

O Simpósio e as fontes sobre o Encontro Cultural

A 40ª edição do Simpósio estimulou-me a produzir uma publicação reunindo informações básicas sobre essa atividade específica do Encontro,

13 Está a merecer levantamento sistemático a presença das expressões folclóricas de Laranjeiras como objeto de estudo em teses, dissertações e monografias de conclusão de cursos de graduação, do mesmo modo que o próprio Encontro. Algumas informações se encontram em DANTAS, Beatriz Góis. *Mensageiros do lúdico*: Aracaju: Criação, 2013.



reunião de especialistas interessados no estudo da cultura popular e em suas interfaces com vários campos do conhecimento e na interlocução com os mestres e os brincantes. O trabalho foi desenvolvido e publicado com apoio institucional do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), e o relato que se segue dá a dimensão dos percalços enfrentados no acesso às fontes.

O termo fonte está aqui empregado em sentido abrangente¹⁴, incluindo manuscritos e impressos, documentos oficiais, jornais, fotografias, cartazes, material de divulgação como folders, gravações sonoras e audiovisuais gerados pelo evento e sobre ele, as entrevistas e muitos outros itens nos quais é possível desvendar a ação dos homens.

A ideia inicial era trabalhar apenas com dois tipos de fontes (folders e fotos) e elaborar um catálogo relacionando os temas de cada Simpósio e os nomes de pessoas que deles participaram nas várias mesas na condição de palestrantes, debatedores, depoentes e mediadores convidados por sua organização. Ao lado de fotos de cada evento, que ampliavam com imagens o conteúdo das informações textuais, ter-se-ia um mapeamento sistematizado das atividades e seus personagens, resultando em um instrumento de trabalho útil aos pesquisadores.



Folders do Encontro Cultural contendo programação do evento



Fonte: Acervo da autora

14 Dentre outros autores, ver MARROU, Henri Irinée. Sobre o conhecimento histórico. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.



**III Simpósio sobre Medicina popular, janeiro de 1978. Raul Lody (RJ)
falando em sessão realizada na Igreja da Conceição. Acervo APES
FO2108**



334

Fonte: Acervo da autora

Os folders de divulgação do Encontro Cultural são peças publicitárias que trazem toda a programação do Encontro, inclusive a relação dos grupos folclóricos e de outras atrações que participaram da festa ao longo dos anos. Registram os nomes dos organizadores do Encontro, dos responsáveis pelas diversas atividades subjacentes à sua estrutura, bem como das entidades colaboradoras e dos participantes dos Simpósios, o que me interessava especialmente. Além da parte textual, os folders incluem a reprodução do cartaz de cada ano, constituindo-se, portanto, em documentos que condensam muitas informações: em uns anos, mais completas, em outros, mais sucintas.

As fotos permitem leituras sobre diversos aspectos do Simpósio, como imagens dos integrantes das mesas redondas, da plateia, dos locais de realização dos eventos, das formas de ornamentação do espaço, das homenagens, das relações entre intelectuais e artistas populares, dentre muitos outros aspectos. Interessada particularmente nas situações de trabalho registradas nas fotos das mesas redondas, eu julgava que as encontraria facilmente nas instituições culturais de Laranjeiras e de Aracaju, pois as atividades do Encontro sempre foram fartamente fotografadas por profissionais a serviço de entidades públicas, desde o primeiro evento.



Do ideal ao real: as dificuldades

Durante os muitos anos de participação no Encontro Cultural de Laranjeiras, reuni um número razoável de folders. Esse material foi o ponto de partida do trabalho que deveria ser completado com a consulta às instituições culturais. Nestas esperava, junto com minhas colaboradoras¹⁵, encontrar os folders e as fotos dos Simpósios. O trabalho seria, portanto, relativamente simples e de fácil execução. Ledo engano.

Os arquivos institucionais, de modo geral, não incluem em seu acervo folders e outros materiais que, pelo seu caráter efêmero, não são vistos como documentos. Em geral, carecem de organização e instrumentos descritivos do material arquivado. No caso de fotos, o mais comum é a consulta manual e direta na documentação, ou seja, olhar uma a uma centenas e centenas de fotografias, muitas vezes sem nenhuma identificação. O que se encontra armazenado eletronicamente e identificado é muito pouco se comparado com o material não trabalhado. Veja-se, por exemplo, o Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), onde foi localizada a maior documentação fotográfica sobre o Encontro Cultural, mas também a inexplicável ausência de fotos de anos seguidos. A expectativa era que aí se encontrassem depositados os acervos provenientes dos órgãos governamentais de cultura já extintos, que foram responsáveis pela realização do Simpósio ao longo do tempo. Isso, porém, não ocorreu¹⁶.

A documentação de Luiz Antônio Barreto, mentor do Encontro e responsável por sua realização durante muitos anos, esperava-se, seria o grande depositário da memória do Simpósio. Recolhido à Universidade Tiradentes (UNIT), ocupando espaço do Instituto Tobias Barreto, muito pouco contribuiu para diminuir as lacunas. O material ainda está em fase de organização, sendo muito pequena a quantidade de fotos do evento disponibilizadas à consulta.

15 Conteí com a colaboração de Aline Cruz, coordenadora do arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Raquel Figuerôa e Rosely Bezerra, estudantes de museologia e bolsistas da mesma instituição, disponibilizadas para o projeto pelo seu presidente Samuel Albuquerque, que muito se empenhou para que a publicação fosse editada a tempo de ser lançada durante a realização do XL Encontro Cultural.

16 No Arquivo Público, há uma relação das fotos arquivadas no suporte papel, das quais uma parte está digitalizada, outra apenas guardada em caixas-arquivos. Há quase uma centena de envelopes pardos onde estão datilografadas informações sobre fotografias referentes ao Encontro Cultural de Laranjeiras, mas a surpresa é que os envelopes estão vazios. A boa vontade de Milton Barboza, diretor interino do APES, e da funcionária Raquel Morais ajudou na localização das fotos, umas identificadas, outras não. Na Subsecretaria de Estado do Patrimônio Histórico e Cultural (SUBPAC), as fotos não tinham organização específica, mas graças ao apoio do diretor Eduardo Oliva e ao empenho de Ana Conceição Carvalho, o funcionário Paulo Marcos Carvalho Lima, disponibilizado para o trabalho, localizou e digitalizou muitas fotos. No Instituto Histórico e na Biblioteca Pública Epifânio Dória, não foram encontradas fotografias sobre o ECL. No livro sobre os 40 anos do Simpósio, fez-se indicação do arquivo de origem de cada uma das fotografias publicadas.



Em Laranjeiras, o que se encontrou não foi diferente. Não se localizaram arquivos fotográficos nem coleções de folders sobre o evento. Apenas, um ou outro, esparsos no interior de algum museu ou na prefeitura¹⁷.

Diante dessas dificuldades, recorri a diversos pesquisadores e participantes do Simpósio sediados em Sergipe e em outros estados na esperança de conseguir fotos e folders. Seus nomes estão registrados nas legendas das fotografias que integram a publicação¹⁸. Ao mesmo tempo, na tentativa de suprir as falhas da documentação selecionada, ampliei o universo de fontes pesquisadas no plano local, recorrendo a jornais, anais, trabalhos publicados, depoimentos de antigos participantes, dentre outros, o que não permitiu, contudo, eliminar as lacunas¹⁹.

Essa sofrida e trabalhosa experiência da pesquisa que resultou no livro *Encontro Cultural de Laranjeiras: 40 Anos do Simpósio*, mostrou a necessidade de se colocar na pauta das discussões a coleta e o armazenamento adequado dos vários tipos de fontes, visando resguardar para as gerações futuras a documentação do Encontro Cultural.

Publicação comemorativa da 40ª edição do Encontro Cultural de Laranjeiras, 2015



Fonte: Acervo da autora

- 17 A intervenção de Paulo Leite, secretário de Planejamento de Laranjeiras, foi decisiva para estabelecer a conexão com Evanilson Calazans, secretário de Cultura que, em meio às muitas providências para a realização do Encontro, atendia as minhas constantes consultas. Agradecimentos também a Irineu Fontes.
- 18 Cabe uma referência especial à colaboração de José Fernando Souza, estudioso radicado em Recife e frequentador do Encontro Cultural, que, durante a execução do trabalho, colocou à minha disposição seu rico acervo de fotos digitais. Sua generosidade tornou menores as lacunas de fotos no livro e culminou com a entrega pública do arquivo fotográfico de Roberto Benjamin durante a abertura do XL ECL. Este acervo trata de Sergipe, está em fase de identificação e será depositado em instituição de acesso público.
- 19 Restou mais de uma dezena de Simpósios sem documentação fotográfica, esperando-se que a publicação do trabalho suscite a colaboração de eventuais colaboradores ou doadores.

Memória, documentos e estudos

A preocupação com a construção/preservação da memória do Encontro não é nova; foi levantada por diferentes estudiosos em instâncias e momentos diversos. No Conselho de Cultura, gestaram-se as iniciativas de publicação dos anais das duas primeiras edições do Simpósio.

Essa iniciativa logo foi abandonada, e no Conselho vozes se fizeram ouvir, como a de Jackson da Silva Lima a reclamar o retorno da publicação e “lembrar que o saldo positivo desses Encontros, no aspecto estritamente cultural do estudo e da exegese, só terá vida longa se registrado em anais, em má hora, relegados a plano secundário”²⁰. No entanto, poucos anais do evento lograram edição no suporte papel²¹.

Anais dos Simpósios no suporte papel, publicados em 1977-1978 e 1995-1999



Fonte: Acervo da autora

Apesar das facilidades da era digital, os anais eletrônicos não foram incorporados como prática habitual nos registros do Simpósio. Alguns experimentos esporádicos não fazem jus às centenas de horas de gravações de sons e de imagens realizadas nas diferentes sessões do Simpósio e nas várias atividades do Encontro. Cabe perguntar: o que foi feito desse material?

20 LIMA, Jackson da Silva. *Parecer ao Projeto do VIII Encontro Cultural de Laranjeiras*. 1982. Arquivo do Conselho Estadual de Cultura de Sergipe.

21 O I e II Encontro tiveram Anais sucintos publicados na Revista Sergipana de Cultura, órgão do Conselho de Cultura, em 1977 e 1978. As edições XX a XXIV do Simpósio (1995-1999) tiveram publicações específicas e detalhadas de Anais nos quais se incluem a transcrição dos trabalhos apresentados e os debates com o público. Em 1995, foi lançado um volume especial comemorativo dos 20 anos do Encontro Cultural com transcrição de trabalhos apresentados no Simpósio em anos anteriores (Nascimento, 1995).

Muitas outras indagações merecem ser feitas.

Onde estão as centenas de fotografias, realizadas por profissionais a serviço de instituições públicas, que registraram os diversos momentos e atividades do Encontro e que não foram localizadas? Os cartazes do evento, produzidos anualmente através de concurso promovido pela Prefeitura de Laranjeiras, estão reunidos na Casa do Folclore Zé Candunga. Espera-se que a coleção se mantenha atualizada e em condições adequadas de conservação.

O mesmo tratamento não foi dispensado aos folders que contêm a programação de cada edição do evento. Apesar de sua importância e da riqueza de informações, não se encontram reunidos em um só lugar de acesso público. Algumas instituições guardam exemplares dispersos. Já em 1993, Verônica Nunes²² na sua dissertação de mestrado intitulada *Laranjeiras: de cidade histórica a Encontro Cultural: busca de elementos para integração da ação cultural*, registrou a dificuldade de acessar todos os folders publicados até a data da realização do seu trabalho. Nele estão reproduzidos exemplares que, hoje, suprem a falta dos originais que deveriam estar nos arquivos.

Diante de tanta dispersão, cabe mais uma pergunta: será que a documentação referente à organização do evento envolvendo diferentes órgãos está preservada? Como se deu a participação de diversas entidades locais, regionais e nacionais que patrocinaram ou apoiaram o evento? Desde o início ele foi promovido pelo governo de Sergipe e pela prefeitura de Laranjeiras com fortes aportes de órgãos federais como o antigo Departamento de Ação Cultural (DAC) e a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), para citar apenas dois da fase inicial. Ao longo do tempo, se somaram muitos outros como a Fundação Joaquim Nabuco, do Recife e a Rede Globo, do Rio de Janeiro.

Boa parte da memória do Encontro Cultural tem sido resgatada através da oralidade, pois se constitui em lembranças de antigos organizadores, às vezes registradas por pesquisadores em obras nem sempre acessíveis ao grande público. Importante lembrar que a geração que criou e organizou os primeiros Encontros já sofreu baixas significativas, levando consigo suas experiências e recordações. Como lembra Norbert Bobbio²³, percorrer as trilhas da memória é fazer um percurso pontilhado de mortos.

As entrevistas que foram realizadas por diversos pesquisadores com intelectuais e brincantes, muitos deles já falecidos, poderiam ser reunidas

22 NUNES, Verônica Maria Meneses. *Laranjeiras: de cidade histórica a Encontro Cultural. Busca de elementos para integração da ação cultural*. Dissertação (Mestrado em Administração de Centros Culturais), Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

23 BOBBIO, Norberto. *O tempo da memória*. De senectude e outros registros autobiográficos. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

em um banco de dados, ampliando as vozes polifônicas sobre o evento e preservando para a posteridade as falas, as imagens e a memória local através dos diversos atores sociais que aí interagiram ao longo do tempo.

A produção sobre o ECL também precisa ser resgatada. É importante identificar e garantir formas de acessar o que se produziu sobre ele. O trabalho já citado de Verônica Nunes, que não teve a divulgação merecida, inaugurou esse campo de estudos e reflexões sobre o evento.

Outros autores têm se ocupado do tema, a exemplo de Bráulio do Nascimento²⁴, que publicou uma retrospectiva geral do evento por ocasião dos 20 anos do ECL e repetiu o feito na sua 30ª edição, em 2005, publicando um folheto em que atualiza as informações²⁵. Wellington de Jesus Bomfim²⁶ escreveu *Notas sobre o Encontro Cultural de Laranjeiras*.

Trabalhos acadêmicos sob a forma de monografias e dissertações enfocam o Encontro em diferentes perspectivas, destacando-se os trabalhos de Aline Santos Cruz²⁷, José Ribeiro Filho²⁸ e Luciana Aguiar²⁹, cujo lançamento pela Edise era esperado nos 40 anos do Encontro.

Na linha de trabalhos com imagens, cabe citar o vídeo de José Roberto dos Santos e Maurício da Cunha Neves³⁰ e a apresentação de powerpoint intitulada *Memória dos Encontros Culturais*, com texto de Roberto Benjamin e seleção de fotos e montagem de José Fernando Souza³¹, exibida no Simpósio de 2008, uma retrospectiva do evento através de fotografias dos intelectuais e dos mestres com suas expressões culturais.

- 24 NASCIMENTO, Bráulio do. *Encontro Cultural de Laranjeiras, 20 anos*. (Org.) Aracaju: Secretaria Especial da Cultura. 1995.
- 25 NASCIMENTO, Bráulio do. *30 anos de Folclore*. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2005.
- 26 BOMFIM, Wellington de Jesus. Notas sobre o Encontro Cultural de Laranjeiras. In: NOGUEIRA, Adriana Dantas e SILVA, Eder Donizeti (org.). *O despertar do conhecimento na colina azulada: A Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras*. v. 2. São Cristóvão-SE: UFS, 2009.
- 27 CRUZ, Aline Santos. *Notícias do Encontro Cultural de Laranjeiras nos jornais sergipanos (1976-2000)*. Trabalho de conclusão de curso (História), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE. (digit.). 2009.
- 28 RIBEIRO FILHO, José. *Eventos públicos e privados: a elaboração de políticas culturais voltadas para a realização da festa*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2008.
- 29 AGUIAR, Luciana. *Celebração e estudos de folclore brasileiro: o Encontro Cultural de Laranjeiras (Sergipe)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- 30 SANTOS, José Roberto; NEVES, Maurício da C. Neves. *Laranjeiras, um olhar sobre o Encontro Cultural*. Trabalho de conclusão de curso (Comunicação Social), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE (vídeo). 2000.
- 31 BENJAMIN, Roberto; SOUZA, José Fernando. *Memória dos Encontros Culturais*. [Apresentação de powerpoint exibida no XIII Encontro Cultural de Laranjeiras] 2008.

Por seu turno, os cursos universitários instalados em Laranjeiras em 2007 começam a render seus frutos. Allyne Francine Souza³² produziu monografia de conclusão do curso de Museologia sobre os cartazes do ECL reunidos na Casa do Folclore Zé Candunga.

Essa enumeração de alguns trabalhos, evidentemente, não esgota o assunto. Muito mais deve existir nas listas de monografias, dissertações e teses produzidas em diversos lugares, com divulgação reduzida e acesso difícil ao público fora do circuito universitário. É hora de se levar a sério a documentação e a produção sobre o Encontro agora em sua 40ª edição.

XL Encontro Cultural de Laranjeiras, janeiro de 2015. Mesa redonda realizada no Campus da UFS [CAMPUSLAR], com participação de Osvaldo Trigueiro (PB), Fernando Soutelo (SE), Aglaé Fontes (SE), Beatriz Dantas (SE), Magno de Jesus (SE), Jackson da S. Lima (SE), Severino Vicente (PB) e José Fernando Souza (PE)

340



Fonte: Acervo da autora

32 SOUZA, Allyne Francine. *Uma coleção em cartaz: estudo sobre identidade e museu na Casa do Folclore Zé Candunga*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia), Laranjeiras: Universidade Federal de Sergipe. Campuslar, 2011.



Luiz Antônio Barreto, em 1995, já registrava essa preocupação, e em 1998, chegou a anunciar a construção de um Memorial a ser inaugurado até o ano 2000³³, projeto que tinha o apoio de José Monteiro Sobral, à frente do Executivo municipal em vários mandatos. Enfim, a preocupação com a memória do Encontro Cultural esteve no horizonte dos seus fundadores, todavia se ressentia de ações mais efetivas para resguardar a documentação.

Mais do que a construção de um espaço específico para abrigar os documentos referentes ao Encontro Cultural, urgente é a formação de uma consciência da necessidade de sistematização e preservação desse material variado e disperso, e a ação para que ele seja localizado, digitalizado e identificado, constituindo um banco de dados com informações disponíveis ao público interessado. É necessária a soma de esforços das instituições voltadas para a preservação da documentação sergipana.



O IHGSE e os documentos sobre o Simpósio

O Instituto Histórico, entidade centenária dedicada à construção e a preservação da memória de Sergipe, por ocasião do XL ECL deu o sinal de partida, somando-se aos que se preocupam com a documentação referente ao evento.

“Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’, certos objetos distribuídos de outra maneira”, diz Michel de Certeau³⁴. Ao viabilizar a elaboração e a publicação do catálogo sobre as 40 edições do Simpósio, o IHGSE tornou-se participante do processo de “produção” de documentos e sua preservação. Por outro lado, fez-se oficialmente presente nas sessões públicas de estudo, compartilhando projetos e discutindo soluções referentes à documentação sobre o Encontro Cultural de Laranjeiras.

Convém registrar que em muitas edições anteriores do evento, Maria Thétis Nunes, que durante 32 anos dirigiu a Casa de Sergipe, fez-se presente em sessões solenes de abertura do Encontro ou nas mesas inaugurais do Simpósio. Mulher de múltiplas inserções em entidades culturais, ora representava a Academia Sergipana de Letras, o Conselho de Cultura ou o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Presidiu mesas redondas e, eventualmente, atuou como debatedora, mas sua participação não resultou em envolvimento da instituição que dirigia com o evento, sendo antes a expressão de sua visibilidade como intelectual reconhecida.

33 BARRETO, Luiz Antônio. Intervenção. ENCONTRO CULTURAL DE LARANJEIRAS, 20, 1995, Aracaju. Anais... Governo de Sergipe, 1995 e Fala de encerramento. ENCONTRO CULTURAL DE LARANJEIRAS, 22, 1998, Aracaju, Anais... Governo de Sergipe, 1998.

34 CERTEAU, Michael. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982, p. 81.



Por seu turno, a Revista do IHGSE, que desde a inauguração do ECL editou 17 números, traz em suas páginas apenas dois artigos com indicação de que foram resultantes de trabalhos apresentados no Simpósio do Encontro de Laranjeiras³⁵, enquanto centenas de apresentações orais foram feitas naquele espaço ao longo dos anos. Isso sugere a reduzida procura das páginas do periódico por parte dos integrantes do evento para publicação de trabalhos. Registre-se que, entre a segunda metade da década de 70 e as duas décadas seguintes, houve uma intensificação de atividades envolvendo folclore em Sergipe e, paralelamente, uma floração de publicações que divulgavam essa temática³⁶. Essas alternativas de publicação ajudam a entender a pouca representatividade de trabalhos oriundos daquele evento nas páginas da Revista do IHGSE que, segundo Magno Francisco de Jesus Santos³⁷, em cem anos de existência, pouco publicou sobre folclore.

342

Essa constatação é desconcertante, pois o registro de documentos relativos ao “fok-lore” constava entre as finalidades da criação do Instituto, conforme Estatutos de 1912³⁸. Acrescente-se que, no final da década de 40, quando ganhou corpo o chamado “movimento folclórico brasileiro” através da criação da Comissão Nacional de Folclore, que estendeu uma ampla rede de subcomissões em vários estados da federação³⁹, a entidade sergipana, criada em 1948, tinha sede no prédio do IHGSE, tendo à frente Felte Bezerra⁴⁰, que logo depois se tornou também presidente do Institu-

- 35 DANTAS, Beatriz Góis. Considerações sobre o tempo e o contexto de autos e danças folclóricas em Laranjeiras. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 27, p. 63-69, 1965-1978, trabalho apresentado no I Simpósio, que fundamenta a realização do evento em sintonia com calendário tradicional de festas da cidade. ALVES, Francisco José. Calendário religioso da irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Estância (1772-1827), *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 31, p.83-92, 1992, trabalho apresentado no IX ECL realizado no ano de 1984.
- 36 Concomitante ao surgimento do ECL, em 1976, foi reorganizada a Comissão Sergipana de Folclore (CSF), que editou uma revista homônima de curta duração (1976-1979). A Revista do Conselho de Cultura, também de curta duração, publicou trabalhos apresentados nos dois primeiros Simpósios, e entre 1995-1997 o Encontro Cultural de Laranjeiras contou com publicação específica de seus Anais. Tanto os órgãos de cultura do Estado quanto os da prefeitura de Aracaju fizeram publicações mimeografadas de várias monografias, além dos Cadernos Sergipanos de Folclore (SEC/CSF) e dos Cadernos de Cultura Popular (SUCA/SEED/SE). Sobre as Revistas do período, ver NASCIMENTO, Jorge Carvalho do; FREITAS, Itamar. A Revista em Sergipe. Aracaju, *Revista de Aracaju*, n. 9, p. 169-187, 2002.
- 37 SANTOS, Magno Francisco de Jesus. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a invenção da historiografia sergipana. In: ALBUQUERQUE, Samuel; SANTOS, Magno; SANTOS, Ane Luíse (org). *História, memória e comemorações na Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE*. Aracaju, IHGSE, 2014, p. 156.
- 38 Ver Revista do IHGSE, v. 1, n.1. Aracaju, 1913, p. 16.
- 39 Ver VILHENA, Luiz Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1961)*. Rio de Janeiro: Funarte, 1997.
- 40 Ver DANTAS, Beatriz Góis; NUNES, Verônica. *Destinatário: Felte Bezerra, cartas a um antropólogo sergipano (1948-59 e 1973- 85)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

to. Essa aproximação, no entanto, não gerou uma produção significativa que se revele nas páginas da sua Revista. O que se produziu sobre folclore, à época, foi publicado, sobretudo, na Revista de Aracaju.

O atual presidente Samuel Albuquerque, com assento no Conselho Estadual de Cultura, órgão de discussão sobre os projetos culturais do Estado, e dando continuidade à política de seu antecessor, vem ampliando a aproximação do IHGSE com entidades culturais diversas. Desse modo, assumiu o desafio de inserir a presença do IHGSE nas comemorações do XL Encontro Cultural de Laranjeiras, colaborando com a elaboração e a publicação de uma memória sobre as 40 edições do Simpósio. O final do ano de 2014 marca, assim, a reaproximação do Instituto com eventos relacionados com a cultura popular.

Por outro lado, na condição de professor da Universidade Federal de Sergipe no campus de Laranjeiras, que parece ser a instituição mais adequada a deslançar esse processo em convênios com outras entidades, o presidente do IHGSE tem feito articulações procurando sensibilizar parceiros para a tarefa que se reveste de certa urgência. Desse modo, a centenária Casa de Sergipe assume um lugar de destaque nas discussões sobre o Encontro Cultural de Laranjeiras e o faz pela vertente dos cuidados com a documentação.

Considerações finais

Localizar, identificar e armazenar registros sobre o ECL, transformando-os em documentos que, múltiplos e dispersos, necessitam de sistematização, é a forma de preservar para os pesquisadores do presente e para as futuras gerações o acesso às fontes sobre o evento. Ao mesmo tempo, é necessário construir uma memória sobre o Encontro e avaliar a repercussão do que se fez em Laranjeiras durante 40 anos ininterruptos do evento, em tempos marcados pelo avanço da globalização.

Como bem colocou Bráulio do Nascimento “não é possível falar do desenvolvimento dos estudos de cultura popular no Brasil sem passar por Laranjeiras”⁴¹. Essa afirmação, que se encontra num texto de avaliação dos 20 anos de Encontro, ganha mais peso quando o evento completa 40 anos de realização contínua.

Desse modo, sistematizar e colocar à disposição da comunidade e dos estudiosos a documentação sobre o Encontro Cultural de Laranjeiras ajuda a lançar luz sobre aspectos da história cultural de Sergipe e sobre os estudos de cultura popular no Brasil.

41 NASCIMENTO, Bráulio do. *Encontro Cultural de Laranjeiras, 20 anos*. (Org.) Aracaju: Secretaria Especial da Cultura. 1995. p.11.





DISCURSOS







Discurso da Sessão Comemorativa do 8 de Julho¹

Terezinha Alves de Oliva²

Senhoras e Senhores:

347



No ano passado realizamos a sessão comemorativa do dia 08 de julho saboreando a aproximação da festa do centenário. Foi um ano fecundo na reflexão sobre a contribuição passada e as perspectivas de futuro para este sodalício. O ato inaugural celebrado com toda a sua carga de significados, não esgotou, porém, aquela reflexão. Falar da emancipação de Sergipe é sempre motivo para falar do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, marco na busca da nossa emancipação intelectual. Eis porque podemos hoje fazer referência ao centenário da Revista do IHGSE, que celebramos neste ano.

Nossa Revista é o mais antigo periódico em circulação no Estado, mas torna-se centenária na condição de uma publicação renovada, prestigiada e cada vez mais importante: voltada para temáticas relativas a Sergipe, ela ostenta a avaliação máxima conseguida por um periódico sergipano – o Qualis B3 - e acaba de incluir no seu Conselho Editorial nomes como Roger Chartier, Peter Burke e Luiz Alberto Romero.

A proeza de manter a Revista por um século está inscrita com evidência na trajetória deste Instituto. Na sua “História da Casa de Sergipe”, Ibarê Dantas mostra que os sócios do Instituto sempre se empenharam em lutar pela sobrevivência da agremiação e a publicação da Revista foi, nesta luta, um objetivo importante. Recursos como: atrair autoridades, conferir-lhes cargos honorários e conceder-lhes outras homenagens, em determinados momentos garantiram o financiamento da edição da Revista (DANTAS:1912, p. 54). Isto pode ser atribuído ao senso de realidade dos diretores, pois mesmo a Lei promulgada pelo Presidente Valladão (Lei n^o

- 1 Discurso proferido na Sessão Solene da Emancipação Política de Sergipe, no dia 05 de julho de 2013, na sede do IHGSE.
- 2 Oradora do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Professora Emérita da Universidade Federal de Sergipe.



694 de 09/11/1915) que, em 1915, reconheceu como de utilidade pública o IHGSE, prometeu designação de prédio para o seu funcionamento, destinou-lhe verba anual e determinou que a “Revista trimestral do Instituto” fosse impressa na Tipografia Oficial por ordem do Governo (idem, p. 55), nunca permitiu aos diretores do sodalício a tranquilidade necessária para a manutenção do periódico.

A pretensão de manter periodicidade trimestral, jamais seria cumprida. Foram publicados dois números em 1913 e mais dois em 1914, mas o Instituto só conseguiu veicular outro número em 1916. “A partir daí – diz Ibarê – o periódico passou a anual e, nos anos subsequentes, a irregularidade foi o traço predominante.” (DANTAS: 2012, p. 63) Se, entretanto, a irregularidade atesta as dificuldades encontradas, a continuidade, apesar de tudo, destaca a persistência, a força e a importância que o IHGSE sempre conferiu à sua Revista. Nela está registrada a vida desta associação, com grande riqueza de informações. Ela é, por muito tempo, a voz do mundo intelectual de Sergipe, conferindo ao Instituto o papel de centro propulsor das atividades científico-literárias; e é, particularmente, o instrumento principal na tarefa de “invenção” de Sergipe a que se dedicou o Instituto. Nas suas páginas a construção de Sergipe pela história, pela geografia, pelo patrimônio cultural, pelos vultos ilustres e datas memoráveis testemunha o cumprimento da missão a que os membros do sodalício se impuseram.

Itamar Freitas de Oliveira, que fez alentado estudo sobre a Revista, parte do qual publicado pela editora da UFS, em 2002, com o título “A escrita da História na ‘Casa de Sergipe’ - 1913/1999” é referência central para a caracterização do periódico, sua história, produção, circulação, autores, textos e matérias. Ele concebe o próprio trabalho como um convite para que o leitor conheça “um pouco dessa aventura que foi organizar a experiência de milhares de sergipanos no tempo e no espaço e veiculá-la em formato revista por noventa anos.” (OLIVEIRA:2002, p. 21) Neste criterioso trabalho, assoma o estudo sobre o caráter da contribuição do periódico do IHGSE à história, à geografia, à biografia, à memória, à heurística e à historiografia sergipanas. Eu renovo o convite aos caros confrades e senhores e senhoras aqui presentes, para a leitura desta Revista, indicando os caminhos já trilhados pelos historiadores aqui nomeados. Verão os leitores que esta Casa tem motivos de sobra para se orgulhar da proeza de ter mantido até hoje o periódico agora centenário.

Mas Senhoras e Senhores não podemos esquecer de que fomos convocados para lembrar a data da Emancipação Política de Sergipe. Devemos rememorar a importância dessa data que se reporta à separação de Sergipe da tutela política da Bahia e dá início ao *status* de unidade política autônoma, primeiro como Capitania do Reino do Brasil, depois como Província do Império, mais tarde como Estado da Federação republicana. Nada mais oportuno, no centenário da Revista, do que ver através das



suas páginas, como foi tratada a Emancipação Política, fato central na construção de uma identidade para Sergipe .

A primeira alusão à Emancipação Política está presente no número 01 da Revista, que publica a “Informação sobre a província de Sergipe em 1821”, Relatório do Secretário de Governo José Antônio Fernandes para o governador nomeado Carlos César Burlamaqui, contendo dados sobre a Capitania que ele viria governar. No número 2, do ano de 1913, aparece a “Relação dos cidadãos que têm governado a província de Sergipe, desmembrada da Bahia por Decreto de 08/07/1820, desde a instalação até 1889”, encabeçada pelo nome de Carlos César Burlamaqui com a explicação – “1º Governador independente da Bahia. Posse a 20 de fevereiro de 1821”. Já a referência ao governador que se seguiu, Pedro Vieira de Melo, vem com a explicação: “Governador subordinado à Bahia e nomeado pelo governo da Bahia em 06 de fevereiro. Posse em 20 de março de 1821”.

349



Mas é no número especial, publicado em 1920 e dedicado ao centenário da Emancipação, que o tema deixa de ser uma alusão indireta. Este número, que teve como redatores Libério de Souza Monteiro, Álvaro Silva e Antônio Baptista Bittencourt é aberto com uma estrofe do poema épico “Caramuru”, de Santa Rita Durão, descrevendo Sergipe; segue-se a efígie de D. João VI e a transcrição do Decreto de 08 de julho, após o que vem a homenagem aos “gigantescos esforços políticos e intelectuais que conquistaram, há cem anos passados, a emancipação ou a independência política da Capitania de Sergipe Del Rey”.

É interessante como aparecem aí duas versões sobre a Emancipação Política de Sergipe: a de que ela é fruto da dádiva real através do Decreto de D. João VI e a de que ela foi resultado da luta, sendo conquistada pelo esforço político e intelectual dos sergipanos. Destes são destacados alguns, numa discutível lista de nomes composta até mesmo por quem ficou, no primeiro momento, contra a emancipação.

O IHGSE se preparou para comemorar solenemente o centenário da data histórica. As atas transcritas no número especial da Revista dão conta da criação de uma Comissão executiva para organizar as festas e das propostas apresentadas para a ocasião. O Presidente do sodalício, Desembargador Caldas Barreto, propôs a confecção de um monumento em bronze a Tobias Barreto, “o mais insigne dos sergipanos” (Revista do IHGSE: 1920, p. 21); a distribuição de medalhas comemorativas em bronze e a criação de um número especial da Revista do IHGSE.

Luiz José Costa Filho defendeu enfaticamente outra proposta do Presidente, a de ser confeccionada a Carta Geográfica de Sergipe, a ser distribuída aos outros estados da Federação, às escolas, aos Institutos Históricos e às bibliotecas públicas, por considerar que a falta desse mapa completo – físico, político e econômico - seria um dos óbices à “marcha triunfal da civilização em Sergipe” (idem, p.21). Já Nobre de Lacerda apre-



sentou a proposta de que fosse elaborado um Álbum ilustrado, agrícola, industrial, político, literário e econômico do Estado; o Coronel Sabino Ribeiro defendeu a ideia da montagem de uma exposição industrial com produtos sergipanos e Álvaro Silva entendeu que deveria ser confeccionada a bandeira oficial de Sergipe.

Embora o Presidente do Estado, Pereira Lobo, tivesse afirmado que as comemorações deveriam ocorrer no dia 24 de outubro, o Instituto realizou sessão solene no dia 08 de julho de 1920. Nela Caldas Barreto fez uma homenagem a D. João VI, “a quem os sergipanos devemos o primeiro reconhecimento da nossa autonomia”(p.24) e tratou dos motivos para a existência de duas datas comemorativas, o 8 de julho e o 24 de outubro. Em seguida, todos ouviram de pé a leitura da Carta Régia e o Presidente destacou “a grandeza política e jurídica do decreto real de 08/07/1820 tão caro ao povo sergipano” (p. 25)

Na mesma sessão Elias Montalvão doou ao Instituto uma moeda de bronze cunhada em 1820 e Costa Filho pronunciou conferência sobre o Comendador Sebastião Gaspar de Almeida Boto. Todos os presentes receberam reproduções do Decreto Real e dos retratos de D. João VI, do Presidente do Estado e do Comendador Boto.

O número especial da Revista traz ainda uma Sinopse Histórica de Sergipe a partir do Decreto Real de 08 de julho e artigos produzidos exclusivamente para a ocasião. Costa Filho, em “Um século de prática política”, trata dos “intelectuais” que lutaram pela Emancipação, buscando as origens de uma intelectualidade sergipana, caracterizada pelo pendor para a democracia e para o pensamento filosófico. Armindo Guaraná biografou o sergipano José Pereira Filgueiras, que se integrou, no Ceará, à Confederação do Equador. Costa Filho retrata o fundador da imprensa sergipana, Padre Antônio Fernandes da Silveira.

No mesmo número, em “A propósito de uma data” (a da Emancipação) Prado Sampaio procura traçar o que seria o caráter sergipano. Segundo ele haveria um elemento hereditário e um elemento de adaptação de que resultaram as criações folclóricas, artísticas e intelectuais. Destacando o caráter lírico e audaz do sergipano, cita como exemplos os nomes de Sílvio Romero, Gomes de Souza, João Ribeiro, Tobias Barreto, Felisbela Freire, Gumercindo Bessa e Fausto Cardoso.

Não foram esquecidos os autores da música e da letra do Hino Sergipano, respectivamente Frei José de Santa Cecília e Manoel Joaquim de Oliveira Campos, homenageados em artigos de Carvalho Lima Júnior e de Hermenegildo Leão.

É curioso que faz parte do número que homenageia a Emancipação Política o artigo de Niceu Dantas sobre a “Cirurgia Dentária em Sergipe” e o surpreendente artigo de Helvécio Andrade “A Medicina em Sergipe

durante um século”, estudo que constata, na Medicina, o atraso que “cem anos de independência não foram suficientes” para erradicar. É o mais longo e erudito artigo da Revista, tratando da formação profissional, das epidemias, das políticas de saúde e concluindo com a citação de nomes de médicos sergipanos desde a Proclamação da República.

Finalmente a Revista traz um panorama da Diocese de Aracaju, com informações sobre paróquias, oragos e párocos e uma “Síntese Intelectual 1820/ 1920”, com uma explicação sobre a homenagem proposta pelo IHGSE a Tobias Barreto, através da sua estátua em bronze. Em nota de Costa Filho, o pensador sergipano é comparado a grandes intelectuais alemães. Encerra a edição, a transcrição de documentos históricos – Atas do Conselho de Governo de 1828 e de janeiro de 1829 e o Calendário de 1820, com informações sobre as fases da lua, as festas religiosas e cívicas, entre a quais aparece assinalado o 8 de julho, como dia da Emancipação de Sergipe.

Este número especial é inspirador, pelo balanço que o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe oferece a respeito dos primeiros cem anos da nossa história independente. Da política à vida intelectual, da saúde à vida religiosa, passando por vultos ilustres, datas cívicas, análise sobre o caráter e a identidade dos sergipanos, afinada com as discussões correntes à época, tudo resulta numa construção que dá cara e corpo a esta unidade, onde os grandes feitos são também feitos intelectuais, sinalizando que o grupo diretor do Instituto se projeta para projetar o próprio sodalício e se faz simbolizar no grande Tobias Barreto.

A Emancipação Política foi tema ainda de outras produções em números posteriores da Revista do IHGSE. Thetis Nunes discorreu sobre o significado do 8 de julho, Ibarê Dantas tratou da historiografia da Emancipação e nos discursos das diversas sessões comemorativas, os oradores tiveram diferentes abordagens sobre o tema. O bom senso me diz, porém, que não posso abusar da paciência do auditório. Fiquemos, portanto, com a homenagem à data que comemoramos, através da nossa Revista centenária, no seu número especial de 1920.

Muito obrigada!





O Sesquicentenário de Fausto Cardoso

Terezinha Alves Oliva¹

Senhoras e Senhores:

No dia 22 de dezembro vindouro assinala-se o sesquicentenário de um dos sergipanos mais ilustres, cujo nome está ligado à geração fundadora deste Instituto Histórico e Geográfico. Justo é que nesta sessão do centésimo segundo aniversário do Sodalício se homenageie também os cento e cinquenta anos donascimento de Fausto de Aguiar Cardoso, ocorrido no antigo engenho São Félix, em Divina Pastora, no alvorecer de uma quadra tão contundente na história do Brasil. Advogado, professor, poeta, jurista, jornalista, orador, escritor e político, Deputado Federal por Sergipe nas legislaturas de 1900 a 1902 e de 1906 a 1908, Fausto Cardoso viveu 42 anos, tendo marcado a história política e a história intelectual do Brasil por uma atuação tão meteórica quanto contundente.

Ele foi um dos “bacharéis do Recife”, discípulo de Tobias Barreto. Um dos luminares da Escola do Recife, que deixou nas suas obras, “Concepção Monística do Universo”, “Taxinomia Social”, “Cosmogonia Política e Americana” e nos vários discursos pronunciados na Câmara Federal e publicados nos Anais do Congresso Nacional, reflexões sobre o Direito, a História e também sobre a Política brasileira.

Apesar de reconhecido como o nome mais importante da vertente radical da Escola do Recife, pela interpretação monística de viés haeckeliano, tanto do universo como da história, foi na seara da política que ele ficou mais conhecido, não só pela oposição ao Governo Campos Sales e à política econômica do Ministro Joaquim Murinho, mas por ter liderado uma revolta contra a oligarquia Campos, que dominava Sergipe, tendo perdido a vida nos episódios finais desse movimento épico, que pintou com as cores da tragédia a nossa história.

1 Doutora em geociências pela UNESP (São Carlos). Professora aposentada Universidade Federal de Sergipe. Oradora do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.



Morto Fausto Cardoso, em 1906, derrotados e silenciados os seus adeptos, seis anos após o assassinato, um intenso movimento em torno de valores sergipanos resultava na fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Entre os fundadores estavam “bacharéis do Recife” e não parece ter sido por acaso que a fundação se deu em agosto, mês das celebrações consagradas a comemorar a morte do tribuno. Naquele ano de 1912, também inspirado na sua figura, estava em curso o construto de um ideal de sergipano e de sergipanidade. A morte heroica e o legado intelectual de Fausto Cardoso forneceram essa construção forte simbologia.

Também há cento e dois anos, em 28 de agosto, iniciou-se “a ressurreição de Fausto, em bronze imorredouro, no mesmo lugar onde teve morte heroica”, como diz o jornal Diário da Manhã daquele dia (28/08/1912).

Em 12 de setembro, a inauguração do primeiro monumento em Praça pública, em Aracaju, entronizou um tipo humano como ideal do sergipano, símbolo da sergipanidade, tal como foi cultivada pelos fundadores do IHGSE. É possível acompanhar pelas páginas da Revista do Instituto o quanto a figura do Fausto intelectual, escritor e orador insuperável, foi construída, neste processo, como símbolo do “ninho de águias”, em que Tobias Barreto ponteara sobranceiro. Tobias, a razão; Fausto, a emoção, a coragem, a intemerata doação da vida por uma causa; ambos compunham um ideal do tipo sergipano.

Ainda que através de novos prismas, este Instituto, mais que centenário, não deixou de cultivar valores associados à sergipanidade. Exemplar disso é a Coleção Biblioteca Casa de Sergipe, da qual se lançam hoje mais dois títulos: “A inquisição em Sergipe”, de Luiz Mott e “Impasses do federalismo brasileiro – Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso”, de minha autoria.

Honrada em dividir com o grande estudioso de Sergipe que é Luiz Mott, a mesa de lançamentos, quero destacar a feliz coincidência de ser este o dia em que vem a lume a segunda edição do meu livro, num lance absolutamente fortuito. O reaparecimento dessa obra publicada há quase trinta anos, atualiza, no sesquicentenário de Fausto Cardoso, um estudo a que fui levada pelas aulas de História das Ideias Políticas no Brasil, ministradas no Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco pelo grande intelectual tobiático Nelson Saldanha.

Ele mostrou a uma sergipana desavisada, a revolução de ideias trazida pela Escola do Recife, que hasteou a bandeira do Evolucionismo e da difusão do cientificismo alemão, num Brasil dominado pela tradição eclesástica e pelo pensamento francês. Orientado pelo saudoso Armando Souto Maior, o trabalho que resultou no livro estuda a revolta de Fausto Cardoso no amplo universo da luta de ideias e no contexto da República Brasileira, que se queria democrática e federativa, mas não conseguia romper a teia da oligarquia e do domínio dos grandes estados. Por isso evidencia



os mais importantes temas discutidos naquele contexto no Parlamento Nacional, assim como as questões da política brasileira e sergipana do começo da República e as várias faces da “revolta”.

Em sua época, a repercussão nacional do movimento sergipano, dado o trágico fim do deputado que a liderou, deu à revolta Fausto Cardoso o caráter de um divisor de águas, tornando fundamental o seu estudo, para a compreensão da nossa história republicana. Conhecer essa história e também a memória que lhe deu causa é cultivar a “sergipanidade” tal como a entende hoje o IHGSE que com a Coleção Biblioteca Casa de Sergipe traz à discussão distintos aspectos dessa construção denominada Sergipe, para a qual contribuíram tantas gerações e à luz da qual se faz também agora o seu presente.

Muito obrigada!







RESENHA







Ecoss da Modernidade e a Arquitetura dos Grupos Escolares em Sergipe¹

Maria Fernanda dos Santos²

O livro *Ecoss da Modernidade: a arquitetura dos grupos Escolares Sergipanos (1911-1926)*, escrito por Magno Francisco de Jesus Santos, foi publicado em 2013, como conclusão do seu mestrado em História da Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Magno Francisco é doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professor da Faculdade Pio Décimo, sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e editor da mais antiga Revista publicada em Sergipe dessa mesma instituição. Possui inúmeras publicações nas áreas da Educação, Ciências da Religiosidade e Patrimônio Cultural.

359



Essa obra tem como objeto de estudo a arquitetura dos grupos escolares, abordando o tema, com ênfase a “História da Educação e a História Cultural” mostrando a importância de novas fontes inseridas no contexto historiográfico para a reconstrução de temas antes silenciados. A problemática exposta neste livro pelo autor está relacionada ao silêncio frente aos aspectos arquitetônicos dos grupos escolares, que até o presente momento desse estudo, não havia sido aprofundado por nenhum outro trabalho sobre o tema.

O livro descreve sobre as mudanças ocorridas na educação com o advento da República nos primeiros decênios em Sergipe através da análise feita a partir da arquitetura dos grupos escolares. O período descrito entre os anos de 1911 e 1926, com o início da inauguração do primeiro grupo escolar na cidade de Aracaju. A obra se divide em três capítulos.

No primeiro capítulo, *A construção da civilização brasileira*, o autor aborda a importância dos grupos escolares, como também saliente o tardiamente da pesquisa desse objeto de estudo, citando alguns motivos para

- 1 SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Ecoss da modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926)*. São Cristóvão: Editora UFS, 203. 226p.
- 2 Graduada em Licenciatura de História pela Universidade Federal de Sergipe, pós-graduanda em História da Educação da Faculdade São Luis de França. Email: nanda_ufs@hotmail.com



a falta de observação ao ensino primário, principalmente aos grupos escolares. Ressalva ainda a magnitude arquitetônica desses mesmos grupos e seus objetivos junto ao novo regime político. Descreve as influências dos grupos escolares paulistas no nosso estado, como ainda, o pioneirismo historiográfico paulista a respeito do tema. Em Sergipe, foram destaques cinco autores, entre eles podemos citar os nomes de Maria Thetis Nunes, com sua obra *História da Educação em Sergipe* e Clodomir Silva *Álbum de Sergipe*, essa obra lança um novo objeto de estudo ao trazer informações de quais tipos de instituições escolares estavam sendo implantadas no estado.

O segundo capítulo, *Edificando a Modernidade*, o autor debruça a falar sobre a criação dos grupos escolares, as instituições culturais, as reformas dos palácios e as construções dos jardins em praças públicas, com objetivo de edificar a memória republicana na sociedade sergipana a partir dessas construções monumentais e do seu embelezamento para cidade, que deveria ser vista como uma capital moderna.

Outro objeto abordado era referente a novidade à época: a fotografia representou um papel importância para consolidar a memória do novo regime e da cidade que estava em desenvolvimento modernista, representada através dos cartões-postais que retratavam as paisagens dos jardins aracajuanos.

O autor ainda descreve as reais situações do Estado frente às construções dos prédios que abrigariam os grupos escolares, enumerando alguns problemas, como as dificuldades e escassez de recursos, as diferentes prioridades dos grupos políticos e intelectuais, atrasando a implantação dos grupos escolares em Sergipe.

Em seguida, o autor descreve a importância e o funcionamento do Grupo Modelo, para a formação prática da nova metodologia difundida na Escola Normal, as futuras docentes. Outro grupo de relevância foi o Grupo Central, segundo o autor, o prédio inaugurado no governo do general Siqueira “se tornou o primeiro edifício construído especificamente destinado ao ensino primário em Sergipe”.³

Logo, demonstra a importância do governo de Oliveira Valladão aos grupos escolares, enumerado os grupos inaugurados no seu governo, com ênfase ao Grupo Escolar Barão de Maruim e sua edificação no antigo Asylo Nossa Senhora da Pureza. O autor descrever um silenciamento a esses grupos escolares, principalmente no governo do coronel Pereira Lobo, porém alguns comentários de construções de prédios escolares nos interiores eram perceptíveis. Mas, a maior difusão dos grupos escolares em Sergipe ocorreu no governo de Gaccho Cardoso, sendo oito grupos escolares nos interiores e três grupos na capital, no total de onze gru-

3 SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Ecoss da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926)*. São Cristóvão: EDUFS, 2013, p. 80.

pos escolares construídos em novos prédios ou em prédios que sofreram reformas para abrigar esses grupos, quase todos com o mesmo traçado arquitetônico, representado pela águia e a imponência da fachada. Alguns dos terrenos eram doados por políticos e empresários renomados no Estado e outros cedidos pelo próprio Estado, porém a maioria dos prédios construídos ou reformados eram financiados exclusivamente com recursos do governo sergipano.

A modernização do ensino em Sergipe deveria seguir o modelo externo de ensino, principalmente da América do Norte e da cidade de São Paulo.

A relevância da escola com o advento da República, não estava apenas em instruir as primeiras letras, mas também em cultivar práticas saudáveis, buscando conscientizar a importância do discurso higienista.⁴

O prédio escolar era construído em observância aos padrões higiênicos da época. Na construção da civilização brasileira necessário extirpar os males que atormentavam o desenvolvimento, as epidemias que constantemente assolavam a população. A preocupação como campo da saúde foi generalizada e propiciou uma série de reformas, algumas inclusive dos traçados urbanos das velhas cidades colônias.⁵

361

Podemos notar com isso, que os prédios foram construídos para embelezar, mas principalmente para funcionar de acordo com as práticas de higiene exigidas à época.

O terceiro e último capítulo, *Nas Paredes da Memória*, o autor faz uma descrição dos problemas enfrentados pela educação na República. A crítica do novo regime político as escolas isoladas implantadas no Brasil, ainda na Monarquia e que perdurou-se na República, com um número considerado de alunos matriculados, ajudou a dissipar o analfabetismo, ainda que muito criticadas pelo novo regime e pelos representantes dos grupos escolares, essas cadeiras primárias, estavam localizadas em toda parte do Estado, próximas dos alunatos mais desfavorecidos.

Outro ponto relevante, os desfiles cívicos,⁶ era uma oportunidade de propagar os grupos escolares, bem como, o sistema político vigente e seus governantes. As escolas isoladas não eram mencionadas, e postas em destaque pouco significativo nos desfiles, caso as mesmas aparecessem.

4 Ver AZEVEDO, Crislaine Barbosa de. *Higienismo e educação: práticas higienistas nos grupos escolares de Aracaju no início do século XIX*. Revista CADERNOS UFS- História e Educação. Vol VI. Fascículo I, São Cristóvão: UFS, 2004, p. 9.

5 SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Ecos da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926)*. São Cristóvão: EDUFS, 2013, p. 111.

6 Ver SANTOS, Francisco de Jesus. *O grupo Escolar Barão de Maroim*. Revista CADERNOS UFS- História e Educação. Vol VII. Fascículo I, São Cristóvão: UFS, 2005, p. 79.

Segundo o autor, outro propagador da memória republicana em Sergipe foi a nomenclatura de obras públicas, principalmente com as construções dos grupos escolares e salas, alguns receberam nomes de personagens importantes da nossa história, com o objetivo de consolidar a memória.

Em suma podemos vislumbrar uma obra de grande relevância a história dos grupos escolares em Sergipe. Um trabalho inovador no que diz respeito às novas fontes e novos conceitos, mas apesar do tema proposto houve, em minha opinião, a falta de alguns conceitos técnicos da arquitetura surgida no início do século XX. Com o novo advento da República, o autor no que diz respeito às mudanças educacionais e a sua importância, fez uma ótima explanação, descreveu os novos métodos educacionais implantados na educação brasileira, influenciados pelos norte-americanos, e em Sergipe, por sua vez influenciados pelos paulistas.

A obra constantemente parece-me mostrar o significado que foi o surgimento do novo regime político a educação, pois o autor por repentinas vezes citou no decorrer do livro, “os anseios dos republicanos era disseminar o ensino primário para extirpar o analfabetismo”.⁷ Com isso, o autor fez algumas observações bastante pertinentes a essa questão, pois os grupos escolares não conseguiram dissipar o analfabetismo, mesmo com o auxílio do ensino primário que estava nas mais distantes localidades de Sergipe.

Contudo, a obra é de uma leitura muito agradável e interessante acerca da arquitetura desses grupos escolares. O autor nos traz um olhar novo ao passar hoje por alguns desses prédios situados na capital sergipana, mesmo que alguns desses prédios ocupem outras funções, podemos perceber sua arquitetura, alguns ainda conservam a estrutura física daquela época, e por tais motivos foram construídos.

7 SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Ecoss da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926)*. São Cristóvão: EDUFS, 2013, p. 32.



